| FUNDO: **Apolonio de Carvalho** | | **BR AN,RIO GK.0.TXT.331** |
|---|---|---|
| NOTAÇÃO | Código Atual | Título |
| Caixa | Data | **PARTIDO DOS TRABALHADORES** |
| Pasta | | Notas<br>**167 páginas** |

BR AN, RIO, TXT. 331, P: 1

Em busca da

História

do Jogo PT

Documentos complementares

preservados

no domínio de Organização e

uma B.O nacional

de um sinal particular de ações e

de uma Revista ("Teoria e Debate")

de um Jornal — e de uma Universidade própria

(o Instituto "Cajamar

— de pesquisa e de Cultura

"Fundação Wilson Pinheiro"

1982-88

Curso e Seminários sobre

o Novo Consumidor

1989-90-91...

GK Ø·TXT·331,Þ·2

GK.Ø.TXT.331,p.3

Sobre

História

a

da Nova

PT

Lyric Final

O tempo
e a construção do relato

experiência com o
drama de
Caio Fernando Abreu

- O programa
"Onde estão os
poetas de
antigamente"

Mp: Onde estão os poetas de antigamente?

- O tempo
- a relação
do sujeito
com o
mundo
- a
construção
do relato

GKØ.TXT.331.p.4

# militantes e 45 líderes sindicais no encontro nacional do PT

comissões. E em todas elas, as propostas de inclusão no programa das palavras de ordem "partido sem patrões", "governo dos trabalhadores", defendidas pelos grupos considerados mais radicais, foram derrotadas.

A discussão do programa girou em torno de oito pontos básicos, que sintetizavam as principais divergências surgidas nas propostas apresentadas pelos vários Estados: 1) inclusão da proposta de "governo dos trabalhadores"; 2) a controvérsia sobre o caráter do PT como frente ou partido; 3) a definição sobre o "caráter socialista" ou não do PT; 4) o exercício do poder dentro do PT, isto é, a relação entre os núcleos, comissões municipais, regionais e nacional; 5) o papel dos parlamentares no partido; 6) Os caminhos da legalização da agremiação; 7) a melhor maneira de expressar a palavra de ordem de combate à ditadura militar; e 8) a definição do PT como um "partido classista".

O programa aprovado indica, neste trecho, o resultado das discussões: "O nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda sao as bases. E diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular — em vez de aparecer apenas em épocas de eleições — respeitando e defendendo a autonomia das organizações populares, maior garantia de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o PT é diferente também por causa dos objetivos políticos: lutamos pela construção de uma democracia que garanta em todos os níveis a direção desses trabalhadores nas decisões politicas e econômicas do pais segundo seus interesses e através de seus organismos de base".

## O papel dos núcleos como expressão do PT

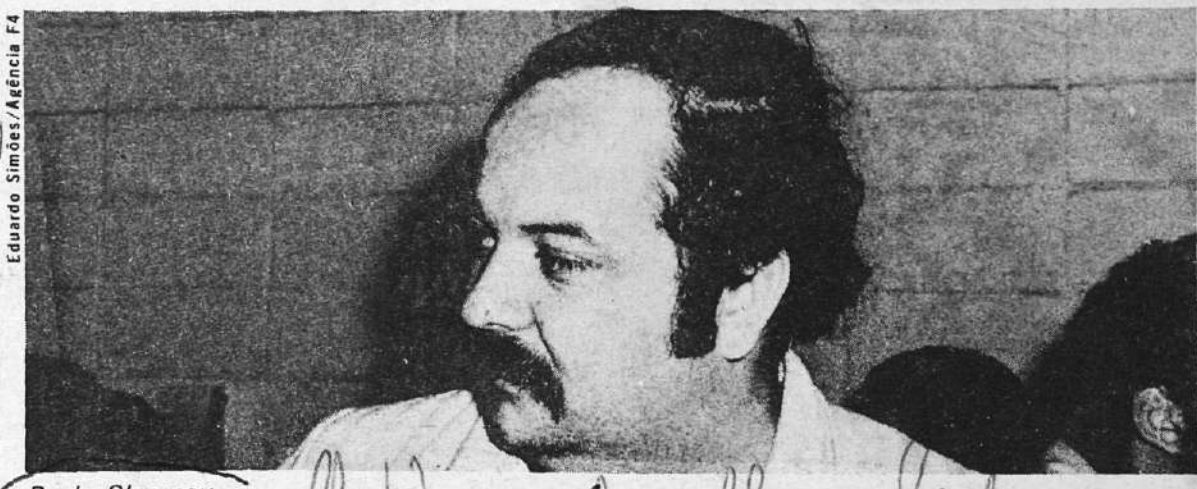
Se a corrente liderada por Lula, Olivio Dutra, Jacó Bittar conseguiu vencer as principais discussões sobre o programa, perdeu uma proposta na elaboração dos estatutos. Os três textos apresentados não chegaram a ser totalmente debatidos, travando-se a discussao em torno do papel dos núcleos como expressão do partido. O texto de São Paulo (havia outro de Minas Gerais e um terceiro elaborado pelo intelectual cristão Plínio de Arruda Sampaio) propunha que a regulamentação dos núcleos fosse remetida para o regimento interno e não constasse do estatuto, o que permitiria uma reavaliação periódica da regulamentação. No entanto, o plenário aprovou várias resoluções sobre os núcleos, partindo do princípio de que o núcleo é a unidade orgânica do partido. Entre as decisões, está a de que o militante só entra no partido por meio dos núcleos (essa decisão, no entanto, não constará do estudo já que a legislação eleitoral estabelece o ingresso no partido através de inscrição nos diretórios).

Para redigir o texto final dos estatutos foi formada uma comissao composta por Sandra Starling (Minas), Marco Aurélio Ribeiro e José Mentor (São Paulo), pelo jurista Dalmo Dallari e Plínio de Arruda Sampaio.

## Constituinte: uma polêmica na plenária

Outra questão polêmica na plenária de domingo foi a inclusao ou não da defesa da Assembléia Nacional Constituinte no programa. A discussao sobre o tema, que foi precária nos grupos, refletiu-se no plenário. A mesa, presidida por Francisco Weffort, fez duas votações. E a maioria decidiu pela não inclusão dessa bandeira no programa. Uma decisão equivocada, no entender de muitos militantes, que poderá ter uma repercussao externa desfavorável ao PT. Mas Jacó Bittar acredita que, a partir de agora, esse tema deverá ser amplamente debatido dentro do partido pois, segundo ele, "a maioria dos trabalhadores nao entende bem o que é Constituinte".

(1) A chapa eleita é a seguinte. *Efetivos:* Jacó Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia), Luis Inácio da Silva, o Lula (presidente afastado do Sindicato dos Metalúrgicos de Sao Bernardo), Olívio Dutra (presidente afastado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Freitas Diniz (deputado federal pelo Maranhao), Antonio Carlos (deputado federal pelo Mato Grosso do Sul), Manoel da Conceicao (líder camponês do Nordeste), Apolônio de Carvalho (ex-combatente na guerra civil espanhola e na resistência francesa contra o fascismo, conhecido militante da esquerda brasileira), Joaquim Arnaldo (metalúrgico carioca), Wanderly Farias de Souza (integrante da Comissao Pastoral da Terra do Nordeste), Luiz Soares Dulci (presidente da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais) e José Ibrahim (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco). *Suplentes:* Osmar Mendonça, Osmarzinho (metalúrgico de Sao Bernardo), Hélio Doyle (candidato à presidência do Sindicato dos Jornalistas de Brasília), Francisco Weffort (professor de Ciências Políticas da USP) e Wagner Benevides (presidente do Sindicato de Petroleiros de Minas Gerais.



Eduardo Simões/Agência F4

*Paulo Skromov*

## Skromov: "a origem do PT é o proletariado"

O líder sindicalista Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de São Paulo, assumiu o papel de porta-voz das correntes consideradas mais radicais do PT, com exceção do grupo organizado em torno do jornal *O Companheiro*. Mesmo tendo sido excluído da direção nacional, Paulo Skromov disse que apoiou a chapa única, "até mesmo como forma de ensinar aos que nos marginalizaram".

Essas são algumas de suas opiniões:

*Sobre o caráter de classe do PT.* "A origem do PT é de um partido da classe trabalhadora, do proletariado. Em relação à palavra de ordem "partido sem patrões" ela foi muito importante na fase inicial em função da força que tem junto aos operários. Mas não se pode transformar essa palavra de ordem numa propaganda sistemática porque, na verdade, a gente admite que a composição de um partido de classe não é a composição de uma única classe social. A composição social clássica do partido de classe inclui os trabalhadores rurais, urbanos e pequenos proprietários".

*PT, partido ou frente de esquerda?* "Os grupos que estão dentro do PT não deveriam sentenciar que o partido deve ser apenas tático, um partido meramente institucional ou parlamentar. Há grupos que entendem que o partido estratégico já existe ou, quando defendem que não existe, entendem que não será o PT, como está sendo construído. E, ao definirem-se assim, reservam ao PT tarefas políticas que tendem a limitar sua possibilidade de evolucao natural enquanto partido. Outra variante desse comportamento é a dos grupos que consideram que não deve ser um partido mais uma frente de esquerda. Por isso, não definiria o PT como um partido estratégico no sentido de que não é o partido da insurreição, preparado para tomar o poder. Mas o que me recuso a aceitar é que dentro de sua evolução natural, de sua construção progressiva, ele não venha a assumir plenamente as tarefas de um partido político. Se o PT se construir efetivamente como um partido será necessariamente um partido estratégico".

*Sobre a questão do governo dos trabalhadores.* "Não temos hoje condições de formular uma proposta de governo muito clara. No entanto, o programa do partido deve conter uma definição básica, ou seja, de que o PT não deve apoiar nenhum governo de coalizão com os setores da classe dominante".

*Sobre a Assembléia Nacional Constituinte.* "Como partido, o PT falhou ao não incluir a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte em seu programa. Eu entendo que a Constituinte é uma palavra de ordem fundamental na luta pela conquista de uma efetiva democracia para o povo e os trabalhadores. Algumas correntes políticas — e foi isso que ocorreu no Encontro Nacional — consideram a Constituinte de forma sectária, colocando-a como uma palavra de ordem burguesa".

## Bittar: "chegar ao poder não é tarefa imediata"

Ao lado de Lula e Olívio Dutra, Jacó Bittar compõe o núcleo básico ao redor do qual se organizou a grande maioria do PT. A liderança desses dirigentes sindicais solidificou-se ainda mais no Encontro Nacional, quando conseguiram vencer com ampla margem de voto as posições apresentadas pelos grupos considerados mais radicais.

Aqui, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, apresenta algumas de suas concepções:

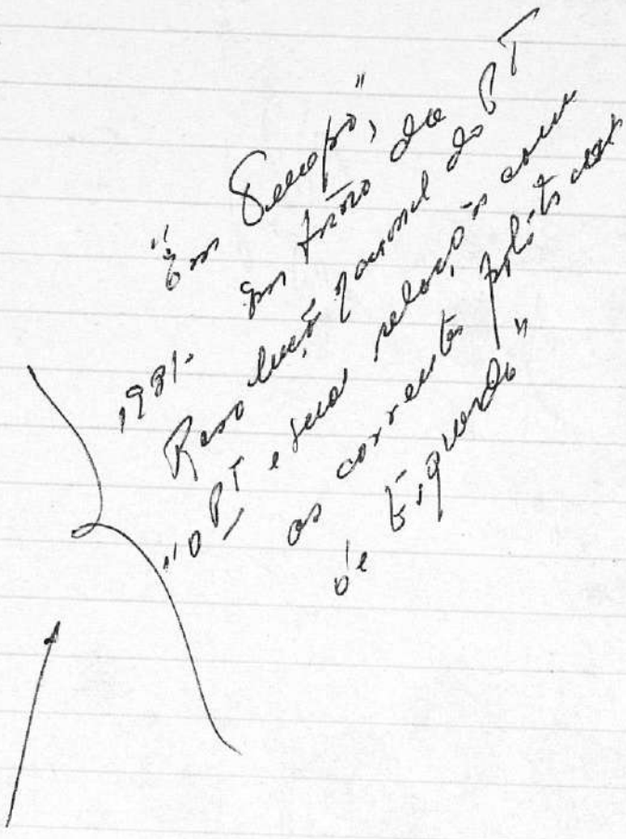
*Sobre o caráter de classe do PT.* "Hoje não há condições para a existência de um partido de classe, fechado, ainda que seja muito viável um partido onde os trabalhadores predominem e dirijam. O destino do PT é de um partido que avança, ganhando força política, o mais rapidamente possível. O PT deve continuar de portas abertas a todos que, concordando com o seu programa, queiram ingressar no partido. De portas abertas, não escancaradas. Deve ser um trem onde todos os que queiram ser passageiros possam entrar. Mas não haverá oportunidades para se acrescentar vagões já lotados, com um grupo de pessoas que pensem de uma forma homogênea, que difira dos passageiros dos outros vagões".

*PT, um partido ou frente de esquerda?* O PT é um partido e não uma frente de organizações de esquerda. Isso foi definido claramente pelo programa. É um partido independente, mas não um partido anti. Ou seja, não nasceu especificamente para combater nenhuma outra organização, legal ou não, que se coloque na oposição. Pode, em certos momentos, até agir em conjunto. Só não aceita um partido dentro do partido, nem uma união em todos os campos e por todo o tempo".

*Sobre a questão do governo dos trabalhadores* "É evidente que o PT, como qualquer outro partido, contempla a possibilidade de chegar ao poder. Mas não é essa sua tarefa imediata. A caminhada pura e simples para o poder poderia até chocar-se com alguns princípios básicos, porque seria uma estratégia que poderia implicar dar menor atenção a outra tarefa fundamental: informar e organizar politicamente a classe trabalhadora. Além do que, numa democracia — e só nela o PT poderá cumprir todo o seu papel político — o governo chega logo depois do poder político e este nasce de uma massa bem informada, organizada e capaz de decidir por si".

*Sobre a Assembléia Nacional Constituinte* "O PT não é contra a Consituinte. Pelo contrário, é a favor. A exigência de uma Assembléia Nacional Constituinte só não foi incluída no programa do partido porque, no momento, não é reivindicação básica. Mas a sua discussão com os trabalhadores é uma questão essencial. Eu entendo que, primeiro, os militantes do PT, e os trabalhadores em geral, devam estar bem conscientes do que significa a Constituinte para reunir forças que nos permitam ter poder de influência quando ela se realizar".

GK-Ø-TXT. 331, p6



9.º Nacional

de 27 de Janeiro

de 1990

Balanço das eleições de 1989

O Fato da Campanha eleitoral

de 1990

GKP.TXT.331.P.7

GK.J.TXT.334,p.8






# Editorial

## Anistia aos sindicalistas

### O ponto de honra da luta democrática e sindical daqui prá frente

*A condenação, como criminosos, das lideranças do ABC não é apenas uma afronta, ela é o golpe mais violento desferido pela ditadura contra o movimento operário-popular desde 64. Interviram nos sindicatos, tomaram os seus prédios, espancaram os operários, soltaram bombas, seqüestraram seus líderes, mas não adiantou. Agora, querem a cabeça das lideranças. É porque sabem que é em Lula e seus companheiros que o movimento mais acumulou representatividade, experiência, capacidade de centralização, energia. Portanto defendê-los neste momento, exigir a anistia aos sindicalistas condenados, é defender o movimento de uma derrota, da desorganização, da difusão de um sentimento de impotência.*

*Mas não é só no ABC que o golpe surte efeitos. Em função do que representou e representa hoje o ABC - verdadeiro coração do sindicalismo combativo brasileiro — são todos os trabalhadores do país os atingidos. Pois não foi no ABC onde se furou a lei de greve, onde mais se contribuiu para desencadear, com seu exemplo, o ascenso grevista em 1979?*

*Isto sem falar nas conseqüências para o PT, partido que procura traduzir na política a combatividade que os trabalhadores demonstrado. É o seu presidente, a figura que mais encarna o partido, o principal atingido.*

*Em vista disso, desta dimensão histórica que o fato apresenta, não há dúvidas de que a campanha pela liberdade dos sindicalistas deve ter hoje um balanço contraditório. No exterior, ela alcançou uma incontestável repercussão e amplitude. Aqui no país, porém, a avaliação não é tão positiva: não se conseguiu gerar um processo de denúncia que calasse fundo no povo trabalhador, nem uma mobilização de protesto das suas fileiras mais organizadas, do vulto que seria necessário.*

*E, se antes do julgamento pudesse haver ilusões sobre as intenções da ditadura, agora não é mais possível perder de vista que a anistia aos sindicalistas é ponto de honra da luta democrática no Brasil, de todas plataformas eleitorais do sindicalismo, de todas as campanhas salariais, de uma ampla campanha nacional que tenha como primeiro marco, agora o 1º de Maio.*

*Por isto, por ser uma questão que afeta o conjunto do povo brasileiro é incorreto, e é estreito, só propor como reação à condenação "fortalecer o PT". Esta luta é de* ***unidade****, de todos os partidos democráticos, de todas as forças de esqueda, de todos os sindicatos não pelegos, dos estudantes, dos profissionais liberais, dos intelectuais progressistas etc. E é neste rumo que o PT tem que forçá-la.*

*Em segundo lugar, embora seja um avanço o engajamento do PT na campanha contra a Lei de Segurança Nacional com todas as dificuldades que o partido enfrenta, é preciso nos indagarmos a respeito de quais as expectativas do partido com esta campanha. Pois, dificilmente se conseguirá a curto ou médio prazo impôr ao regime uma tal derrota política que o leve a derrogação da LSN. Assim, se o objetivo é denunciar, levar aos trabalhadores a consciência das leis que o oprimem por que não a lei de greve, a lei dos estrangeiros, a lei do arrocho ou a lei*




*que permite ao presidente indicar os prefeitos de todas as capitais do país por cima de dezenas de milhões de brasileiros? Ou ainda, por que não levar ao trabalhador a consciência de que é preciso lutar contra o conjunto de todas as leis desta ditadura, por uma nova ordem política, enfim, por uma Assembléia Constituinte Soberana e Democrática que ponha fim à ditadura?*

*É verdade que a luta mais geral dos trabalhadores só será vitoriosa por obra deles próprios. No entanto, é mais verdade ainda que o PT não tem sabido, principalmente como partido ainda fraco e em crescimento que é, aproveitar todas as ambigüidades e contradições das demais forças da oposição democrática, para atraí-las ofensivamente para uma política contra a ditadura, para objetivos comuns, que elas dificilmente teriam condições de recusar desde que devidamente desafiadas. Uma política agressiva sobre o campo democrático burguês não necessariamente ferirá a independência de classe que o PT se propõe. Pelo contrário, é uma atitude indispensável para que a luta democrática não fique* ***concretamente*** *nas mãos dos liberais, o PT simplesmente figurando como o portador dos* ***princípios*** *puros da classe trabalhadora.*

*É hora de refletir profundamente sobre as experiências da Campanha contra a LSN antes do julgamento e tirar daí todas as conseqüências para uma retomada que não seja frustrante. Mas uma retomada que lance confiança sobre as possibilidades que o ascenso do movimento operário trouxe para a organização política independente dos trabalhadores.*

*A próxima reunião da direção nacional, dia 20, será um momento privilegiado para este balanço e esta retomada, que não poderá passar com simples colocações genéricas e superficiais. É necessário ir a fundo nas questões, e extrair daí o ânimo e a confiança para a luta. Avaliar a fundo os erros e os acertos da primeira fase, e sair com uma programação clara de objetivos, forças, aliados, métodos e etapas para o relançamento de uma verdadeira campanha que a dimensão histórica da condenação está a requerer de todas as forças democráticas e, em particular, do próprio PT.*

*Pois, é fora de dúvida o peso decisivo que o PT terá que jogar na direção desta luta, como partido mais atingido, mais combativo e que reúne mais lideranças populares em seu seio. Esta luta será, ainda, o melhor momento e meio do PT se temperar e levar adiante os desafios que se lhe apresentam, principalmente a legalização. E servirá também para aumentar sua coesão e unidade, sua centralização, enfim, para que o PT se consolide, de fato, como partido dos trabalhadores na dianteira da luta contra a ditadura e exploração.*

---

### PMDB e PDT gaúchos

## As brigas pela mesa legislativa

**PT lança nota denunciando os golpes e manobras entre o PMDB e o PDT na disputa pela mesa da Assembléia Legislativa gaúcha que quase acaba dando a vitória ao PDS.**

Ninguém pode negar a importância política do posto nem as benesses dele conseqüentes, mas precisamos alertar aos parlamentares que a mesa dos trabalhadores ainda é mais importante que a Mesa da Assembléia". Com este final de nota pública a Comissão Coordenadora da Intersindical de Caxias do Sul/RS dava um puxão de orelhas nos deputados estaduais do PDT e PMDB no Rio Grande do Sul, que há meses brigavam e não conseguiam chegar a um acordo sobre a próxima mesa diretora da Assembléia Legislativa gaúcha.

O processo arrasta-se há tmpos, mas adquiriu forma tragi-cômica no dia 1º de março na reabertura dos trabalhos legislativos de 1981. À revelia do partido de Brizola, o PMDB registrou uma chapa onde ficava com a presidência — o pomo da discórdia — e dava a secretaria e mais dois cargos para o PDT.

"Molecagem", "safadeza", bradaram os deputados pedetistas. No domingo, os muros da cidade amanheceram pixados: "Judas do cachimbo (numa alusão a Pedro Simon) trai novamente: entrega Mesa para o PDS."

E isso, efetivamente, acontecera no sábado dia 1º de março.

Com a abstenção do PDT, a chapa oposicionista obteve 18 votos e o PDS, aproveitando a confusão, elegeu — em primeiro escrutínio — a nova Mesa Diretora com seus 23 votos. Não conseguiu, porém, a necessária maioria absoluta. Na segunda votação, pelo Regimento Interno, valeria maioria simples, mas, agora, o PMDB também não tem comparecido para dar quorum nas sessões. A coisa complicou-se, pois a única saída é o PDT votar nesta chapa e, esta posteriormente, renunciar em bloco e propiciar uma nova eleição.

A desavergonhada manobra do PMDB no dia 1º de março não o coloca como único vilão na história. O PDT também contribuiu, ao longo do processo, com muita intransigência. Apesar de claramente minoritário frente ao PMDB no Rio Grande do SUl, desde o primeiro momento bateu pé em torno da presidência e dela não abre mão, contribuindo para o impasse.

O Partido dos Trabalhadores, em nota pública do dia 6 de março, chamou à necessidade do consenso, lembrando a histórica trajetória oposicionista do Legislativo gaúcho que sobreviveu a várias ondas de cassações. Foi, no entanto, um pouco mais longe mostrando que o problema é mais grave do que aparenta. Diz o PT, em um trecho da nota:

"Consideramos que o encaminhamento dado à questão pelos dois protagonistas, PMDB e PDT, pautou-se, desde o início, por uma forma infeliz. Privilegiou-se, desde cedo, a disputa dos cargos e não, como seria de esperar, a discussão de um programa de ação para uma Mesa Diretora conjunta. Aí se decidiria o que interessa realmente as oposições, e portanto, a maioria esmagadora da população."

Na segunda-feira, dia 9, foi feita nova tentativa de acordo. A Intersindical e os demais partidos foram convidados como mediadores da disputa. O PT fez-se presente.

Novo golpe do PMDB. Apresentaram uma proposta nova. Ou seja, estariam aceitando agora dividir um ano para cada partido, sendo que no primeiro ano ficaria o PDT com a presidência e a 1ª Vice, somente. No segundo ano, quem ficasse com a presidência ficaria também com a maioria da Mesa. Além disso, e aí está o golpe, queriam passar de contrabando a proposta acoplada com a criação de um único líder das oposições no plenário da Assembléia, um líder e um vice líder. Evidentemente ficaria a liderança com o PMDB.

O PDT regateou, mas acabou aceitando, apesar da oposição dos outros partidos PP e PT, que criticaram a proposta de acoplar algo que não estava em discussão.

Realmente, a questão da Assembléia Legislativa gaúcha é bem mais profunda do que uma mera intransigência em torno de cargos e mordomias. Aponta, isto sim, para a falta de princípios políticos e programáticos desses partidos que são incapazes de resolver essas questões politicamente, em torno de um programa de ação comum e aceitando as evidências das relações de força entre os partidos, sem blefes ou fatos consumados.

Isso já aponta e deve preocupar a verdadeira oposição para o que serão os acordos eleitorais do próximo ano. Se em torno de uma Mesa Diretora os conchavos sem princípios já adquirem essa dimensão, imaginemos o que nos espera em 1982. **(Raul Pont)**

# O PT e as correntes políticas de esquerda

## Um partido político frentista

**José Genoino Neto (*)**

O PT é o reflexo do ascenso do movimento operário e popular, é um dos seus subprodutos. Ele tanto contém as energias e vitalidades desse movimento, como também todas as conseqüências das suas debilidades, em particular do seu caráter ainda espontâneo, do atraso do fator consciente.

O PT tem um componente que expressa de certa maneira a tendência objetiva da luta de classes no sentido da diferenciação entre os dois grandes campos de classes oposicionistas: o operário-popular e o das oposições burguesas.

O PT não tem sua origem principal nas forças de esquerda, é bem mais amplo, e pelo seu caráter e papel, é uma tentativa de organização política legal e mais extensa do movimento operário-popular. No entanto, a existência, no seu interior, de forças revolucionárias e comunistas organizadas não colide com este seu caráter e papel. Pelo contrário, é decisivo para a sua definição política e viabilização prática.

A unidade entre esses dois elementos: as fontes originais do PT e a participação de forças e ativistas mais conseqüentes deve concretizar uma política avançada e combativa ao nível do seu programa e da sua atuação prática.

Isso, além de ser importante para o próprio PT, é questão fundamental para a revolução no Brasil. O problema existe ao nível da política que essa ou aquela força leva no PT. A luta de opiniões pela afirmação de uma política e de uma prática revolucionária e de massas no PT deve considerar suas características como partido político e não como aglomerado de "esquerda", nem mera projeção política do sindicalismo.

A classe operária tem seus interesses próprios, tanto políticos como sociais. A construção do seu partido de vanguarda é a fusão superior do socialismo científico com o movimento operário espontâneo. E a solução dessa questão fundamental exige definições teóricas, políticas e orgânicas que o PT não tem condições de incorporar, seja devido ao seu caráter ou à sua composição. O combate ao dogmatismo e a análise das experiências do movimento operário no Brasil e no mundo não deve levar-nos ao outro lado da mesma moeda: o culto ao espontaneismo e a negação do marxismo-leninismo como ciência da revolução.

Nenhum partido realmente operário logrará êxito efetivo se não tiver um caráter proletário e revolucionário definido. A atuação das forças de esquerda no PT não deve afastá-las da solução dessa tarefa e nem esse problema será resolvido à margem do processo político em curso. Neste último sentido, é que se relaciona com o PT.

**(*) José Genoino é ex-combatente da guerrilha do Araguaia e atualmente milita no PT paulista.**



## O partido deu origem à nova esquerda brasileira

**Por Júlio Tavares (*)**

O companheiro Apolônio de Carvalho ao lançar, em nome da direção nacional, o texto que trata da relação entre a construção do PT e os grupos de esquerda que aderiram à articulação, abriu uma das mais importantes discussões internas do PT, neste momento. O texto apresentado é passível de correções e complementações. Contudo, elas não negam sua validade e nem mesmo diminuem a correção das propostas feitas.

O PT é uma experiência totalmente nova. Uma experiência idealizada e impulsionada, fundamentalmente, por uma nova vanguarda sindical que surgiu fora das influências dos agrupamentos e personalidades mais tradicionais das chamadas esquerdas. Isso em um momento em que a luta contra a ditadura militar continuava, e continua a existir. Era uma proposta muito ousada. Nesses 17 anos, as esquerdas foram sistematicamente massacradas. A ditadura "prendeu e arrebentou". E nesses 17 anos surgia um novo proletariado, também sob uma sistemática repressão, embora com diferenças das que sofriam as esquerdas. O novo proletariado surgia e se fortalecia.

No entanto, não houve durante todos estes anos uma efetiva ligação entre ambos no combate comum. As velhas esquerdas não foram capazes disso. O novo proletariado ainda não tinha experiência.

Tanto a vanguarda sindical quanto as novas correntes de esquerda que se originam e se desenvolvem principalmente na classe média são expressões do novo ascenso. Com todas as diferenças existentes entre elas, fazem parte do que nós podemos denominar de nova esquerda. Os novos agrupamentos que surgiram se reivindicando marxistas e revolucionários, fizeram esforços, em formas e níveis diversos para se ligarem às nascentes lutas sindicais e populares. Muitas vezes esses esforços foram acompanhados por políticas e métodos sectários e dogmáticos.

As esquerdas, organizadas ou não, em grande parte se aproximaram da proposta de construção do PT. Embora como ressalta o companheiro Apolônio, tem existido alguns problemas decorrentes de atuações que se baseiam em considerações contraditórias, sobre o significado do PT. Mas é o início do rompimento de um dos fatores que mais propiciava a manutenção do sectarismo e dogmatismo desses agrupamentos. É rompimento com o "gueto da classe média".

Será no debate franco e democrático que poderemos ir formulando propostas, políticas, fórmulas para superar os impasses que hoje estão havendo. Mas o debate não basta. É necessário que este vá acompanhado da luta concreta pela construção do PT, que em grande parte, hoje, está determinada pela luta pelo cumprimento de todos s requisitos básicos que nos impõe a atual legislação eleitoral autoritária. Mas também, pela luta por fazer o PT presente no dia a dia dos trabalhadores e setores populares

**(*) Júlio Tavares foi fundador da Convergência Socialista, da qual se desligou em 1979, e atualmente milita no PT paulista.**

## Instrumento para algumas tarefas da Revolução

**Por Luiz Antônio Carvalho (*)**

O Partido dos Trabalhadores vem sendo uma experiência e um instrumento importante para o avanço na realização de algumas tarefas da Revolução brasileira: a fusão de uma teoria revolucionária que está se construindo com a vanguarda social das classes trabalhadoras do Brasil; a unificação crescente dos trabalhadores da cidade e do campo e, finalmente, o direcionamento revolucionário e socialista do atual movimento de derrubada da ditadura militar.

O companheiro Apolônio aponta muito bem alguns desvios que tem marcado o trabalho dos comunistas no esforço comum de construção do PT. O principal deles é o de se julgarem portadores de uma teoria revolucionária completa e acabada. Em função disso desperdiçam muitas vezes as potencialidades do PT, ao tratá-lo como uma plenária para onde se leva propostas para vencer ou perder e não como um espaço legal, democrático e aberto de organização, educação, discussão e direção política do movimento de massas.

Lamento entretanto ter de observar que não apenas e, muito menos principalmente, a esquerda organizada tem desperdiçado as potencialidades do PT. Que o PT não é um partido comunista é algo líquido e certo. Que o PT não venha a se tornar uma articulação contra-revolucionária e anti-socialista é uma necessidade para quem queira um futuro melhor para o nosso povo. Não reconheço no Partido dos Trabalhadores o direito de ninguém de se arvorar "guardião do graal" e dizer: "eu sou PT, ele não é PT. Ele assimilou bem o PT, ele não assimilou bem o PT". O PT é o que todos os que o integram têm feito dele.

Para mim os militantes do PT devem combater hoje e sempre no seio do partido o sectarismo, a intolerância e a política de manipulação. Venham estas atitudes de comunistas organizados, desorganizados ou de organizações do "Eu sozinho" que só trazem para o PT vaidade e arrogância.

Neste momento não me enche os olhos a discussão de se o PT é uma frente ou não. Me interessa saber se o PT tem conseguido ou não mobilizar o povo para a luta política e porque.

Acho que a experiência e as energias do companheiro Apolônio de Carvalho não devem ser desperdiçadas. A maior contribuição que os socialistas têm a dar hoje no PT não é certamente a auto-análise e sim o esforço solidário de análise do momento e busca de caminhos.

**(*) Luiz Antonio Carvalho é membro da direção estadual do PT paulista e integrante da equipe do jornal** Companheiro.



# "Seja lá como for", construir o PT-PT!

Por Jorge Baptista (*)

**1** — "Em um país onde o proletariado acaba de se pôr em movimento, o primeiro grande passo a ser dado é sempre o da constituição dos trabalhadores em partido político independente, **seja lá como for** (...)".

O grifo eu grifei, mas o texto acima tem a autoria do principal parceiro de Marx; e isto talvez tenha importância (fazemos votos) para fazer refletir as "correntes de esquerda". Engels, já em 1886, antecipa crítica a todo tipo de dogmatismo e de burocratismo em matéria de construção partidária. Vale dizer: ele **não** fecha esquemas, **não** fixa modelos para o papel-carbono. "Seja lá como for" — ele abre o campo para a criação política e organizatória dos trabalhadores, para o que se eleva das **"diferentes situações concretas"**. É isso! O inverso disso, ou seja, doutrinarismo (de esquerda e de direita) que ainda tanto afeta nosso contexto ideológico, não passa de um seguidismo matemático, às vezes fanático, que tenta impor na marra certas regras tomadas como eternas e infalíveis.

**2** — O PT cresce e aparece com duas vertentes fundamentais que lhe dão fôlego: **os setores do sindicalismo combativo e as amplas áreas populares da Igreja**. Tais forças terão, no esforço partidário comum, muito a intercambiar com as experiências (sofridas) de nossa esquerda. Mas o começo-de-conversa desse intercâmbio reclama um basta de dogmatismo e de burocratismo. E exige um ponto-final nas tentativas de instrumentalização do PT, um ponto-final nas práticas que encaram o Partido dos Trabalhadores como mero aparelho — ou como "correia de transmissão" de palavras-de-ordem decididas no reduzido reduto deste ou daquele grupo extra-PT.

Hoje, mais que nunca, quando assumimos o duro desafio de realizar a etapa conclusiva para o registro definitivo do PT, temos todos de tudo fazer para evitar o grupismo e o sectarismo. Pois pode-se antever: ou vence o PT ou afundamos todos! Entretanto, o desafio não exclui o debate. Vamos lá!

**3** — Apolônio de Carvalho, ao tratar da relação entre as correntes de esquerda e o PT, elabora uma contribuição que vale o quanto pesa (**EM TEMPO,** nº 121, P.7). O companheiro Apolônio, velho de guerra, talvez tenha sido superficial em certos tópicos; mas ele toca o dedo numa ferida fundamental. O ponto exato: ele alerta contra a concepção do PT como frente. E reafirma o PT-Partido, o PT-PT. Isso pode parecer de somenos, pode por exemplo "não encher os olhos" de Luis Antônio, de **O Companheiro.** (Ver **EM TEMPO,** nº 124, P.6). Contudo, há uma ululante diferentéça entre frente e partido. **Frente** é "negócio de ocasião", viagem onde o passageiro pode pular fora na primeira esquina — como já pulou, aliás pela direita, o time de Wanderly Farias, ex-PT da Paraíba. **Frente,** lembra Apolônio, é "acordo tático" — algo "transitório e de alcance limitado", feito "em torno de objetivos conjunturais".

Ora, queiram ou não, o PT vai se consolidando como fato histórico, exatamente por delinear-se como "coisa nova" **do presente e do futuro;** ou — se quiserem — alternativa partidária tática e ao mesmo tempo estratégica. Temos razões de **origem:** o PT brota no bojo do próprio movimento social, é produto direto dos trabalhadores em luta por seus interesses e aspirações, é auto-consciência da "vanguarda social" (Gramsci) da classe operária aqui, agora, ao abrir-se a década de 80 no Brasil; é o "primeiro grande passo" do partido forjado **de dentro** da própria luta — no embate de classes, claro. Temos ainda a declarada **vocação do PT:** tornar-se ferramenta política da classe operária (hegemônica) e dos trabalhadores em conjunto, construir-se como partido de massas e de militância popular (núcleos); ser partido comprometido na causa da "liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores" (**Manifesto do PT**).

**4** — Então, sendo o PT o que já é, tratá-lo como se fosse simples frente pode redundar num golpe mortal para o futuro do Partido dos Trabalhadores. O PT-frente, se vingar o conceito, será fatalmente um PT castrado, **lesado na sua origem e desviado na sua vocação.** Pois o PT-PT, entre outros propósitos, vem para organizar os não organizados, para estreitar cada vez mais a distância entre dirigentes e dirigidos, para consolidar-se na base, **de baixo para cima** (não é?). E — portanto — não temos o direito de condená-lo ao controle estrito da frente única e exclusiva dos organizados em seus esquemas próprios, por mais que se proclamem embriões do "verdadeiro partido revolucionário" (!?)

**5** — Não se trata de negar, jamais, o direito de existência de articulações, grupos, organizações ou tendências no interior do Partido dos Trabalhadores. Nossa **Democracia Interna** é questão-de-honra, prá valer, prá deixar sangrar todas as tensões.

Entretanto, esses segmentos deverão **situar-se na estrutura própria do PT-Partido,** que comporta desde logo relações na horizontal, na vertical, na diagonal, em todos os sentidos.

Inconcebível, senão hoje, mas daqui a pouco, será a imposição de um centralismo paralelo, extra-PT; pois a democracia do PT não é a "casa da sogra" e necessitará evoluir para um certo tipo de centralização que — esperemos — seja sustentada não pela coerção mas pela real representatividade (hegemonia).

Enquanto isso, vide Lula:

"Não sou de esquerda dogmática, não; porque deu certo em determinado lugar, porque Trotsky falava isto e Lênin falava aquilo; não sou isso não, sabe. Sou de esquerda porque às vezes o estômago da classe trabalhadora fala muito mais alto do que muitos livros que se lê" (**EM TEMPO,** nº 124, P. 11).

**(*) Jorge Baptista é jornalista, ex-presidente do DCE-UFMG (1966/67) e atualmente milita no PT de Osasco, São Paulo.**

Minas

## Encontro estadual dinamiza as filiações

Domingo, dia 5 de abril, realizou-se em Belo Horizonte o Encontro Estadual do PT, o segundo em 1981. A pauta incluiu um balanço da formação de diretórios no Estado, constatando que em 50 cidades seria possível formar os diretórios imediatamente, em outras 60 há um bom trabalho e noutras 90 cidades o trabalho ainda está atrasado. Tudo isso dá um total de 200 diretórios possíveis, contra a exigência legal que é de 146.

As 40 cidades representadas no Encontro discutiram também o Comitê Interpartidário de Minas, até agora o único do país, onde participam todos os partidos de oposição. Foi aprovada a participação do PT, mas com algumas explicitações: a independência do PT frente ao Comitê, inclusive quanto ao lançamento de candidatos próprios e colocando-se claramente contra propostas de fusão e coligações eleitorais; o caráter do Comitê Interpartidário não é para discussão de programas de governo; mas sim para buscar a unidade em reivindicações, por exemplo, cobrando o apoio dos outros partidos à campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Nesta linha, o Comitê só deve se reunir com casos concretos para discutir. O PT deve ainda criticar as vacilações que os outros partidos cometam e garantir uma avaliação permanente do Comitê dentro do próprio partido, ampla informação das bases sobre as atividades do Comitê, inclusive através de reuniões públicas e abertas à imprensa. Finalmente, cada comissão municipal avaliará a necessidade da formação de Comitês Interpartidários na sua Cidade.

Além disso, foram discutidas propostas para o processo eleitoral do PT em Minas, onde o eixo destacado foram as campanhas centradas no partido e não nos candidatos; uma avaliação inicial da conjuntura e a condenação dos 11 do ABC, quando foram definidas propostas de luta pela anulação do julgamento e contra a Lei de Segurança Nacional. A meta mineira é conseguir 50 mil assinaturas para o abaixo-assinado nacional pela absolvição de Lula.

RGS

## O PT e a ação inter-partidária

O vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra, participou dia 30 do mês passado de um encontro na Assembléia Legislativa, juntamente com os demais presidentes dos diretórios regionais dos partidos de oposição. A reunião articulada pelo presidente do Legislativo gaúcho, deputado Aldo Pinto (PDT), visou à "ação interpartidária de mobilização popular".

O objetivo principal do encontro, segundo Olívio Dutra, "foi promover um amplo levantamento dos problemas estaduais com a participação dos grupos organizados da comunidade, tais como: associações representativas, sindicatos, federações, imprensa e tendências universitárias".

Para o representante do PT, "a iniciativa do presidente da Assembléia foi um passo a mais no entrosamento das direções partidárias". Olívio Dutra criticou a centralização das decisões que "prejudicam o Estado" e falou também na "falta de prestígio do poder Legislativo".

Depois da disputa entre PMDB e PDT pela presidência da Assembléia Legislativa, que serviu também para desgastar os dois maiores partidos de oposição gaúchos, o encontro objetivou "uma quebra de gelo entre os dirigentes, ou seja, uma busca de ação conjunta, mostrando que o PT está aberto a reuniões, na defesa de questões gerais, que identificam os partidos", definiu Olívio Dutra.

Muitas especulações foram feitas após a reunião, mas nenhum dos participantes relevou qualquer medida que viesse ser tomada com vistas às eleições de 82.

Osasco

## Comitê Municipal anti-LSN

O PT de Osasco - SP tomou a iniciativa de formação de um Comitê Municipal contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), e de solidariedade aos sindicalistas do ABC e outros condenados pelo regime. Tal Comitê foi inaugurado no último dia 29, integrado por entidades populares e aberto a outros partidos de oposição. Enquanto isso, os militantes do PT na região estão tocando adiante a campanha de filiações, prevendo-se inclusive a entrada em campo de Caravanas Intermunicipais, reunindo o pessoal de Carapicuíba, Jandira, Cotia, Itapevi e Barueri.

Ainda no último dia 22 de março, o PT-Osasco realizou uma plenária de militantes e filiados, onde cerca de 120 participantes debateram essas questões e traçaram os seus planos. Destacou-se a "importância fundamental desta etapa final de legalização do partido", aprovando-se uma campanha massiva de filiações que deverá girar em torno das bandeiras do PT — incluindo o repúdio à LSN.




No último fim-de-semana, foi lançado o 3º número do jornal **"Nossa Vez, Nossa Voz"**, editado em conjunto pelas Comissões Municipais de Burueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia e Jandira. A manchete deste número é a seguinte: "VAMOS BOTAR ABAIXO A CONDENAÇÃO DE LULA!"

# O partido vive uma crise?

## Porque certos militantes estão deixando o PT

Por Raul Pont (*)

**Nas últimas semanas a grande imprensa dos patrões tem deitado e rolado em cima das diferenças internas do PT que, em certos estados, resultaram no desligamento de alguns militantes. Para o leitor comum, que nunca é informado por esta imprensa do outro lado das lutas e vitórias do partido, a impressão que fica é de que o PT estaria vivendo uma grave crise, no momento crucial de sua legalização. Sobretudo se se tem em conta as notícias ainda recentes da condenação de Lula e demais dirigentes sindicais, e os resultados aparentes da campanha salarial que os patrões puderam colher este ano no ABC, depois da brutal repressão sobre os metalúrgicos da região.**

**Por um lado, não deixa de ser ruim para qualquer partido perder militantes. Mas por outro o que há de importante e fundamental é que estas "crises" e a saída destes militantes se dão exatamente porque o partido, apesar de toda sorte de pressões que tem sofrido, não se curvou ao papel de um partido confiável para a ditadura dos patrões e seguro para os oportunistas de várias roupagens. E é por isso mesmo, que não há como falar de crise mas sim de consolidação do PT.**

Depois da saída de um importante grupo de militantes do PT da Paraíba (entre os quais um membro da direção nacional do Partido, Wanderli Farias), e de outros militantes em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no Pará, é a vez do deputado Nelson Aguiar (único representante do PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo) anunciar seu desligamento do Partido (ver ao lado). E especula-se ainda com um possível desligamento de outros deputados, como João Cunha, federal de São Paulo.

De qualquer maneira, é pouco provável que os casos de desligamento estejam encerrados: até que o PT se consolide e defina melhor seu perfil, muita água ainda vai passar debaixo da ponte.

Apesar de que as situações são diferentes, é importante que tentemos compreender o problema no seu conjunto: por que o PT estaria passando agora por uma situação na qual grupos diversos e com posições muito diferentes resolvem sair? De onde vêm estas forças centrífugas?

A nota distribuída pela direção nacional do PT (**EM TEMPO,** nº 125) não esclarece toda a questão. Fala, corretamente sem dúvida, que os companheiros que se afastaram na Paraíba tinham grandes divergências: "lutam contra a organização política autônoma dos trabalhadores", o que é comprovado pela incorporação deles ao PMDB, definido como partido de "liberais de peso". Mas como, com esta concepção, esses companheiros puderam ser eleitos para a direção nacional?

## Crescimento e diluição

A chave para compreendermos esta confusão atual está no desenvolvimento do PT por volta do Encontro Nacional de junho de 1980.

O PT vinha se formando, durante o ano de 1979, impulsionado pela vanguarda do movimento sindical brasileiro, e com a participação de setores independentes, e ainda de correntes de esquerda que se identificaram desde o início com a proposta. Apesar das grandes diferenças existentes entre estes componentes, havia acordo numa questão: o que fazíamos era lutar para construir um partido dos trabalhadores, isto é, um partido que pudesse expressar politicamente os interesses dos trabalhadores, de maneira independente dos partidos da burguesia, que pudesse organizar os trabalhadores e setores populares para a luta contra a ditadura, contra a opressão e a exploração.

Ao mesmo tempo, era levada à frente a reforma partidária do regime. Isto levava a um rearranjo de muita gente. Além disso, a histórica crise da esquerda brasileira vivia momentos importantes, com muita gente buscando coisas novas.

Desta forma, e à medida que a proposta do PT mostrava ter força, vieram aportar no PT novos setores. Em particular, duas correntes:

— parlamentares eleitos pelo antigo MDB que, predominantemente, viam no PT uma espécie de MDB mais à esquerda, mais identificado com os trabalhadores, mas ainda assim fundamentalmente igual ao antigo MDB: uma agremiação política que deveria viver à sombra e em torno do parlamento. E ainda, para alguns dentre estes parlamentares, a organização política autônoma dos trabalhadores não tinha a menor importância: o que contava eram suas carreiras.

— setores da esquerda para os quais o PT não poderia ser o "verdadeiro partido", mas sim uma frente voltada para a vida parlamentar.

Para estas duas correntes, por razões diferentes, era necessário mudar o projeto do PT, retirar dele o caráter de **partido** voltado para a organização autônoma **dos trabalhadores.**

Estes setores promoveram, então, uma enorme campanha, que obteve uma grande repercussão na imprensa, contra os "esquerdistas" do PT, contra aqueles que "usariam duas camisas" etc. Tinham um objetivo claro: transformar o PT num MDB de esquerda, ou seja, uma espécie de frente parlamentar de esquerda. Para isto é que era importante isolar os defensores mais decididos do "PT mesmo".

No Encontro Nacional de 1980, tiveram uma vitória parcial: puderam compor a direção, em São Paulo e Nacional, excluindo os representantes diretos da esquerda do partido. Mas a vitória foi muito parcial, demonstrando a força da idéia inicial: esse Encontro preservou o fundamental do caráter do PT. Com isso, logo debandaram alguns parlamentares: os irmãos Santillo e Edson Kahir.

## Consolidação e depuração

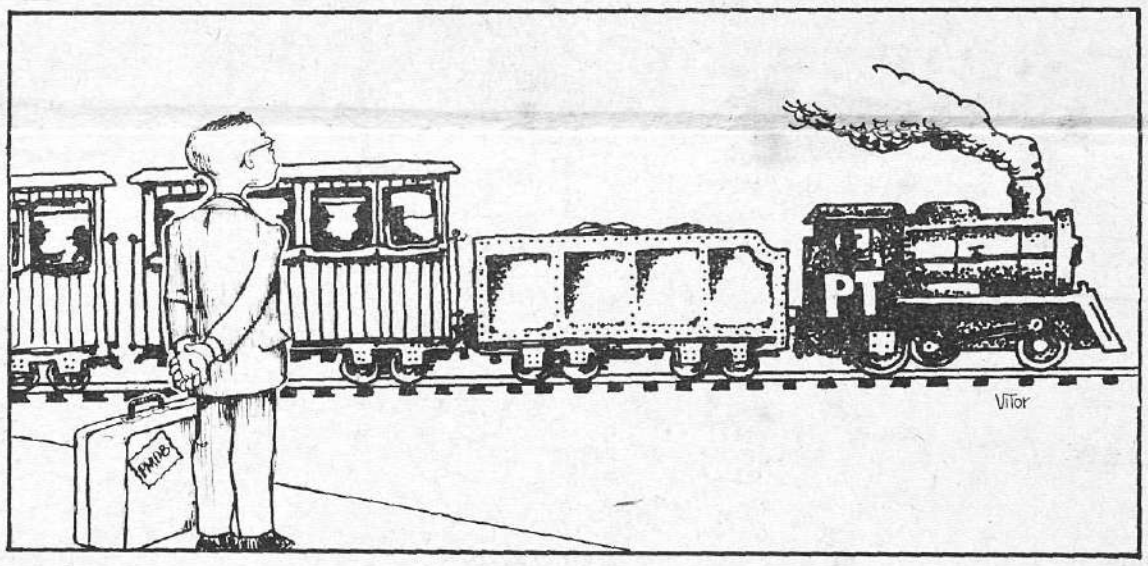
De lá para cá, apesar de todos os problemas, o PT veio aumentando sua definição de ser um **partido:** Esta foi uma evolução porque passaram seus setores mais expressivos. Com isto, a situação piorou para aqueles que tinham conseguido uma vitória relativa no Encontro.

Além disso, um certo refluxo do movimento de massas mostrou que na consolidação legal do PT ainda teremos de enfrentar muitas dificuldades. Para os pouco entusiasmados com a organização autônoma dos trabalhadores, e mais preocupados com a atividade parlamentar, chegara a hora de pular fora.

Em resumo: o PT passou por duas fases opostas. Numa (por volta do Encontro de 1980) cresceu, sofreu uma forte pressão de setores hostis à sua proposta inicial, e se diluiu um pouco. Noutra (atual), volta a reafirmar seu caráter de partido dos trabalhadores, e perde parte dos setores que tinham vindo com outras idéias. Este é o sentido geral dos desligamentos. E que ainda devem ocorrer.

Diante disso, é urgente a definição de regras claras de funcionamento. O partido deve cobrar lealdade de todos os militantes. E para ter as melhores condições de fazer isto, as decisões devem obedecer a uma democracia que garanta a expressão de todas as correntes. Esta é a melhor maneira de garantir a unidade.

(*) Raul Pont é presidente do Conselho Editorial do EM TEMPO e vice-presidente do PT do Rio Grande do Sul




Espírito Santo

## Direção e democracia

Como ponto culminante de um conflito que se arrasta por mais de dois meses, Nelson Aguiar, único representante do PT na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, se desligou do partido no dia 2 de abril.

Esta saída tem características muito diferentes das ocorridas na Paraíba e em outros estados.

### A inexistência da direção

A direção regional, no seu conjunto, não foi capaz de fazer nada nos últimos quatro meses. Como resultado desta desarticulação, diminuiu o número de comissões municipais. No campo financeiro, nada se fez, de tal modo que o partido depende quase que somente das doações do deputado.

A inoperância do conjunto da direção regional se somou a um outro problema sério: a sua concepção da democracia interna, do tratamento das divergências, da convivência entre as diversas correntes.

Na eleição da direção estadual, obteve maioria a corrente identificada com o jornal **Companheiro**. Com isso, esta corrente começou a fazer passar sempre as suas posições na direção, levando pouco em conta as correntes minoritárias. Isto esvaziou a direção regional: parte dos seus membros a abandonou, parte passou a se dedicar prioritariamente à luta política interna. O prejudicado, evidentemente, foi o partido.

É neste contexto que o deputado Nelson Aguiar se desligou, desistindo de continuar a discussão nas bases, de tentar reverter a situação. Esta decisão em nada ajuda a resolver o problema, naturalmente.

O caso ainda não se encerrou. Dirigentes de 15 entidades e sindicatos, que igualmente se julgam marginalizados pela corrente majoritária na direção, divulgaram um documento de solidariedade ao deputado e apelando para a sua volta. O próprio presidente regional, Agenor Carneiro, ligado à corrente majoritária, agora tem buscado a reconciliação com Nelson Aguiar.

Mas a volta do deputado parece impossível a esta altura, quando ele próprio já afirma que irá ingressar no PMDB.

# Apolônio mostra ação partidária no seminário do PT

O seminário do PT sobre a realidade política brasileira prosseguiu ontem com a palestra do vice-presidente nacional do partido, Apolônio de Carvalho, que falou sobre a atualidade brasileira e os partidos políticos, numa análise da conjuntura nacional, em termos de participação política e atuação da sociedade.

Apolônio de Carvalho começou seu pronunciamento afirmando que após a campanha eleitoral o PT apresentou um desempenho muito inferior ao esperado, embora tenha "entrado armado por uma orientação bastante segura, quanto a realidade e a conjuntura nacional, sabendo das diferentes classes e forças políticas dos vários partidos políticos".

## SITUAÇÃO

O vice-presidente nacional do PT explicou que o Brasil vive hoje uma conjuntura nova, "marcada fortemente por uma tendência dominante que é o fim de um regime de arbítrio, sob tutela militar, e a busca de caminhos para a transição à democracia, pois há componentes originais e novos na sociedade brasileira, que não permitem mais a continuidade deste regime".

Apolônio salientou que são, basicamente, quatro componentes novos na sociedade. O primeiro, a base social do regime militar, "que teria interesse na manutenção do status quo- um regime de força e arbítrio, "explicando as contradições que se revelam de tempo em tempo na vida social do País, como foi o caso do Rio-Centro e mais recentemente os envolvimentos do SNI com a revista O Cruzeiro".

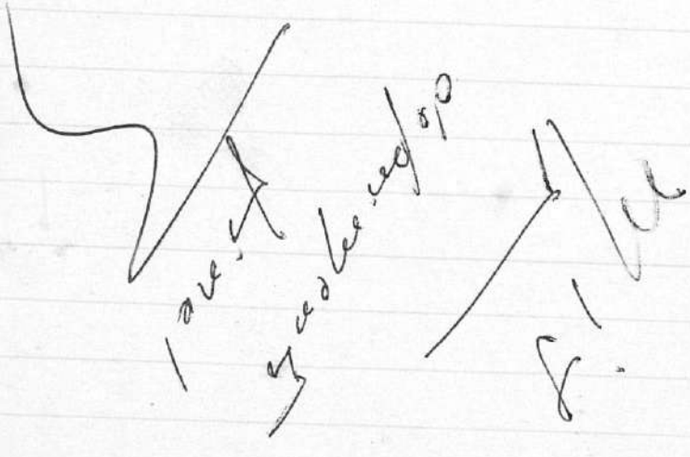
Outro novo componente da vida brasileira, segundo Apolônio, é a revelação mais clara da área liberal da classe dominante- "a parte mais lúcida da burguesia-" que sente que a continuidade de um regime arbitrário" não faria senão agravar os antagonismos de classes no interior do País e aprofundar as tensões sociais, "por esta razão, optaram por um regime de transição controlado, para cercar e reduzir o campo de ação dos trabalhadores e oposição".

O terceiro componente seria a nova política da Igreja, "com características próprias, modeladas a imagem da opção pelos pobres, que está pesando na vida política do País". O último componente e o mais importante para Apolônio, é a nova qualidade do movimento operário popular, "quando a experiência política dos operários, principalmente do ABC paulista, mostrou que a luta econômica e sindical não eram suficientes para garantir a continuidade das conquistas e para a libertação do regime de exploração".

— Por esta razão — afirmou Apolônio — os trabalhadores fundaram o PT, para atuarem no campo político, sendo um partido diferente de todas as agremiações de esquerda, com estilo novo e original de concepção e condução. Caracterizando um signo novo para os trabalhadores, que passaram a ter um partido orientado por eles, de massa, democrático, legal e, principalmente, democraticamente centralizado.

Sobre os demais partidos políticos, o vice-presidente do PT disse que "nasceram da crise política nacional, pois o governo federal necessitava sair do bipartidarismo e criou então um partido oficial — PDS —, um partido auxiliar que serviria para negociar nas horas difíceis — o PP —, formado por conservadores; outro partido reserva — o PTB — que poderia beneficiar o Governo e apenas um pequeno partido de oposição — PMDB. Com a fusão do PP ao PMDB, ele afirmou que o panorama não modificou pois o PP continua majoritário, impondo seus objetivos. No atual quadro o PT e PDT foram as grandes surpresas.

GK Ø. TXT. 331, p. 13



GK.Ø. TXT. 331, p. 14

1984

⇒ Seminar proposto

no domínio

de Formação

Política

1985 → Instituto

Caetano:

O 1º plano de

Formação Política

- As 1as Resoluções do

Diretório Nacional do PT

sobre o PT e suas relações,

em seu interior, com as correntes políticas

do extremo

Esquerda

Empório
do Beco III
do 11º Conde d. Sebastião

para os direitos fundiários.

GK.9.TXT.331,p.15

GK Ø. TXT. 331, p. 16

Parte e
sugestões
o © E. Nacional

– A Política Francesa e os seus partidos principais

1985

1987-88

GKØ·TXT.331,p.14

CEDOC-TXT-331, p.18

Em tôrno da tarefa de elaboração de

Um Plano de Construção Partidária.

Uma ausência que pesa, profundamente, sobre o crescimento, a identidade e a afirmação do P.T.

As tarefas prioritárias definidas em nosso Prjeto Político nacional ( abril, 1984 )

O passo inicial: conhecer, com clareza, a realidade atual de nosso P.T.

O que temos em mãos :

-- a visão nacional da composição social, dentro das continhências decorrentes de desenvolvimento desigual ( econômico, social e político) de nosso País;

-- o balanço da estrutura partidária, em âmbito nacional, abrangendo os organismos intermediarios e o quadro geral de filiação: um trabalho bom e difícil de nossa Secretaria Nacional de Orgabização, em Brasília;

-- os resultados iniciais do esfôrço de reestruturação dos organismos dirigentes, sua ampliação, sua renovação -- e de localização, recuperação e renovação do quadro de filiados, em desenvolvimento em vários Estados.

II -- O Plano inicial de trabalho, visando a coligir, sistematizar os dados correspondentes a nossa realidade atual; a definir, com apoio nesses dados, uma Política de Organização para o conjunto de nosso Partido, suas Prioridades e a Política de Concentração correspondente .

Os caminhos previstos: ( a debater )

reuniões parceladas ( Secretaria Nacional de Organização, Secretarias dos Estados, nas várias Regiões do País;

balanço da realidade e das iniciativas em curso;

sistematização dêsses dados;

elaboração de um Plano de Construção Partidária, a ser apresentado à CEN, -e, se aceito, ..... ao DN e ao Encontro Nacional .

O quado das Regiões ( Proposta):

A -- O Centro-Sul : Minas, Espírito Santo, R.J., S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, RGS;

B -- Região Leste-NE: Bahia, Sergipe, .. Alagoas, Pernambuco, PA, RGN, Ceará;

C -- Meio-Norte e Norte : PI, MA, Pará, AM., Acre, Rondônia;

D -- Centro e Centro-Oeste : Goiás, Brasília, MT, MTS.

III __ Um 1º balanço : a realidade do P.T. em S;Paulo: iniciaticas, caminhos, inovações em desenvomvimento.

1 -- A situação, pós o 15 de novembro de 1982:
- o enfraquecimento geral da estrutura partidária
- a desarticulação dos organismos
- um quadro dramático, no tocante aoq Núcleos de Base

2 -- A viragem inicial, sob um Plano de Trabalho, com objetivos definidos :

- A importância particular da criação de uma Secretaria de Organização;

A evolução de sua estrutura e de seu funcionam ento. Seus participantes -- e a passagem progressiva do regime de voluntariado ao regime e ao nível mais alto dos quadros permanentes.

- O Plano de trabalho -- e a visão de conjunto; a partir dos efetivos declarados, no período
a) anterior ( dados do TSR, sobretudo. A localização dos filiados. Remessa das fichas aos Diretórios Municipais e Distritais ( Zonais);

b) A divisão de Responsabilidades·A descentralização:
-- A criação da Secretaria do Interior, no Diretório Regional e CER;
-- os organismos intermediários; as Regiões; as Sub-Regiões ;

o cuidado inovador com a Regionalização da Estrutura, procurando corrigir os traços anteriores de umaestrutura marcadamente metropolitana;

-- O objetivo-chave : a consolidação dos objetivos existentes.

c) O que se impunha, em primeira instância de urgência, nesse sentido :
- a corre,cão do"esvasiamento da militância";

OKØ-TXT-331,p.19



- a imperiosa necessidade de um plano de Formação Política;

B) Os Planos de Trabalho e suas áreas prioritárias :

--a Regionalização ( abrangendo 30 Regiões);
-- a Nucleação.

-Cada Região, abrangendo 8 Diretórios(cada um representado por 2 de seus membros de direção).
- A sub-Região, com carater consultivo.
-As sub-Sedes.

C) Os instrumentos essenciais postos em aplicação dêsses Planos e de seus objetivos:

-- o debate político

-- as bases de uma Política de Nucleação
uma Polica de Formação

-- a correção da desigualdade de formação e crescimento, face a um partido ainda, em boa medida, metropolitano ; a nucleação era, sensivelmente, mais forte na capital e fraca, no interior;

-- o esfôrço por corrigir e superar as dificuldades no tocante à ligação e a busca de caminhos de influência sobre os movimentos de massas ;

-- a visão de uma nova Política de Concentração

tendo em conta que, do total de 180 a 200 DD.MM;, no Interior, dotados de vida econômica própria, 30 dêles, com 200 a 400 mil habitantes, geram fôrças políticas e, ali, devemos concentrar o esfôrço de construção partidária;

-- a necessidade de corrigir os elementos de diluição da imagem e da realidade política e social do P.T. , em certos focos de influência da CPT e das Comunidades de Base .

D).. Há tôda uma rica experiência acumulada no quadro da implantação, em bases novas, de nosso Partido, no interior de S. Paulo. A destacar, nesse sentido :
- o papel positivo exercido pela Sub-Região;
- o fato concreto de que o núcleo sempre serviu de trampolim para a luta política .

a) 3 eixos permanentes orientaram otrabalho :

--A Política de Nucleação( ver Documento anexo );
- o critério-chave : ver claro, para assegurar bases firmes à viragem pretendida. Assim,

- a distinção entre núcleos e núcleos formais,
número real e número forlal de filiados.

-o Plano de Refiliação , emmargens aproximadas. O mini-P.T.

--A Capacitação cultural e política ( Bases mínimas de capacitação e elaboração políticas . Objetico: um mínimo de capacitação cultural e política .
Importância particular, nesse sentido, da definição das Políticas setoriais ( através das Secre arias respectivas ).

-

A correção das ausências mais graves : a presença precária no movimento popular;
a substimação da prática política, no plano institucional .

III — As iniciativas a estudar, a adaptar e a enriquecer :

-- Um Plano de Ação Municipal -- Programa de mudanças viáveis, a debater e a confrontar face aos Prefeitos. Caco de Osasco. As mudanças que o Povo reclama.

-- A formação Política dos filiados.O empenho de corrigir a apresentação formal do PT, em sua condição de partido de massas --e a atuação política, na pratica, como um partido de Quadros ( ou, mais concretamente, " como um partido deformado de "uadros" ...).
Ver, nesse sentido : os Cursos de Formação Política
os Seminários de Formação Política ( Ver Documentos )

os Seminários sob o tema :O P.T. , partido de Massas .

a análise daconjuntura Política .

IV -- A Política de Organização e asituação Política atual. As tarefas Mínimas
As atribuições de cada Comissão Executiva Municipal e Distrital. As Cartilhas.
As atribuições da Sub-Região.Seu caráter. Como se compõe.
Os organismos auxiliares. As Secretarias. (Ver o Regimento Interno).

V -- A produção Política. Estimulá-la, nos diferentes níveis. Os Seminários e a ativa e ampla participação dos Núcleos deBase. Exemplos. A arte de Direção Política - inovação e sugestão ricas a adaptar edesenvolver.

GKG.TXT.331,p.20

I -- A sociedade brasileira : uma sociedade dividida em classes.

A definição de classes e camadas sociais .

a) Classes exploradoras. Classes exploradas. C lasses dominantes. Classes dominadas. As razões dessa divisão.

As classes não existiram sempre. Nem sempre foram as mesmas, em nosso País. Há classes (e camadas sociais) que existem ( e cotinuam existindo e atuando) há muito tempo. Há classes que, ao contrário, existiram por certo tempo -- e, depois, desapareceram. Há outras que existem apenas de um século para cá . E' que, em nossa história, houve ciclos diferentes, com diferentes sistemas políticos e sociais. E cada sistema político e social incorpora á sociedada suas classes fundamentais. Hoje, vivemos sob o sistema capitalista -- e suas classes fundamentais, decisivas na vida social, são a burguesia ( a classe dos capitalistas) e a classe operária ( o proletariado). Do descobrimento do Brasil até o fim do século passado ( 1888), vivemos sob o sistema escravista -- e suas classes fundamentais foram os senhores deescravos e os escravos. Antes, com as populações indígenas, tivemos uma sociedade sem classes -- a sociedade comunal primitiva . Daí, a visão de duas grandes épocas, na vida e na história de cada País : o período da sociedade sem classes ; e o período da sociedade dividida em classes. Em certos países, já se iniciou o esforço por um terceiro período -- um período novamente sem classes, cuja fase inicial é o Socialismo .

b) Atribui-se, muito constantemente, a Carlos Marx ( que, com Frederico Engels, criou a doutrina social que depois se chamaria o Marxismo) a descoberta das classes, na sociedade. Não é verdade. Marx não descobriu as classes-- e tampouco descobriu a luta de classes. Ele descobriu, isso sim, que as classes não existiram sempre; que elas aparecem na sociedade a um dado momento da História, - e não são permanentes; surgem e , depois, desaparecem (como os senhores de escravos e os escravos, classes fundamentais da sociedade escravista, entre nós) ; que, nas sociedades divididas em classes, em explorados e exploradores, a luta de classes é o motor do desenvolvimento social -- e, assim, a história da sociedade é, em essência, a história da luta de classes . Ele revelou, enfim, que a luta de classes leva à derrubada das classes dominantes : que, assim, na sociedade capitalista de hoje, ela deve levar a classe operária, uma de suas duas classes fundamentais, á condição de classe dominante ( isto é, á ditadura de classe do proletariado). Enfim, que a classe operária, uma vez no Poder de Estado, abrirá caminho à eleiminação progressiva do Estado e á instauração de uma sociedade sem classes ( o Socialislo e, a seguir, o Comunismo) . (1).

c) O Brasil é um País capitalista cuja população abrange toda uma ampla gama de classes e camadas sociais, na cidade e no campo .Duas dentre elas são as classes fundamentais de nossa sociedade : a burguesia ( a classe dos capitalistas) e a classe operária ( o proletariado).

O diferente caráter das classes sociais:classes exploradoras. Classes exploradas .

II -- A luta de classes . Suas formas fundamentais .

Procura-se apresentar nossa sociedade como um conjunto harmonioso de classes e camadas, sem contradições insolúveis e sem antagonismos . As relações entre o capital e o trabalho são apresentadas como relações normais entre parceiros que estabelecem um contrato

GK.B.TXT.331,p.21

I — A sociedade brasileira : uma sociedade dividida em classes.

b) A definição de classes e camadas sociais .

a) Classes exploradoras, Classes exploradas. C lasses dominantes. Classes dominadas. As razões dessa divisão.

As classes não existiram sempre. Nem sempre foram as mesmas, em nosso País. Há classes (e camadas sociais) que existem ( e cotinuam existindo e atuando) há muito tempo. Há classes que, ao contrário, existiram por certo tempo — e, depois, desapareceram. Há outras que existem apenas de um século para cá . E' que, em nossa história, houve ciclos diferentes, com diferentes sistemas políticos e sociais. E cada sistema político e social incorpora á sociedada suas classes fundamentais. Hoje, vivemos sob o sistema capitalista — e suas classes fundamentais, decisivas na vida social, são a burguesia ( a classe dos capitalistas) e a classe operária ( o proletariado). Do descobrimento do Brasil at' o fim do século passado ( 1888), vivemos sob o sistema escravista — e suas classes fundamentais foram os senhores deescravos e os escravos. Antes, com as populações indígenas, tivemos uma sociedade sem classes — a sociedade comunal primitiva . Daí, a visão de duas grandes épocas, na vida e na história de cada País : o período da sociedade sem classes ; e o período da sociedade dividida em classes. Em certos países, já se iniciou o esforço por um terceiro período — um período novamente sem classes, cuja fase inicial é o Socialismo .

b) Atribui-se, muito constantemente, a Carlos Marx ( que, com Frederico Engels, criou a doutrina social que depois se chamaria o Marxismo) a descoberta das classes, na sociedade. Não é verdade. Marx não descobriu as classes — e tampouco descobriu a luta de classes. Ele descobriu, isso sim, que as classes não existiram sempre; que elas aparecem na sociedade, a um dado momento da História, - e não são permanentes; surgem e , depois, desaparecem (como os senhores de escravos e os escravos, classes fundamentais da sociedade escravista, entre nós) ; que, nas sociedades divididas em classes, em explorados e exploradores, a luta de classes é o motor do desenvolvimento social — e, assim, a história da sociedade é, em essência, a história da luta de classes . Ele revelou, enfim, que a luta de classes leva à derrubada das classes dominantes : que, assim, na sociedade capitalista de hoje, ela deve levar a classe operária, uma de suas duas classes fundamentais, á condição de classe dominante ( isto é, á ditadura de classe do proletariado). Enfim, que a classe operária, uma vez no Poder de Estado, abrirá caminho à eleiminação progressiva das classes e á instauração de uma sociedade sem classes ( o Socialismo e, a seguir, o Comunismo) . (1).

c) O Brasil é um País capitalista cuja população abrange toda uma ampla gama de classes e camadas sociais, na cidade e no campo .Duas dentre elas são as classes fundamentais de nossa sociedade : a burguesia ( a classe dos capitalistas) e a classe operária ( o proletariado).

O diferente caráter das classes sociais:classes exploradoras. Classes exploradas .

II — A luta de classes . Suas formas fundamentais .

Procura-se apresentar nossa sociedade como um conjunto harmonioso de classes e camadas, sem contradições insolúveis e sem antagonismos . As relações entre o capital e o trabalho são apresentadas como relações normais entre parceiros que estabelecem um contrato

Cod. 21.465-0

regular, dentro de absoluta igualdade de condições : o empregador entra com o capital - e - o empregado entra com o trabalho. Acusa-se, assim, a Marx e aos marxistas de "inventarem" a existência das classes, a luta declasses, as diferenças e contradições de classes.

Na realidade, Marx e Engels limitaram-se, nesse particular, a mostrar que o contrato entre empregador e empregado, não se faz, como se diz e como pode parecer à primeira vista, entre o capital, de um lado -e- o trabalho, de outro lado. Isso seria impossível, já que o capital é uma coisa concreta ( que se toca e se conta) - e - o trabalho é uma coisa abstrata. Êle é apenas a utilização de um outro elemento , muito concreto, que é a capacidade de produzir do trabalhador, que êste aluga ao patrão, sob tais condições, por um prazo tal, a um preço tal ( o salário). Que êle vende ( ou aluga) ao patrão, como uma mercadoria: sua fôrça de trabalho . Que tem seu preço : o equivalente ao que é necessário para sua renovação ( a cada dia e a cada semana) e para seu uso contínuo -- e, num sentido mais amplo, para sua reprodução, no âmbito da família, das gerações : lembrar " os operários " puro sangue"..). Sem dúvida, há um contrato, entre o empregador e o empregado. Mas êle se faz entre o capital, de um lado e, de outro lado, a fôrça de trabalho, a mercadoria que o capitalista compra ( ou aluga) e passa a usar, em seu benefício. O trabalho é um elemento ( um personagem ) posterior, que intervém através do uso da mercadoria fôrça de trabalho. A análise da relação entre empregador e empregado situa-se, aliás, sobre o eixo-chave adotado por Marx para a análise da sociedade capitalista: uma sociedade que elevou a economia mercantil ( a produção e a troca de mercadorias) a seus níveis mais altos e a estendeu a tôdas as esferas. Por isso mesmo, a análise da sociedade capitalista começa pela análise da mercadoria em seu sentido mais amplo: sua origem, sua variedade, sua especificidade, sua aplicação, isto é, seu valor de uso; sua destinação ao comércio, seu valor de troca ( a base do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la ).

Como tudo se compra, nessa sociedade mercantil de nível mais amplo, os capitalistas começam por comprar a mercadoria Fôrça de trabalho. Por que ? Porque o uso dessa mercadoria equivale á criação de seus lucros e á acumulação e multiplicação de seus capitais . O uso dessa mercadoria garante à burguesia, aos patrões, sua condição de classe exploradora, dirigente e beneficiária de todo o processo de produção . Como ? Em tôda a história da economia mercantil, a troca direta fez-se, sempre, á base do valor igual, equivalente, das mercadorias; na troca indireta, persistiu o mesmo critério-chave de igualdade, de equivalência, entre a mercadoria e o dinheiro, elemento intermediário, nas trocas. Por que não se passa o mesmo, na economia caitalista, no quadro da produção ? Aqui intervém a característica original, que só ela possui, da mercadoria Fôrça de Trabalho utilizada pelo capitalista, ela produz ( reproduz) não apenas o equivalente a seu próprio valor ( o que é necessário para a sua própria renovação, amanhã e a curto prazo -- e para sua reprodução, a médio e a longo prazos). Ela tem o privilégio de produzir, não apenas o equivalente a seu próprio valor __ mas, também e ainda, um valor adicional. Esse valor adicional não é pago ( não é incuido na troca de valores), pelo capitalista e empregador. Constitui o uso não-pagoda mercadoria Fôrça de trabalho, a soma que não é paga pelo trabalho produzido, -- e de que o capitalista se apropria. Esse valor adicional é o que se chama a maisvalia. É o lucro dos patrões, É o lucro, a soma de trabalho roubada ao trabalhador.

GK.Ø TXT. 331, p. 23

As dificuldades e dùvidas mais comuns — na pràtica polìtica de nossos companheiros oriùndos dp Movimento Sindical .

Algumas formulações iniciais, como base ou temas e sugestões para um ciclo de Palestras voltadas, mais especificamente, para os problemas e teses mais intimamente ligados

— ao papel e às metas do Sindicato e da atividade sindical;
— ao papel e às metas dos partidos polìticos;
— às relações entre Sindicatos,
os demais movimentos Sociais,
os partidos pòlìticos .

A — Os problemas que defronta um dirigente do PT, saìdo do movimento sindical:

Em 1º plano, a relação entre Sindicato e Partido polìtico.

Pesa muito o desconhecimento da història de nossa classe operària, da història do Movimento Operàrio, do que são as doutrinas polìticas ligadas à classe operària, ao Movimento Operàrio, aos trabalhadores em geral: o anarquismo, o anarco-sindicalismo, o marxismo.

— Muita gente, incorporada, nestes ùltimos anos, ao movimento sindical e à pràtica de um partido polìtico ( como o PT) tem a tendência a partir da estaca Zero. Por exemplo: tudo começou em S.Bernardo, hà alguns anos atràs ...

Os trabalhadores gostariam de conhecer a història dos partidos operàrios, no mundo e no Brasil. E a història dos Sindicatos, aqui e là fora. Suas experiências. Suas conquistas. Os altos e baixos de sua atividade. Suas vicissitudez.

— Ouvem falar em certas coisas, que ainda não cnhecem bem. Por exemplo: o que é dogma ? o que é ideologia ?

E, antes e acima de tudo,
- o que é
- e até onde pode chegar

o Sindicato ? o partido polìtico ?

E ainda : Como ser um dirigente sindical — e — ser um dirigente do P.T. ?
— ajudar a direção do Partido ?

Como ajudar no esfôrço pela defnição de nossa linha sindical ?

Como trabalhar, com clareza e eficiência, numa Secretaria Sindical ? Em todos os nìveis ?

~~Essas dificuldades ficaram muito nìtidas~~ na Campanha das Diretas-jà!

B — Outro problema-chave: a ligação entre a luta sindical, especìfica,
e a pràtica polìtica, de massas, mais ampla e abrangente,
e a pràtica parlamentar ?

A visão do dirigente sindical parte, como norma, da visão do que é imediato, pràtico, concreto. Ele " é pràtico", na essência de seu trabalho.

A visão do dirigente polìtico não parte do especìfico, do particular: parte do geral, do global, para chegar ao particular e ao individual. É a " visão de um teòrico".

~~Isso inibe, tolhe a confiança na visão comum, dà a impressão de que hà uma divisão implìcita de trabalho que privilegia " os intelectuais" .~~

É um campo de desencontro, de interrogações, no domìnio da relação ente a Teoria e a Pràtica, na atividade comum de Direção . Isso não estimula. E não ajuda. Todo o contràrio.

Essas dificuldades tornam-se muito nìtidas, por exemplo, a cada anàlise da Conjuntura Polìtica .

O grande desafio : a relação entre o geral e o particular, a tàtica imediata e seus desdobramentos mesmo a curto prazo .

| tipo | corpo | medida | observações |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Cód. 21.465-0

AR - 016

GK.Ø.TXT.331,P.JH

C — Outros temas :

a) no quadro da s relações no interior da estrutura partidària. E da imagem original do P.T. :

— as relações entre Sindicato - e - nùcleo de categoria ;

— o que distingue o PT? O que éum partido de Quadros?
O que éum partido de massas ?

— Os componentes que se incluem no PT são vàrios. Qual é o papel de cada um deles ? dos sindicalistas ? dos camponeses ? dos intelectuais ? das correntes polìticas e ideològicas de Esquerda ? dos participantes das Comunidades de Base ? dos "independentes", remanescentes ou, simplesmente, afastados de suas anteriores organizações ? dos que não participaram, antes, de qualquer tipo de organização ? A Direção deve definir e zelar por esse papel. Se não, quem deveria Uma opinião : " Os intelectuais ainda não descobriram seu papel, num partido como o P.T.: socializar os conhecimentos " .

— As relações entre o Sindicato sob influência do P.T./— e - um partido polìtico:
o caso mais simples : as relações com o PT;
outros casos : com partidos polìticos , como o PDs : o caso de ....
? e o princìpio da autonomia sindical ? e o respeito à autonomia ?

b) O problema da formação po lìtica afirma-se, aì, em tôda a sua plenitude. Hà, por exemplo, muita curiosidade em tôrno, particularmente,
— da experiência do P.C.I. em tôrno dos movimentos de massas ;
— do que é e como funciona o Partido Trabalhista , na Inglaterra

b) no quadro das relações no interior e no exterior da estrutura partidària : o problema da linguagem : Isso se refere, também, á Fundação Wilson Pinheiro. Nesse sentido, o P.T. deve, ainda, procurar avançar, com rapidez, no caminho da elaboração e ampla divulgação das Cartilhas, das peças de tratro, e de outros meios orais e visuais de comunicação de massas.

D) A experiência destes 4 anos (1980/1984 ) necessita, pois, ser estudada e passar por um primeiro esfôrço de sistematização. Uma primeira reflexão, embora ainda muito superficial, parece, no entanto, permitir destacar a preocupação comum dos companheiros, oriúndos do movimento sindical e demais fontes do movimento social, com a esfera típica e mais ampla de ta refas e responsabilidades dos partidos políticos — bem mais abrangente e complexa que o campo de ação dos Sindicatos. O que o Povo espera do P.T., por exemplo. E, nesse quadro, para saber fazer face às tarefas e responsabilidades próprias das entidades essencialmente políticas. Como o esfôrço especial para assimilar, efetivamente, a exigência imperiosa, para os militantes e dirigentes petistas, em geral — — e, não apenas, para os que têm atividades prioritariamente situadas num plano intelectual — de empreender , com tenacidade,

- o estudo permanente de nossa realidade em movimento
- a análise constante da conjuntura polìtica e econômica,
- o conhecimento das linhas-mestras da história do Movimento Operàrio, seus ensinamentos, seu confronto criativo com a realidade atual,
- as linhas gerais da ciência social da classe operària — o Marxismo.

E, ao mesmo tempo — e —

— Como seu complemento necessário,

... as relações dos trabalhadores , no plano polìtico, com os diferentes segmentos da sociedade civil. A fôrça social necessária para iniciar e encaminhar as mudanças que nosso Povo reclama. As alianças políticas de caráter permanente. Os acordos políticos conjunturais com outras fôrças sociais, partidos, segmentos de partidos, segmentos da sociedade civil, à base de um Programa mínimo Comum e de suas prioridades. Em síntese, o estudo acurado e a busca de caminhos de aplicação do Projeto Político do P.T. ( abril, 1984), que representa uma qualidade nova em nossa prática política e social .

Cod. 21.465-0

AR - 016

(1) As classes e os camadas sociais. A realidade brasileira

1 — O PT = um partido classista. O partido da classe trabalhadora

O PT é um partido de classe

Para alguns: um partido marxista (c/ conotações da palavra = ligado ao conjunto da classe operária)

Para outros: um partido de classe e camadas sociais

A existência, atualmente, de 17, em 1983, mostra claramente a variedade de classes e camadas sociais

a) diga de ter, por isso, um partido de trabalhadores?

b) mas [illegible] classes e camadas [illegible] em vários períodos [illegible]: [illegible] de trabalhadores em [illegible] aqueles que [illegible] ou [illegible] ao [illegible] ao [illegible] ao

GK D. TXT. 331, p-26

- OBT - partido dos Botelhudos
partido da classe botelhudora
partido dos classe botelhudos.

a 1ª pessoa
a 2ª pessoa
o 3º pessoa do botelho

A-I
atividade humana
realizada com ou sem auxílio de máquinas (e meios de produção)
destinada à produção de bens de consumo
à prestação de serviços.

A-I - def.
* O que é botelho.

A-II - proprietários
e
não-proprietários

A-III A origem dos diferenças
Diferenças entre as classes
— o direito de botelho
— As diferenças de propriedade
— A distribuição desigual da renda da riqueza

A-IV Lucro def.

A-II (bis)
Classes sociais
e
Camadas sociais

A-0 grandes grupos de pessoas que têm características próprias, segundo seus recursos, condições de vida, costumes, hábitos, opiniões

GK 0. TXT. 331, p. 27

- o Partido do Trabalho.

Para Marx — partes de classes trabalhadoras
Para outros — partes das classes trabalhadoras

OBT — b) O trabalho produtivo e improdutivo

a) As trabalhadores são grandes grupos de pessoas que se diferenciam pelos

- segundo o tipo de atividade. — manuais e intelectuais

o ciclo de atividade — entrega ao mundo

o destino de cada atividade — a produção de bens de consumo / a produção de serviços

os meios de trabalho — a propriedade / a não-propriedade

as diferenças na distribuição da renda (do produto do trabalho)

b) grande propriedade / média propriedade / min. propriedade

2) Classes sociais e poder

1) Classes possuidoras / Classes não-possuidoras / desprovidas

Classes sociais - alta e baixa

Também: 2 eixos centrais:
o caráter: explorador e explorado
as classes
com o debate: dominantes / dominadas

B

- O Brasil, uma sociedade dividida em classes —
- o OBT = sua composição de classes, em debate nacional
- C) o texto mais o destaque classes ainda não existe —
- D) ~~as grandes estruturas básicas~~ = o caráter:

(1) Os classes de hoje se organizam diferentemente em comparação com o passado. — Os fluxos de progresso e os objetivos sociais: As classes dominantes e classes dominadas. As classes médias

2º) Uma história do país. Uma história da vária espécies
escolas de arquitetura. Estado
= b) período em que foi hoje classificado como
e = b) período em que passou a existir as classes
sociais e as
Mas a base da economia, anterior
3º) Os escravos, o período b) em
a) foi vária. — b) Em classes determinantes,
podiam, também
Em que se distinguem?

4º) A história dos sucedidos humanos —
classes — e suas escolas funerárias
— o escravo
— o capitalismo.
a) O que distingue?
— as formas de propriedade
b) as relações entre
os homens, no processo
de produção

Conclusão final:
Os escravos — Os classes fundamentais da
todo século
Onde classes
O caráter das classes — explorados
fundamentais explorados
não fundamentais
docente
e dominados.

Os instrumentos de produção: a propriedade
privada dos meios de produção
Os centros de
decisão: o Estado

8) Os centros decisórios:

Gr. Ø. Ext. 33/10. 28

GKB nr. 321, p. 29

-- O que é exótico, ou importado (ou imposto pela força)
O que é espontâneo, natural

GK.Ø.TXT.331,p.30



CLASSES SOCIAIS NO CAMPO
(Esboço provisório)

(E.Malagodi)

O ponto de partida para uma ~~xxxxxxx~~ compreensão das classes sociais no campo brasileiro é o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Este processo não criou classes sociais totalmente novas, nem eliminou antigas relações de produção, mas ~~xxx~~ mudou a lógica da exploração, e redefiniu as relações de classe no campo e na cidade.

As mudanças econômicas e sociais, que chamam a atenção pelo seu aspecto de mudança tecnològica e produtiva, trouxe uma forte capitalização do setor agrário. Chamamos este processo de "mudança", e não "modernização", como é comumente chamado, por ser este último conceito ideológico e apropriado para fazer a apologia do sistema. Além disso, êle esconde o fato de que estamos diante de uma mudança que é, sob vários aspectos, conservadora e ~~xxx~~ mesmo reacionária. A partir deste processo de desenvolvimento do capitalismo no campo podemos enunciar duas classes sociais que tiveram, a partir daí, seus contornos bem definidos: é a burguesia rural e o proletariado ~~xxxxx~~ rural.

Mas, ao lado destas classes que marcam definitivamente o carater capitalista do campo no Brasil, temos ainda as classes sociais que são fruto das contradições locais, regio nais e nacionais do mesmo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, classes sociais que mascem portanto das contradições específicas da formação social brasileira. Aí podem situar-se, por um lado, estratos oligarquicos da burguesia ~~x~~ rural, mais voltados para a exploração da renda da terra, isto é, para a exploração da propriedade da terra, com o mínimo de emprego de capital, uma pequeno-burguesia rural, um vasto contingente que envolve sitiantes, granjeiros, chacareiros, verdureiros, conforme a região de que se trate. Por outro lado, temos um setor de pequeno-proprietarios, mais comumente chamados de produtores pobres ( ou de baixa-renda), mas que não podem ser assimilados à pequena-burguesia (porque se proletarizam para sobreviver), e um outro setor, mais vasto ainda, e no Brasil ( como em outros paises latino-americamos) muito importante para a compreensão não só da economia agrícola, mas também da industrial e de serviços: é o ~~xxxx~~ campesinato. Vamos examinar classe por classe, e ver como se relacionam entre si.

## O Campesinato Brasileiro

O campesinato brasileiro, diferente do europeu, não é fundamentalmente constituido do agricultor parcelário, dono de sua gleba de terra.

GK.Ø.TXT.331,p:31



Ao contrário, seu acesso à terra é realizado via arrendamento ou ocupação do solo. Se vive à margem da legalidade, não produz à margem da economia. Ao contrário, grande parte da produção de alimentos vem deste setor. E constituido basicamente de: parceiros ( em geral no consércio de um plantio permanente com uma lavoura temporária), posseiros , arrendatários, e moradores.

Os parceiros tem acesso à terra mediante um contrato de parceria, isto é, um tipo de arrendamento em que o pagamento pelo uso do solo é feito na partilha do produto final em produtos. As condições de parceria (meia terça, quarta etc) variam de região e de época para época, além de variar obviamente conforme os produtos que são objeto de contrato de parceria.

Os arrendatários ( são também chamados de foreiros, rendeiros etc.Na verdade o nome varia, e por trás do nome local ou regional, temos que descobrir o tipo de relação social que se estabelece.) são aqueles produtores diretos que pagam em dinheiro, antes de ocupar a terra, um aluguel fixo anual pelo uso da mesma. Essa categoria tanto pode abranger camponeses pobres, como eventualmente capitalista empresários que alugam terra para expandir a produção. Trato aqui - como todos que pertencem ao campesinato, daqueles que explorar com a sua própria força de trabalho ( e eventualmente o trabalho de membros da família, ou mesmo a contratação de alguns assalariados nas épocas de pico.

Os posseiros - uma categoria típica das regiões da chamada "fronteira agrícola" - são aqueles produtores diretos que migram para uma região não ocupada, e aí desbravam e desenvolvem uma agricultura própria e por conta própria. Em geral não cuidam dos documentos de propriedade e são vítimas dos grileiros e empresários que surgem após a valorização da terra. E esta categoria que vem defendendo com as armas na mão ( quando as tem) suas posses, amparadas no direito civil brasileiro, mas desconhecidas pelos poderes federais e estaduais. Vivem os cheques mais violentos com jagunços e polícia. São estes camponenes que mais "baixas" vem sofrendo na guerra que lhe faz o latifúndio boje no Brasil.

Os moradores são a categoria de trabalhadores assalariados. Por que agrupá-los aqui então, junto com os "camponeses" ? Trata-se na verdade

GKO-TXT-331,p.32



de trabalhadores assalariados, mas que tem um"forte pé" no campesinato, pois morando nas fazendas, engenhos, e propriedades alheias aí trabalham recebendo um salário baixo, e complementando suax subsistência com lavoura própria. Na cana-de-açúcar do NE, nas fazendas de gado de algodão, de cafgé etc., xxxx esse trabalhador assalariado compensa seus baixos rendimentos e sua submissão a um patrão, trabalhando por conta própria, em terra designada para éle exclusivamente para seu cultivo familiar. Portanto, ele tamb%ém tem acesso à terra como produtor direto, dono dos meios de produção ( enxada, sementes) e dono dos produtos. E´portanto, xxxb%xx também um camponesx, e suas reivindicações trabalhistas se misturam com a luta por terra para trabalhar por conta própria. E´o caso da pauta de reivindicações dos canavieiros de Pernambuco, Rio Grande do NOrte e da Rxx Paraèba. A própria legislação já assimilou esta situação híbrida através da "lei do Sítio".

Os pequenos-proprietários, em geral xxxxx lavradores xxxxxxxxx xxxxx pobres, culturalmente e socialmente identificáveis às categorias anteriores, podem e devem ser assimilados às outras categorias que constituem o campesinato brasileiro. No entanto, é importante ter presente alguns traços diferenciais: não são os mais combativos no movimento sindical dos trabalhadores rurais. Sua situação de classe é mais indefinida e problemática que os outros estratos do campesinato. Isso porque, esteve em certa medida sempre protegido na redoma de sua pequena-propriedade de um contacto mais direto com os patrões exploradores. E´explorado pelo atravessador, pelo comerciante que compra em loco os produtos que não pode levar ao mercado. Hoje essa categoria está bastante integrada ao proletariado rural e urbano, através da migração sasonal.

Não podemos portanto absolutizar o campesinato como uma classe social radicalmente diferente do proletariado rural e urbano. Isso porque os próprios mecanismos de expulsão provocaram migrações de vários tipos, fazendo com que o camponês seja eventualmente um bóia-fria, um trabalhador rural assalariado temporário, ou xxxxxx mesmo um trabalhador industrial eventual, como é o caso da contrução civil.

## O Proletariado Rural

Este é constituido de trabalhadores temporários : os bóias-frias. Expulsos da propriedades, morando nas periferias urbanas, este ex-morador ( em São Paulo era chamddo de "colono" nas fazendas de café) é

GK.Ø.TXT.331/P.33



um assalariado rural sem as garantias mínimas que um assalariado tem na legislação brasileira. Não tem um contrato fixo de trabalho ( portanto não tem carteira assinada), não tem um patrão certo ( trabalha para o "empreiteiro" da turma ou "gato"), não tem outros direitos trabalhistas mínimos, como seguro contra acidentes, salários indiretors etc. Está concentrado sobretudo no Centro-Sul do país, destacando as plantações de cana, e o setor fruti-granjeito de São Paulo. Em geral migram com as safras. E'um setor numerosímo, sem organização e sem tradições. O sindicalismo rural agora começa a dar os primeiros passos em sua direção.

Quanto ao sindicalismo rural brasileiro, em rápidas palavras é basicamente constituido de pequeno e até médios propríetarios, e cuida basicamente de um assistencialismo, organizado e imposto pelo estado.

## A Burguesia Rural

Talves seja temerário falar de uma burguesia "rural", não que não seja burguesia, mas que seja essencialmente rural. Na verdade, até nas pequenas e médias burguesias rurais das cidades do interior brasileiro nota-se uma vinculação entre a propriedade da terra e o comercio local. ( Isso em tddo Brasil) A nível de grande burggesia o relacionamento é com empresas e inclusive bancos. Na chamada "Amazonia Legal" esta vinculação entre grandes empresas industriais e bancos e os empreendimentos agropecuários é um fato bem visível. Em outras áreas, esta vinculação não foi orientada pelo estado, mas esta igualmente presente, uma vez que os proprietários fundiários não empregam o capital acumulado na própria agricultura, mas diversificam criando ou aplicando em empregas industriais e de serviços.

Mas não podemos pensar em uma burguesia rural homogênea; pelo contrário há muitos segmentos com interesses proprios e bem diferenciados.

Algumas observações gerais: este é um quadro geral, que tem que ser considerado nas suas variações regionais e locais.

Um aspecto que revela o agravamento da situação de classes é a substituição do trabalhador permanente pelo temporário (bóia-fria).Este é um fato amplamente fundamentado nas estatísticas. O problema do setor capitalizado e tecnificado e'que ele não tem impulso suficiente para absorver a mão de obra que ele expulsa e desagrega.

Exmo Snr Dr José A. Luiz

R. J. A. M. B. E.

Palacio

da

Educação

Publica

GK-0. TXT. 331, P. 35

# SUGESTÕES PARA UM PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA

## 1. Introdução

Estas sugestões partem do pressuposto de que há um consenso sobre a necessidade de um plano de formação política do PT em âmbito nacional. Tomam como referencial imediato as propostas do comp. Apolônio sobre o problema da formação política e o Esboço Preliminar apresentado pelos comp. Moisés e Perly.

Suas premissas básicas encontram-se, porém, na argumentação do comp. Apolônio quanto à existência de um componente-chave no PT, composto do "contingente amplo dos companheiros oriundos do movimento sindical", contingente que deveria merecer uma atenção especial de nosso partido no processo de formação política.

É de supor que essa existência e essa necessidade de atenção especial aos companheiros de origem sindical não demande uma justificativa teórica.

## 2. Hipóteses básicas

Partindo das premissas acima, as presentes sugestões trabalham com as seguintes hipóteses básicas relativas ao trabalho de formação política do partido:

a) formação prioritária do contingente de origem sindical do PT;

b) formação de um contingente razoável de quadros políticos para a atividade específica de formação;

c) formação de grupos-tarefa para atender "às atuais necessidades de formação política impostas pelos desafios da presente conjuntura nacional".

Essas hipóteses procuram articular as necessidades de longo e de curto prazo. Não são, portanto, excludentes. Ao contrário, sua interdependência precisará ser adequadamente considerada no plano.

## 3. Plano de formação do contingente de origem sindical

O comp. Apolônio fez um levantamento minucioso das necessidades sentidas pelos companheiros de origem sindical. A temática resultante desse levantamento coincide, em vários pontos, com a temática da SFP do DR de São Paulo e pode ser sintetizada como segue:

a) Ciclo sobre classes sociais;

b) Ciclo sobre a história do movimento operário;

GK.Ø.TXT.331,p.36 2

c) Ciclo sobre a história dos partidos políticos;

d) Ciclo sobre o PT;

e) Ciclo sobre os problemas econômicos e o programa do PT.

Segundo uma experiência levada a cabo com um grupo de companheiros sindicalistas e as sugestões ouvidas deles, além dessa temática eles querem uma metodologia de formação que detalhe melhor e de modo mais paciente os diversos assuntos, conceitos e problemas normalmente tratados em cada um dos temas de cada ciclo.

Em função disso e das experiências existentes, seria útil a convocação de uma reunião com os companheiros sindicalistas que há algum tempo vêm tratando da questão, provavelmente ampliada com presença de outros interessados, para discutir precisamente os problemas da formação política dos companheiros de origem sindical.

Como sugestão, essa reunião poderia discutir:

I. Temas essenciais e sua organização por ciclos;

II. Metodologia;

III. Sistemática de organização dos cursos.

4. Plano de formação de monitores

Propõe-se a realização, em julho próximo, de uma reunião nacional com militantes interessados em realizar o trabalho de formação política. Essa reunião teria como objetivo discutir o processo de formação do contingente de quadros políticos (monitores) para o trabalho de formação. Sugere-se que ela discuta:

a) Teoria e metodologia de formação política do PT;

b) Temas essenciais para a formação dos monitores;

c) Sistemática de organização do trabalho de formação.

5. Plano de formação de grupos-tarefa

Estas sugestões abrangem 2 níveis:

a) Seleção, pela DN, de um grupo de ativistas, intelectuais e parlamentares do PT para, num prazo de 6 meses, cobrirem pelo menos 6 capitais de estado;

b) Formação, pelo grupo-tarefa da DN, de pelo menos um grupo-tarefa em cada estado, para cobrir suas principais áreas de atuação;

A formação desses grupos-tarefa teria como objetivos básicos:

a) Realização de seminários para a formação rápida de grupos capazes de responder aos problemas suscitados pela conjuntura, discutindo e difundindo as propostas do PT;

b) Realização de seminários, palestras e debates com militantes, filiados, simpatizantes e público em geral, destinados a discutir os problemas da conjuntura e a política do PT.

Tanto no processo de formação dos grupos-tarefa, quanto na realização de suas atividades multiplicadoras, sugere-se concentrar nos seguintes temas centrais:

I. Avaliação da transição conservadora;

II. A luta pela Assembléia Nacional Constituinte;

III. A campanha pela Reforma Agrária;

IV. Combinação das lutas econômicas dos trabalhadores com a luta política;

V. A dívida externa e as propostas do PT para a saída da crise econômica;

VI. A campanha eleitoral nos municípios e capitais.

A proposta de concentrar nos 6 temas acima prende-se tanto a uma questão de fundo, quanto a uma questão metodológica. De fundo porque, até segunda avaliação, parecem ser os temas centrais enfrentados hoje pelo partido e pelos grupos de trabalho da DN. Metodológico, porque um maior número de temas levaria à dispersão. Isto não significa, entretanto, que temas outros como cultura, ecologia, mulheres, juventude, política externa, etc. não possam ser eventualmente tratados, dependendo das solicitações e necessidades.

6. Organização do trabalho

Para a efetivação dessas sugestões, ou de outras que venham a ser adotadas para a implantação do trabalho de formação política, propõe-se a formação de um Grupo de Trabalho, subordinado à Secretaria de Formação Política do DN, composto por companheiros/as com experiência nesse terreno e disposição e condições para levá-lo à frente.

Esse GT teria como função:

a) Detalhar as propostas aprovadas pela DN;

GKD. TXT. 331, p. 38 4

b) Adotar as medidas práticas para sua execução;

c) Elaborar os textos resultantes do processo de seminários, debates, cursos e outras atividades de formação, distribuindo-os nacionalmente de modo a contribuir para a elevação do nível geral dos debates do PT.

d) Avaliar permanentemente a execução dos planos, de forma a corrigir seus inevitáveis erros e defeitos e apresentar novas propostas de continuidade do trabalho de formação política para a DN.

São Paulo, 20 de maio de 1985

Vladimir Pomar

GK.d. TXT-331,p.39

PROPOSTA DE CALENDÁRIO PARA OS CICLOS DE PALESTRAS DESTINADAS, POR INICIATIVA DA CEN, AOS COMPANHEIROS SINDICALISTAS

CICLO Nº 1 (6 temas)

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

II - AS CLASSES SOCIAIS AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES. A LUTA DE CLASSES.
(6 palestras = início = 9/4/85
desdobramento = 10 e 11/4/85
16, 17 e 18/4/85

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS (23/4/85)

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA E DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL
(24 e 25/4/85)

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL (apanhado geral)
(30/4 e 2/5/85)

VI - AS LUTAS DE CLASSES, HOJE NO BRASIL
O Partido dos Trabalhadores
(7, 8 e 9/5/85)

CICLO Nº 2

História mais detalhada do Movimento Operário e Sindical de nosso País.
(23, 24 e 25/6/85)

CICLO Nº 3

História dos Partidos Políticos em nosso País. O surgimento de correntes e partidos políticos ligados aos interesses dos trabalhadores.
(7, 8 e 9/6/85)

CICLO Nº 4

O PT, suas características suas alternativas políticas na conjuntura atual. (23 e 24/6/85)

CICLO Nº 5

O Projeto de Programa Econômico do PT. Problemas econômicos e sociais na ordem do dia. (15, 16 e 17/7/85)

GK.Ø.TXT.331,P.40

Curto ciclo de Palestras

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

O que é a classe social? Camada social?

a) A sociedade brasileira: uma sociedade dividida em classes. O quadro amplo dessas classes e camadas sociais. Sua distribuição, no quadro geral do País.

b) O setor da população onde a divisão em classes ainda não existe: as populações indígenas.

As classes hoje existentes nem sempre existiram. O que mostra nossa História.

1)- Um traço chave, fundamental, na definição das classes sociais: seu caráter de classes exploradoras - ou - classes exploradas; classes dominantes - ou - classes dominadas.

- O sistema político-social dominante - e as classes fundamentais da sociedade, em cada ciclo de sua história.
- As classes fundamentais da sociedade brasileira, no período atual.

II - AS CLASSES SOCIAIS: AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES -A luta de classes: suas formas fundamentais

O papel do Estado, na sociedade de classes. A forma superior e decisiva da luta de classes.

Os trabalhadores e os instrumentos essenciais de sua luta de classes.

Os Sindicatos. Os partidos políticos.

- Como a ciência social da classe operária (o Marxismo) explica a existência das classes, a exploração capitalista, a luta de classes, o papel da classe operária, a luta dos trabalhadores pelo socialismo, a caminho de uma sociedade sem classes.

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS

A autonomia sindical. Face ao Estado. Face aos partidos políticos, em geral.

a) O relacionamento no interior da estrutura sindical:

- sua aplicação relativamente fácil, no quadro mais imediato: entre dirigentes sindicais, os membros do Sindicato, a massa de trabalhadores;

- sua aplicação relativamente complexa no plano do relacionamento vertical: entre o Sindicato - e - a categoria, em seu conjunto; entre o Sindicato e a Federação, a Confederação.

(Ver os elementos novos que se fazem presentes);

GK.Ø.TXT.331,p.41

b) entre o Sindicato e a Central Sindical (ou Coordenação) própria

(Ver os elementos novos que passam a intervir)

entre os sindicatos e as demais Centrais Sindicais (se existem) ou articulações

c) Entre o Sindicato e os partidos políticos.

(Ver a nova qualidade, os elementos novos que influem no relacionamento).

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Breve histórico do Movimento Operário, em nosso País.

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

(Apanhado geral). O surgimento dos Sindicatos, dos partidos políticos, das doutrinas sociais. O surgimento da ciência social da Classe Operária.

VI - A LUTA DE CLASSES, HOJE, NO BRASIL

A experiência acumulada. Suas formas fundamentais, seus instrumentos.

a) O novo período que se abre, a partir de 1973-76.

Seus componentes novos, o Partido dos Trabalhadores,
a Central Única dos Trabalhadores
a Conferência das classes Trabalhadoras

b) O peso da ideologia das classes dominantes.

O colorido das franjas de trabalhadores: manuais, intelectuais, urbanas, rurais, assalariados, autônomos, diversos.

Os níveis de experiência política e de tomada de consciência de classe e de consciência política assimiladas e em curso de assimilação pelos trabalhadores.

A influência das diferentes doutrinas sociais. Seu lugar e suas vicissitudes, no interior do Movimento Operário e Popular.

c) O Partido dos Trabalhadores.

Sua razão de ser e suas origens. Sua base social. Suas características. Seus componentes. Seu lugar na Esquerda Brasileira. Sua ligação orgânica com o movimento sindical e com o conjunto dos movimentos sociais. O que o distingue dos demais partidos políticos presentes.

O balanço de sua atividade, desde sua criação (1980/1984).

Os desafios a superar.

GKØ. TXT. 331, P 42

PROPOSTA DE CALENDÁRIO PARA OS CICLOS DE PALESTRAS DESTINADAS, POR INICIATIVA DA CEN, AOS COMPANHEIROS SINDICALISTAS

CICLO Nº 1 (6 temas)

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

II - AS CLASSES SOCIAIS AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES. A LUTA DE CLASSES.
(6 palestras = início = 9/4/85
desdobramento = 10 e 11/4/85
16, 17 e 18/4/85

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS (23/4/85)

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA E DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL
(24 e 25/4/85)

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL (apanhado geral)
(30/4 e 2/5/85)

VI - AS LUTAS DE CLASSES, HOJE NO BRASIL
O Partido dos Trabalhadores
(7, 8 e 9/5/85)

CICLO Nº 2

História mais detalhada do Movimento Operário e Sindical de nosso País.
(23, 24 e 25/6/85)

CICLO Nº 3

História dos Partidos Políticos em nosso País. O surgimento de correntes e partidos políticos ligados aos interesses dos trabalhadores.
(7, 8 e 9/6/85)

CICLO Nº 4

O PT, suas características suas alternativas políticas na conjuntura atual. (23 e 24/6/85)

CICLO Nº 5

O Projeto de Programa Econômico do PT. Problemas econômicos e sociais na ordem do dia. (15, 16 e 17/7/85)

GK.Ø.TXT.331,P.43

1. Introdução

Estas sugestões partem do pressuposto de que há um consenso sobre a necessidade de um plano de formação política do PT em âmbito nacional. Tomam como referencial imediato as propostas do comp. Apolônio sobre o problema da formação política e o Esboço Preliminar apresentado pelos comp. Moisés e Perly.

Suas premissas básicas encontram-se, porém, na argumentação do comp. Apolônio quanto à existência de um componente-chave no PT, composto do "contingente amplo dos companheiros oriundos do movimento sindical", contingente que deveria merecer uma atenção especial de nosso partido no processo de formação política.

É de supor que essa existência e essa necessidade de atenção especial aos companheiros de origem sindical não demande uma justificativa teórica.

2. Hipóteses básicas

Partindo das premissas acima, as presentes sugestões trabalham com as seguintes hipóteses básicas relativas ao trabalho de formação política do partido:

a) formação prioritária do contingente de origem sindical do PT;

b) formação de um contingente razoável de quadros políticos para a atividade específica de formação;

c) formação de grupos-tarefa para atender "às atuais necessidades de formação política impostas pelos desafios da presente conjuntura nacional".

Essas hipóteses procuram articular as necessidades de longo e de curto prazo. Não são, portanto, excludentes. Ao contrário, sua interdependência precisará ser adequadamente considerada no plano.

3. Plano de formação do contingente de origem sindical

O comp. Apolônio fez um levantamento muito minucioso das necessidades sentidas pelos companheiros de origem sindical. A temática resultante pode ser agrupada em três blocos e pode ser sintetizada como segue:

a) Ciclo sobre classes sociais;

b) Ciclo sobre a história do movimento operário;

GKØ.TXT.331,P.44



c) Ciclo sobre a história dos partidos políticos;

d) Ciclo sobre o PT;

e) Ciclo sobre os problemas econômicos e o programa do PT.

Segundo uma experiência levada a cabo com um grupo de companheiros sindicalistas e as sugestões ouvidas deles, além dessa temática eles querem uma metodologia de formação que detalhe melhor e de modo mais paciente os diversos assuntos, conceitos e problemas normalmente tratados em cada um dos temas de cada ciclo.

Em função disso e das experiências existentes, seria útil a convocação de uma reunião com os companheiros sindicalistas que há algum tempo vêm tratando da questão, provavelmente ampliada com presença de outros interessados, para discutir precisamente os problemas da formação política dos companheiros de origem sindical.

Como sugestão, essa reunião poderia discutir:

I. Temas essenciais e sua organização por ciclos;

II. Metodologia;

III. Sistemática de organização dos cursos.

4. Plano de formação de monitores

Propõe-se a realização, em julho próximo, de uma reunião nacional com militantes interessados em realizar o trabalho de formação política. Essa reunião teria como objetivo discutir o processo de formação do contingente de quadros políticos (monitores) para o trabalho de formação. Sugere-se que ela discuta:

a) Teoria e metodologia de formação política do PT;

b) Temas essenciais para a formação dos monitores;

c) Sistemática de organização do trabalho de formação.

5. Plano de formação de grupos-tarefa

Estas sugestões abrangem 2 níveis:

a) Seleção, pela DN, de um grupo de ativistas, intelectuais e parlamentares do PT para, num prazo de 6 meses, cobrirem pelo menos 6 capitais de estado;

b) Formação, pelo grupo-tarefa da DN, de pelo menos um grupo-tarefa em cada estado, para cobrir suas principais áreas de atuação;

GK.Ø.TXT.331,P.45



A formação destes grupos-tarefa teria como objetivos básicos:

a) Realização de seminários para a formação rápida de grupos capazes de responder aos problemas suscitados pela conjuntura, discutindo e difundindo as propostas do PT;

b) Realização de seminários, palestras e debates com militantes, filiados, simpatizantes e público em geral, destinados a discutir os problemas da conjuntura e a política do PT.

Tanto no processo de formação dos grupos-tarefa, quanto na realização de suas atividades multiplicadoras, sugere-se concentrar nos seguintes temas centrais:

I. Avaliação da transição conservadora;

II. A luta pela Assembléia Nacional Constituinte;

III. A campanha pela Reforma Agrária;

IV. Combinação das lutas econômicas dos trabalhadores com a luta política;

V. A dívida externa e as propostas do PT para a saída da crise econômica;

VI. A campanha eleitoral nos municípios e capitais.

A proposta de concentrar nos 6 temas acima prende-se tanto a uma questão de fundo, quanto a uma questão metodológica. De fundo porque, até segunda avaliação, parecem ser os temas centrais enfrentados hoje pelo partido e pelos grupos de trabalho da DN. Metodológico, porque um maior número de temas levaria à dispersão. Isto não significa, entretanto, que temas outros como cultura, ecologia, mulheres, juventude, política externa, etc. não possam ser eventualmente tratados, dependendo das solicitações e necessidades.

6. Organização do trabalho

Para a efetivação dessas sugestões, ou de outras que venham a ser adotadas para a implantação do trabalho de formação política, propõe-se a formação de um Grupo de Trabalho, subordinado à Secretaria de Formação Política do PT, composto por companheiros/as com experiência neste terreno e disposição e condições para levá-lo à frente.

Esse GT teria como função:

a) Detalhar as propostas aprovadas pela DN;

GK.Ø.TXT.331,p.46



b) Adotar as medidas práticas para sua execução;

c) Elaborar os textos resultantes do processo de seminários, debates, cursos e outras atividades de formação, distribuindo-os nacionalmente de modo a contribuir para a elevação do nível geral dos debates do PT.

d) Avaliar permanentemente a execução dos planos, de forma a corrigir seus inevitáveis erros e defeitos e apresentar novas propostas de continuidade do trabalho de formação política para a DN.

São Paulo, 20 de maio de 1985

Wladimir Pomar

GKD. TXT.331, P.47

# [illegible]

1. Introdução

Estas sugestões partem do pressuposto de que há um consenso sobre a necessidade de um plano de formação política do PT em âmbito nacional. Tomam como referencial imediato as propostas do comp. Apolônio sobre o problema da formação política e o Esboço Preliminar apresentado pelos comp. Moisés e Perly.

Suas premissas básicas encontram-se, porém, na argumentação do comp. Apolônio quanto à existência de um componente-chave no PT, composto do "contingente amplo dos companheiros oriundos do movimento sindical", contingente que deveria merecer uma atenção especial de nosso partido no processo de formação política.

É de supor que essa existência e essa necessidade de atenção especial aos companheiros de origem sindical não demande uma justificação teórica.

2. Hipóteses básicas

Partindo das premissas acima, as presentes sugestões trabalham com as seguintes hipóteses básicas relativas ao trabalho de formação política do partido:

a) formação prioritária do contingente de origem sindical do PT;

b) formação de um contingente razoável de quadros políticos para a atividade específica de formação;

c) formação de grupos-tarefa para atender "às atuais necessidades de formação política impostas pelos desafios da presente conjuntura nacional".

Essas hipóteses procuram articular as necessidades de longo e de curto prazo. Não são, portanto, excludentes. Ao contrário, sua interdependência precisará ser adequadamente considerada no plano.

3. Plano de formação do contingente de origem sindical

O comp. Apolônio fez um levantamento minucioso das necessidades sentidas pelos companheiros de origem sindical. A temática resultante desse levantamento coincide, em vários pontos, com a [illegible] do SEF do CR de São Paulo e pode ser sintetizada como segue:

a) Ciclo sobre classes sociais;

b) Ciclo sobre a história do movimento operário;

GK Ø. TXT. 331, p. 48



c) Ciclo sobre a História dos partidos políticos;

d) Ciclo sobre o PT;

e) Ciclo sobre os problemas econômicos e o programa do PT.

Segundo uma experiência levada a cabo com um grupo de companheiros sindicalistas e as sugestões ouvidas deles, além dessa temática eles querem uma metodologia de formação que detalhe melhor e de modo mais paciente os diversos assuntos, conceitos e problemas normalmente tratados em cada um dos temas de cada ciclo.

Em função disso e das experiências existentes, seria útil a convocação de uma reunião com os companheiros sindicalistas que há algum tempo vêm tratando da questão, provavelmente ampliada com presença de outros interessados, para discutir precisamente os problemas da formação política dos companheiros de origem sindical.

Como sugestão, essa reunião poderia discutir:

I. Temas essenciais e sua organização por ciclos;

II. Metodologia;

III. Sistemática de organização dos cursos.

4. Plano de formação de monitores

Propõe-se a realização, em julho próximo, de uma reunião nacional com militantes interessados em realizar o trabalho de formação política. Essa reunião teria como objetivo discutir o processo de formação do contingente de quadros políticos (monitores) para o trabalho de formação. Sugere-se que ela discuta:

a) Teoria e metodologia de formação política do PT;

b) Temas essenciais para a formação dos monitores;

c) Sistemática de organização do trabalho de formação.

5. Plano de formação de grupos-tarefa

Estas sugestões abrangem 2 níveis:

a) Seleção, pela DN, de um grupo de ativistas, intelectuais e parlamentares do PT para, num prazo de 6 meses, cobrirem pelo menos 6 capitais de estado;

b) Formação, pelo grupo-tarefa da DN, de pelo menos um grupo-tarefa em cada estado, para cobrir suas principais áreas de atuação;

©K.Ø.TXT.331,p.49



A formação destes grupos-tarefa teria como objetivos básicos:

a) Realização de seminários para a formação rápida de grupos capazes de responder aos problemas suscitados pela conjuntura, discutindo e difundindo as propostas do PT;

b) Realização de seminários, palestras e debates com militantes, filiados, simpatizantes e público em geral, destinados a discutir os problemas da conjuntura e a política do PT.

Tanto no processo de formação dos grupos-tarefa, quanto na realização de suas atividades multiplicadoras, sugere-se concentrar nos seguintes temas centrais:

I. Avaliação da transição conservadora;

II. A luta pela Assembléia Nacional Constituinte;

III. A campanha pela Reforma Agrária;

IV. Combinação das lutas econômicas dos trabalhadores com a luta política;

V. A dívida externa e as propostas do PT para a saída da crise econômica;

VI. A campanha eleitoral nos municípios e capitais.

A proposta de concentrar nos 6 temas acima prende-se tanto a uma questão de fundo, quanto a uma questão metodológica. De fundo porque, até segunda avaliação, parecem ser os temas centrais enfrentados hoje pelo partido e pelos grupos de trabalho da DN. Metodológico, porque um maior número de temas levaria à dispersão. Isto não significa, entretanto, que temas outros como cultura, ecologia, mulheres, juventude, política externa, etc. não possam ser eventualmente tratados, dependendo das solicitações e necessidades.

6. Organização do trabalho

Para a efetivação dessas sugestões, ou de outras que venham a ser adotadas para a implantação do trabalho de formação política, propõe-se a formação de um Grupo de Trabalho, subordinado à Secretaria de Formação Política do PT, composto por 05 militantes com experiência neste terreno e disponibilidade e condições para levá-lo à frente.

Esse GT teria como função:

a) Detalhar as propostas aprovadas pela DN;

GK.Ø.TXT.331/P.50



b) Adotar as medidas práticas para sua execução;

c) Elaborar os textos resultantes do processo de seminários, debates, cursos e outras atividades de formação, distribuindo-os nacionalmente de modo a contribuir para a elevação do nível geral dos debates do PT.

d) Avaliar permanentemente a execução dos planos, de forma a corrigir seus inevitáveis erros e defeitos e apresentar novas propostas de continuidade do trabalho de formação política para a DN.

São Paulo, 20 de maio de 1985

Wladimir Pomar

GK.D.TXT.331,p.51

# A CONSTRUIR

## PROGRAMA DE TRABALHO

### I. PAPEL DA UNIVERSIDADE

A UFRJ é uma Universidade Pública, mantida pela sociedade e, portanto, com obrigações sociais.
O nosso compromisso é com um projeto de Universidade crítica e criativa que reflita os aspectos diferenciados da nossa sociedade.
A produção, difusão e transmissão do saber devem estar comprometidas com a competência acadêmica, rompendo com os vícios de uma estrutura socialmente injusta e integrando as atividades de ensino e pesquisa com a extensão.
Queremos enfrentar as desigualdades entre diversos setores da universidade criando condições para o desenvolvimento das áreas menos atendidas e consolidando as mais desenvolvidas, e inserindo a UFRJ no desenvolvimento científico e cultural do Rio de Janeiro e do País.

### II. PRINCÍPIOS BÁSICOS

Alguns princípios básicos devem presidir a gestão de uma universidade pública.

#### II.1. Pluralismo

A universidade deve ser plural nos diversos aspectos: acadêmico, científico, ideológico, no relacionamento com a sociedade, etc.
O pluralismo é a garantia de uma universidade pública. E ela só será plural se sua base de financiamento for pública.

#### II.2. Democracia

*A democracia universitária:*

Deve estar baseada na participação ativa de todos os seus segmentos e estar articulada organicamente com seus objetivos acadêmicos e sociais;
Deverá ser consolidada em regras estáveis, obtidas através de um processo democrático de reformulação estatutária, que incorpore as expectativas manifestadas pela sociedade civil;
Terá como base a transparência (interna e externa), garantida por mecanismos permanentes de divulgação ampla das informações;
Não se esgota em processos eleitorais diretos;
Deve basear-se no relacionamento independente e no respeito às entidades representativas de professores, funcionários e estudantes.

#### II.3 Descentralização política-Administrativa

Estará baseada nos seguintes pontos:

Fortalecimento das unidades e departamentos, inclusive no que se refere às atividades de extensão, com descentralização dos meios e recursos;
Promoção da distribuição de recursos orçamentários através de critérios claros, com flexibilidade, aos Departamentos, Unidades e Centros e com eliminação da política de favores;
Desburocratização;
Fortalecimento da estrutura colegiada com a presença dos vários segmentos da UFRJ nestes colegiados.

#### II.4 Autonomia

A universidade é um espaço público e não um espaço governamental.
A garantia do pluralismo acadêmico depende disto.
A Universidade como espaço público deve ter, ao lado da autonomia, responsabilidade face aos compromissos sociais de órgão financiado pelos recursos públicos. Neste sentido a Universidade deve ser aberta à sociedade para que esta tenha meios claros de avaliar o grau de eficiência e responsabilidade social na utilização destes recursos.
Autonomia sem democracia é autocracia.
Todos estes pontos de princípio estão necessariamente articulados.
Dois elementos fundamentais balizam o cumprimento destes princípios na Universidade:
i. Um padrão acadêmico de qualidade, passando pela integração equilibrada entre ensino, pesquisa e extensão;
ii. Um padrão ético de gestão pública. Isto implica em compromisso de todos os segmentos universitários com seus deveres, de trabalho e estudo, perante a sociedade.

### IiI. LINHAS GERAIS DE AÇÃO

#### III.1. Melhoria do Ensino e Reformulação da Graduação

Um ponto fundamental de nossa proposta é a melhoria qualitativa do ensino na UFRJ no que se refere a seus objetivos, estruturas, currículos e métodos. Algumas de nossa metas nesta direção são:
Incentivar e investir prioritariamente nesta área, com melhoria das bibliotecas, salas de aula, etc.;
Promover a ligação indissociável do ensino com a pesquisa e a extensão;
Estimular o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas na UFRJ.
Estabelecer uma política de assistência ao estudante (moradia, alimentação, transporte, bolsas, etc.);
Enfrentar o problema da evasão escolar;
Estabelecer um processo permanente de avaliação dos cursos;
Ampliar as oportunidades para os estudantes com a implantação de cursos no horário noturno após estudo de viabilidade;
Ampliar a utilização de bibliotecas através de melhorias nas condições e no horário de funcionamento, assinatura de revistas, etc.;
Consolidar a proposta do vestibular realizado pela universidade;
Promover a ligação da Universidade com o primeiro e segundo graus, fortalecendo e readequando os programas de licenciatura e de capacitação de professores do primeiro e segundo graus;
Fortalecer a integração da área da Saúde com o sistema unificado de Saúde do país;
Estimular e aprimorar os projetos de extensão à comunidade numa perspectiva global de integração com o ensino e pesquisa;

#### III.2. Estímulo a Pesquisa

A Universidade deve ter um política científica própria que garanta seu pluralismo e universalidade nas diversas áreas do conhecimento (compensando, inclusive, tendências externas à universidade);
Apoiar a consolidação e a criação de novas áreas de pesquisa, criando iniciativas ligadas à expansão das fronteiras do conhecimento e aos programas interdisciplinares;
Estimular a formulação de políticas departamentais de pesquisa;
Promover a melhoria do ensino de graduação com a iniciação à pesquisa.
Estabelecer um processo permanente de avaliação dos cursos de pós-graduação e da produção acadêmica;
Interagir com empresas (com prioridades para as pequenas e médias empresas e para as empresas estatais), entidades, associações, etc. de maneira transparente e sempre condicionada aos interesses básicos da universidade.

#### III.3 Infra-estrutura

Assegurar a infra-estrutura indispensável à realização dos projetos de investigação e de ensino-aprendizagem, criando condições adequadas de trabalho e estudo para docentes, funcionários e estudantes.
Fortalecer e melhorar os serviços de segurança (pessoal, patrimonial e de trabalho), transporte, limpeza, alimentação, iluminação, gráfica, moradia e atendimento médico.
Promover a recuperação e a informatização, no que couber, dos sistemas de apoio acadêmico (bibliotecas, laboratórios públicos de informática, etc.) e a modernização dos equipamentos computacionais.
Ampliar e consolidar a editora da Universidade.

#### III.4 Política Administrativa

Conhecer, através de um censo, a real força de trabalho técnico-administrativo da Universidade para uma melhor distribuição de acordo com as necessidades dos Departamentos e Unidades.
Defender os postos de trabalhos de acordo com a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, investindo nos setores carentes de apoio.
Implementar uma política unificada de pessoal, a partir do plano de carreira para todos os funcionários técnico-administrativos.
Qualificar os servidores através de programas de capacitação profissional e reciclagem.
Assegurar que a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo se faça pela via do concurso público.

GK Ø.TXT. 331. p. 52

# QUEM ESTÁ COM A CHAPA 2

| | | |
|---|---|---|
| ALCINO F. CAMARA NETO | FEA | CCJE |
| ANTONIO KIRK | FEA | CCJE |
| CARLOS VAINER | IPUR | CCJE |
| CLAUDIO MARCOS M. DA SILVA | FEA | CCJE |
| ELIANE | FEA | CCJE |
| JOAO SABOIA | FEA | CCJE |
| JOSE RUBENS RAYOL | FD | CCJE |
| JOSUE ALMEIDA | FEA | CCJE |
| RICARDO TAUILLE | IEI | CCJE |
| ROZELIA PIQUET | IPUR | CCJE |
| SERGIO ORIOLI | FEA | CCJE |
| VALERIA PENA | FEA | CCJE |
| VANILDA PAIVA | IEI | CCJE |
| ALEXANDRE MAGALHAES DA S. | IM | CCMN |
| ANGELO C. PINTO | IQ | CCMN |
| ARATO UBARA | NCE | CCMN |
| CESARIO PAULO H. DE OLIVEIRA | IQ | CCMN |
| EDUARDO SIQUEIRA | IM | CCMN |
| EUGENIO LERNER | IF | CCMN |
| ILDEU DE CASTRO MOREIRA | IF | CCMN |
| JOAQUIM LOPES NETO | IF | CCMN |
| JOSE EMANOEL PINHO | IQ | CCMN |
| JOSE MARIO RIBEIRO DA COSTA | IQ | CCMN |
| LEONARDO PAULO G. DE ASSIS | IM | CCMN |
| MARCO ANTONIO FRANCA FARIA | IQ | CCMN |
| MARIA HELENA LACORTE | IG | CCMN |
| MARIO DE OLIVEIRA | IM | CCMN |
| MARIO JORGE | IF | CCMN |
| MILTON FLORES | IM | CCMN |
| ODALEIA F. DUTRA | DEC. | CCMN |
| RICARDO CHALOUB | IQ | CCMN |
| ROLCI CIPOLACCI | IM | CCMN |
| RONALDO VERDUM DA SILVA | IG | CCMN |
| RUI FERNANDO PEREIRA | IF | CCMN |
| ADALBERTO VIEYRA | ICB | CCS |
| ADOLPHO MILLECH | FM | CCS |
| ALBANITA | FM | CCS |
| ANA CELIA SA EARP | EEFD | CCS |
| ANGELO PAPPI | FM | CCS |
| ANTONIO | HU | CCS |
| ANTONIO FILOMENO | NUTES | CCS |
| CARLOS CHAGAS FILHO | IBF | CCS |
| CARLOS E. ROCHA MIRANDA | IBF | CCS |
| CARLOS EDUARDO SCHETTINO | FM | CCS |
| CELESTE C.S. ELIA | FM | CCS |
| CESAR MARTINS | IMICRO | CCS |
| CHANTAL RUSSI | NUTES | CCS |
| CLAUDIO GRESS | FM | CCS |
| CLEMENTINO FRAGA FILHO | FM | CCS |
| DARCY DE ALMEIDA FONTOURA | IBF | CCS |
| DYLA T. SA BRITO | NUTES | CCS |
| ELIANE FALCAO | NUTES | CCS |
| ELIANA MADEIRA | IMICRO | CCS |
| FERNANDO STEELE DA CRUZ | IMICRO | CCS |
| FLAVIO A.NTONIO P. SANTOS | EEFD | CCS |
| FRANCISCO DUARTE | FM | CCS |
| HELENA SCOFANO | ICB | CCS |
| HUMBERTO PERROTTA | FM | CCS |
| ISA PAIXAO MAIOLI | IBF | CCS |
| JOAO FERREIRA FILHO | IPSI | CCS |
| JOSE AUGUSTO SILVEIRA | FO | CCS |
| JOSE MARCOS CUNHA | FM | CCS |
| JOSE R. MEYER FERNANDES | ICB | CCS |
| JULIANA | HU | CCS |
| KALIL MADI | FM | CCS |
| LEOPOLDO DE MEIS | ICB | CCS |
| MARCELLO BARCINSKI | IBF | CCS |
| MARCIA CURVELO | FM | CCS |
| MARIA ALICE S.M.COELHO | NUTES | CCS |
| MARIA DE NAZARE | NUTES | CCS |
| MARIA INES GALVAO | EEFD | CCS |
| MARIA JOSE ALENCAR | FO | CCS |
| MARIA LEIDE | FM | CCS |
| MARIA LUCIA PIMENTAL | FM | CCS |
| MARIO EMMANUEL NOVAIS | FM | CCS |
| NATAN MENDONCA DE SALLES | HU | CCS |
| NELSON PEREIRA | FM | CCS |
| NILCE | NUTES | CCS |
| NILMA FONTANIVE | NUTES | CCS |
| ROBERTO LENT | IBF | CCS |
| RODOLFO ROCCO | FM | CCS |
| ROSA CUKIER | FM | CCS |
| ROSALIE B. CORREA | HU | CCS |
| RUI CERQUEIRA | IBIO | CCS |
| SILVIA DA S. MELO VARGAS | FM | CCS |
| SUSIE ANDRES NOGUEIRA | FM | CCS |
| VERA HALFOUN | FM | CCS |
| VERA HELENA F. SIQUEIRA | NUTES | CCS |
| VIRGINIA LEITE | NUTES | CCS |
| VOLNEY MAGALHAES CAMARA | FM | CCS |
| WALDIR RAMOS | EEFD | CCS |
| ALBERTO OLIVA | IFCS | CFCH |
| BILA SORJ | IFCS | CFCH |
| CARLOS ALBERTO DE PEREIRA | ECO | CFCH |
| CARLOS NELSON COUTINHO | ESS | CFCH |
| CHARLES PESSANHA | IFCS | CFCH |
| CILIO R. ZIVIANI | IP | CFCH |
| CLAUDETE M. M. DIAS | IFCS | CFCH |
| CRISTIANE | IFCS | CFCH |
| CRISTINA | IFCS | CFCH |
| ELINA DA FONTE PESSANHA | IFCS | CFCH |
| ELIZETE CARDOZO | ESS | CFCH |
| FRANCISCO VINHOSA | IFCS | CFCH |
| FRANKLIN TREIN | IFCS | CFCH |
| GELBA C. DE CERQUEIRA | IFCS | CFCH |
| HELENA IBIAPINA | FE | CFCH |
| HELOISA B.DE HOLLANDA | ECO | CFCH |
| IVONE MARQUES DIAS | IFCS | CFCH |
| JOSE H. VILHENA DE PAIVA | IFCS | CFCH |
| JOSE M. SEIXAS | IFCS | CFCH |
| JOSE MARIA GOMES | ESS | CFCH |
| JOSE PAULO NETTO | ESS | CFCH |
| LINCOLN DE A. PENNA | IFCS | CFCH |
| LUCIA SIANO | FE | CFCH |
| MANOEL ANTONIO BARROS | IFCS | CFCH |
| MANUEL A.P. SANCHES | IFCS | CFCH |
| MARCIO TAVARES D'AMARAL | ECO | CFCH |
| MARCO A. DA SILVA MELLO | IFCS | CFCH |
| MARCO ANTONIO GONCALVES | IFCS | CFCH |
| MARIA AUGUSTA A. TEMPORAL | IFCS | CFCH |
| MARIA CONCEICAO DE GOES | IFCS | CFCH |
| MARIA H. DE ALMEIDA LIMA | ESS | CFCH |
| MARIA HELENA RAUTA | ESS | CFCH |
| MARIA INES BRAVO | ESS | CFCH |
| MARIA SONSOLES GUERRAS | IFCS | CFCH |
| MARIE FRANCE GARCIA | IFCS | CFCH |
| MARILDA YAMAMOTO | ESS | CFCH |
| MARIO MACHADO | IFCS | CFCH |
| MOACYR DE GOES | IFCS | CFCH |
| NARA SALETO | IFCS | CFCH |
| NOBUKO KAMEYAMA | ESS | CFCH |
| NORMA AMARO MENDES | IFCS | CFCH |
| OLINTO A. PEGORARO | IFCS | CFCH |
| PHILOMENA GEBRAN | IFCS | CFCH |
| RAUL LANDIM FILHO | IFCS | CFCH |
| REGINA MOREL | IFCS | CFCH |
| RITA | IFCS | CFCH |
| SARAH NIGRI | ESS | CFCH |
| WILMAR DO VALLE BARBOSA | IFCS | CFCH |
| YVONNE MAGGIE | IFCS | CFCH |
| ZAIA BRANDAO | FE | CFCH |
| ANA MARIA ALENCAR | FL | CLA |
| ANDRE BUENO | FL | CLA |
| ANDRE VALENTE | FL | CLA |
| ANGELA DIAS | FL | CLA |
| ANTONIO MARTINS | FL | CLA |
| BRUNA FRANCHETTO | FL | CLA |
| CASTELAR DE CARVALHO | FL | CLA |
| CELINA MOREIRA | FL | CLA |
| CINDA GONDA | FL | CLA |
| CRISTINA ELIA | FL | CLA |
| DIVA ABALADA | EM | CLA |
| EDSON ROSA | FL | CLA |
| EDUARDO COUTINHO | FL | CLA |
| EVELYN ORRICO | FL | CLA |
| JORGE MAXIMO DE SOUZA | FL | CLA |
| KLEIDE F. DO A. PEREIRA | EM | CLA |
| LAERTE AMORIM | FL | CLA |
| LIGIA VASSALO | FL | CLA |
| LUIZ EDMUNDO BOUCAS | FL | CLA |
| LUIZ PAULO CONDE | FA | CLA |
| LUIZA LOBO | FL | CLA |
| MARCELO RANGEL | FL | CLA |
| MARIA CRISTINA RIGONI C. | FL | CLA |
| MARIUZA GOMES | FL | CLA |
| MONICA AMIM | FL | CLA |
| RENATA GERARD BODIM | FL | CLA |
| RONALDO LIMA LINS | FL | CLA |
| TERESA CRISTINA DA SILVA | FL | CLA |
| VERA FEITOSA | FL | CLA |
| ADELAIDE ANTUNES | EQ | CT |
| ADILSON ELIAS XAVIER | COPPE | CT |
| ADILSON J. B. MAGALHAES | COPPE | CT |
| ALBERTO FERREIRA DE SOUZA | COPPE | CT |
| ANA MARIA GOMES | COPPE | CT |
| ANA PAULA DE O.COELHO | COPPE | CT |
| ANA REGINA ROCHA | COPPE | CT |
| ANGELA ULER | COPPE | CT |
| ANTONIO M.. DE FIGUEIREDO | COPPE | CT |
| ARMANDO AUGUSTO CLEMENTE | COPPE | CT |
| ARTUR OBINO NETO | COPPE | CT |
| BARBARA DE CARVALHO E SILVA | COPPE | CT |
| CARLOS A. COSENZA | COPPE | CT |
| CARLOS AYLTON DE C REIS | EE | CT |
| CARLOS STRAUSS VIEIRA | COPPE | CT |
| CARMEN PIRES RIZZATO | COPPE | CT |
| CELSO LIVI | EE | CT |
| CHARLES PECTER | COPPE | CT |
| CIRUS MACEDO HACKENBERG | COPPE | CT |
| CLAUDIA H. PRATA | COPPE | CT |
| CLAUDIO AMORIN | COPPE | CT |
| CLAUDIO BARAUNA | EE | CT |
| CLAUDIO ESPERANCA | COPPE | CT |
| CLAUDIO NEWTON F. TROTTA | COPPE | CT |
| CLAUDIO THOMAS BORNSTEIN | COPPE | CT |
| CLOVIS C. GONZAGA | COPPE | CT |
| DARWINIA P. MOURAO | COPPE | CT |
| DENISE MINA FIRMIANO | COPPE | CT |
| DENISE SCHWARTZ | COPPE | CT |
| DINA FEIGENBAUN CLEIMAN | COPPE | CT |
| EDUARDO DOS S. PEREIRA | COPPE | CT |
| EDUARDO MIRANDA BAPTISTA | COPPE | CT |
| ELISEU CHAVES | COPPE | CT |
| ENISE VALENTINI | EE | CT |
| ERIKSON ALMENDRA | EE | CT |
| FERNANDO CHIOSHY | COPPE | CT |
| FERNANDO LOBO CARNEIRO | COPPE | CT |
| GILBERTO FIALHO | EE | CT |
| GUILHERME H. TRAVASSOS | COPPE | CT |
| GUSTAVO SAAD SERRA | EE | CT |
| HELENA BARROS | COPPE | CT |
| HELENA SANTOS DE OLIVEIRA | COPPE | CT |
| JACIARA ROBERTA BARBOSA | COPPE | CT |
| JANO M. DE SOUZA | COPPE | CT |
| JOAO LUIZ COMBA | COPPE | CT |
| JOSE HAIM BENZECRY | EE | CT |
| JOSE ISAAC KAC | COPPE | CT |
| JOSE LUCIANO DE S. MENEZES | EE | CT |
| JOSE RIBEIRO DOS S. COIMBRA | COPPE | CT |
| JULIO PULIDO | COPPE | CT |
| LEILA M.R. EIZIRIK | COPPE | CT |
| LICINIO PORTUGAL | COPPE | CT |
| LIDIA MICAELA SEGRE | COPPE | CT |
| LOURDES DE C. E SILVA MELO | COPPE | CT |
| LUIZ BEVILACQUA | COPPE | CT |
| LUIZ C.M.MONTE | COPPE | CT |
| LUIZ PINGUELLI ROSA | COPPE | CT |
| MANOEL AGUINALDO G. | COPPE | CT |
| MARCELO PAIXAO | COPPE | CT |
| MARCIO MIRANDA FERREIRA | COPPE | CT |
| MARCOS PIMENTA DE ABREU | COPPE | CT |
| MARILITA G. BRAGA | COPPE | CT |
| MARILZA JOSE MURTA | COPPE | CT |
| MARIO FERNANDO PETZHOLD | EE | CT |
| MARTA G.MATOSO | COPPE | CT |
| MAURICIO MARTINS FERNANDES | EE | CT |
| MAURICIO NARDONE | COPPE | CT |
| MONICA FRICKMAN YOUNG | EE | CT |
| JOEL TEODOSIO | EE | CT |
| OSCAR ACSELRAD | EE | CT |
| PAULO BOAVENTURA | COPPE | CT |
| PAULO CESAR C. ROSMAN | COPPE | CT |
| PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA | COPPE | CT |
| PEDRO PAULO A. COSTA BRAGA | EE | CT |
| RICARDO CITRO | COPPE | CT |
| RICARDO COSCARELLI ANTONINI | EE | CT |
| RICARDO COSTA REIS EIRAS | EE | CT |
| RICARDO DE A. MEDRONHO | EQ | CT |
| ROBSON JOSE CALIXTO | COPPE | CT |
| ROMULO ORRICO FILHO | COPPE | CT |
| RONALDO MARINHO PERSIANO | COPPE | CT |
| ROSA FONTES | COPPE | CT |
| RUBENS EXPOSITO | COPPE | CT |
| SAUL FULKS | COPPE | CT |
| SHEILA R.M.VELOSO | COPPE | CT |
| SIDNEY LIANZA | COPPE | CT |
| SUELI MENDES | COPPE | CT |
| TERESA CRISTINA DE AGUIAR | COPPE | CT |
| VALMIR C. BARBOSA | COPPE | CT |
| VITOR JAIR COSTA | EE | CT |
| WALDIR ESPINDOLA | COPPE | CT |
| WALSAN WAGNER PEREIRA | COPPE | CT |
| WALTER SUEMITSU | EE | CT |
| WILLIAM PAULO MACIEL | EE | CT |
| AFRANIO GARCIA | MUSEU | FORU |
| LIGIA SIGAUD | MUSEU | FORU |
| OTAVIO VELHO | MUSEU | FORU |
| ADEMAR CAETANO DA COSTA | PU | REIT |
| ALZIRA DAS NEVES | SR-4 | REIT |
| ANTONIO AVANIDE D. DA SILVA | PU | REIT |
| ANTONIO BEZERRA DE LIMA | PU | REIT |
| ANTONIO HILARIO DA COSTA | PU | REIT |
| EDVALDO LIMA DA SILVA | PU | REIT |
| ELOA MUNIZ CARDOSO | PU | REIT |
| FLAVIO DA SILVA FERNANDES | PU | REIT |
| IRENE PEREIRA RODRIGUES | PU | REIT |
| JOSE GOMES | PU | REIT |
| LUCIA R. DA SILVA | SR-2 | REIT |
| MANOEL JOSE BARBEITAO | PU | REIT |
| MARA FERREIRA | PU | REIT |
| MARIA DA PENHA FRANCA | PU | REIT |
| NELSON BARCELLOS BEZERRA | PU | REIT |
| PAULO CAETANO | SR-2 | REIT |
| PEDRO MENDES | SR-3 | REIT |
| RENATO CARRANO | PU | REIT |
| SERGIO M. TREITNER | PU | REIT |
| SOLANGE H. CAVALCANTE | SR-2 | REIT |
| SUELY SOBREIRA | PU | REIT |
| SYLIRA F. MOREIRA | PU | REIT |
| SYLVIO ALVES LARANJEIRA | ETU | PU |
| VALTER DA ROCHA TRISTAO F. | PU | REIT |
| WAGNER RODRIGUES DA COSTA | PU | REIT |

NEM TODOS OS NOMES QUE ESTÃO COM A **CHAPA 2** FORAM ENTREGUES A TEMPO, MAS CERTAMENTE CHEGAREMOS JUNTOS ÀS URNAS NOS DIAS 21, 22 E 23.

MUDAR PARA CONSTRUIR

VOTE CHAPA 2

## DEMISSÃO, NÃO !!!

**A Chapa 2 - Construção, manifesta-se em favor da Universidade contra a ameaça de demissões arbitrárias de seus funcionários sejam eles professores, sejam eles técnico-administrativos - todos imprescindíveis ao bom funcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão. Não pode a Universidade ser tratada pelo Governo como se fosse uma repartição ministerial inchada. Se assim for perde-se a especificidade da Universidade e a dimensão da sua tarefa em um país onde a educação é consensualmente falha em todos os níveis. Não se resolverá o problema educacional sem a participação decisiva da Universidade. Não haverá modernização alguma apenas pela importação de tecnologia, sem a elaboração de conhecimento próprio, sem uma base científica sólida. Como fazer isso esvaziando a Universidade Pública, que hoje sedia mais de 90% da pesquisa científica do país ?**

**Consta do programa da CHAPA 2 CONSTRUÇÃO desde o início, os seguintes pontos explícitos: 1) Defesa dos postos de trabalho de acordo com a eficiência e qualidade dos serviços prestados investindo nos setores ainda carentes de apoio. 2) Implementação de uma política unificada de pessoal (Quadro Permanente e Quadro Temporário) a partir do Plano de Carreira (Lei da Isonomia e Regime Jurídico Único).**

**Não cabe um corte indiscriminado de funcionários nesta Universidade.**

**Há vagas na carreira, em grande número, que não foram preenchidas. Há muito tempo nâo há substituição dos aposentados, falecidos, desligados, etc.**

**As múltiplas atividades que a Universidade tem que desempenhar, expressas no nosso projeto de gestão da UFRJ exigem um corpo amplo de funcionários para desenvolve-las e expandi-las. Defendemos a ampliação do número de vagas para os alunos no vestibular com a abertura de novos cursos noturnos,o funcionamento em 24 horas diárias de algumas instalações como bibliotecas e laboratórios de computação, a ampliação do atendimento hospitalar e dos projetos de extensão, de interesse social e para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico.**

**Cabe a Universidade Autônoma a decisão de admitir e de demitir os integrantes do seu quadro de pessoal, em consonância com os princípios estabelecidos pelos seus colegiados.**

**Defender a Universidade Pública é nossa tarefa.**

GK-Ø-TXT. 331, p. 5

# É Tempo de Mudar para Construir

Nos dias 21,22 e 23 de maio nós, da comunidade da UFRJ, estamos chamados a desempenhar uma tarefa importante: a de votar na consulta para Reitor. A crise permanente que nossa universidade tem vivido e as graves ameaças que pairam sobre ela aumentam a importância de nossa decisão. Vivemos recentemente na UFRJ um momento dramático onde a irresponsabilidade política de grupos interessados no continuismo comprometeu e adiou o processo de sucessão do Reitor.

Temos uma chance de mudança: É AGORA! É hora da comunidade universitária dizer que universidade ela defende e que compromissos sociais ela sustenta diante dos graves problemas que afetam o povo brasileiro. É hora de acabar com o clientelismo e o paternalismo na universidade. É hora de reverter o quadro de degradação do ensino e desestímulo à pesquisa. Queremos uma universidade diferente. Diferente nos seus propósitos, diferente nos seus compromissos, diferente nos seus métodos. Queremos uma universidade na qual o pluralismo, a democracia, e a autonomia sejam a CONSTRUÇÃO de todos e não palavras vazias escoradas na dádiva e no privilégio de alguns. Queremos uma universidade regida por padrões éticos de gestão e onde o padrão acadêmico de qualidade seja um objetivo permanente. Queremos uma universidade que valorize a graduação, que estimule a pesquisa, que integre a extensão às outras atividades acadêmicas, e que, estabelecendo relações dignas de trabalho, promova a qualificação profissional.

Vamos CONSTRUIR uma universidade crítica e criativa que contribua para o desenvolvimento artístico, cultural, científico e tecnológico do país. Para isso precisamos de uma reitoria democraticamente eleita, com competência acadêmica e política, que, junto com a comunidade universitária, seja capaz de superar a grave situação em que nos encontramos.

Analise as diferenças e vote. Vote para mudar. Vote para CONSTRUIR.

## EM 21, 22 E 23/05 PARA REITORIA DA UFRJ VOTE

*Maculan*

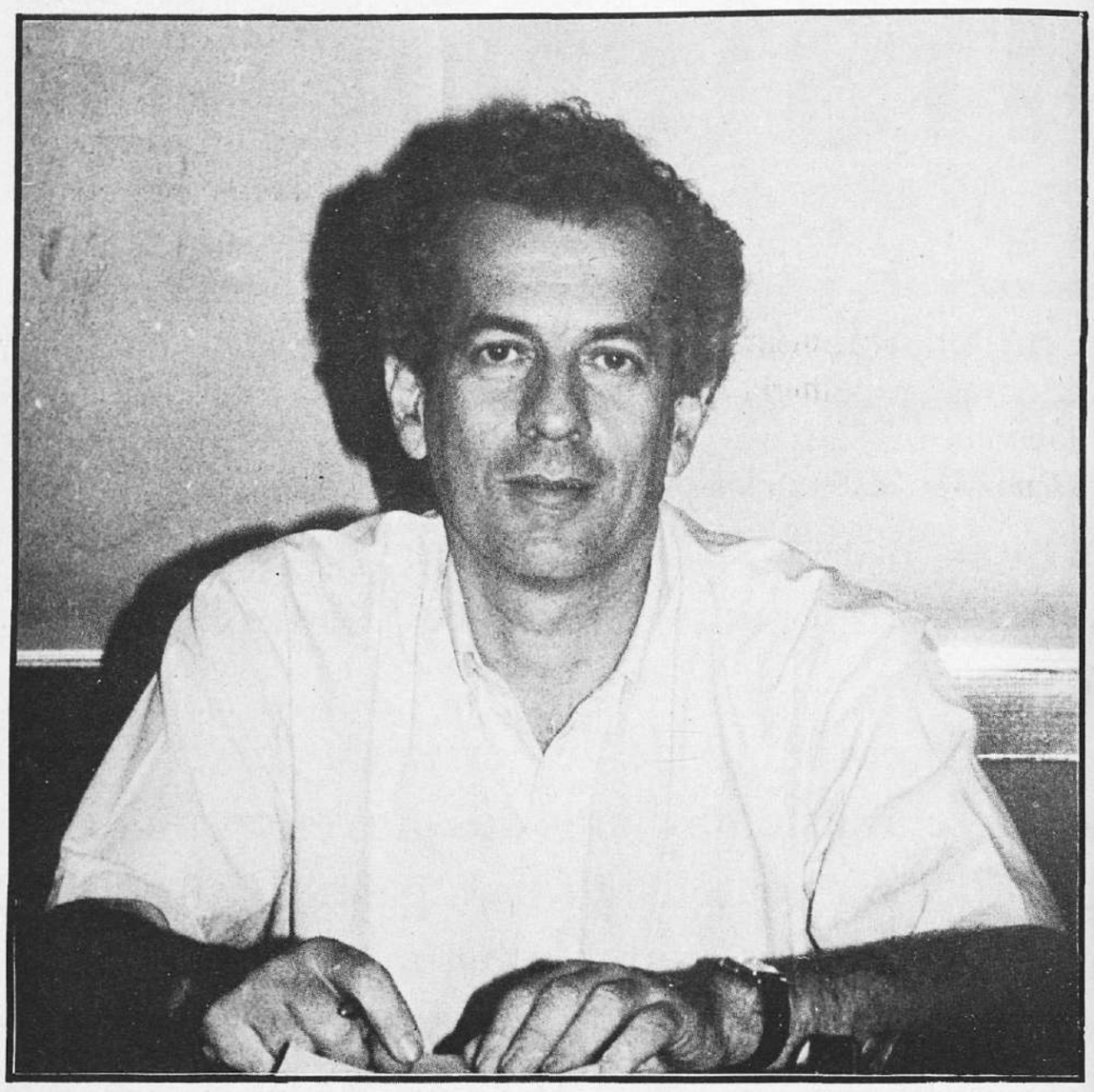
*&*

*Paulo Gomes*

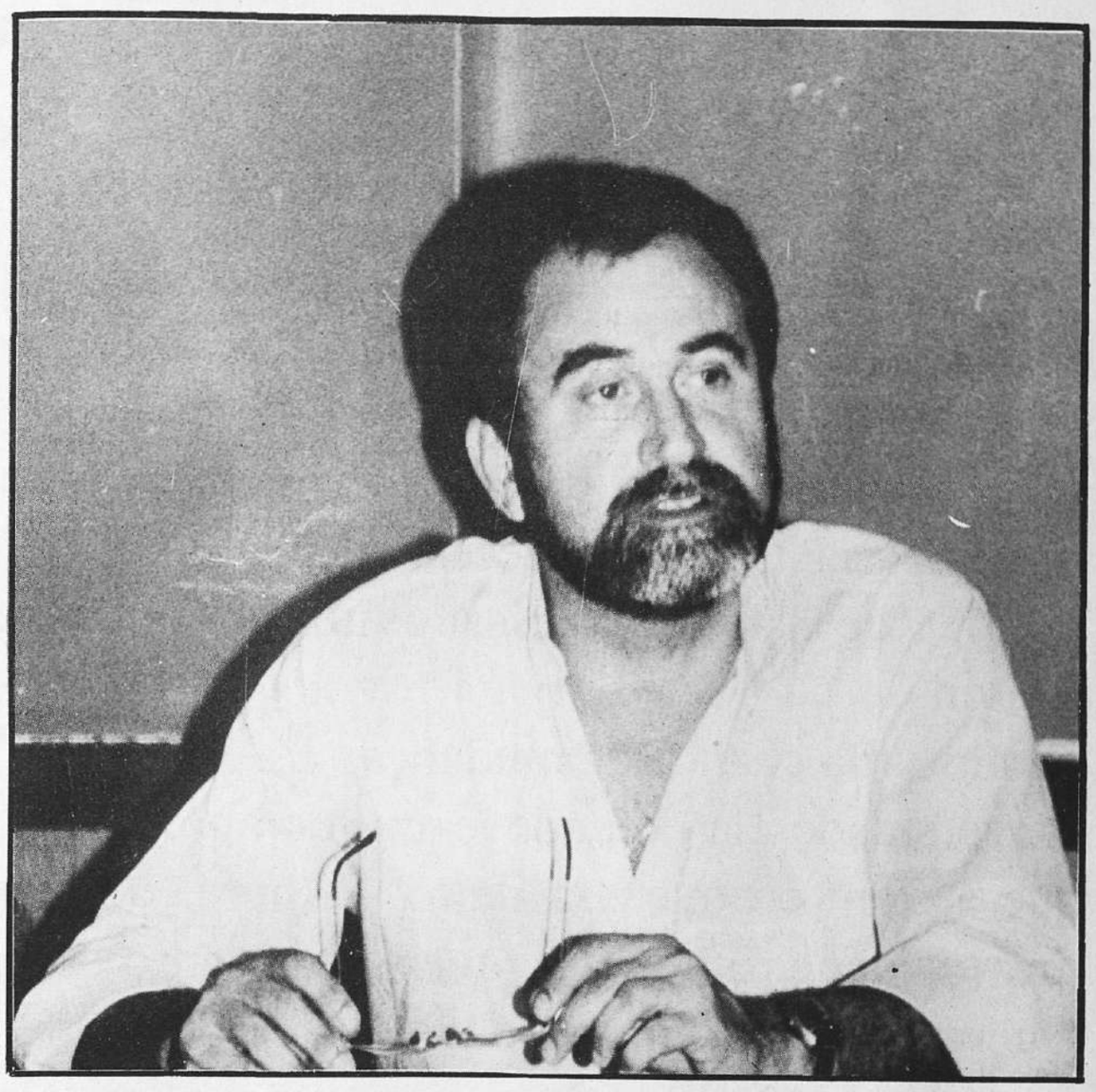
**2**

GK.Ø.TXT.331,p54

# MUDAR PARA



Nelson Maculan Filho



Paulo Gomes

## O Currículo da Chapa 2

**REITOR:**
**NELSON MACULAN FILHO**

Mestre em Matemática e Estatística e Doutor em Engenharia de Produção.
Professor Titular do Programa de Eng.de Sistemas da COPPE e do Instituto de Matemática.
Diretor da COPPE desde janeiro de 1990.
Coordenador da Comissão das Sociedades Científicas desde 1988.
Subdiretor Acadêmico da COPPE de 1984 a 1989.
Diretor Adjunto da Pós-Graduação do Instituto de Matemática em 1977.
Diplome d'Habilitation em Matemática da Decisão, Université de Paris-Dauphine, França em 1988.
Presidente da Associação Latino-Ibero-Americana de Pesquisa Operacional desde 1988.
Vice-Presidente da International Federation of Operational Researches Societies-IFORS de 1983 a 1985.
Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional de 1974 a 1976.
Orientou mais de 100 teses, das quais 20 de doutoramento.
Tem cerca de 80 trabalhos publicados e 3 livros.

**VICE-REITOR:**
**PAULO ALCANTARA GOMES**

Mestre e Doutor em Engenharia Civil
Professor Titular da Escola de Engenharia e do Programa de Engenharia Civil da COPPE.
Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa da UFRJ desde 1985.
Diretor da COPPE de 1978 a 1981.
Vice-Diretor da Escola de Engenharia de 1982 a 1985.
Conselheiro do CEG de 1978 a 1983.
Member - Board of Directors of ICET - International Council on Education for Teaching.
Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia de 1985 a 1989.
Conselheiro do CREA de 1983 a 1986.
Conselheiro do Clube de Engenharia de 1986 a 1988.
Orientou 18 teses de mestrado e 1 de doutorado na COPPE.
Tem cerca de 40 trabalhos publicados.

**SR-1**
**(GRADUAÇÃO):**
**GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO**

Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ. Mestre pela Universidade da Sorbonne. Doutor em Letras pela UFRJ. Ex-Professor de Literatura Brasileira e Lingua Portuguesa na Universidade da Sorbonne. Autor de dois livros de Literatura Brasileira. Ex-Assessor da Diretoria da Faculdade de Letras da UFRJ.
Membro da Comissão de Implantação do Curso de Português para Estrangeiros na UFRJ. Membro da Comissão de Orientação Acadêmica da Faculdade de Letras.

**SR-2**
**(PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO):**
**GILBERTO M. DE OLIVEIRA CASTRO**

Doutor em Biofísica. Professor Titular e Vice-Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho-UFRJ. Titular da Academia Brasileira de Ciências.
Professor Visitante em instituições dos EEUU, Japão e Portugal. Participou do CEPG, Conselho Universitário, Conselho de Administração da FUJB. Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica e Conselheiro da Sociedade Brasileira de Fisiologia. Editor do Braz. J. Medical and Biological Research.
Orientação continuada de teses de mestrado e doutorado. Produção continuada de artigos originais em revistas científicas especializadas.

**SR-3**
**(PATRIMÔNIO E FINANÇAS):**
**JOSIR SIMEONE GOMES**

Mestre e Doutor em Administração na COPPEAD, Livre Docente em Contabilidade na FEA. Professor Titular de Contabilidade da FEA e da COPPEAD. Sub-Reitor de Patrimonio e Finanças da UFRJ e Presidente do Conselho de Curadores da FUJB. Coordenador do Mestrado de Ciências Contábeis do ISEC/FGV de 1984 a 1988. Orientou 28 Teses de Mestrado.
Publicou mais de 30 trabalhos no Brasil e no Exterior.

**SR-4**
**(PESSOAL):**
**IRAIDES COELHO**

Bacharel e Licenciada na Faculdade de Letras da UFRJ. Ex-Professora de segundo grau do Município do Rio de Janeiro. Secretária da Associação de Funcionários da UFRJ ( ASUFRJ ) de 1985 a 1987. Presidente da ASUFRJ de 1987 a 1989. Membro do Conselho do Departamento Nacional de Educação da Central Unica dos Trabalhadores (CUT).

**SR-5**
**(EXTENSÃO):**
**JOSÉ LUIZ DE SÁ CAVALCANTI**

Mestre em Medicina e Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ.
Diretor da Divisão Médica do Instituto de Neurologia. Foi Assessor da Direção da Faculdade de Medicina, Diretor Adjunto da Graduação, Coordenador da Divisão Médica do Hospital Universitário e Diretor das Atividades Educacionais do HU. Membro Titular da Academia Brasileira de Neurologia e da Academia Brasileira de Medicina. Orientou diversas teses de Mestrado. Publicou mais de 20 trabalhos.

**PREFEITURA:**
**MARCILIO NOLDING DA MOTTA**

Engenheiro Civil pela Escola Nacional de Engenharia (turma de 1941).
Foi engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Chefe do Gabinete do Diretor do DNER, Presidente do Conselho Deliberativo do DNOS e membro do Conselho Superior do Clube de Engenharia. Professor de Topografia e de Estradas na Escola de Engenharia (EE-UFRJ) e na Faculdade de Arquitetura da UFRJ. Na EE-UFRJ foi Diretor Adjunto de Ensino para Graduados, Coordenador dos Cursos de Engenharia Civil e Chefe do Departamento de Transportes. É Coordenador do Ciclo Básico da EE-UFRJ.
Foi membro do Conselho de curadores do CEG e do CEPG da UFRJ.

GKØ. TXT. 331, p 55

CIRCULAR 01/80 - DA COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - A TODOS OS MILITANTES

I - BALANÇO:

A Comissão Diretora Regional Privisória(CDRP) reconhece que, no fundamental, são justas as críticas formuladas por numerosos militantes sobre o funcionamento do PT na Região, particularmente as observações feitas nas reuniões plenárias do C.C.R., realizadas nos dias 6 e 19 de julho. Nesse sentido, apresenta aos militantes do partido, nesta circular, informações sobre sua atividade presente e algumas observações para consulta e debate.

Esta Circular não pretende justificar nossa atividade anterior, que está marcada por omissões e falhas. Falhas que se tornam mais importantes se confrontadas com a maior responsabilidade e o alto nível de unidade e de confiança outorgado a nosso núcleo dirigente na recente Convenção Regional. Seu objetivo inicial é corrigir as dificuldades de informação e relacionamento do período recente, agravadas por flagrante imobilidade no plano político. E, ao mesmo tempo, ressaltar a ligação estreita dessas debilidades com as características mais marcantes da formação, do crescimento e do funcionamento interno de nosso Partido, num estado como o Rio de Janeiro. Ao mesmo Tempo,

Esta prestação inicial de contas procura dar os passos iniciais, mas seguros, de democracia interna, sem a qual não seria possível conceber-se um Partido que, como o nosso, procura ser a expressão política viva e atuante dos trabalhadores de nosso País.

i) Nossa Comissão Regional é bastante recente: praticamente, é um núcleo dirigente que acaba de nascer - o que, naturalmente, não o exime de suas responsabilidades. Ele é também uma continuação de toda a atividade anterior, com suas marcas específicas e com sua história particular, própria do curso tomado pelo desenvolvimento do PT no estado.

Tais características continuam, ainda, presentes, em nossa atividade atual.

Na realidade, a partir dos Encontros Regionais de outubro e dezembro de 1979, o surgimento, a estruturação e a atividade política do

GKØ-TXT 331,p-56



PT encontraram, aqui, condições diferentes das que ocorriam na maioria das demais regiões. Elas influenciariam nossas atividades, na fase inicial e no período ulterior.

A Direção Regional então eleita foi, desde o início, contestada por uma parte dos novos membros do Partido. Aí se incluia a figura de um dos parlamentares federais, que acumulava funções políticas de relevância, como membro da Comissão Provisória Nacional; o que acarretava dificuldades significativas de relacionamento, nos planos estadual e nacional.

A Comissão Executiva Regional da época tinha sobre os ombros pesadas responsabilidades. Em contrapartida, não podia sentir-se inteiramente representativa, já que uma parte dos militantes do partido não a reconhecia. Faltou-lhe, assim, o apoio unânime dos militantes da Região, num esforço de construção orientado e coordenado. Somava-se a isso, no plano nacional, a ausência de uma definição mais clara e precisa do real caráter do PT: um partido político de massas, a construir-se como espressão política autônoma dos trabalhadores, cuja participação organizada e independente na vida política do País, constitui a condição e a garantia do avanço do processo democrático, no sentido de uma sociedade sem exploradores e sem exploradores.

Estas circunstâncias teriam, forçosamente, reflexos em nosso estado, onde a formação do PT apresentava características próprias e originais. Evidentemente, não é a explicação única das deformações ocorridas no funcionamento de nossa antiga Direção Regional, mas pode ajudar a compreender a ausência de um sólido núcleo político de direção que, como maioria, fosse capaz de iniciar e desdobrar o diálogo e o debate sobre a imagem real do nosso Partido, seu Programa e seus Estatutos. E de estabelecer bases sólidas para a democracia interna e o confronto de opiniões. Não foram, porem, as dificuldades acumuladas e sentidas no período de nossa primeira Executiva Regional ( de dezembro de 79 a março de 80) as únicas influências que pesariam sobre nossa atividade atual. Do início de março ao princípio de maio último, ela foi substituida por uma Comissão

GK.Ø.TXT.331,P57



Provisória, responsável pela preparação de nossa Convenção Regional, num amplo contexto de unificação do partido.

Esse primeiro modificação, saliente por seu caráter limitado e seu conteúdo meramente formal, não se avançaria, pois, na correção do caráter limitado e irregular do relacionamento do núcleo dirigente para com os núcleos de militantes e para com as Secretarias que se esboçavam na época. Não se abria caminho também para a iniciativa política dos núcleos e militantes — condição básica para vançar no processo de unificação em curso, no plano interno e na mobilização do movimento operário e popular. A "Comissão - dos 22", entretanto, abriu caminho à incorporação ao partido de certos setores sindicais ainda reticentes. Não obstante as hesitações de vários desses setores, ela contribuiria para uma efetiva convergência de esforços, indispensável ao caráter amplamente democrático que teria nossa Convenção Regional.

Assim, a Convenção de maio, amplamente representativa, compensava o esforço conjugado dos militantes. Trouxe também alento e um novo impulso de confiança, face às tarefas da construção partidária. Elegeu, por larga maioria, uma Comissão Diretora REgional Provisória que, pela primeira vez, teve sua orientação e tarefas plenamente definidas, e um campo de ação e de autoridade limpidamente outrogadas pelo conjunto do partido no estado.

As resoluções da Convenção Regional se aprofundaram na Convenção Nacional de 1º de junho. A Convenção Nacional reafirmou, acima de qualquer dúvida, o PT como Partido de massas democráticas, e definiu por Estatutos capazes de garantir o confronto de opiniões e a livre e ampla - expressão das contradições internas, sob o eixo central das decisões coletivas, tomadas por maioria e obrigatórias para o conjunto dos militantes.

2. A COMISSÃO DIRETORA NACIONAL

A Convenção Nacional trouxe, ainda, através dos Estatutos e do Programa, elementos essenciais de ajuda à nossa Comissão Diretora Regional Provisória. A Circular 01/80 da Secretaria Nacional de Organização define a estrutura de funcionamento da Comissão Diretora Nacional Provisória (CDNP) através de uma Comissão Executiva (constituída por Presi -

GR.TXT.334,p.58



dente, Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário e Tesoureiro), à qual estão ligadas as Secretarias de Organização, de Imprensa e Propaganda e de Finanças e das assessorias de Imprensa, Política e Economia. Sua preocupação com a prática democrática expressa-se nos critérios de trabalho coletivo: suas reuniões abrangem, em conjunto, os membros efetivos e suplentes, regularmente, convidados diversos, segundo os temas em debate. Os membros suplentes participam de seus trabalhos c/direito a voto). A Comissão Nacional vem mantendo bom relacionamento com o conjunto do PT, através de sua presença política em várias áreas, participando diretamente do esforço de construção partidária. Tem também se empenhado em acompanhar a atividade e a experiência em curso, no plano nacional, através da ampliação do coletivo da Comissão Nacional e do convite para que 2 representantes de cada Estado, já inteirados do temário previsto para a discussão, participem de suas reuniões. No mesmo contexto situam-se o acompanhamento ativo dos problemas políticos e a análise reiterada e atualizada da conjuntura - como o atestam o leque das Resoluções políticas e de Organização elaboradas e distribuídas em julho último.

Cabe, pois, nesse contexto, reconhecer nosso atraso, no plano regional.

3 - A QUESTÃO DO C.C.R.

O CCR surgiu como resultado da atividade criadora dos militantes da Região, marcado pelo empenho de participação e compromissos com o Partido.

Foi um órgão que desempenhou um papel extremamente positivo em todo esse período. O caráter deliberativo que lhe foi outorgado então, se explicava em função das divisões internas e dos limites de representatividade da Executiva Regional, e também, pela ausência de definições políticas coletivas durante um longo período inicial. Não tínhamos Programa, Estatutos e prioridades políticas definidas enquanto partido.

Essa participação e essa representatividade, têm, naturalmen-

GK.Ø.TXT.331,p.59



te, um lugar definido nas condições presentes. No entanto, a nova situação e a nova qualidade alcançadas na Convenção Regional e, sobretudo, na Convenção Nacional, colocam questões que situam o CDR num contexto qualitativamente diferente.

Nossos Estatutos expressam claramente a necessidade de avançarmos no processo de legalização partidária, que implica no atendimento da legislação oficial, forjando um Partido legal, alargando os espaços existentes, criando uma institucionalidade nova, marcada pela participação organizada e independente do trabalhador no cenário político nacional.

Como se pode constatar na Lei de Reformulação Partidária e, sobretudo, em nossos Estatutos, a função deliberativa é limitada às Convenções (Municipais, Regionais e a Convenção Nacional), enquanto as funções específicas de direção e de ação estão atribuídas às Comissões Diretoras Provisórias, como expressão dos Diretórios de amanhã, em seus vários níveis territoriais.

Dentro deste contexto, a participação e o controle das bases sobre os organismos dirigentes continuam, naturalmente, a ter seu lugar em seu amplo campo de ação. Devem assumir, entretanto, formas e caminhos que não se choquem com os pressupostos da institucionalização partidária e dos Estatutos Nacionais. Ao contrário, o exercício do controle das bases sobre os núcleos dirigentes devem empurrá-las para um compromisso cada vez maior com o processo de legalização, com o nosso Programa, nosss Estatutos. Enfim, com o movimento popular, na medida em que possamos marchar como Partido de massas, democrático.

Essas contradições podem ser amplamente superadas, através de soluções internas, no quadro das possibilidades abertas e que nossos Estatutos refletem de forma clara.

4. É na plena compreensão do que representa o PT e das tarefas que nos impõe o momento atual, que nossa Comissão Regional procura apresentar, nesta Circular, as seguintes questões: a) os informes mais

GKD.TXT.331,p.60


precisos de sua atividade e da atividade da Comissão Nacional; b) as sugestões no sentido de assegurar a plena participação e o poder de decisão das bases partidárias, em total conformidade com os Estatutos; c) as medidas que vem tomando para superar as brechas deixadas pela atividade anterior como núcleo dirigente.

## II - INFORMES

### 1) - SOBRE A ATIVIDADE DA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA (CDNP)

A Comissão Diretora Nacional Provisória, eleita à 1º de Junho, vem realizando grandes esforços no sentido de coordenar as atividades gerais do Partido, assim como auxiliar a implantação e consolidação do PT nos vários Estados. Através de suas últimas resoluções e atividades, a CDNP vem tentando tornar realidade nosso Programa e cumprindo as prioridades definidas na Convenção Nacional, principalmente no que se refere à nossa legalização.

A CDNP acaba de definir sua estrutura de funcionamento, criando as Secretarias e as Assessorias de Imprensa e Política de Organização. Em reunião a 2 e 3 de julho último, elegeu a Comissão Executiva Nacional, constituida por 5 membros. A CIRCULAR 01/80 da SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO, estabelece também a segunda quinzena de Setembro como prazo máximo para realizarmos nosso pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em função disso, recomenda a todos os Estados que acelerem a instalação das Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

A CIRCULAR 01/80 da SECRETARIA GERAL DO PT convoca uma Reunião Ampliada da CDNP (com 2 representantes por Estado) para 16 e 17 de agosto, onde serão discutidos os seguintes pontos: Organização, Legalização, Momento Político, Relatórios (preparação de um Encontro de Política Agrária do PT, um Encontro de Política Sindical Urbana e uma Comissão para estudo da Política Energética) e Assuntos Gerais.

Além dessas CIRCULARES que unificam e orientam as atividades nos Estados, a CDNP elaborou várias Resoluções Políticas atualizando nos

GK.Ø.TXT-331,p.61



so Programa em relação aos assunto mais candentes do momento atual, visando a dirigir a mobiiização dos militantes em relação aos problemas reais do movimento de massas em cada momento, tais como a Visita do Papa, a Política Nuclear, a Lei dos Estrangeiros, e uma RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL", que deve ser discutida em todos os núcleos.

Ao mesmo tempo, no sentido de ampliar a mobilização e a denúncia dos crimes cometidos contra o povo (dentro e fora do Pais), a Comissão Executiva Nacional elaborou documentos que conclamam todos os militantes do PT a/ repudiarem o golpe fascista na Bolívia e, sobretudo, a denunciarem o brutal assassinato do companheiro Wilson Pinheiro de Souza, membro da Comissão Municipal de Brasiléia (Acre) e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Denuncia também os demais atentados e atos de violência recentemente praticados contra as forças populares em nosso Pais.

É importante ressaltar que todos esses documentos foram reproduzidos pela Comissão Diretora Regional Provisória do RJ e que é DEVER DE TODO MILITANTE DIVULGÁ-LOS DENTRO E FORA DE NOSSO PARTIDO, DE TODAS AS FORMAS POSSÍVEIS.

Como é sabido, a CDNP tem apoiado as iniciativas partidárias nos vários Estados, fazendo-se presente na instalação das Comissões Regionais e Municipais do Acre, RGN, Paraíba, Pernambuco, Minas, interior de SP, RGS, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

No campo dos grandes problemas nacionais, a CDNP, através dos representantes no Congresso Nacional, vem assumindo atitude de vanguarda pela convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguação dos atos terroristas, assim como tem representado o PT junto aos outros Partidos de oposição nos debates acerca da unidade das forças populares em lutas concretas e nas discussões em torno da proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte.

2) SOBRE A ATIVIDADE DA COMISSÃO DIRETORA REGIONAL PROVISÓRIA

Nossa Comissão Regional acaba de instalar as Secretarias Regionais (Imprensa e Propaganda, Finanças e Organização) e de definir o

OK 0. TXT. 333, P 62



relacionamento destas, dentro da estrutura Regional.

Ainda que com grande atraso, a CDRP vem desenvolvendo esforços sentido de orientar a formação das Comissões Municipais (e de Zona). Neste momento, já estão instaladaas as CDMP de São João de Meriti, S.Gonçalo, Nova Iguaçu, Magé. Preparam-se as de outras Municípios e as de Zona Eleitoral, na Cidade do RJ. O acompanhamento da Comissão Regional vem se dando, não só no sentido de cumprirmos os prazos determinados internamente, mas também, no sentido de imprimir conteúdo político a esses êventos, à luz da importância maior do processo de legalização do PT.

A CDRP criou ainda, em caráter de urgência, uma Mini-Secretaria de Administração e Organização com o intuito de, rapidamente, superar as lacunas de comunicação que se acumularam entre os vários setores do Partido. A Mini-Secretaria dá plantão às quartas e sextas-feiras, das 16 às 21 horas, juntamente com 2 representantes da Comissão Regional, no Gabinete da Liderança Parlamentar da Assembléia Legislativa(Palácio Tiradentes, Sala 403, Tel. 283-9997 - Ramais 397 e 458).

A demora na impressão do texto final dos Estatutos Nacionais dificulta, até o momento, o debate dos elementos novos e significativos que devem orientar a estruturação e/e funcionamento internos. A Comissão Nacional nos assegura que os teremos em mãos até o dia 10 de agosto. Tendo em conta esse atraso e com o objetivo de acelerar e unificar o processo de instalação das Comissões Municipais e Zonais, a CDRP publicou recebtemente o documento "Decisões com Respeito à Legalização" (12 de Julho) que contém as primeiras orientações para todos os núcleos e militantes. Uma aproximação maior à relidade da estrutura partidária levou-nos a reavaliar e modificar vários de seus itens, como se define na Circular nº 3 - anexa.

Instrumento de vital importância para nosso Partido, saíu o 5º Número do JORNAL DO PT, como fruto do esforço da Secretaria de Imprensa e Propaganda. Se o JPT não aborda alguns problemas políticos que tanto afligem todos militantes, isso é expressão do estágio ainda lento de

GK.Ø.TXT.331,P63



discussão política em todo partido, em que a principal responsável é a própria Comissão Regional.

A partir do balanço realizado e em vista dos últimos informes, a Comissão Regional tomou as seguintes medidas:

III - INICIATIVAS E RESOLUÇÕES

1. No que se refere à instalação das Comissões Municipais e Zonais, a Comissão Regional tenta no momento concentrar todos os esforços para superarmos nosso atraso, sem com isso despolitizarmos nosso processo de legalização. Nesse sentido deliberou que cada Núcleo deve eleger 2 representantes para, juntamente com os representantes de outros Núcleos da mesma Zona ou Município, se reunirem com a Comissão Regional — e, em conjunto, e pôr em marcha — que então discutirão todas a medidas necessárias a serem levadas aos Núcleos. Essa iniciativa visa a estimular a participação e sobretudo a responsabilidade de todo militante com uma da nossas maiores tarefas do momento atual; fazer de nosso processo de legalização uma vitória, um grande passo à frente na luta contra a ditadura, e pela crescente incorporação das massas trabalhadoras. Serão as Comissões Diretoras Municipais (ou Zonais) Provisórias que, enraizadas nos Núcleos, formarão nossos futuros DIRETÓRIOS - Todas essas etapas são condições indispensáveis para vencermos o enorme desafio político que é a nossa institucionalização. LEMBRAMOS MAIS UMA VEZ QUE O PRAZO PARA A INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES MUNICIPAIS E ZONAIS É O MÊZ DE AGOSTO.

2. Tendo em conta as várias possibilidades abertas à formação e atividades dos Núcleos de base em diferentes formas (territoriais, setoriais, por categoria, etc.) a Comissão Regional acaba de formar um GRUPO DE TRABALHO que tem a tarefa de apresentar análise e sugestões acerca do funcionamento político, objetivos e prioridades dos Núcleos por categoria. Em particular, esse GRUPO DE TRABALHO é formado por militantes dos Núcleos: Metalúrgicos, Transportes, Professores, Bancários - suas análises, consultas e conclusões deverão ser apresentadas no prazo

GK.Ø.TXT.331,P64



de 10 (dez) dias (a 13/14 do corrente).

3. Diante da necessidade de concretizarmos nosso Programa em ligação às características políticas particulares de nosso Estado, a Comissão Regional acaba de criar um GRUPO DE TRABALHO, com a tarefa de definir o relacionamento e a atuação e a política das ASSOCIAÇÕES POPULARES DE BAIRROS E FAVELAS (formado por militantes ligados à essas atividades), que deve apresentar análises e sugestões para a Comissão Regional e todo o coletivo.

4. Para ativar a preparação das Convenções Municipais em geral, Zonas Eleitorais nos Estados do Rio e Nova Iguaçu, devem constituir-se Comissões locais, com 2 representantes eleitos em cada Núcleo - local.

5. Dado que segundo os Estututos, os organismos do Partido podem ser DELIBERATIVOS (As Convenções Municipais, Regionais e a Convenção Nacional), EXECUTIVOS e de AÇÃO (As Comissões Diretoras Provisórias e os Movimentos Trabalhistas e Estudantis) e CONSULTIVOS e COOPERATIVOS (sob várias formas), a Comissão Regional toma algumas iniciativas:

a) considerando a necessidade de agilizar a prática da democracia interna e de criar canais que facilitem o debate e o fluir de posições, o CCR deve constituir-se como um órgão CONSULTIVO REGIONAL (no momento formado pelas representações de Núcleos) que recebe informações e prestações de contas, além de porpor e debater temas fundamentais na Ordem do Dia. Há uma proposta de que o CCR se reúna mensalmente. A Comissão Regional pensa que as reuniões possam efetivamente ser mensais, dentro do contexto [illegible] políticas.

b) considerando que, ao mesmo tempo, é necessário assegurar que o pleno exercício da democracia interna se expresse em instâncias deliberativas, mas que é impossível para um Partido, viver em ASSEMBLÉIA PARMANENTE, a Comissão Regional propõe, à luz dos Estatutos, que sejam realizadas Convenções Regionais a cada 3 ou 4 meses, com temário delimitado pelos problemas e interesses mais prementes de todo o coletivo.

GK.Ø.TXT.331,P65



c) quanto à proposta surgida na última reunião do CCR sobre realização de um CONGRESSO REGIONAL, cabe lembrar que as prioridades políticas do momento atual estão definidas em função do nosso compromisso com o processo de legalização e dos prazos marcados. O MÊS DE AGOSTO REPRESENTA PARA NÓS UM DEFINITIVO PASSO À FRENTE DA CONSTRUÇÃO DE UM PARTIDO DE MASSAS... OU UM GRAVE PASSO ATRÁS. Além disso, lembramos ainda que a figura CONGRESSO não existe dentro dos Estatutos Partidários.

d) Por último propomos a realização de uma reunião do CCR no dia 17 de agosto, para discutirmos o balanço apresentado nesta Circular e as demais medidas e resoluções.

e) Foram constituídos, como órgãos auxiliares da Comissão Regional, as Secretarias de Organização, de Imprensa e de Propaganda e de Finanças. Seus planos foram discutidos e estão em fase final de reelaboração (ver relação anexa).

## IV - CONCLUSÕES

Sem dúvida, o simples enunciado dessas medidas e a divulgação das resoluções Nacionais e Regionais, não respondem a nossas enormes tarefas como Partido de massas. É necessário constatar que esses esforços são ainda precários e estão longe de preencher o imenso potencial de luta de nossos militantes.

É preciso também reconhecer que, até o momento, são raras as iniciativas políticas de mobilização de caráter local. Constituem exceções as atividades de agitação e mobilização popular do Núcleo de Madureira, em relação as ações terroristas de incêndio das bancas de jornais e as dos Núcleos da Região da Central, em relação à luta unificada contra os preços das passagens de trens.

São iniciativas como essas que fazem com que nosso Programa e nossas metas prioritárias deixem de ser palavras escritas em algum lugar e tornem-se realidade viva junto às massas.

GK.Ø.TXT-331,p.66



A intensificação de atividades desse tipo, a criatividade e a crítica das bases, o potencial de cada militante, juntamente com a capacidade de coordenação da Comissão Regional, são o caminho básico de superação de nossos problemas atuais.

Só a prática concreta de nosso Partido junto às massas, poderá enriquecer nosso debate interno, solucionar as contradições políticas e extirpar os últimos quistos de desconfiança que ainda possam sobrevir entre nós.

É dentro dessa visão que o PT vai continuar a afirmar-se como alternativa política para as massas, com a esperança de que os homens e mulheres que produzem as riquezas desse País possam ter hora e vez.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1980.

COMISSÃO DIRETORA REGIONAL PROVISÓRIA

CK.Q:TXT.331,P67

Aos companheiros da Comissão Executiva Nacional

Queridos companheiros:

O momento político atual abre-se com exigências novas e urgentes para com nosso trabalho de direção. No que toca não apenas à elaboração de alternativas e respostas políticas, mas também a soluções efetivas, a curto e a médio prazos, para os difíceis problemas sociais e econômicos que temos diante de nós. Sem dúvida, nossos Grupos de Trabalho procuram responder a essas exigências. Uma parte de nossa CEN vem podendo participar desses trabalhos, o que é muito bom. Mas a CEN, em seu conjunto, como organismo dirigente,não vem podendo tomar o estudo e o debate desses problemas nas mãos. Acontece que estamos sendo chamados, em escala crescente, através de solicitações de artigos, entrevistas, mesas redondas, seminários, na imprensa, na TV e no rádio, a debater propostas e soluções já formuladas - ou em via de formular-se - por nosso PT. Penso que essa situação passa a sugerir uma atenção e uma agilidade bem maiores, de nossa parte: no sentido de sabermos encontrar tempo para o balanço dos trabalhos dos GTs em funcionamento; de buscar meios de socializar os encaminhamentos e eixos-centrais do trabalho que realizam; e, inclusive, de buscar iniciativas que facilitem o debate desses problemas entre nós.

Poderíamos, por exemplo, ter um primeiro balanço informativo, aproveitando, de alguma forma, as reuniões da CEN e do Diretório Nacional? ou seria possível resumir, por escrito, o essencial dos debates e das propostas em via de elaboração?

O essencial, a meu ver, é termos elementos que assegurem nossa unidadede pensamento e de ação. E a convergência e a amplitude de nossa prática política. No plano nacional, como no plano dos Estados.

Isso não impede, é claro, que cada membro da CEN estude esse conjunto de questões, isoladamente, em grupos, ou no interior dos GTs que se formem, em cada Estado. E que traga à CEN suas dúvidas e suas sugestões.

Nesse sentido, aqui vão algumas notas, para a leitura e a crítica de vocês. Elas incluem alguns temas:

1)- a ampliação de nosso Programa Mínimo de 10 Pontos;
2)- Desenvolver e clarificar melhor nossa proposta de uma nova política econômico-financeira;

GKØ.TXT-331,p68

3)- Desdobrar nossas propostas sobre autonomia sindical e sobre a Legislação e a Justiça do Trabalho;

4)- Definir certos critérios e objetivos centrais sobre um novo projeto de Constituição e, também, sobre o processo constituinte; como ele se vem esboçando; e como nós, no PT, gostaríamos de vê-lo em desdobramento, hoje e amanhã;

5)- Ao mesmo tempo, em conjunto com a Fundação Wilson Pinheiro, iniciar a reflexão e o debate sobre a definição de algumas questões fundamentais que estão ainda ausentes em nossa orientação política, no quadro da estratégia e da tática E em nossa aproximação à realidade social e política de nosso País. Elas incluem, entre outras,

- as classes e camadas sociais de nossa sociedade;
- as mudanças prioritárias exigidas por nosso Povo e a força social necessária para assegurar essas transformações:

  * o PT, apenas com suas próprias forças?
  * uma frente de Esquerdas?
  * uma frente ou Bloco Operário-Popular? ou
  * uma frente popular e democrática, sob um Programa Mínimo comum?

- a fase atual de transição política - e os <u>conceitos de classe de Democracia</u>.
  como os <u>trabalhadores</u> compreendem o <u>conceito de Democracia</u>.
- as relações entre democracia e socialismo.
- como definir o Socialismo, segundo as características de nosso País e as aspirações de nosso povo?
- os caminhos do Socialismo, nas condições brasileiras?

Como sugestões para ampliar nosso Programa Mínimo, eu veria a necessidade de incluir mais 5 itens, tais como:

1º- a convocação de uma assembléia Nacional Constituinte Soberana e aberta à participação popular;

2º- o debate de iniciativas que marquem um lugar à defesa da soberania nacional e a definição ampla de uma política independente em todos os planos (econômico, social, cultural, político,...) face à pressão imperialista e ao saque das multinacionais (empréstimos, investimentos, acordos em bases desiguais, concessões e isenções oficiais, ...);

3º- propostas sobre as bases próprias, nacionais, de uma política econômico-financeira independente (reforma tributária, nacionalizações diversas, ...) à luz dos interesses do Povo;

4º- propostas e soluções concretas sobre os problemas cru

GKØ. TXT. 331, p. 69

ciais das calamidades públicas, da mortalidade infantil e dos menores abandonados, da fome e do desemprego. Os problemas da cultura, da arte, do Ensino (primário, médio e superior) e

5º- as bases definidas de uma reforma administrativa e de uma reforma da Justiça.

São problemas que ampliam nosso campo de abrangência, sob a visão de um conceito mais amplo, popular, de Democracia. E sob a visão do avanço de um regime de democracia, no sentido de suá forma superior - o Socialismo.

Um abraço do

Apolônio

APOLÔNIO

Rio, 7 de março de 1985.

GK.Ø.TXT.331,p.70

Em torno de nosso Programa Mínimo de 10 Pontos (iniciais)

Temos já um Programa de mudanças imediatas e a curto prazo, com respostas comuns a várias forças sociais e políticas. E a servir de base a acordos e alianças, no interior de uma ampla frente democrática e popular. Ele procura refletir as reivindicações essenciais de nosso Povo,na presente fase de transição. Guarda, entretanto, (e seria difícil não ser assim) ausências e omissões sobre problemas igualmente importantes que a vida, ultimamente, coloca, de maneira imperiosa, na ordem do dia.

Como a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; a defesa da soberania nacional; a bandeira de uma política econômico-financeira independente, de investimentos amplos nas áreas de interesse social e da criação e multiplicação contínua de empregos, apoiada, prioritariamente, em fontes internas, colhidas em âmbito nacional; medidas concretas e reformas amplas, destinadas a corrigir a tradicional exclusão política, social e cultural de nosso Povo; uma Reforma Administrativa e uma Reforma da Justiça que corrijam as marcas de centralização e autoritarismo - e ampliem o campo ainda extremamente estreito do reconhecimento dos Direitos da Pessoa Humana.

O problema do combate à corrupção estando já incluído nos itens anteriores, nosso Programa Mínimo passaria, assim, a incluir 5 itens a mais:

A - os 10 pontos já conhecidos.

B - alguns itens novos, como:

11º) a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte soberana, amplamente aberta à participação popular;

12º) o recurso prioritário às fontes internas de uma nova política econômico-financeira, independente, anti-recessiva, voltada para os interesses fundamentaisda população trabalhadora:

* a suspensão do pagamento da dívida externa;
* uma política tributária baseada nos critérios de que a inflação e a crise econômica devem ser pagas, fundamentalmente, por seus criadores e beneficiários e responsáveis. E calcada sobre impostos altos e crescentes sobre as grandes fortunas, os altos lucros, as remessas de lucros, as royalties, a transmissão das grandes heranças, a grande propriedade ociosa, urbana e rural,...
* a nacionalização dos grandes bancos e das grandes financeiras, do Comércio Exterior e das operações cam -

GK.Ø.TXT.331,P71


biais, das empresas ligadas à Saúde, ao Ensino, à Segurança Nacional;

13º) Medidas destinadas à defesa do interesse nacional:

- a revogação de todos os acordos lesivos aos interesses de nosso Povo e à independência de nosso País. Incluindo os acordos com o FMI, o acordo nuclear, as concessões outorgadas às multinacionais a governos estrangeiros, à base da intervenção do Estado na economia e da centralização de Poderes, sem controle do Povo e do Legislativo;

14º) Medidas destinadas a prevenir e evitar os efeitos das calamidades públicas Reformas imediatas e profundas nos domínios da Saúde, da Cultura, da Arte e do Ensino primário, médio e superior;

15º) Reformas da Administração e da Justiça.

Rio, 7 de março de 1985.

GK.D.TXT.331, p.72

DIRETÓRIO NACIONAL

# Partido dos Trabalhadores

São Paulo, 24 de fevereiro 1989.

Sr.
APOLÔNIO DE CARVALHO

Tenho o prazer de escrever-lhe, em nome da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), para convidá-lo a participar do Seminário PT: UM PROJETO PARA O BRASIL, a ser realizado nos dias 15 e 16 de abril.

Conforme tivemos oportunidade de conversar na fase preliminar de definição da lista de participantes do Seminário, trabalharemos com 16 (dezesseis) grupos de discussão, cada um dos quais contará com um Coordenador, um Expositor e dois Comentadores. Ficaremos muito contentes em assistir a sua participação como Coordenador do grupo que deverá reunir-se para debater o texto preparado sobre o tema Democracia e Socialismo.

Junto a esta o Programa das nossas atividades durante o Seminário.

Certo da sua presença e confiante de que a sua participação junto com intelectuais do PT, amigos, simpatizantes e intelectuais convidados de outros partidos, em muito ajudará a definição de perspectivas novas para o país.

FRANCISCO C. WEFFORT
Comissão Executiva Nacional
Partido dos Trabalhadores

Sede Nacional do Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260 - Vila Clementino
São Paulo - Capital - CEP 04.041 - Fone: 575-2299

GKØ.TXT.331,P.43



# Partido dos Trabalhadores

SEMINÁRIO - PT: UM PROJETO PARA O BRASIL

Hotel Augusta Palace
Rua Augusta 467 Consolação/SP
256.1277

Data:

15 (sábado) e 16 (domingo) de abril

Formato Geral:

I- O Seminário abre com um discurso do Lula.

II- A seguir o Seminário se divide em grupos-de-trabalho. Como fazemos a previsão de 16 temas, teremos 16 grupos. No sábado, 10 grupos. Na manhã de domingo mais 6. Um tema de alcance geral será motivo de uma sessão geral, depois do almoço de domingo.

III- Cada grupo terá um Coordenador, um Expositor e dois Comentadores. Cada grupo terá ainda um Secretário responsável pela gravação e transcrição. Além destes participantes, teremos companheiros convidados. O Expositor terá 45 minutos e os Comentadores terão, cada qual, 30 minutos. Terminados a exposição e os comentários, os convidados poderão fazer perguntas sobre a matéria apresentada para debate. Ao final, o Coordenador terá 20 minutos para uma síntese e para a apresentação do seu próprio ponto de vista.

IV- O Expositor entregará seu texto com a antecedência mínima de 1 semana. O texto terá entre 20 e 30 laudas; cada lauda deverá estar datilografada em 25 linhas de 70 toques. O Secretário será responsável pela gravação e pela transcrição da exposição inicial, dos comentários e da síntese final. As perguntas e respostas deverão ser gravadas.

GK.Ø.TXT.331,p.74



# Partido dos Trabalhadores

V- Programa

Dia 15, sábado

09h00 - Abertura: Discurso do Lula

10 às 13h00 - Grupos de Trabalho

Grupo 1: A questão Institucional

Grupo 5: Política Agrícola e Reforma Agrária

Grupo 6: Política Industrial e Novas Tecnologias

Grupo 10: Planejamento Como Estratégia de Mudança

Grupo 16: Segurança e Violência

13 às 15h00 - Almoço

15 às 18h00 - Grupos de Trabalho

Grupo 2: Perspectivas Políticas para um Governo dos Trabalhadores

Grupo 7: Redistribuição de Renda: as desigualdades regionais e a miséria absoluta

Grupo 12: Saúde e Previdência

Grupo 14: Energia e Ecologia

Grupo 15: A luta contra a discriminação racial, sexual e etnica

19 às 21h00 - Jantar.

Sede Nacional do Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260 - Vila Clementino
São Paulo - Capital - CEP 04.041 - Fone: 575-2299

GK.D.TXT.331,p.75

DIRETÓRIO NACIONAL

# Partido dos Trabalhadores

Dia 16, Domingo

10 às 13h00 - Grupos de Trabalho

Grupo 3: Democracia e Socialismo

Grupo 4: O PT e as Forças Armadas

Grupo 8: A Dívida Externa

Grupo 9: Reforma Financeira do Setor Público e Sistema Financeiro

Grupo 11: A Educação

Grupo 13: Política Cultural

13 às 15h00 - Almoço

15 às 18h00 - Tema Geral:

Um dos Grupos anteriores apresentado em reunião plenária com todos os participantes do Seminário. A escolha deste Grupo será comunicada oportunamente.

Sede Nacional do Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260 - Vila Clementino
São Paulo - Capital - CEP 04.041 - Fone: 575-2299

GK Ø. TXT. 331, p. 76

EM TORNO DA TAREFA DE ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA.

A ausência de um plano de construção partidária pesa profundamente sobre o crescimento, a identidade e a afirmação do PT.

> "Até o momento, não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos, não temos estabelecido prioridades nacionais que permitam por em prática a regionalização do Partido. Não podemos ter a crença ingênua de que é possível falar uma mesma e só linguagem em São Paulo, no ABC, e no norte do País. Muito embora nossos objetivos sejam nacionais, não podemos querer que se tornem homogêneas e inteiramente iguais às experiências dos trabalhadores, que são diferentes nos quatro cantos do País. A realidade não é homogênea e igual, e temos de aprender a vê-la e a entendê-la."(Teses Para a Atuação do PT - ponto 4 - abril 84).

I - As tarefas prioritárias definidas em nosso Projeto Político Nacional (abril 1984) : a), b), c).

Para cumprir essas tarefas, que representam um compromisso político assumido pelo Diretório Nacional, em abril de 1984, precisamos:

A) Dar o passo inicial que é conhecer, com clareza, a realidade atual de nosso Partido.

→ O que temos em mãos para esse passo inicial:

- a visão nacional da composição social, dentro das contingências decorrentes do desenvolvimento desigual (econômico, social e político) de nosso País;
- o balanço da estrutura partidária, em âmbito nacional, abrangendo os organismos intermediários e o quadro geral de filiação ( trabalho bom e difícil de nossa Secretaria Nacional de Organização, em Brasília);

GK.Ø.TXT.331,p.77



- os resultados iniciais do esforço de reestruturação dos organismos dirigentes, sua ampliação, sua renovação, e, também, de localização, recuperação e renovação do quadro de filiados, em desenvolvimento em vários Estados.

B) Elaborar o Plano Inicial de Trabalho, visando a coligir e sistematizar os dados correspondentes a nossa realidade atual; e, a definir, com apoio nesses dados, uma Política de Organização para o conjunto do Partido, suas prioridades e a Política de Concentração correspondente.

Os caminhos previstos para o desenvolvimento desse trabalho - a debater - seriam através de :

- reuniões parceladas entre a Secretaria Nacional de Organização e as Secretarias dos Estados, nas várias regiões do País;
- um balanço da realidade e de todas as iniciativas em curso;
- e da sistematização de todos esses dados.

A partir daí, seria possível a elaboração de um Plano de Construção Partidária, a ser apresentado à Comissão Executiva Nacional, e, se aceito, ao Diretório Nacional e ao Encontro Nacional.

Proposta do Quadro das Regiões:

CENTRO SUL - MG,ES, RJ, SP, PR,SC, RS.
LESTE-NE - BA,SE, AL, PE, PB, RN, CE.
MEIO NORTE E NORTE - PI, MA, PA, AM, AC, RO.
CENTRO E CENTRO-OESTE - GO, BRASÍLIA, MT, MS.

C) Um primeiro balanço: a realidade do PT em São Paulo - iniciativas, caminhos, inovações em desenvolvimento.

1- A situação pós o 15 de novembro de 1982 (eleições):

- o enfraquecimento geral da estrutura partidária ( a maioria dos diretórios desarticulados; grande parte deles somente existindo no papel, sem prática interna nem externa);
- a desarticulação dos organismos;
- um quadro dramático, no tocante aos Núcleos de Base

2- A viragem inicial, sob um Plano de Trabalho, com objetivos definidos:

GK.Ø.TXT.331,P 78



- a importância particular da criação de uma Secretaria de Organização - a evolução de sua estrutura e de seu funcionamento. Seus participantes e a passagem progressiva do regime de voluntariado ao regime e ao nível mais altos dos quadros permanentes.
- o plano de trabalho e a visão de conjunto. A partir dos efetivos declarados, no período anterior (dados do TRE, sobretudo) , foi possível a localização dos filiados e, através da remessa das fichas aos Diretórios Municipais e Distritais (Zonais) conseguiram o recadastramento.
- a descentralização, com a criação da Secretaria do Interior - que auxilia a Comissão de Organização no interior - no Diretório Regional.

Os organismos intermediários: as Regiões e as Sub-Regiões. Tiveram o cuidado inovador com a Regionalização da Estrutura, procurando corrigir os traços anteriores de uma estrutura marcadamente metropolitana.

II - O objetivo chave : a consolidação das conquistas existentes.

Nesse sentido, o que se impunha, em primeira instância de urgência, era a necessidade da correção do "esvasiamento da militância" (houve necessidade da dissolução de alguns diretórios e quase todos eles estavam esvasiados em sua militância). Além da imperiosa necessidade de um Plano de Formação Política.

A- Os Planos de Trabalho e suas áreas prioritárias:

- a Regionalização (abrangendo 30 regiões, que possuem uma coordenação, cada uma delas). Cada região abrange 8 Diretórios e cada Diretório elege 2 membros para a sub-região, que articula as tarefas na Região. ( A sub-região, com caráter consultivo). No interior, está se dando a implantação de sub-sedes.

B- Os instrumentos essenciais postos em aplicação desses Planos e de seus objetivos:

- o debate político.
- as bases de uma Política de Nucleação e de uma Política de Formação.
- a correção da desigualdade de formação e crescimento, face a um partido ainda, em boa medida, metropolitano. A nucleação era, sensivelmente, mais forte na capital, e fraca no interior.
- o esforço por corrigir e superar as dificuldades no tocan

GK.Ø.TXT.331,P.79

te à ligação e à busca de caminhos de influência sobre os movimentos de massa.

- a visão de uma Nova Política de Concentração, tendo em conta que, de um total de 180 a 200 Diretórios Municipais, no Interior, dotados de vida econômica própria, 30 deles, com 200 a 400 mil habitantes, geram forças política e, ali, devemos concentrar o esforço de construção partidária.
- a necessidade de corrigir os elementos de diluição da imagem e da realidade política e social do PT, em certos focos de influência da CPT e das Comunidades de Base..

C- Há toda uma rica experiência acumulada no quadro da implantação em novas bases, de nosso Partido, no interior de São Paulo. A destacar nesse sentido, o papel positivo exercido pela sub-região, e o fato concreto de que o núcleo sempre serviu de trampolim para a luta política.

3 eixos permanentes orientaram o trabalho: 1)- a política de nucleação (ver documento anexo) utilizando o critério chave de ver claro para assegurar bases firmes à viragem pretendida. Assim, a distinção entre núcleos reais e núcleos formais-e número real e número formal de filiados.O plano de refiliação. O mini-PT; 2)- A capacitação cultural e política. Criar bases mínimas de capacitação e elaboração políticas, com o objetivo de um mínimo de capacitação cultural e política. Importância particular, nesse sentido, da definição das políticas setoriais, através das secretarias respectivas; 3)- A correção das ausências mais graves como a presença precária no movimento popular e a subestimação da prática política no plano institucional.

III - As iniciativas a estudar,adaptar,e a enriquecer. a) Um plano de ação municipal - elaboração de programas de mudanças viáveis,a debater e a confrontar face aos prefeitos (caso de Osasco-as mudanças que o povo reclama).

b) A formação política dos filiados - o empenho em corrigir a apresentação formal do PT, em sua condição de partido de massas, e a atuação política, na prática, como um partido de quadros ou,mais concretamente, "como um partido deformado de quadros" ...

Ver, nesse sentido, os cursos de formação política; os seminários de formação política (ver documentos); os seminários sob o tema O PT Partido de Massas; e, a análise da conjuntura política.

IV - A política de organização e a situação política atual. As tarefas mínimas. As atribuições de cada Comissão Executiva Municipal e Distrital. As cartilhas. As atribuições da sub-região, seu caráter e como se compõe. Os organismos auxiliares. As secretarias (ver o Regimento Interno).

V - A produção política - estimulá-la nos diferentes níveis, promovendo seminários e a ativa e ampla participação dos núcleos de base.

GK.Ø.TXT.331,p80

Rio de Janeiro,  de fevereiro de 1991

Aos Companheiros e Companheiras
do Núcleo de Base d .....

Nosso Núcleo de Base do Leblon sente, como vocês, a imensa importância de uma formação política inicial , sobretudo para nossos filiados mais recentes e simpatizantes.

Na realidade, ela é indispensável à nossa atividade coletiva, como núcleo partidário, assim como à prática militante de cada um de nós, no meio político e social.

Por isso, damos o maior respaldo às iniciativas e sugestões que nos chegam dos organismos dirigentes em todos os escalões, incluindo o Forum de educação política, de criação recente, em nossa Zonal.

Consideramos, entretanto, que subsiste ainda um largo espaço, nessa questão vital,para iniciativas novas, também por parte de nossos Núcleos de Base.

Decidimos, assim, iniciar a 27 do corrente, um ciclo elementar de palestras de formação política, com o objetivos de trazer aos filiados, simpatizantes e militantes um conhecimento teórico e político introdutório sobre os temas que mais de perto interessam à nossa atividade política e social.

Trata-se de um primeiro ciclo de seis palestras, como vocês podem ver no programa anexo. Não pensamos em algo restrito ao nosso Núcleo: mas também em algo aberto a todos os que, entre vocês, queiram acompanhar-nos com sua presença e suas críticas e sugestões.

Ao final, propomos um balanço conjunto do encaminhamento do ciclo e de seus resultados - para definição em comum de novas iniciativas.

Antecipadamente gratos por seu apoio e participação, aqui fica nossa fraterna saudação petista.

.....

GK.Ø.TXT.335,p.81

# FORMAÇÃO POLÍTICA

Ciclo Elementar (seis temas):

I - As classes e as camadas sociais. Realidade brasileira.

II - As contradições, os antagonismos de classes. A luta de classes. As formas da luta de classes, seus instrumentos e suas tarefas : os sindicatos; os partidos políticos; as doutrinas políticas.

III - Os conceitos marxistas sobre a sociedade e a luta de classes. O socialismo e suas várias linhas e experiências históricas.

IV - História sucinta do movimento operário e sindical em nosso país.

V - História sucinta dos partidos políticos em nosso país. O surgimento de correntes e partidos políticos ligados aos interesses dos trabalhadores.

VI - O PT - suas características originais. Suas alternativas políticas na conjuntura atual.
As Resoluções do V,VI e VII Encontros Nacionais.

Os temas em debate na preparação do I Congresso nacional.

Observações: palestras a serem realizadas de 15 em 15 dias;
exposição do tema -30/40 minutos;
debate sobre o tema - 1 hora e 30 minutos ...

Abrangência: o Ciclo estará aberto aos núcleos, seus filiados, simpatizantes e militantes.

GK.Ø.TXT.339,p.82



## VI.2 A TÁTICA DE CONCENTRAÇÃO NOS LATIFÚNDIOS IMPRODUTIVOS:

Na tática de concentração nos latifúndios improdutivos, o PT deve apoiar:

a) a desapropriação como instrumento principal para a Reforma Agrária;

b) a participação dos trabalhadores rurais nas decisões a respeito da seleção e das formas de organização da produção;

c) o estímulo a formas associativas de produção;

d) ações imediatas de desapropriação e assentamento.

Por outro lado deve propor:

a) proibição de expulsão de qualquer trabalhador rural das terras em que se encontram produzindo, mesmo a pretexto de fim de contrato de arrendamento ou parceria;

b) proibição de cessão de terras públicas a quem não for trabalhador rural;

c) estabelecimento de Comissões de Reforma Agrária, paritárias Estado e órgãos de representação dos trabalhadores, para fiscalizar e controlar os assentamentos e as colonizações oficiais e particulares;

d) concessão de uso por 5 anos das terras utilizadas para os assentamentos, discutindo-se depois desse prazo, com as entidades representativas dos trabalhadores rurais, as formas de propriedade e titulação;

e) desapropriação imediata dos latifúndios de propriedade das empresas multinacionais;

f) indenização somente pelo valor declarado para fins de tributação, através de Títulos da Dívida Agrária resgatáveis em

GK.P.TXT.334,P83



prazo compatível com as possibilidades da Nação;

g) garantia de propriedade para os pequenos e médios produtores, estabelecendo-se que nenhuma área menor do que 1000 ha será desapropriada na aplicação do atual Plano.

É preciso levar em conta que essa tática parte da atual correlação de forças. A rigor, os latifúndios improdutivos não deveriam ser indenizados, tanto por terem sido obtidos, em sua grande maioria, por métodos extra-econômicos, como por não haverem incorporado valor à terra. Entretanto, no momento não há condições para conquistar tal medida. Mas é possível pressionar no sentido de que as indenizações sejam acertadas conforme o valor declarado para fins de tributação e que os Títulos da Dívida Agrária só possam ser resgatados num prazo compatível com as condições do país.

A rigor, também, uma verdadeira Reforma Agrária só será efetiva se todos os latifúndios forem desapropriados. Com as forças pró- Reforma atualmente existentes, uma medida desse tipo é inexequível. Além disso, a tradicional influência dos latifundiários sobre os setores agrários intermediários pode manter-se e mesmo ampliar-se se não houver uma garantia de que tais setores médios não serão tocados. Isto criaria uma força capaz de impedir até mesmo a desapropriação dos latifúndios improdutivos e, portanto, que fosse quebrada a espinha do setor latifundiário mais retrogrado e reacionário. Nessas condições é que o PT considera correta que não sejam desapropriadas áreas menores do que 1000 ha.

VI.3 EIXOS PRINCIPAIS DE AÇÃO:

Ao mesmo tempo que estabelece tais objetivos, o PT deve desenvolver uma ação intensa, em todas as áreas de sua atuação, para:

a) ampliar, em conjunto com outras forças políticas e sociais, a campanha pelo desencadeamento da Reforma Agrária Já. Na prática, essa campanha visa esclarecer e mobilizar os trabalhadores e as camadas médias urbanas em apoio à luta dos camponeses pela Reforma Agrária, tendo em vista que essa medida também interessa profundamente à população das cidades;

b) incentivar os camponeses sem-terra e com pouca terra a for

OK.D.TXT. 331,P84



marem suas próprias Comissões de Reforma Agrária. Essas Comissões, no momento, devem constituir-se na principal forma de organização dos camponeses para preparar os alistamentos, levantar as áreas passíveis de desapropriação, discutir as formas de assentamento e todos os demais problemas referentes à execução da reforma. Afinal, são os trabalhadores rurais que devem decidir as questões que dizem respeito à sua produção e vida. Através dessas suas Comissões, os camponeses poderão pressionar os órgãos governamentais e escolher seus representantes nas Comissões de Reforma Agrária oficiais. Esta ação visa mobilizar e organizar os camponeses e capacitá-los, também, a enfrentar os latifundiários em cada local, caso seja necessário.

Estas duas ações - campanha nas cidades e formação das Comissões de Reforma Agrária no campo - compreendem dois eixos convergentes que devem juntar-se num poderoso movimento nacional pró-Reforma, modificando a correlação de forças e criando condições para ir além das condições que estão postas hoje.

## VII. PERSPECTIVAS

O atual processo de recuo das forças pró-Reforma tem limites além dos quais não é possível ultrapassar sob pena de capitulação ante os "contra". Não é possível abrir mão do controle das desapropriações e assentamentos pelas Comissões de Reforma Agrária, nem permitir que a forma de indenização dos latifúndios improdutivos se transforme num grande negócio agrário. Também não se pode aceitar que os trabalhadores rurais continuem sendo expulsos e que as multinacionais possam ainda apossar-se de imensas extensões territoriais.

Por outro lado, se o processo de mobilização iniciado pelas forças democráticas e populares, entre as quais está o PT, se concretizar e ampliar, a tendência será estancar o atual processo de recuo, isolar os latidundiários direitistas, em especial os improdutivos, e fazer avançar o processo de desapropriações e assentamentos com a participação dos trabalhadores. Em tais condições, a acumulação de forças permitirá, a médio prazo, propor a elaboração de uma nova lei de Reforma Agrária, que realmente democratize o conjunto da estrutura agrária brasileira ou, se for o caso, impor aos latifundiários a Reforma Agrária na prática.

GK. C. TXT. 331, vp. 85

Crítica Polêmica Debate Memória Reflexão Opinião História Entrevista Informação

GK.Ø.TXT.331, ep.86

*Crítica, polêmica, debate, memória e reflexão caracterizam o projeto da revista de teoria política do PT, já aprovado pela Executiva do Diretório Regional, que se pretende colocar em circulação ainda este ano. Com 48 páginas, distribuídas em seções variadas a cada trimestre (Política, Economia, Memória do Movimento operário nacional e internacional, Crítica Cultural, Cartas, Entrevistas, Mesas-Redondas etc.) a revista será vendida em livrarias e por assinatura, a preço acessível.*

*É importante que os passos da revista sejam acompanhados por todo o partido, com sugestões e críticas. Ela será um local para refletirmos e elaborarmos a prática dos militantes em suas lutas cotidianas, afirmando assim o predomínio da prática na relação teoria-prática.*

# 1- Introdução

A idéia de se fazer uma revista de teoria no PT sempre esteve na perspectiva de companheiros que consideram o debate e a polêmica os melhores meios para se produzir os instrumentos teóricos necessários à construção do PT. No entanto, se antes não fora possível concretizar esta idéia, agora temos a nosso favor a conjuntura política que impõe a sua realização. Pensamento e ação combinados com o trabalho partidário solidário e democrático significa avançar no projeto global do PT para a sociedade. A elaboração desse projeto de revista do PT pretende contemplar esta necessidade.

GK.Ø. TXT. 331,4 87

# 2- Considerações

### a) Sobre a conjuntura

Hoje vivemos uma conjuntura política na qual o conjunto da sociedade projeta — por diferentes modos e interesses — os anseios por "democracia" e "justiça social". A Aliança Democrática não tem condições de atender a estes anseios do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. Mas os setores que compõem a AD sabem que estes anseios precisam ser equacionados segundo as "novas regras do jogo". Regras que, de maneira geral, foram estabelecidas em boa parte graças à pressão dos movimentos sociais nos últimos anos.

Vivemos uma época em que as classes dominantes procuram atrair para si — para o seu projeto — as expectativas e angústias das classes dominadas sem a utilização pura e simples da repressão física ou sem o sufocamento das idéias e informações.

Os defensores da "Nova República" procuram, hoje, legitimar "seu projeto" para a sociedade utilizando-se de aparelhos ideólogicos aos quais têm acesso e controle. A hegemonia ideólogica das classes dominantes sobre a classe trabalhadora acontece, principalmente, através da manipulação mais dirigida das informações, já que arrefeceu o recurso ilimitado à censura, pela produção intelectual dos seus técnicos e ideólogos; pela propaganda oficial e comercial; por meio de produtos culturais produzidos pelos meios de comunicação de massa; e através da indústria cultural de maneira geral; e pela política cultural institucional e da iniciativa privada.

Ao apresentarmos nosso projeto político para a sociedade contrapondo-o à hegemonia das classes dominantes, temos que desvendar sistematicamente os mecanismos de dominação e funcionamento da ordem burguesa, apontando novos horizontes. É dessa maneira que o debate sobre o socialismo e a democracia dos trabalhadores entra na ordem do dia. Além disso, a existência de partidos políticos que postulam o socialismo impõe ao PT o delineamento do seu perfil ideológico para a sociedade. O PT precisa estar preparado para esse enfrentamento ideólogico capacitando-se para responder, satisfatoriamente, as demandas desencadeadas por esta nova conjuntura.

### b) Sobre o Partido

Na realização deste projeto de revista é necessário levar em conta o acúmulo de experiências no PT, o método democrático do debate de idéias e a existência de tendências de opinião diferenciadas no partido.

Aproveitar as potencialidades que um projeto desse porte exige, significa abrir um canal para a expressão das idéias que se manifestam no interior do PT. Nesse sentido, a polêmica e as análises são imprescindíveis: precisamos publicar textos e artigos que possam contribuir para o debate e a reflexão entre os filiados e simpatizantes. Desse modo, daremos conseqüência a um partido de massas tendo como pressuposto a diversidade e a controvérsia como meio para estabelecer a unidade de ação partidária.

### c) Sobre o público-alvo

É importante destacar o perfil do público-alvo para delinear o projeto editorial. A revista, a princípio, objetiva atingir todas as pessoas interessadas num projeto editorial que aponte caminhos, suscite o debate, o surgimento do novo e que principalmente convide à reflexão.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista que ela se encontra num contexto diferente das revistas deste tipo. Trata-se de um projeto partidário, e, por isso, seu público-alvo prioritário corresponde ao contigente de militantes do partido, isto é, são companheiros de vários níveis, da direção partidária e também uma parcela significativa de militantes e ativistas que se situam num nível intermediário da prática partidária (os companheiros sindicalistas, os companheiros que freqüentam reu-

CK. Ø. TXT. 331 (4p. 88

niões de núcleos e diretórios, leitores da imprensa partidária, etc.) Isto se explica pelo fato de o projeto editorial ter a função de ser uma espécie de "formador de opinião", isto é, ele atende as necessidades, hoje, de contribuir com a formação política dos nossos militantes levantando questões de fundo e conjunturais para o debate entre os companheiros.

Além disso, pretende-se que o perfil do público leitor seja mais amplo que os quadros militantes do PT. Neste caso, trata-se de pessoas simpatizantes do partido, que normalmente consomem este tipo de revista oferecido pelas empresas editoriais. Pessoas que lêem a página três da **Folha de S. Paulo**,por exemplo. Vamos procurar atingir o público de esquerda de outros partidos políticos como o PMDB, PCB, PC do B, PDT, etc.

A revista visa também atender a uma necessidade de informações a nível nacional. Daí ser imprescidível, inclusive por isso, uma ligação efetiva com o Diretório Nacional em sua execução, sobretudo através da Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional.

# 3- Proposta Editorial

Diante das considerações anteriores, fica claro que o projeto de revista exige características mais amplas, que supra as demandas da conjuntura, do partido e do público leitor. Esta amplitude é entendida na realização de um projeto editorial aberto à reflexão dos mais variados temas, tendo sempre em perspectiva de que se trata de um projeto partidário. Estar aberto não significa que a revista vai editar "qualquer coisa". Isto é, haverá critérios de seleção de textos, temas, entrevistas e debates e os espaços para as polêmicas. Precisamos então configurar alguns critérios para a plena conquista dos objetivos da revista.

Em primeiro lugar, trata-se de uma revista do PT e por isso é preciso trabalhar com a metodologia oriunda da prática petista. Isto significa que a metodologia mais adequada para delinear o projeto político do PT advém das lutas concretas dos trabalhadores e por isso nosso referencial perma-

GK. Ø TXT. 331,4 89

nente será as questões apresentadas pela conjuntura e pela luta de classes.

Em segundo lugar, o universo de abordagem do que será veiculado pela revista fica restrito aos petistas filiados e simpatizantes sendo que os textos, artigos, cartas etc., são de responsabilidade dos seus autores.

Em terceiro lugar, a revista não será acadêmica ou circunscrita a alguns iniciados. Pretende-se combinar a profundidade de reflexão dos temas abordados com a simplicidade na exposição da idéia ou proposta. Ser simples na exposição não significa ser simplista na reflexão. É preciso ter em mente que a revista, além de tudo que já foi mencionado até agora, é um veículo do PT e, assim sendo, a qualidade jornalística do texto é imprescindível para que o maior número de pessoas tenha acesso à leitura.

Em quarto lugar ressalta-se que a revista irá veicular preferencialmente os textos que tenham como referência o projeto político do PT desenvolvido até agora em seu manifesto, programa, documentos e resoluções.

Com os princípios e critérios esboçados em seus aspectos gerais, temos então a mediação do Conselho Editorial no sentido de garantir a plena execução da revista.

### a) Sobre o Conselho Editorial

O papel do Conselho editorial será o de sustentar a plena efetivação do projeto global da revista sem no entanto desempenhar funções executivas. A ele caberá dirimir as possíveis situações que coloquem em xeque a trajetória da revista funcionando como instância de recursos. O Conselho orienta e acompanha a linha editorial realizando avaliações do seu desempenho.

Pelas características desse projeto editorial, a composição do conselho deve abranger a diversidade de posições e experiências acumuladas pelos seus componentes no interior do PT.

Têm-se como princípio que as decisões do Conselho sejam o resultado da sensibilidade coletiva dos seus componentes. O Conselho será constituido de convidados pelo Diretório Regional de São Paulo, devendo incluir-se entre eles um representante da Secretaria de Formação Política do Diretório Regional e do Diretório Nacional.

### b) Sobre o Conselho de Redação

O Conselho de redação exercerá a função de supervisão do planejamento, produção e divulgação da revista. Supervisionar quer dizer, acompanhar e formular orientações. Caberá a ele definir a sua pauta em conjunto com a Equipe de Redação, ouvindo sempre que possível o Conselho Editorial. Dele deverão fazer parte necessariamente o editor e o secretário de divulgação da revista. Será composto por 7 (sete) membros, entre eles um membro do DR/SP e outro do Diretório Nacional.

### c) Sobre a equipe de Redação

Para tocar uma revista como essa, é imprescindível contar com uma equipe de redação profissionalizada, ainda que inicialmente restrita por força de disponibilidade de recursos e da periodicidade trimestral. Competirá à equipe de redação definir a pauta de cada número, em conjunto com o Conselho de Redação, bem como executar toda a parte de produção e edição. Além disso, caberá à equipe proceder ao trabalho de avaliação e crítica de cada edição, paralelamente ao planejamento e edição do número seguinte.

O ideal é que tivessemos uma redação de profissionais contratados pelo PT. No mínimo um editor, um secretário de redação com experiência de produção gráfica, um secretário de divulgação e um diagramador. As condições atuais do PT, entretanto, talvez imponham que apenas os três primeiros sejam contratados e o diagramador seja um colaborador free-lancer. Os demais profissionais (redatores, ilustradores, revisores) terão de ser buscados no interior do Partido ou, então, igualmente remunerados como colaboradores.

A revista terá ainda o suporte de um grupo de apoio (ou de colaboradores), integrado ou não como equipe de redação. Será constituído de militantes ou filiados do PT identificados com o projeto de revista. Junto com o secretário de divulgação, participará das tarefas de distribuição, promoção e divulgação da revista, participando inclusive (ou sendo ouvido) da elaboração da pauta.

GK.6.TXT.331,4p.90

### d) Sobre as fontes de material para a revista

A equipe de redação encomendará textos previamente pautados e poderá, também publicar colaborações enviadas à redação. Em princípio, todos os companheiros simpatizantes poderão contribuir com artigos para revista, bem como poderão sugerir pautas para cada edição, cabendo entretanto, ao Conselho de Redação e à equipe a definição de cada número. O referencial para as pautas de cada edição é a conjuntura do país, num sentido mais amplo (político, econômico, cultural etc.).

A revista poderá, ainda, patrocinar a realização de debates e conferências para posterior veiculação. Será estimulada a elaboração de textos coletivos, a publicação de entrevistas e de depoimentos.

# 4- Planejamento Gráfico

O projeto gráfico da revista tem de acompanhar as características do projeto editorial. Por isso, deve ser moderno e agradável: o visual deve contemplar a fácil leitura e, conseqüentemente, a boa distribuição dos textos, fotos e ilustrações. As características visuais serão definidas em projeto específico quando da elaboração da pauta da primeira edição.

### a) Sobre o formato e os custos

Como ponto de partida, estabeleceu-se que o tratamento gráfico será simples, em função dos custos. Nesse sentido, optamos pelo formato 20,5 cm x 27,5 cm (como a revista **Senhor**), com 48 páginas, miolo impresso em uma cor, com papel off-set (75g) e as capas de papel couchê (120g).

GK.Ø.TXT.331,4 91

# 5- Planejamento Editorial

Sabemos que a atividade partidária é por natureza dinâmica e acumulativa e que sua trajetória independe, às vezes, da vontade planejada e esquematizada. Nesse sentido, não estão descartados problemas de percurso na edição da revista e assim se faz necessário uma maior ênfase na garantia de execução do planejamento editorial.

Mesmo que possa ser evidente é preciso enfatizar que o porte do projeto que queremos realizar não pode aceitar o amadorismo ou a improvisação. Todo o trabalho de cobertura e de coleta do material da revista, como também o trabalho de edição e distribuição, merecem um planejamento adequado e profissional. Porém, o planejamento, assim como a pauta de uma edição, não deve ser uma camisa-de-força. Pelo contrário, deve ser o esboço de uma orientação preliminar, podendo sofrer modificações sempre que necessário. O planejamento deve pre-determinar as tarefas, o cronograma e a distribuição dos espaços na edição, além das necessárias alternativas para os imprevistos e lacunas.

### a) Periodicidade

A revista será editada trimestralmente. Esta é uma questão importante e não apenas funcional, já que a garantia da periodicidade corresponde à afirmação do projeto e sua conseqüente credibilidade;

### b) Sobre a tiragem

Tem-se como primeiro parâmetro que a revista é uma necessidade do Partido e que existe mercado para absorvê-la. Qual o número de leitores em potencial? Poderemos cruzar várias indicações como, por exemplo, o número de filiados; o número de diretórios e núcleos; o número de dirigentes nas várias instâncias do partido, etc. Dessa maneira, é possível um mapeamento da quantidade e localização do potencial leitor interno. Com relação ao público que está na órbita do PT, a averiguação fica mais difícil. Para tanto, será preciso fazer um levantamento e projeções em bases precárias num primeiro momento. O mais importante é a estruturação de um esquema de escoamento da edição. Trabalhar com o número de 5.000 (cinco mil) exemplares definidos a priori significa trabalhar de maneira empírica mas não deixa de ser necessário. Colocam-se 5.000 exemplares nas ruas, monta-se um bom esquema de propaganda e distribuição e, com os resultados de dois meses, faz-se uma projeção para a edição seguinte podendo-se elevar a tiragem à 10.000.

### c) Sobre as seções da revista

Em termos gerais, a revista teria seções fixas, mas que não estariam presentes, necessariamente, em todas as edições. Como já foi dito anteriormente, seu referencial é a conjuntura do país e as necessidades de formação teórico-política do PT. Assim sendo, sugere-se uma configuração com seções de Política, Economia, Vida (questões ideológicas, temas alternativos etc.), Internacional, Debate, Cultura, Opinião, Memória (resgate de experiências do movimento operário nacional e internacional), Divulgação Científica e Cartas. Haverá espaço também para mesas-redondas e entrevistas.

Fica aberta também a possibilidade de uma edição (regular ou extra) tratar de apenas um tema específico. Por exemplo, uma edição voltada para a questão do socialismo, ou para o debate sobre as tendências no interior do PT, sobre a Constituinte, sobre as eleições de 1988 etc.

### d) Sobre a distribuição e a divulgação

A idéia é montar um esquema de distribuição de assinaturas pelo Correio, através de etiquetas com endereçamento postal reproduzidas por impressora e computador. Além disso, o Diretório Nacional e o DR de São Paulo deverão receber quotas de cada edição para repassar, respectivamente, aos DRs e DMs. Finalmente, a distribuição deverá estender-se a algumas livrarias e bancas de jornais, pelo sistema de consignação. Os detalhes operacionais serão definidos pelo Conselho de redação.

A revista vai necessitar de um maciço esquema de divulgação, para se tornar conhecida antecipadamente. Por isso, pensamos em organizar uma noite de lançamento do primeiro número. Contamos também com o apoio de cartazes, mala direta e anúncios em outras publicações.

ERØ.TXT.331, p. 92

**OBSERVAÇÕES:**

— produção e diagramação —

COMISSÃO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
DO DIRETÓRIO REGIONAL PT/SP

GK.Ø.TXT.331,p 93

# PLANO GLOBAL

II Inca

1989 * 1991

GK.D.TXT.331,p.94

DIRETÓRIO NACIONAL

# Partido dos Trabalhadores

1 - 1990

Para: o Companheiro Abolório

Dados Preliminares da Organização do PT

Número de Filiados em todo o Brasil

1- Aproximadamente entre 650.000 à 700.000 filiados

Obs: Estamos fazendo um levantamento junto aos diretórios regionais. Dentro de 30 a 40 dias deveremos obter informações mais precisas, inclusive, quanto ao Número de diretórios municipais em funcionamento em Todo o Brasil.

2- No estado de São Paulo:

- 160.000 filiados
- 271 diretórios municipais
- 12 Prefeituras

3- No Brasil

- 996 Vereadores
- 28 Prefeituras
- 35 Deputados Federais
- 82 Deputados estaduais

Augusto
P/ Sec. Nac. de Organização

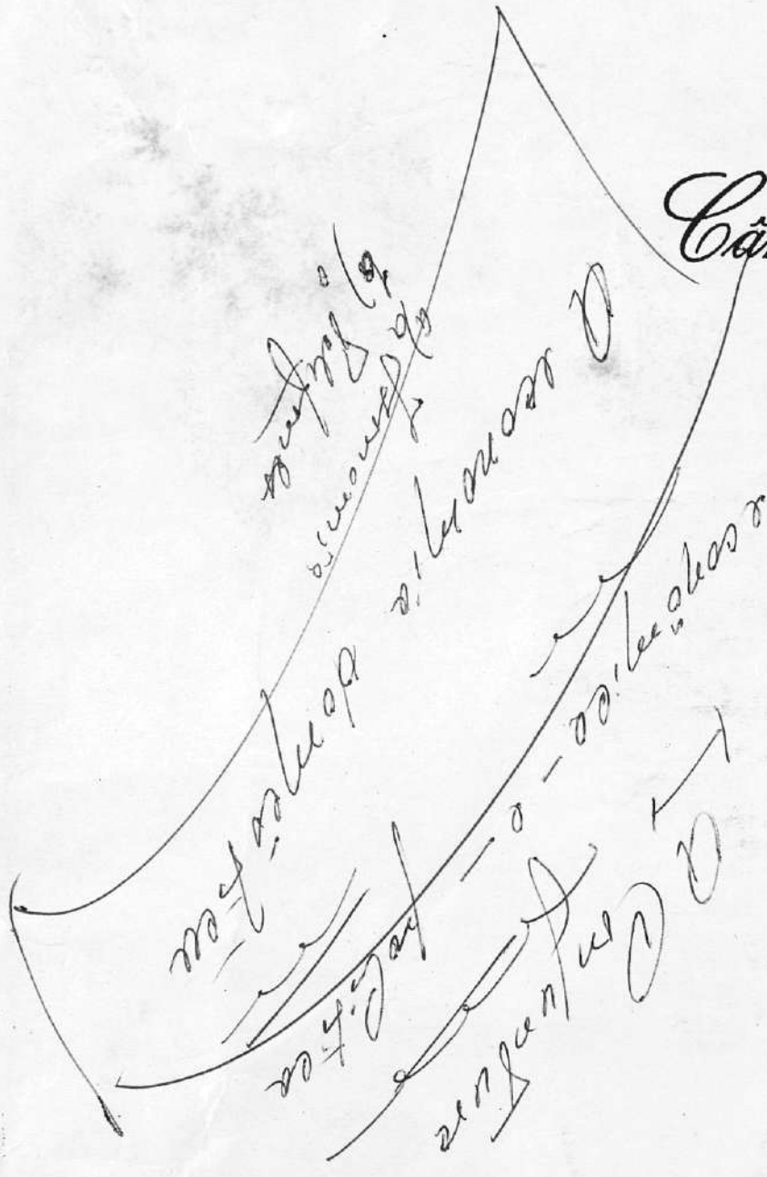
Sede Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - Fone: 575-2299 - Vila Clementino - São Paulo - SP

GK.Ø.TXT.331, p. 95

A história
de
nosso PT

as composições
os documentos-chave
as crises de
pensamento
sob as flutuações
de identidade.

Câmara Municipa



APOLONIO DE CARVALHO
RUA DIAS FERREIRA, 57
LEBLON
RIO DE JANEIRO
22431

GK ✆ TXT 334, p 97

ITALO CARDOSO
VEREADOR PT
CÂMARA MUNICIPAL SP
Viaduto Jacareí, 100 - Sl. 804 - Fone: 35-0535
CEP: 01319 - S. Paulo - SP

(B) Acrescentar:

(III)(d) Em busca de uma Política de Organização
- 1984
- "Uma proposta para a atuação política e partidária"
- 1987 - O IV Encontro dos Estudantes

(A) A Trajetória do PT

I) - o momento Pós-PT
- a Carta Política - 1º de maio de 79
- o Documento de S. Bernardo - outubro, 1979

II - a fundação do PT - 10 de fevereiro de 1980
os documentos básicos - o "manifesto"
o "Plano de Ação"
- A institucionalização - Agosto, 1981

(III) a) A busca de marcas de identidade:

1) A busca de imagem para a sociedade
- 1980 - "o PT e suas relações com os demais partidos políticos"
- 1981 - "uma vez mais, sobre as Relações do esquerdismo entre o PT e os demais partidos políticos de esquerda"
- 1982 - a "Carta Eleitoral" do PT.
- 1984 - O 1º Plano de Formação Política. A atuação política
- 1984-85 - As relações entre os militantes e a organização partidária
- 1983 (Relatório do Encontro Nacional de Ética sobre Drogadição) e a Política Cultural do governo
- 1985 - a Política Judicial do PT (PT sobre o direito)

- as Relações sobre a Economia
- a Cultura
- a Ecologia

b) Construção da imagem do PT:
1987 - o IV Encontro Nacional - é a vitória do socialismo
1983 - "Especificidade - organização - "imagem" - problema dos "desvios" ideológicos

GKØ TXT. 331, p. 98

Bókar

a

Historia

of

nostro Tí

GK.Ø.TXT.331,p.99

Ao
Companheiro Cesar Álvares
Secretário Nacional de Organização
do Partido dos Trabalhadores

Meu Caro Cesar:

Recebi há algumas semanas um pedido dos companheiros de sua Secretaria Nacional quanto a documentos e dados da história de nosso PT.

Aleluia! D'uma iniciativa extremamente oportuna e longamente esperada. Tenho alguma coisa nesse sentido, guardada sob um cunho quase religioso, nestes dez anos recentes. Sobretudo aquelas iniciativas de que participei mais de perto, seja em sua origem, seja em seu debate e elaboração final.

Parte delas refere-se (como você, na certa, já adivinhou), a nosso trabalho comum sobre a estrutura partidária, a imagem do PT como coletivo dirigente e, mais especificamente, a busca de uma clara e duradoura política de organização - você se lembra? Trabalhamos juntos, durante todo um ano, por suas primeiras definições, ainda em linhas gerais.

Sua lembrança parece-me, entretanto, extremamente oportuna no momento em que essas preocupações parecem ter ficado longe no tempo, nos idos de 83 a 85, se não me engano.

O que deseja sugerir é algo que, com toda certeza, é também preocupação sua e de outros companheiros de direção: que não deixemos adiar por mais tempo a elaboração da história efetiva de nosso PT, através dos documentos-chave que marcam sua origem, suas fases de amadurecimento e formação: com a análise, naturalmente, das influências que, em parte estimulam, em parte desfiguram sua identidade original.

Não seria, é certo, um trabalho pioneiro. Possuimos já algumas coletâneas publicadas, sob iniciativa de nossos militantes: "O que é PT" - sobre nossas raizes sociais, nossa composição, nossos horizontes e o lugar que desejamos ter no conjunto da Esquerda; e, mais recentemente, "Pra que PT?", de um ano atrás, com Moacir Gadotti e Otaviano Pereira.

Este último, ao que parece, traz, em parte, a estrutura do que sonhamos como história do PT: com o que chamam os documentos básicos de nosso partido - os de 1979 (a "Carta de Princípios" e a "Declaração Política" de São Bernardo, apoiadas nas teses de Santo André e de Lins); os de fevereiro de 1980 ("Manifesto" e "Programa e Plano de Ação"); e, já em agosto/setembro de 1981, o primeiro élo da presença institucional do PT: o discurso de Lula, em nossa primeira Convenção Nacional.

As novas escalas da caminhada seriam, segundo os autores, a institucionalização e os Estatutos partidários, complementados, mais tarde, por nosso Regimento Interno; e o salto para os desafios da prática

GK 9-TXT. 331, p. 100

institucional efetiva - com a"Carta Eleitoral" de 1982; o Projeto Econômico - e "O PT e sua visão da cultura", de Marilena Chauí - ainda em 1982.E, a seguir, o primeiro vôo de maior envergadura, com um Projeto Político inteiriço, em março/abril de 1984;

O projeto social teria vários élos sucessivos - de nossa visão da Reforma Agrária (ver Vladimir Pomar) e dos Movimentos Populares (ver Luiz Dulci) -à Política Sindical (ver Paulo AZevedo), em 1985. Um pouco antes, 1984 traria as primeiras sugestões elaboradas de um plano amplo de Formação Política e Ideológica que o INCA procuraria deeenvolver a partir do ano seguinte, com variantes para o movimento sindical, os moviemntos populares e os seminários relacionados com as conjunturas e as exigências sempre novas da sociedade em movimento. Por fim, já no final de 1987, no 5ºEncontro Nacional, o ciclo amplo de um novo Projeto Político, sob a visão da política de alianças e das tendências internas; e sob a imagem amliada do socialismo que queremos conquistar e construir.

* * *

A partir daí, a saúde afasta-me dos trabalhos de direção.Tenho, assim, dificuldade em acompanhar a sequência dos novos temas em debate e em elaboração.

Guardo, entretanto, comigo, parte desses documentos, a partir de 1979.

Penso, no entanto, que a edição de "Pra que PT ?" reúne os trabalhos de pesquisa e sistematização. E, assim, um passo à frente extremamente significativo. O que não impede que haja, ainda, omissões e lacunas. Elas se referem, a meu ver, a cinco temas bem definidos:

- o zelo pela identidade do PT, expresso um ano apenas após sua criação, numa Resolução especial da Comissão Nacional Provisória, sob o tema - "O PT e suas relações com as correntes políticas de esquerda", em fevereiro de 1981. Sua complementação e primeiro contrôle de resultados seriam objeto de uma nova Resolução política, exatamente um ano depois:"Novamente sobre o PT e suas relações com as correntes políticas de esquerda". Esse problema vital iria arrastar-se, longe dos núcleos de base e organismos intermediários, sob a poeira da nossa burocracia, durante seis longos anos, até fins de 1987 - no 5º Encontro Nacional.

- Outra ausência grave, em minha opinião, atinge nosso trabalho apaixonado e apaixonante sobre os problemas e a política de organização. Você conhece muito bem seus meandros e suas escalas, juntamente com Antônio José, Silvinho e João Bosco, em São Paulo, Zanata outros companheiros cujos nomes gostaria de relembrar. Esse esforço tenaz, de cunho nacional, merece a meu ver um lugar destacado em nosso empenho de construção partidária, pois constitui um élo alto na trajetória e no amadurecimento de nosso PT.

- Sua complementação necessária viria na abordagem nova dos problemas de ética, no interior de nosso PT. E mais particularmente, no que se refere às relações entre o militante e a organização.

OK.0.TXT.331,p.101

O relatório da Comissão Nacional de Ética sorteada para dar solução à crise do PT em Diadema, em 1982/83, parece-me um texto-chave neste sentido. Não teve, entretanto, caráter pioneiro. Com Perseu Abramo e Mauricio Segal seria fácil obter um outro documento, anterior à crise de Diadema - onde nossa Comissão procurou, na época, recolher boa parte de suas teses, reflexões e experiências originais.

Enfim, já em 1984/85, o primeiro plano de Formação Política e Ideológica de nossos filiados e militantes - tendo como centro e prioridade a grande massa de dirigentes sindicais - agora participantes ativos e altamente responsáveis de nossos organismos partidários de direção.

A partir de 1985, nosso INCA buscou, nesse plano inicial, os temas o sentido de seus primeiros vôos em nosso trabalho de educaçao, (ver dados sobretudo com Perly Cipriano e José Alvaro Moisés). É a última das escalas iniciais do que chamávamos (há alguns anos, você se lembra?) nosso plano de construção partidária.

O 5º tema seria nosso Projeto Político, com toda a longa fila de controvérsias e debates que o caracterizam - sobretudo no que tange à tática política a adotar.

Não por acaso, sua elaboração desdobra-se por vários élos sucessivos (a meu ver, ainda por concluir). De início, os documentos básicos de 1979 e 1980 e 1981, ainda em termos e alcance muito gerais. A seguir, o projeto político elaborado no 3º Encontro Nacional, em março/abril de 1984; mais recentemente, as propostas novas debatidas em nosso 5º Encontro Nacional, já em dezembro de 1987.

Crio que não é sem razão que este tema central, de três em três anos, se coloca de novo sobre a mesa de análise e debate de opinião.

A meu ver, a razão é simples - e, no fundo, conhecida. No Pós-Fácio a "Pra que PT?", o companheiro José Genuino afirma que ainda não temos um projeto político. Creio que não é bem assim. Na realidade, elaboramos já, em várias etapas, um projeto político bastante definido - embora marcado ainda por formulações gerais e certas limitações. E com um pecado original extremamente claro: a confusão entre a tática e a estratégia. Mais ainda; inicialmente, nossa tática política e o programa de mudanças referiam-se prioritariamente aos problemas e teses do movimento sodial, sem atingir plenamente o campo político. Em contraposição - e talvez por isso mesmo - os objetivos estratégicos (embora em linhas gerais) ocupavam todo o espaço da tática: substituíamos alternativas viáveis de governo por uma alternativa inviavel ainda de Poder. Foi assim com o objetivo de um "Governo dos Trabalhadores", desde a "Carta de Princípios", de 1º de maio de 1979 - até o "governo democrático e popular", à luz da Resolução Política do 5º Encontro Nacional, em 1987. Em síntese, a visão de um novo regime político que, por sua origem, sua composição, os eixos centrais de seu programa de ação, lembra muito mais uma escala pré-socialista (infelizmente inviável ainda, segundo o próprio 5º Encontro Nacional) que um governo adequado à transição democrática por que lutamos: respaldado na organização e nas lutas dos trabalhadores - mas ainda sob o regime

GK.0.TXT.331,P.102

capitalista em que vivemos.

Que se lembrem, de passagem, as tentativas de alguns organismos dirigentes locais de nosso PT, no sentido de transformarem as primeiras Prefeituras que conquistamos eleitoralmente (em Diadema e em Fortaleza, em 1985) em algo semelhante a um novo Poder socialista; ou em instrumento oficial de agitação e mobilização, com vistas a uma sociedade de novo tipo.

Essas distorções revelam-se mais graves quando confrontadas às advertências já existentes, em documentos anteriores do PT: como a Carta Eleitoral de 1982 - que chamava a não confundir governo (de prefeituras) e Poder de Estado (com sua esfera muito mais dilatada de atuação); ou como a Resolução Política de março/abril de 1984 - que, pela primeira vez, chama à luta por uma alternativa de governo - e já não de Poder.

Temos, pois, um projeto político:mas falta reavaliar, em minha opinião, em seu contexto, certo número de ausências e distorções.

*

*  *

O objetivo desta carta é mais amplo: lembrar a urgência da elaboração da história recente de nosso PT. Ela não pode, a meu ver, limitar-se a iniciativas isoladas, por mais valiosas que sejam,de nossos filiados e militantes. No Prefácio a "Pra que PT?" o companheiro José Dirceu saúda e estimula, com toda justeza, a iniciativa de Gadotti e Otaviano. Não menciona, entretanto, a responsabilidade dos organismos de Direção (o DN, o CEN, a SON, em particular) por essa tarefa de caráter fundamental - sobretudo agora que, decorridos 10-12 anos, mais de metade de nossos filiados de integração recente a nossas fileiras, pouco ou quase nada conhece das raizes e da trajetória de nosso PT. O relato crítico e (naturalmente,confiante e construtivo) da história de nosso partido deve,ainda, antes de tudo, trazer a chancela e a responsabilidade do partido, em sua condição de coletivo dirigente. As iniciativas particulares merecem aplausos e estímulos (sobretudo as que, até agora, cobrem, em parte, o silêncio e a ausência de nossos organismos nacionais de direção. Estão, porém, sujeitas, amanhã, a interpretações as mais diversas, num PT marcado, hoje, pela rosa dos ventos das interpretações mais diversas - quanto a suas raizes, sua razão de ser, sua identidade e seu futuro.

Penso num 1º élo desse trabalho: o Balanço dos 10 primeiros anos de nosso PT.

Na verdade, dentro de um trimestre,teremos já 11 anos:fevereiro 1980-fevereiro 1991. E mesmo 12 anos, considerando-se o rico percurso de 1979, em que se forja o PT.

Perdõe se insisto nisso - mas o objetivo maior é que não incorramos nos erros de nossa esquerda - que adiou, indefinidamente, a pesquisa e a análise da rica história de suas organizações. E conta,hoje, apenas com materiais dispersos e isolados.

GKD.TXT.331,p.103

Creio que o momento é próprício.

Proponho, assim, alguns nomes, para essa tarefa fundamental. Penso em Perseu Abramo, Antonio Cândido, Wagner Benevides, Luiz Dulci, Vladimir Pomar. Como auxiliares diretos, uma faixa mais jóvem:Paulo Vanucchi,Zanata, Paulo Azevedo, Ceaar Benjamin. Como orientadores da Comissão em seu conjunto, Lula, Jacó, Olivo, Cicote. Creio que certos companheiros, talvez afastados hoje do PT - como Paulo Scromov, Antonio Carlos (ex-deputado pelo MS), José Ibrahim, deveriam ser ouvidos pela Comissão.

Penso que o balanço dos primeiros 10 anos pode ser um precedente e um subsídio preciosos, já parcialmente elaborados, para a história do PT amanhã.Quero observar que não excluo ninguém, seja nas pesquisas, ou nos contatos, ou no empenho de elaboração. Cito apenas os nomes que conheci melhor, em nossa atividade militante comum.

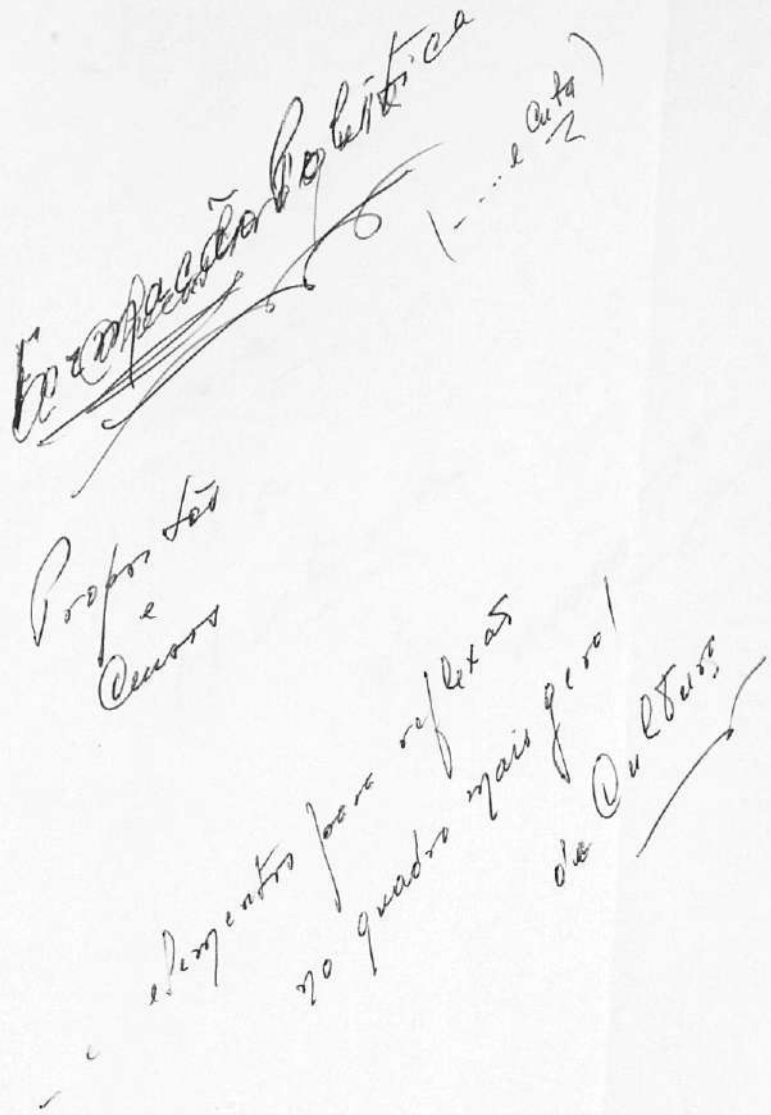
Em segundo plano, creio que o Balanço deveria trazer não apenas a origem e a razão de ser dos documentos - mas também o acompanhamento crítico(e autocrítico) dos passos à frente, no amadurecimento e na audiência política e social de nosso partido: em síntese,a visão de seu presente e de seu futuro.

Permitam-me citar um excelente companheiro da esquerda e de meus velhos tempos: Moacir Werneck de Catro. No Jornal do Brasil de 10 do corrente, ele lembra que"a história se faz com documentos, e com memória". Entre outras razões,"para não repetir os erros do passado" ( e para utilizar, acrescentaria eu, as armas da crítica e da autocrítica): as quais, se bem aplicadas,não diminuem - mas ao contrário, aperfeiçoam e estimulam - os militantes e as organizações. Essa tarefa (lembra, ainda, Moacir Werneck) deve abranger aos "que têm orgulho do passado da organização - e podem, assim, confiar em seu futuro."

Meu caro Cesar, peço transmitir estas sugestões a nosso querido Lula, nosso Presidente e a toda a nossa Comissão Executiva Nacional. Insisto, ainda, em que esta tarefa deve caber, em princípio, a nossa Secretaria Nacional de Organização - que, a meu ver,está em mãos excelentes: a construção partidária é, sem dúvida, uma preocupação geral: é, no entanto,em toda a prática da Esquerda, uma tarefa-chave da secretaria nacional de organização.

Passarei por São Paulo, no final deste mês.E levarei, já, alguns dos documentos citados. Tá?.

GK.Ø.TXT.331,P 104



GK Ø. TXT. 321, p. 105

# Um Partido sem patrões

*Aqui, na integra, o ante-projeto do Partido dos Trabalhadores lançado a público dia 29 último em São Paulo.*

## Partido dos Trabalhadores
## Apresentação

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possivel oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso País deram inicio em 12 de maio do ano passado (greve da Scania) à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vem desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visivel amadurecimento politico da população trabalhadora e o crescimento em quantidade e qualidade de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento politico pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O inicio das lutas é marcado por um periodo de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada em toda a linha das formas clássicas de luta: a grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é porisso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da politica do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no periodo das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituidas oficialmente, enquanto que nas ruas a policia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espirito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização politica.

Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidosos, de aliados ocasionais saidos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio Partido.

É porisso que a idéia de um Partido dos Trabalhadores, que ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar hoje uma irresistivel popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se aprestam a sair a campo com suas propostas de PTBs. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que nem de longe se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas politicas elaboradas para ele. Agora chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu pais e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque, acreditamos sinceramente existir entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e politica para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do pais. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do Pais.

É porisso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação politica para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação.

O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores.

Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido.

## Carta de Princípios do PT

— I A sociedade brasileira vive hoje uma conjuntura política altamente contraditória, e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazo.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país, e principais vitimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e politica face ao Estado e às elites politicas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de «abertura política» está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país, e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuraram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na superexploração das massas trabalhadoras, através de modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está por demais evidente que o novo Governo militar pretlente manter a continuidade dessa mesma politica econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria, material e a opressão politica sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da C.L.T. e da lei de greve urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espirito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se, tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, expressem organizadamente a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os «de cima», incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos «de baixo», as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

II — Estas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utulizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbitrio. Tampouco pretendem ignorar a existênca entre seus quadros de politicos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isto, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB — partido de exclusiva atuação parlamentar — impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua eficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamente prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de «tomar de assalto» o MDB é muito mais que insensata; é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea, e sob controle e direção de elites liberais consevadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly e da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e juridicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites politicas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que «não soou a hora» de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em

GK.Ø.TXT.331,p.106

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena politica, e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho em sindicatos, bairros municipios e regiões

O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas opridas do mundo

momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a «frente das oposições» se mantenha às custas do silêncio politico da massa trabalhadora, unico e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente de luta dos verdadeiros democratas. O P.T. considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes politicas interessados na luta pela democratização do pais e na luta contra o dominio do capital monopolista, unifiquem sua ação, estabelecendo Frentes Interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente que tendo transformado o caráter das empresas estatais, construidas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do estado em geral como molas mestras da acumulação capitalista o Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimentos das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores e obra dos proprios trabalhadores sabem que a democracia e participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais devera esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas

O P.T. entende também que, se o regime autoritário for substituido por uma democracia formal e parlamentar fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituido por novas formas autóritárias de dominação — tão comuns na historia brasileira. Por isso, o P.T. proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O P.T entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular nos locais de trabalho e de moradia Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão à seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o Movimento Sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão politica unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT torna-se-á inevitavelmente um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical reivindicação básica dos trabalhadores, e parte integrante da luta pela Independência Politica destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas proprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do pais.

Repudiando toda forma de manipulação politica das massas exploradas, incluindo sobretudo as manifespulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se à aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer, O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas, «sem erros do passado» ou «de baixo para cima», não passam de propostas de arrigementação dos trabalhadores para defesa de interesses de «setores do empresariado nacional». Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido politico apelando para sua própria clientela nada temos a opor porém, denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, é de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos

O PT não pretende criar um organismo politico qualquer O Partido dos Trabalhadores define-se programáticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores — bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. — que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas, e por participação politica.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democrasia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser ele próprio democratico nas relações que se estabelecem em seu interior Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista Respeitará o direito à fracção e às tendências ressalvando apenas que as inscrições serão individuais

Como organização politica que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência politica e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas, de forma a que se integrem nas discussões:

— lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido:

— todos os militantes, trazendo inclusive para o interior do debate partidário, proposições em quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considere relevantes com base nos objetivos do PT.

# Plataforma Política

A plataforma politica do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com os interesses dos trabalhadores que ele representa. Mas ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas as lutas dos trabalhadores, ela e tambem fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva a plataforma aqui proposta não e mais que um ponto de partida para o debate politico que visa a organização do partido. Seus itens-tradução do programa do partido nos diferentes momentos da luta — devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente de fato os interesses que ela pretende expressar Devem ainda indicar os caminhos — ou formas de luta — para a realização de cada uma dessas bandeiras que hierarquizadas, apontarao para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em 3 (tres) grandes areas que estao intimamente interligadas

## I. Liberdades Democráticas

— Sindicatos livres e independentes do Estado extinção do imposto sindical fim do estatuto padrao, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente

– Efetiva liberdade de organizaçao nos locais de trabalho

— Legalização das comissões de delegados de fábrica, eleitas democraticamente pelos trabalhadores,

— Plenos direitos sindicais aos funcionarios publicos,

— Central Unica dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores,

— Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislaçao repressiva,

— Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Reintegração em seus cargos de todos aqueles que foram demitidos, reformados ou aposentados por força de atos excepcionais,

– Desativação dos orgãos repressivos e dissolução dos grupos para – militares braço clandestino de repressão,

– Fim das torturas investigações de todas as arbitrariedades policiais. Punição dos responsaveis.

– Fim dos tribunais de exceção,

— Fim imediato das eleições indiretas;

— Eleições livres e diretas,

— Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;

— Pelo fim do regime militar,

— Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democratica e soberana,

— Por um Governo dos Trabalhadores.

## II. Melhores condições de vida e de trabalho

— Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritario, tambem levando em conta o aumento de produtividade do trabalho.

— Salario minimo nacional unico que atenda as necessidades basicas dos trabalhadores,

— Escala movel de salarios a cada vez que o custo de vida aumentar 5% (cinco) ou atraves de reajustes trimestrais obrigatorios e acumulativos,

— Redução da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais sem prejuizo dos salarios mensais,

— Eliminação total das horas extras,

— Contrato Coletivo de Trabalho.

— Contra o desemprego Pelo salario desemprego,

— Estabilidade no emprego a partir da admissão.

– Ferias pagas em dobro

— Aposentadoria integral

— Segurança no trabalho sob supervisao de orgao proprio dos trabalhadores,

— Trabalho igual salario igual

— Extensao ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos.

— Congelamento dos preços ao consumidor de todos os generos de primeira necessidade

— Socialização da medicina e desenvolvimento da medicina preventiva

— Democratização do ensino com ensino publico gratuito para todos garantia de acesso a escola em todos os niveis para toda a população,

— Politica habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores,

— Pelo fim das empreiteiras locadoras de mao-de-obra,

## III. Questão Nacional

— Erradicação dos latifúndios improdutivos e destruição da terra aos trabalhadores sem terra,

— Titulo de posse da terra aos posseiros,

— Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietarios rurais, desde a preparação da terra até à distribuição do produto

— Estimulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietarios,

— Estatização das empresas que prestam serviços basicos (transporte de massa educação saude produção e destribuição de energia etc)

— Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras

— Estatização das grandes empresas e bancos,

— Estatizaçao das fontes e das empresas de energia, industria extrativa e de infra-estrutura,

— Controle popular dos fundos publicos,

Respeito absoluto as peculiaridades culturais de cada região que compõe o pais Respeito aos direitos das minorias raciais,

— Politica economica e social que impeça desniveis regionais,

— Politica externa independente

GR. d. TXT. 334, p. 107

# GOVERNE O BRASIL

## Manifesto do Partido dos Trabalhadores

O PARTIDO DOS TRABALHADORES surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constróem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

### NASCENDO DAS LUTAS SOCIAIS

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Essas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

### POR UM PARTIDO DE MASSAS

O PARTIDO DOS TRABALHADORES nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um PARTIDO DOS TRABALHADORES, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas principalmente no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos queles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

### PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde sindicatos urbanos e rurais e associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais que até hoje têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a nação é o povo e, por isto, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

# ENTRE PARA O PT

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

GKΦ-TXT-321-p-108

# Programa do Partido dos Trabalhadores

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político — o Partido dos Trabalhadores (PT) — para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias sociais e profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas mais recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam então que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força política verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política dos muitos milhões de brasileiros que constróem a riqueza do país com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo. Uma alternativa de poder para os trabalhadores e oprimidos que se apóie na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo, o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com o seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva, está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia a dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo partido deverá servir para orientar a sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Esta estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantém as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no sub-solo, segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado — as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras da faixa de fronteira — que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isso, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece desde já as linhas de ação do PT na luta por librdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é e continuará sendo travada não apenas no Parlamento mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformadas em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicas gratuitos são direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com a sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que constróem a riqueza do país, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimentó nacional reflita os interesses dos trabalhadores, e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economa brasileira que resulta num acréscimo brutal da dívida externa ao mesmo tempo em que submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, econômico-financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende também que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional. Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajado em suas fileiras. Nesse sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de matérias primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre, em todas as questões políticas, sociais e econômicas, com o propósito de construir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, que estará dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirvam à causa dos trabalhadores.

GK Ø-TXT.331,p-109

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem como a questão do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto às relações entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre s nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visam criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores, é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

## PLANO DE AÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

I — LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E SINDICAL

- Total liberdade de organização partidária.
- Liberdade e autonomia sindical.
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado.
- Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo.
- Direito irrestrito de greve.

II — DESMANTELAMENTO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA E FIM DA LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO

- Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- Anistia ampla, geral e irrestrita.
- Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados.
- Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis.
- Eleições livres e diretas em todos os níveis.
- Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros.

III — COMBATE À POLÍTICA SALARIAL

- Negociações diretas entre trabalhadores e patrões.
- Garantia no emprego.
- Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família.
- Escala móvel de salários.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.
- Contra o desemprego.

IV — POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

- Contra a privatização da medicina.
- Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população.
- Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde.
- Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores.
- Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos.
- Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas.
- Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores.
- Transporte coletivo público, que atenda as necessidades da população.
- Criação de Creches públicas nos locais de moradia e trabalho.

V — SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

- Reforna agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores.
- Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso.
- Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários.
- Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade.
- Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores.

VI — INDEPENDÊNCIA NACIONAL

- Contra a dominação imperialista.
- Política externa independente.
- Combate à expoliação pelo capital internacional.
- Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

VII — APOIO AOS MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGROS E ÍNDIOS

- Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política.
- Contra a discriminação da mulher.
- Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias.
- Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo.

# Estatuto do Partido dos Trabalhadores

## TÍTULO I
## DO PARTIDO, SEDE, OBJETIVO E FILIAÇÃO

### CAPÍTULO I
### DA DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º — O Partido dos Trabalhadores - PT, pessoa jurídica de direito público interno, é organizado nos termos da legislação em vigor e tem duração por prazo indeterminado.

Art. 2º — O Partido dos Trabalhadores - PT, tem sede central, foro e domicílio em BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

§ 1º — O Partido dos Trabalhadores - PT, é representado em Juízo e fora dele pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional.

§ 2º — Nos Estados e Territórios Federais, em questões de interesse regional, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo Presidente da Comissão Executiva Regional.

§ 3º — Nos Municípios, em questões de interesse local, a representação do Partido dos Trabalhadores - PT, é exercida pelo Presidente da Comissão Executiva Municipal.

### CAPÍTULO II
### DOS OBJETIVOS E ATUAÇÃO

Art. 3º — O Partido dos Trabalhadores - PT, atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do Programa Partidário e da legislação em vigor.

### CAPÍTULO III
### DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º — Filiado do Partido dos Trabalhadores - PT, é todo brasileiro, eleito, em pleno gozo de seus direitos políticos, que seja admitido como tal pelo Diretório Municipal do seu domicílio eleitoral, ou, na falta deste, pelo respectivo Diretório Regional ou, ainda, pelo Diretório Nacional, e que se comprometa com o seu programa e Estatuto, observadas as condições e formas estabelecidas em lei.

Parágrafo único - Os jovens, acima de 16 e abaixo de 18 anos que concordem com o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores - PT, poderão filiar-se aos Diretórios e participar de suas atividades, salvo nas deliberações que exijam a condição de eleitor.

Art. 5º — Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, a filiação no prazo de 15 dias será encaminhada ao Diretório pelo

núcleo de Base onde o candidato atuará como filiado do Partido dos Trabalhadores - PT.

Parágrafo único - Se o candidato à filiação se dirigir diretamente ao Diretório Municipal, este solicitará a manifestação do Núcleo de Base do seu domicílio eleitoral.

Art. 6º — A manifestação do Núcleo de Base, devidamente justificada, será comunicada ao Diretório Municipal respectivo, para que este aprove ou rejeite a filiação dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Art. 7º — O Diretório Distrital ou Municipal poderá aceitar a manifestação do Núcleo de Base e rejeitar a filiação, ou recusá-la e admitir o filiado diretamente no Diretório Municipal.

Art. 8º — A impugnação da filiação, a transferência de filiado de um município para outro e seu desligamento do Partido, dar-se-ão de acordo com as disposições legais em vigor.

## CAPÍTULO IV
## DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS FILIADOS

Art. 9º — São direitos dos filiados:

I. participar e votar nas reuniões dos órgãos partidários aos quais pertença;

II. votar e ser votado para composição dos órgãos de deliberação, de direção e de cooperação do Partido;

III. dirigir-se diretamente, e por escrito, a qualquer órgão do Partido para:
a) apresentar seu ponto de vista em relação a qualquer assunto;
b) denunciar irregularidades;
c) reclamar contra decisões;
d) defender-se de acusações ou punições recebidas;

IV. defender-se publicamente nos processos de apuração de infração de deveres partidários e

V. utilizar-se dos serviços e de órgãos do Partido.

Art. 10º — São deveres dos filiados:

I. participar assiduamente das reuniões dos órgãos a que pertençam;

II. divulgar o Programa e o Estatuto do Partido e realizar as tarefas de doutrinação e ação política decididas pelos órgãos do Partido;

III. aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a realidade do país e de modo especial sobre os problemas dos trabalhadores;

IV. manter uma conduta pessoal, profissional e comunitária compatíveis com os princípios éticos do Partido;

V. contribuir, nos termos do art. 79 deste Estatuto para os gastos do Partido;

VI. emitir voto sobre as questões submetidas a consulta pelos órgãos de direção;

VII. exercer controle, pelos meios estabelecidos no Estatuto sobre a atuação dos dirigentes e parlamentares do Partido, assim como dos filiados destacados para o exercício de postos no Executivo, aprovando-a ou desaprovando-a, de acordo com seu juízo pessoal; e

VIII. votar nos candidatos indicados pelas Convenções partidárias e participar das campanhas aprovadas pelos órgãos partidários.

§ 1º — O filiado, segundo seu juízo político, poderá deixar de executar tarefas ou atividades políticas determinadas pelo Partido que entrem em conflito com deliberação do órgão de classe ao qual pertence.

§ 2º — Na hipótese do parágrafo anterior, para não incorrer em sanções disciplinares, o filiado deve apenas declarar, explicitamente, em seu Núcleo de Base ou no órgão ao qual estiver destacado, as razões de sua conduta, sendo vedado aos demais julgá-la.

§ 3º — As hipóteses dos parágrafos anteriores não configuram violação dos deveres partidários, nos termos da legislação em vigor, exceto nos casos de violação de deveres de Direção Partidária e de fidelidade partidária.

## TÍTULO II
## DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

Art. 11º — São órgãos do Partido:

I. De deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais;

II. de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;

III. de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais;

IV. de execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;

V. de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base.

## TÍTULO III
## DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO A NÍVEL MUNICIPAL

## CAPÍTULO I
## DA SEÇÃO MUNICIPAL

Art. 12º — A Seção Municipal, unidade orgânica e fundamental do Partido, compõe-se dos seguintes órgãos:

I. Convenção Municipal;

II. Diretório Municipal;

III. Comissão Executiva Municipal;

IV. Diretórios Distritais;

V. Bancada de Vereadores;

VI. Conselho de Ética;

VII. Conselho Fiscal;

VIII. Secretarias Municipais; e

IX. Núcleos de Base.

## CAPÍTULO II
## DA CONVENÇÃO MUNICIPAL

Art. 13º — A Convenção Municipal, para eleição do Diretório Municipal e dos delegados e suplentes da seção à Convenção Regional, compõe-se de todos os filiados do Partido no âmbito do Município, obedecidas as prescrições legais.

Art. 14º — À Convenção Municipal, compostas dos membros do Diretório Municipal, dos parlamentares com domicílio eleitoral no município, dos delegados à Convenção Regional e dos representantes de Diretórios Distritais, compete:

a) de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera municipal;

b) examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Municipal;

c) eleger a Comissão de Ética do Município;

d) decidir em grau de recurso sobre as deliberações tomadas no Diretório;

e) propor ao Diretório Regional a dissolução do Diretório Municipal ou a destituição de Comissão Executiva Municipal, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;

f) destituir a Comissão de Ética do Município, nos casos em que esta haja atuado de maneira parcial ou em desacordo com os princípios partidários;

g) aprovar os planos e metas de ação do Partido no âmbito municipal, inclusive diretrizes políticas para prefeito e vereadores, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

§ 1º — Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, além dos convencionais, membros dos Núcleos de Base para cooperar nas discussões pertinentes, sendo as decisões tomadas na forma da lei.

§ 2º — Nos Municípios de mais de 1 milhão de habitantes compõem a Convenção Municipal, para escolha de candidatos os parlamentares com domicílio eleitoral do Município e os delegados à Convenção Regional dos Diretórios Distritais ou Zonais.

Art. 15º — Em caráter extraordinário, a Convenção Municipal reunir-se-á por convocação da Comissão Executiva Municipal nas hipóteses previstas em lei.

Art. 16º — A Convenção Municipal reunir-se-á nos prazos e para os fins previstos em lei e neste Estatuto, por convocação da maioria dos membros da Comissão Executiva Municipal, ou do Diretório Municipal, ou ainda, por um terço dos filiados no Município.

Parágrafo único - A convocação da Convenção Municipal a que se refere o artigo anterior será empre formalizada pela Comissão Executiva Municipal nos termos da lei.

Art. 17º — Aplicam-se as disposições deste capítulo às Convenções Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

GKØ.TXT.331,p: 111

## CAPÍTULO III
## DO DIRETÓRIO MUNICIPAL

Art. 18º — Os Diretórios Municipais terão no máximo quarenta e cinco membros efetivos, incluindo-se nesse número o líder do Partido na Câmara Municipal.

Parágrafo único - Os Diretórios Municipais terão suplentes em número equivalente a um terço de seus membros efetivos.

Art. 19º — O mandato dos membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal é de dois anos.

§ 1º — A posse dos membros dos Diretórios Municipais coincidirá com a proclamação do resultado da eleição na Convenção Municipal.

§ 2º — Em caso de vacância, ou impedimento, o Presidente do Diretório convocará o suplente na ordem de colocação na respectiva chapa.

§ 3º — O mandato dos membros do Diretório Municipal, eleitos em Convenção Extraordinária, termina com o dos eleitos em Convenção Ordinária.

Art. 20º — São as seguintes as atribuições do Diretório Municipal:

I. escolher, até cinco dias após sua posse, a Comissão Executiva Municipal;

II. aplicar aos filiados à seção municipal, as sanções disciplinares previstas no art. 96, ouvido, nos termos do art. 43 inciso II, o Conselho de Ética Municipal;

III. convocar a Convenção Municipal, nos termos do art. 16 e convocar a Convenção Regional, nos termos do art. 50 deste Estatuto;

IV. estabelecer diretrizes para a atuação dos vereadores do Partido na Câmara Municipal;

V. estabelecer a posição do Partido em relação às questões políticas de âmbito municipal e o plano de ação em estrita observância às orientações emanadas dos órgãos superiores;

VI. aprovar a constituição do Núcleo de Base;

VII. aprovar o orçamento e o balanço anual do Diretório;

VIII. submeter, previamente, à apreciação dos Núcleos de Base, nos termos do art. 72, as questões relativas aos itens IV e V acima;

IX. convocar a Bancada de Vereadores para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara;

X. cumprir e fazer cumprir as deliberações da Convenção Municipal e, no que couber, as deliberações das Convenções Regionais respectivas e da Convenção Nacional, supervisionando a vida do Partido no âmbito municipal;

XI. julgar os recursos contra atos e decisões da Comissão Executiva Municipal;

XII. manter em dia, devidamente rubricadas pelo Juiz Eleitoral, os livros de contabilidade (diário e caixa);

XIII. expedir resoluções sobre matéria de sua competência;

XIV. credenciar delegados junto ao Juízo Eleitoral; e

XV. ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, mediante prévia aquiescência da Comissão Executiva Regional.

Art. 21º — O Diretório Municipal reunir-se-á, ordinariamente, sem necessidade de convocação, a cada dois meses, em dia, hora e local estabelecidos no dia de sua posse.

Art. 22º — Extraordinariamente o Diretório Municipal reunir-se-á sempre que necessário, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou por um terço de seus membros, ou ainda por um terço dos Núcleos de Base, formalizada a convocação pela Comissão Executiva Municipal, na forma da lei.

Art. 23º — Os membros eleitos para o Diretório Municipal não poderão acumular cargo no Conselho de Ética.

Art. 24º — Aplicam-se as disposições deste Capítulo aos Diretórios Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

## CAPÍTULO IV
## DA COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL

Art. 25º — A Comissão Executiva Municipal será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e o líder da Bancada Municipal.

Art. 26º — As atribuições da Comissão Executiva Municipal são as seguintes:

I. propor ao Diretório Municipal a criação de Núcleos de Base;

II. executar as deliberações do Diretório Municipal, da Convenção Municipal e demais órgãos superiores;

III. convocar, em caráter extraordinário, o Diretório Municipal;

IV. convocar a Convenção Municipal. ou formalizar sua convocação, nos termos do art. 16 e seu parágrafo único, no prazo máximo de 15 dias a contar do recebimento do pedido;

V. convocar a Bancada de Vereadores, para expedir instruções ou obter explicações sobre sua conduta na Câmara.

Art. 27º — A Comissão Executiva Municipal reúne-se ordinariamente, no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada por 2/3 de seus membros.

Art. 28º — Aplicam-se as disposições deste Capítulo à Comissão Executiva dos Diretórios Zonais ou Distritais dos Municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

## CAPÍTULO V
## DOS DIRETÓRIOS DISTRITAIS

Art. 29º — Nos Distritos de Município com menos de 1 milhão de habitantes, é facultado aos Diretórios Municipais organizarem Diretórios Distritais.

§ 1º — O mandato dos membros dos Diretórios Distritais termina com o dos Diretórios Municipais respectivos.

§ 2º — Os membros dos Diretórios Distritais serão eleitos em Convenções Distritais, que se realizarão dentro de quarenta e cinco dias, no mínimo antes da data de realização das Convenções Municipais.

§ 3º — Nos Distritos onde não houver sido realizada, no devido tempo, a Convenção Distrital, a Comissão Executiva Municipal designará uma Comissão Provisória - Distrital dentro de trinta dias antes da realização da Convenção Municipal.

§ 4º — As Convenções Distritais compõem-se de todos os filiados do Partido residentes no Distrito.

Art. 30º — Os Diretórios Distritais terão no máximo quinze membros efetivos e cinco suplentes.

Art. 31º — Compete aos Diretórios Distritais:

I. eleger sua Comissão Executiva;

II. cumprir e fazer cumprir o Programa Partidário, este Estatuto e as metas programáticas de ação partidária;

III. manter em dia o cadastramento dos eleitores do distrito;

IV. participar das campanhas políticas de acordo com a orientação dos órgãos superiores;

V. participar dos movimentos de comunidades locais;

VI. eleger dois representantes às Convenções Municipais, e

VII. definir as questões específicas no âmbito do Distrito.

Art. 32º — As Comissões Executivas Distritais serão eleitas pelos Diretórios Distritais, dentro de cinco dias a contar de sua posse.

Art. 33º — A Comissão Executiva Distrital compõe-se de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

Art. 34º — Compete à Comissão Executiva Distrital:

I. convocar a Convenção Distrital;

II. executar atividades específicas definidas pelo Diretório Distrital;

III. registrar o Diretório Distrital junto ao Diretório Municipal;

IV. promover campanhas de filiação partidária e de alistamento eleitoral;

V. participar das campanhas políticas, apoiando a ação do Diretório Municipal respectivo;

VI. integrar-se nos movimentos de base local.

## CAPÍTULO VI
## DOS NÚCLEOS DE BASE

GK ø. TXT. 331, p 112

Art. 35º — Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral, organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 36º — Os Núcleos de Base serão constituídos com um número mínimo de filiados uniforme em todo o território nacional, conforme regimento interno.

Art. 37º — As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

I. Organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;

II. emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;

III. aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;

IV. promover a educação política dos militantes e filiados;

V. sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do partido, e

VI. convocar o Diretório Municipal, nos termos do art. 22 deste Estatuto.

## CAPÍTULO VII
## DA BANCADA DE VEREADORES

Art. 38º — A Bancada de Vereadores constitui o órgão de ação parlamentar do Partido, no âmbito municipal.

Art. 39º — A Bancada de Vereadores indicará, por maioria de votos, o seu líder e este, enquanto permanecer no posto, participará do Diretório e da Comissão Executiva Municipal.

Art. 40º — Os projetos de autoria dos Vereadores e Prefeito antes de serem apresentados à Câmara Municipal deverão ser examinados pela Comissão Executiva Municipal e, a critério dela, submetidos aos Núcleos de Base do Partido nos respectivos Municípios, pelo procedimento previsto nos arts. 72 a 77 deste Estatuto.

Parágrafo único - Caso haja necessidade de apresentar projeto em regime de urgência o Vereador ou Prefeito poderá fazê-lo devendo contudo apresentar justificativa à Comissão Executiva Municipal que decidirá sobre a apresentação aos Núcleos de Base.

Art. 41º — A Bancada de Vereadores poderá convocar a Comissão Executiva Municipal para obter instruções e dar explicações sobre sua conduta na Câmara.

## CAPÍTULO VIII
## DO CONSELHO DE ÉTICA MUNICIPAL

Art. 42º — Junto a cada Diretório Municipal funcionará um Conselho de Ética Municipal integrado por cinco membros eleitos pela Convenção Municipal, pelo prazo de dois anos.

Art. 43º — São atribuições do Conselho de Ética Municipal:

I. Conduzir o processo de apuração das violações da disciplina e da ética partidária, praticadas por filiados com domicílio eleitoral e destacados para atuar no âmbito do Município;

II. manifestar-se sobre a aplicação e recomendar nos processos disciplinares penalidades cabíveis ao Diretório Municipal.

Art. 44º — Na apuração de violações da disciplina e da ética o Conselho atuará mediante convocação do Diretório Municipal ou da Comissão Executiva ou dos Núcleos de Base.

## CAPÍTULO IX
## DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 45º — Em cada Diretório Municipal organizar-se-ão Secretarias, cujas atribuições e composição serão definidas no Regimento Interno.

# TÍTULO IV
# DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL REGIONAL
## CAPÍTULO I
## DO NÍVEL REGIONAL

Art. 46º — O nível Regional do Partido está constituído pelos seguintes órgãos:

I. Convenção Regional:

II. Diretório Regional:

III. Comissão Executiva Regional:

IV. Bancada de Deputados Estaduais;

V. Conselho de Ética Estadual;

VI. Conselho Fiscal; e

VII. Secretarias Regionais.

## CAPÍTULO II
## DA CONVENÇÃO REGIONAL

Art. 47º — Constituem a Convenção Regional

I. Os membros do Diretório Regional:

II. Os delegados eleitos pelas Convenções Municipais ou designados nos termos da lei, e

III. Os representantes do Partido na Assembléia Legislativa e no Senado e na Câmara dos Deputados, que tenham domicílio eleitoral no Estado ou Território.

Art. 48º — A Convenção Regional reunir-se-á, ordinariamente:

a) nas datas estabelecidas pelo Diretório Regional para sua renovação e para a eleição dos delegados e suplentes à Convenção Nacional;

b) mediante convocação da Comissão Executiva Regional para, de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;

c) para examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Regional;

d) para eleger a Comissão de Ética do Diretório Regional;

e) para propor ao Diretório Nacional a dissolução do Diretório Regional ou a destituição da Comissão Executiva Regional, nos termos da lei e deste Estatuto;

f) para destituir a Comissão de Ética Regional nos casos em que esta esteja atuando com parcialidade ou em desacordo com os princípios partidários, e

g) para aprovar os planos e metas de ação do Partido de âmbito regional inclusive diretrizes políticas para atuação dos deputados e governador, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

Art. 49º — Em caráter extraordinário, a Convenção Regional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 50º — A Convocação Regional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Regional, de um terço dos delegados à esta Convenção ou de um terço dos Diretórios Municipais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Regional.

## CAPÍTULO III
## DO DIRETÓRIO REGIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS DO NÍVEL REGIONAL

Art. 51º — Os Diretórios Regionais fixarão, até 45 dias antes das Convenções Regionais, o número de seus futuros membros obedecidas as disposições legais

Art. 52º — As atribuições dos Diretórios Regionais correspondem, na esfera estadual, às atribuições dos Diretórios Municipais na esfera dos municípios, tal como se estabelece no artigo 20, com excessão do inciso nº VI.

Art. 53º — Compete aos Diretórios Regionais, além das atribuições no ítem anterior:

I. aplicar sanções disciplinares aos militantes destacados para atuar no âmbito estadual, ouvido, nos termos do artigo 56, o Conselho de Ética Regional;

II. intervir nos Diretórios Municipais, por iniciativa própria ou por proposta das Convenções Municipais, obedecidas sempre as condições do artigo 71;

III. reconhecer os Diretórios Municipais;

IV. convocar a Convenção Nacional, nos termos do art. 62 deste Estatuto.

Art. 54º — A Comissão Executiva Regional será composta de: um Presidente, um Primeiro e um Segundo Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, o líder da bancada na Assembléia Legislativa e dois Vogais.

Art. 55º — As atribuições da Comissão Executiva Regional são as seguintes:

I. executar as deliberações do Diretório Regional;

II. convocar reuniões do Diretório Regional;

III. convocar a Convenção Regional;

Art. 56º — As disposições estabelecidas nos Capítulos VII, VIII e IX

GKØ-TXT.333,p 113

do Título III deste Estatuto, aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera regional.

Art. 57º — As disposições dos arts. 21 e 22 relativas à convocação do Diretório Municipal e art. 23, referente à eleição para o Conselho de Ética, aplicam-se ao Diretório Regional.

## TÍTULO VI
## DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO NO NÍVEL NACIONAL
### CAPÍTULO I
### DO NÍVEL NACIONAL

Art. 58º — São órgãos de nível nacional:

I. A Convenção Nacional;

II. O Diretório Nacional;

III. A Comissão Executiva Nacional;

IV. As Bancadas de Parlamentares;

V. As Secretarias Nacionais;

VI. O Conselho Fiscal, e

VII. As Comissões Especiais de Ética.

### CAPÍTULO II
### DA CONVENÇÃO NACIONAL

Art. 59º — Constituem a Convenção Nacional:

I. os membros do Diretório Nacional;

II. os delegados dos Estados e Territórios;

III. os representantes do Partido no Congresso Nacional.

Art. 60º — A Convenção Nacional reunir-se-á, ordinariamente:

a) nas datas estabelecidas pelo Diretório Nacional e por convocação deste, para eleição do Novo Diretório Nacional;

b) mediante convocação da Comissão Executiva Nacional para, de acordo com instruções da Justiça Federal, escolher os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República;

c) examinar e decidir sobre o relatório da gestão do Diretório Nacional;

d) dissolver o Diretório Nacional, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;

e) decidir, em grau de recursos, ato do Diretório Nacional, que destitui a Comissão Executiva Nacional ou dissolve Diretório Regional, e

f) aprovar os planos e metas de ação do Partido, inclusive diretrizes políticas para atuação dos representantes eleitos sob a legenda do Partido.

Art. 61º — Em caráter extraordinário, a Convenção Nacional reunir-se-á na forma da lei.

Art. 62º — A Convenção Nacional poderá reunir-se mediante convocação da maioria do Diretório Nacional, de um terço dos delegados desta convocação ou de um terço dos Diertórios Regionais.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos deste artigo a convocação deverá ser formalizada pela Comissão Executiva Nacional.

### CAPÍTULO III
### DO DIRETÓRIO NACIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS DO NÍVEL NACIONAL

Art. 63º — O Diretório Nacional fixará, até 45 dias antes da Convenção, o número dos seus futuros membros, obedecidas as disposições da lei, incluindo-se sempre, nesse número, os líderes do Partido no Senado e na Câmara dos Deputados e um membro eleito de cada secção partidária regional.

Parágrafo único - Sempre que possível, no Diretório Nacional, será incluída representação por categorias profissionais.

Art. 64º — As atribuições do Diretório Nacional correspondem, na esfera federal, às atribuições dos Diretórios Municipais tal como se estabelece no art. 20 com exceção dos números II e VI.

Art. 65º — Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

I. aplicar sanções disciplinares aos filiados destacados para autar no âmbito nacional, ouvida a Comissão Especial de Ética de que trata o art. 68 e seus parágrafos;

II. intervir nos Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei e deste Estatuto;

III. destituir os Diretórios Regionais, por iniciativa própria ou por proposta da Convenção Nacional, obedecidas sempre as condições da lei deste Estatuto;

IV. decidir, em grau de recurso, na decisão dos Diretórios Regionais que dissolvem Diretórios Municipais;

V. aprovar o Regimento Interno do Partido;

VI. fixar a data das Convenções Municipais, Regionais e Nacional;

VII. nomear Comissão Especial de Ética para proceder à investigação dos casos de violação da disciplina ou da ética partidária, por parte de militantes destacados para a esfera Nacional.

Art. 66º — A Comissão Executiva Nacional será composta de: um Presidente, um Primeiro, um Segundo e um Terceiro Vice-Presidente, um Secretário Geral, um Primeiro e um Segundo Secretário, um Tesoureiro Geral, um Primeiro e um Segundo Tesoureiro, os líderes da Bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e quatro vogais.

Art. 67º — As atribuições da Comissão Executiva Nacional são as seguintes:

I. executar as deliberações do Diretório Nacional;

II. convocar reuniões do Diretório Nacional;

III. convocar a Convenção Nacional.

Art. 68º — As disposições estabelecidas nos Capítulos VII e IX do Título III deste Estatuto, que estabelecem a organização da Bancada de Parlamentares na esfera municipal, aplicam-se aos órgãos correspondentes, na esfera nacional, com as modificações estabelecidas nos parágrafos deste artigo.

§ 1º — As Comissões Especiais de Ética "ad hoc" nomeadas para julgar a conduta dos filiados destacados para atuar na esfera federal, compor-se-ão de 5 membros, sendo:

- um membro do Conselho de Ética do Município de residência do filiado;
- um membro do Conselho de Ética Regional do Estado que o filiado representa na esfera federal;
- e três membros de Conselhos de Ética Regionais.

§ 2º — Todos os membros dos Conselhos de Ética a que se refere o parágrafo anterior serão escolhidos mediante sorteio realizado e presidido pela Comissão Executiva Nacional dentre todos os integrantes desses órgãos.

Art. 69º — As disposições do art. 21 e 22 relativas à convocação do Diretório Municipal aplicam-se aos casos de convocação do Diretório Nacional.

## TÍTULO VI
## DA DISSOLUÇÃO E DA INTERVENÇÃO EM ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS E DA DESTITUIÇÃO DE CARGOS NA DIREÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 70º — A dissolução de órgãos e a destituição das Comissões Executivas são realizadas pelos órgãos superiores em relação aos imediatamente inferiores, por iniciativa própria ou recomendação da Convenção que elegeu o órgão inferior nos casos e com as formalidades previstas na lei.

Art. 71º — A intervenção de órgão hierarquicamente superior em órgão inferior dar-se-á nos casos e em obediência às formalidades estabelecidas em lei.

## TÍTULO VII
## DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DAS BANCADAS

Art. 72º — As decisões importantes dos Diretórios e das Bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 73º — Nas reuniões ordinárias de cada Comissão Executiva, o seu Presidente ou substituto, apresentará previsão das questões políticas de importância que o Partido deverá levantar ou em relação às quais deverá tomar posição em um futuro próximo.

Art. 74º — Nessas mesmas reuniões, a que se refere o artigo anterior, o líder da Bancada correspondente, ou seu substituto, apresentará previsão dos projetos de maior significação que os parlamentares pretendem apresentar ou serão chamados a votar, em um futuro próximo.

Art. 75º — Ainda nas reuniões citadas no artigo anterior, será apresentada lista das questões mais importantes que os Núcleos de Base sugerem à consideração das Bancadas e órgãos de Direção.

Art. 76º — Com base nos resultados da consulta, cada Diretório

GKP.TXT.339/P. 114

fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo único - Essas diretrizes valerão para orientar a conduta de filiados, parlamentares, titulares de postos no Executivo eleitos ou indicados pelo Partido e dirigentes partidários, podendo a juízo do Diretório ou da Convenção respectiva serem encaminhadas à Justiça Eleitoral para os fins da lei em vigor.

Art. 77º — A atribuição de importância às questões para efeito de encaminhamento das consultas dos Núcleos de Base, é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva, pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo único - A Comissão Executiva Municipal deverá, contudo, incluir na consulta, questões solicitadas por dois terços dos Núcleos de Base; as Comissões Executivas Regionais deverão fazer o mesmo em relação às questões solicitadas por 50% dos Presidentes de Diretórios Municipais; e a Comissão Executiva Nacional deverá proceder da mesma forma em relação a questões solicitadas por 50% dos Presidentes dos Diretórios Regionais.

## TÍTULO VIII
## DA ORGANIZAÇÃO DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE
### CAPÍTULO I
### DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PARTIDO

Art. 78º — Os recursos financeiros do Partido serão originários de:

I. contribuições de seus filiados;

II. doações de pessoas físicas na forma da lei;

III. dotações do Fundo Partidário;

IV. rendas eventuais e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias, na forma da lei;

V. outros auxílios financeiros não vedados em lei.

Art. 79º — A Comissão Executiva Nacional, ouvidos os Núcleos de Base, fixará anualmente os limites das contribuições dos Núcleos e de seus filiados.

§ 1º — Os Diretórios Municipais, Distritais e Zonais, poderão propor à Comissão Executiva Nacional uma redução da contribuição à vista das condições locais.

§ 2º — O filiado que não tiver condição de contribuir poderá pedir a dispensa da contribuição obrigatória junto à Comissão Executiva do Diretório Distrital ou Municipal ao qual esteja filiado.

Art. 80º — Os militantes destacados para exercer funções no âmbito distrital, estadual e nacional, inclusive os parlamentares de cada um desses níveis, fixarão suas contribuições em discussão com os Diretórios respectivos.

Art. 81º — As contribuições dos filiados serão distribuídas entre os Diretórios de diferentes níveis.

Art. 82º — As receitas obtidas pelo Partido serão contabilizadas, administradas e aplicadas com observância das prescrições legais.

Art. 83º — A abertura e movimentação de contas bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores far-se-á, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Tesoureiro da respectiva Comissão Executiva.

### CAPÍTULO II
### DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

Art. 84º — O orçamento do Partido será elaborado pelos órgãos de direção em todos os níveis, anualmente, até o dia dez de fevereiro de cada ano.

Art. 85º — O Partido manterá sua escrituração contábil em dia, de conformidade com as exigências legais.

Art. 86º — O extrato da receita e da despesa do Partido será semestralmente apresentado às Comissões Executivas, que enviará aos Conselhos Fiscais para apreciação.

Art. 87º — O balanço financeiro do exercício findo será elaborado até o dia dez de março de cada ano, enviado à Justiça Eleitoral até o dia trinta e um de março do mesmo ano, após exame e aprovação, respectivamente, pelos Conselhos Fiscais e Diretórios do Partido.

### CAPÍTULO III
### DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E DE SUAS DESPESAS

Art. 88º — Instalado o processo eleitoral, as Comissões Executivas Municipais Regionais ou Nacional, conforme o caso, organizarão comitês responsáveis pelo recebimento e aplicação de recursos da campanha de todos os candidatos a cargos eletivos de sua jurisdição, os quais deverão ser registrados na Justiça Eleitoral.

Art. 89º — Após a Convenção para escolha dos candidatos, os respectivos Diretórios fixarão as quantias máximas a serem despendidas na propaganda partidária e na dos candidatos, organizando o orçamento da campanha.

Art. 90º — A escrituração contábil será feita em livro próprio pelo Tesoureiro do respectivo Diretório.

Art. 91º — O Presidente e o Tesoureiro do respectivo Diretório ficarão encarregados da movimentação do fundo e recursos partidários.

Art. 92º — Os diretórios estabelecerão os critérios para fixação das despesas com a propaganda partidária e de candidatos.

Art. 93º — O Partido prestará contas à Justiça Eleitoral, na forma de lei, após o encerramento da campanha eleitoral.

### CAPÍTULO IV
### DO PATRIMÔNIO

Art. 94º — O patrimônio do Partido será constituído de bens móveis e imóveis que venha a adquirir.

Art. 95º — No caso de dissolução do Partido seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação da Convenção Nacional que apreciar a extinção do Partido.

## TÍTULO IX
## DA DISCIPLINA INTERNA DO PARTIDO

Art. 96º — A disciplina interna do Partido será assegurada por meio das seguintes medidas:

I. a intervenção de órgão superior em órgão inferior;

II. sanções disciplinares, e

III. por manifestações dos órgãos do Partido.

§ 1º — A intervenção e as sanções disciplinares são aquelas previstas em lei.

§ 2º — A manifestação dos órgãos do Partido para fins disciplinares dar-se-á conforme disposições deste Estatuto e do Regimento Interno.

## TÍTULO X
## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97º — Os diretórios de qualquer nível e os Núcleos de Basse deliberam com a presença da maioria absoluta de seus membros, pelo voto da maioria dos presentes, exceto nos casos previstos em lei.

Parágrafo único - As disposições deste artigo aplicam-se às reuniões dos Conselhos de Ética e Fiscal e de quaisquer comissões ou unidades especiais de trabalho que se formem no interior do Partido.

Art. 98º — Nas reuniões de Diretório e dos Núcleos de Base, a votação poderá ser simbólica ou nominal, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 99º — As convenções elegerão dentre os filiados do Partido, um Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes e a ele compete examinar e emitir parecer sobre a contabilidade e as finanças do Partido.

Art. 100º — Todos os assuntos referentes à organização e ao funcionamento da estrutura partidária que não foram objeto da regulação específica neste Estatuto serão disciplinados pelas disposições da lei.

## TÍTULO XI
## DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 101º — A Comissão Diretora Nacional Provisória será constituída de onze membros.

Art. 102º — As Comissões Provisórias elegerão dentre seus membros um Presidente, um Secretário Geral e um Tesoureiro.

Parágrafo único - De acordo com as necessidades do Partido poderão ser criados outros cargos não previstos neste Estatuto.

Art. 103º — As Comissões Diretoras Regionais Provisórias, Comissões Diretoras Municipais Provisórias e as Zonais Provisórias terão tantos membros quantos fixar a Comissão Diretora Nacional Provisória, respeitados os limites previstos em lei.

Art. 104º — As disposições deste Estatuto aplicar-se-ão de imediato, em tudo que for cabível, em relação aos Núcleos de Base constituídos juntos às Comissões Diretoras Provisórias em todos os seus níveis.

Art. 105º — Nos termos da lei, o mandato dos primeiros Diretórios eleitos será de um ano.

Art. 106º — A filiação partidária para as primeiras Convenções Municipais será feita perante as Comissões Diretoras Municipais Provisórias.

GKØ.TXT-334,p 115

GKØ-TXT. 331/p 1 16



# Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## As CEBs, os partidos e o PT

LEONARDO BOFF

Antes de mais nada importa compreender exatamente o que é uma Comunidade Eclesial de Base (CEB): é mais que um instrumento de evangelização ou de extensão do sistema eclesiástico; é a própria Igreja se realizando na base do povo. O povo, pobre e crente, com sua cultura, sua consciência de classe explorada, com suas tradições, recria, a partir de sua fé cristã, a Igreja como comunidade que se reúne ao redor da leitura da Palavra de Deus, colocando em comum seus problemas e iluminando-os por esta mesma Palavra que, discutida e aprofundada, ajuda a elaborar saídas para a situação aflitiva que sofre.

No processo de constituição de uma comunidade se vão fazendo três descobertas básicas: em primeiro lugar o povo descobre a Igreja; a Igreja são eles; apropriam-se dos meios de produção simbólica, fazem suas orações, comentam as Escrituras, produzem suas canções, aprendem a celebrar; organizam os vários serviços (catequese, saúde, direitos humanos, sacramentos etc.). Em segundo lugar, num estágio mais avançado, os membros descobrem a comunidade: eles se descobrem pessoas humanas com dignidade e direitos; põem em comum os problemas comunitários ligados às coisas básicas da vida: água, luz, escola, saúde, moradia, trabalho. Aprendem a fazer as reivindicações fundamentais e a se ajudarem mutuamente; trata-se de abrir o campo religioso ao campo comunitário. Em terceiro lugar, a comunidade descobre a sociedade. Na medida em que se organizam para resolver seus problemas comunitários, os membros se dão conta de que por trás de tudo vigora um sistema que os explora e marginaliza; começam a discernir os mecanismos produtores de sua pobreza; percebem que a libertação implica um processo histórico que exige unir ou articular os vários movimentos populares e que se faz necessário encontrar condutos em todos os níveis (sindicato, movimento de fábrica, categorias profissionais) para levar avante a luta pela libertação dos oprimidos. É aqui que emerge o problema do partido, como um canal de levar ao teatro especificamente político as causas populares, unificando as tendências e dando coesão às lutas. Antes de entrar nesta questão, cabe tirar três conclusões:

Em primeiro lugar, a Comunidade Eclesial de Base é o que é: forma de ser Igreja a nível popular, lugar onde o povo mata sua fome de Deus (por mais que isto escandalize espíritos secularizados). Sua inscrição é, portanto, religiosa, mas seu significado é maior, é social; a CEB apresenta-se como um lugar de alta conscientização, pois o povo aprende a refletir, a falar, a julgar os fatos da vida à luz da Palavra de Deus.

Em segundo lugar é o lugar onde se ensaia uma prática democrática real e fundamental: a palavra circula, o poder é de coordenação e não de coerção; as soluções são discutidas por todos e executadas sob controle de todos; vigora um processo de verdadeira educação popular, onde o homem se descobre sujeito produtor de sentido e não mero eco da voz dos outros.

Em terceiro lugar a CEB significa uma fortificação objetiva da sociedade civil, apesar de vir sob o signo religioso. Sempre que o povo se reúne, discute e elabora sua consciência, supera o isolamento que facilita a dominação. A Igreja ajudou a aumentar a cultura do povo, a ponto de este, em comunidades mais avançadas, poder desvendar as causas de sua miséria e os caminhos de sua libertação. Voltemos, agora, à questão política.

O que aqui se apresenta não é nenhuma posição oficial de Igreja. Espelha uma reflexão de grupos de agentes de pastoral e de alguns teólogos comprometidos com a caminhada do povo. Neste caráter e para animar a discussão vem aqui apresentada sem pretenção de fixar uma posição obrigatória para todos os que trabalham e pensam na base ou a partir da base.

Nas conclusões do 4.º Encontro Nacional das CEBs em Itaici (1981) se dizia: "A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa do jeito que Deus quer." Em seguida, descendo ao nível da política partidária, se disse: "Devemos discutir entre nós os programas e a prática dos partidos políticos, descobrir quais os interesses que eles defendem, qual a mudança da sociedade que eles propõem... Achamos também que a Comunidade Eclesial de Base não é nem pode ser um núcleo partidário... mas é o lugar onde devemos confrontar a nossa vida e a nossa prática com a luz da palavra de Deus, para ver se a nossa ação política está de acordo com o plano de Deus." À base de uma posição assim mais comum, alguns avançam mais e compreenderam que a oposição ao regime atual, capitaneado pelo Capital, é essencial para a melhoria do povo. Os partidos atualmente vigentes e legais são partidos, à exceção de um, formados pelas classes dominantes que não colocam em questão o problema do Capital. Por isso sua organicidade com os anseios das classes populares é enviesada. Muitas comunidades se dão conta de que eles não são os condutos adequados para expressar seu nível de consciência social e seu projeto alternativo.

Neste contexto de insatisfação e de busca eclode o PT. Por dois traços se estabelece uma afinidade entre a proposta do PT e os anseios sociais das CEBs. O primeiro traço do PT é que se trata de um partido de base popular. Ele não nasceu dos patrões do capital, das idéias (ideocratas), do poder político, mas dos próprios trabalhadores. Os demais partidos, embora busquem suas bases eleitorais junto às classes populares, substituem o povo, não o representam; a participação popular é dependente. O segundo traço de afinidade: o perfil ideológico do PT também nasce de baixo; não nasceu alinhado com este ou aquele movimento ideológico; é libertário sem precisar ser marxista. Trata-se de um partido essencialmente histórico, porque recolhe o dinamismo político do povo. Tem o sopro longo do povo. Dadas estas características, pode apresentar-se como o conduto político natural das aspirações sociais das CEBs conscientizadas. Não se trata de manipulação das CEBs. Pelo contrário; trata-se de lhes garantir a liberdade contra seus manipuladores. Então a Igreja na base está favorecendo um partido contra os outros? Dizer "entre no PT" significa: "forme o partido dos trabalhadores; lute por colocar de pé um partido que seja seu, que seja do seu lado!" O PT impedirá que as CEBs sejam presa dos partidos patronais que as cobiçam; ficarão mais livres da política dos patrões. Como viabilizar o efeito desta afinidade entre PT e os anelos sociais das CEBs? Entrevejo três pistas:

Primeira: Importa fornecer às CEBs elementos de informação sobre todos os partidos, seus interesses reais, suas práticas. Aí aparecerá claramente o que se encontra em muitas cartilhas políticas: o PT é o único partido de classe do povo. A CEB é o lugar onde se diz a verdade política.

Segunda pista: A CEB não pode ser célula partidária, porque não existe para isso, pois é para viver a fé e à luz da fé julgar a vida, também a política. Por isso faz-se mister criar comitês ou núcleos do PT que sejam independentes das CEBs. Aí se faz o debate partidário e a organização partidária.

Terceira pista: Deve-se estimular o surgimento, a partir das CEBs, de lideranças partidárias para o PT. Com referência à dupla militância (na coordenação pastoral e responsabilidade de direção partidária) deve-se discutir a questão e resolvê-la dentro da própria comunidade em comunhão com a Igreja local (bispo e corpo presbiteral). Ser sementeira de líderes populares que podem também ingressar no partido de base, eis uma forma de contribuição política que as CEBs podem prestar ao povo.

O PT tem condições de levar mais longe as aspirações sociais amadurecidas dentro das CEBs, respeitar a autonomia relativa do religioso e dar forma política à fé libertária destes novos cristãos.

**Leonardo Boff** é teólogo, professor em Petrópolis, chefe do Depto. Editorial da Vozes e autor, entre outros livros, de "Eclesiogênese: as Comunidades Eclesiais de Base reinventam a Igreja".



## Conclat, um ano depois

HUGO PEREZ

Às 15 horas do dia 21 de agosto de 1981, na sede em construção da colônia de férias do Sindicato dos Têxteis, na Praia Grande (SP), abria-se a 1.ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora — Conclat. Não foi o primeiro encontro nacional dos trabalhadores em nossa história, que registra vários outros, até mesmo um no começo deste século (1906), o Congresso Operário Brasileiro. Mas, provavelmente, nenhum deles teve a dimensão e a importância histórica da 1.ª Conclat, que, após 18 anos de governo militar, conseguiu reunir 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais de todo o País. Qualquer balanço deste encontro, deve, portanto, resgatar sua dimensão histórica e política.

Durante os três dias (de 21 a 23 de agosto) de reuniões foram discutidas e aprovadas as posições dos trabalhadores sobre questões fundamentais que iriam constituir a plataforma de luta do movimento sindical a curto, médio e longo prazos. Essas posições foram reunidas nas resoluções sobre Direito do Trabalho, Sindicalismo, Saúde e Previdência Social, Política Salarial, Política Econômica, Política Agrária e Problemas Nacionais. Nesta plataforma se encontra o esboço de um caminho para um Brasil mais justo e mais democrático a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Quem participou da elaboração das resoluções e aqueles que tomaram conhecimento delas depois sabem que não têm cabimento as críticas do presidente da República, general João Batista Figueiredo, de que as oposições só criticam e não têm propostas concretas a fazer.

Ao contrário, no dia 1.º de outubro, uma comissão de líderes foi a Brasília para apresentar as resoluções aprovadas pelos trabalhadores na Conclat e reivindicar, entre outros pontos, o fim do desemprego, da carestia, a liberdade e autonomia sindical, o direito à moradia e a reforma agrária. Mas, ao contrário dos empresários que foram recebidos sem dificuldades pelo governo, os dirigentes sindicais não puderam falar com o presidente da República. O documento foi deixado no Palácio do Planalto e os trabalhadores estipularam um prazo — até 16 de novembro — para o governo se manifestar. Até hoje, porém, estamos aguardando uma resposta às questões levantadas pelos representantes (5.036) delegados de milhões de trabalhadores reunidos na 1.ª Conclat. Existe maior prova do desinteresse pelas propostas concretas levantadas pelos trabalhadores?

O governo não aceitou as contribuições dos trabalhadores porque certamente elas apontam para caminhos diferentes do que o País trilha. E não há como esconder que a maioria do povo brasileiro enfrenta grandes dificuldades, enquanto o governo, com sua política, continua dando privilégios a um reduzido grupo de pessoas e empresas.

Mas sem perder a perspectiva do que significou para os trabalhadores e para o País a realização da 1.ª Conclat e do que significará a sua continuidade na 2.ª Conclat e na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), é preciso levantar os prós e os contras do que aconteceu após o término da primeira conferência. Como se sabe, o plenário da 1.ª Conclat, depois de muita discussão, conseguiu eleger uma comissão — a Comissão Nacional pró-Cut — que teria como atribuição encaminhar as decisões tomadas. Mas, refletindo as dificuldades de sua própria formação, a comissão, composta de 56 membros, não conseguiu levar à frente todos os encargos propostos. De positivo no seu trabalho pode-se mencionar a luta contra o "pacote" da Previdência, a organização do Dia Nacional de Luta (1.º de outubro), do 1.º de Maio e a presença permanente de seus membros nas greves e eventos importantes na área sindical.

De negativo, está o fato da comissão e das diversas correntes sindicais ali representadas não terem conseguido encaminhar de forma satisfatória a organização da 2.ª Conclat. A questão da realização ou não do segundo congresso este ano dividiu mais uma vez os trabalhadores. Uma parte que entende que ele deve ser adiado para 1983, em razão das eleições de 15 de novembro, e outra, que julga ser possível sua realização ainda este ano. Ainda não se sabe qual posição prevalecerá. Mas o episódio mostra de forma clara a existência de uma divergência.

Uma divergência que sem dúvida é uma extensão daquelas existentes em um nível mais geral entre as diversas correntes de pensamento que atuam hoje no cenário político brasileiro. Algo portanto que os trabalhadores devem encarar sem estranheza. É preciso ter cuidado, porém, para não se deixar desorientar nas questões menores e perder o rumo do objetivo maior: o fortalecimento do movimento sindical através de sua unidade e a formação de uma organização única dos trabalhadores, forte e respeitada. Esse objetivo deve nortear nossas discussões e principalmente nossas divergências.

O papel da Comissão pró-Cut neste sentido é fundamental. Encontrar os caminhos que aglutinem cada vez mais os trabalhadores brasileiros. Olhar o movimento sindical que existe — e não aquele que gostaríamos que existisse — como um todo, respeitando suas diferenças. Do ponto de vista do interesse do trabalhador, é provável que não haja um que seja favorável à atual estrutura sindical. Mas ela existe e é a partir dela que os trabalhadores terão a chance de construir alguma coisa melhor, haja vista os inúmeros sindicatos que hoje estão nas mãos de sindicalistas autênticos, colocando a luta dos trabalhadores acima de quaisquer interesses.

Enfim, dependerá somente de nós encontrar os caminhos que levem à união.

**Hugo R.M. Perez** é líder sindical, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de São Paulo e presidente do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

GKØ. TXT. 331, p. 117



# anque

## grama energético

do Barbeiro (PDT) e Armando Pinheiro (PDS).
se- Na sequência do debate de temas de
ser interesse nacional e local, amanhã os re-
r a presentantes das agremiações par-
ado tidárias vão opinar sobre o problema ha-
dos bitacional: "Qual é o ponto de vista do
an- seu partido a respeito dos estímulos da-
dos pelo Sistema Financeiro de Habita-
gos ção para induzir o mutuário a optar pelo
T), reajuste semestral das prestações da ca-
B), sa própria?"
oto

### PT

### da questão inflacionária"

renda improdutiva e subsidiada, portanto inflacionária? Ou ainda, quem, em detrimento do transporte coletivo, fomentou o automóvel individual ineficiente, energeticamente caro e, por isso, inflacionário? Não sabiam os senhores ministros que o que é improdutivo, ineficiente, caro e dependente de importação é, ao mesmo tempo, inflacionário?

Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores tem discutido estas questões. Nosso primeiro caderno sobre energia, fruto destas discussões, foi distribuído para o conjunto do Partido há bem mais de um ano, mostrando a necessidade de uma revisão profunda no programa energético.

Ainda que na direção correta, um corte de 10% no setor energético não toca o âmago da questão inflacionária. Não cremos, também, que os responsáveis no setor tenham sido capazes de autocrítica. O corte só se impôs porque o País está com a corda no pescoço.

### PTB

### a alteração de prioridades"

vestimentos. Não se mexe no gasto de pessoal, nem nos demais custos operacionais, que continuam escandalosos. Atrasam-se, em compensação, todos os projetos, inclusive os válidos.

Assim sendo, os cortes deveriam começar pelo custeio, chegando ao máximo de compressão. Depois seriam suspensos os investimentos desnecessários. Além do já citado, há outros, a Paulipetro entre eles. Depois destes, atrasar-se-iam os projetos redundantes ou superdimensionados. Por que Itaipu e Tucuruí, de uma só vez? Só esgotado este método é que se poderia cogitar de cortes genéricos.

Os cortes são urgentes, e não só para o setor energético. Contudo, não bastam os cortes. Será necessária uma completa alteração de prioridades nos investimentos públicos. Completa e radical.

### PMDB

### rtes no programa nuclear"

para reduzir o consumo de gasolina e óleo combustível não se traduzirão numa queda significativa e permanente nas importações de petróleo.

O PMDB advoga a definição de uma nova matriz energética para o País, que contemple um remanejamento global dos usos e fontes de energia, a única via para reduzir, de forma efetiva e duradoura, o consumo e a importação de óleo bruto. Ora, esta meta não pode ser alcançada sem maiores investimentos tanto na conservação de energia, quanto na produção de combustíveis alternativos. Assim, ao contrário do que pretende o governo, o PMDB é contrário a cortes globais nos programas energéticos. O PMDB acha que se deve gastar mais em energia, só que de forma seletiva, reestruturando os atuais dispêndios, com cortes, por exemplo, no Programa Nuclear.

### PDT

### aliativo de curta duração"

cos experimentadores, ou casuístas. Ora ministram um remédio, ora fazem o paciente ingerir uma poção, injetam-lhe soro na veia e nenhum sinal de recuperação. O que se ouve é apenas um lamúrio traduzido nas dificuldades de milhões de brasileiros.

Diante deste quadro, cortar 10% do montante de recursos destinados ao setor energético é apenas mais um remédio, um paliativo, ou um sedativo, de curta duração. O que a população quer é sentir seu salário crescer em relação ao custo de vida. Uma política econômica que o coloque nos centros das prioridades e não na periferia dela como vem acontecendo. Mais um remédio foi aplicado e o paciente continua agonizante.

### PDS

### veis, porém inevitáveis"

tem produção suficiente para seu próprio consumo, na maioria dos casos, é as nações como o Brasil que dependem principalmente de exportação de gêneros e de matérias-primas, encontram-se em sérias dificuldades pelo jogo internacional de mercado e preços, obrigando a criação de subsídios que oneram a dívida interna e geram a inflação.

Combater a inflação cortando recursos para o desenvolvimento da indústria, da agricultura e do setor energético é medida tomada por extremos agônicos. Fossem os nossos produtos exportados como antes, não incidissem os empréstimos externos com juros elevados, o Brasil não precisaria cortar 10% do montante de recursos destinados ao setor energético, porque assim alimenta a ameaça que paira sobre a Nação brasileira: o desemprego. É uma medida terrível, mas inevitável.

Quando o Japão se encontrou em má situação, após a 2.ª Guerra Mundial, ele se recompôs imediatamente — e com êxito — na indústria e na exportação, mas foi ajudado pelos Estados Unidos, que precisavam ter melhores bases no Pacífico, estimulando as compras e vendas norte-americanas para as guerras da Coréia e do Vietnã. Mas, nos difíceis dias por que passamos, o Brasil tem que se haver com os seus próprios meios para conseguir, sob pobres, a sua redenção.

---

...vidrinhos que os usuários levarão de casa ...procedimentos.

As sugestões podem ser enviadas por car... ...ta para a sede Palanque, da Alameda ... Agência Folhas, pelo telefone ...



Foto Orlido Vieira

Franco Montoro cumprimenta o anfitrião do encontro, Manoel Garcia

# Montoro decl à Fiesp não acordo com M

O apoio que o senador Franco Montoro estaria recebendo, em sua campanha ao governo do Estado, do MR-8 e outros grupos de esquerda se constituíam numa das principais perguntas endereçadas a ele, durante encontro que manteve com industriais paulistas, e foi levantada pelo empresário Nildo Masini.

Montoro disse que se o apoio existe é um problema desses grupos, negando, contudo, tê-lo pedido ou procurado, a ponto de se caracterizar como uma aliança. E acrescentou: "Posso garantir aos senhores que eles não têm nenhuma influência na cúpula do meu partido; sequer dominam apenas um diretório."

Além desse assunto, os empresários procuraram saber a opinião do candidato do PMDB a respeito do direito de greve, dos piquetes, da segurança pública, do restabelecimento do prestígio político de São Paulo junto à Federação (que consideram precário e incompatível com sua força econômica) e da participação da sociedade na administração pública.

A imprensa não teve acesso à reunião, realizada terça-feira à noite, no apartamento do empresário Manoel Garcia Filho, sendo permitido aos repórteres circularem apenas pelo saguão do edifício. Segundo Montoro, não permitir a presença dos jornalistas como testemunhas do encontro foi uma decisão tomada de comum acordo pelas partes. Acrescentou que, caso contrário, poderia haver inibições, e a discussão correria o risco de não se desenrolar livremente.

Para a maioria dos empresários que participaram da conversa, o desempenho do senador foi bom. No entanto, eles não têm a mesma opinião a respeito do próprio comportamento, que consideraram, em linhas gerais, fraco, bem aquém do que poderiam desempenhar numa reunião tão importante. Ou seja: Montoro saiu-se bem em relação às questões que lhe foram apresentadas.

**GREVES**

O empresário Nildo Masini, vice-presidente da Fiesp e presidente da Fundacentro, criticou o comportamento do governo frente às greves, atribuindo às autoridades até uma certa omissão na resolução desses conflitos. E perguntou ao senador qual seria a sua posição frente a esses movimentos.

Montoro disse considerá-los legítimos, e

que devem ser trata... trabalhista. E avan... do percebeu a preoc... outros empresários ... tes. Lembrou então ... to utilizado pelos op... do para convencer ... aderirem à greve. ... concordar com a su... violenta, usada par... público ou privado.

Enfatizando qu... comprometido-se a c... da sociedade civil n... do Estado, Masini t... ria este mesmo prin... cretaria de Indú... entregando-a aos en...

Habilmente, o se... acordo com o princí... não assumiria este ...

O empresário Elia... preocupação com a ... São Paulo, e quis sab... tegrante de um par... frentaria essa questã... tar, já que ela é di... Geral das Polícias M... to subordinada a B...

Montoro procuro... ta com o argumento ... ministrada. Para e... a corporação tem ef... dar segurança à pes...

Na mesma linha da... des de relacionament... presário Barnabé Sos... ro se não enfrentaria... vindicar benefícios p... mente por pertencer...

Neste ponto o sen... portância de o futuro ... pelo voto direto, con... tirá lutar com o apoi... bitantes do Estado. ... gará com Brasília, ... do eleitorado de seu ... toda a comunidade p...

Montoro concordou... empresários de que ... peso político junto à ... ao seu poderio eco... união de todos em to... compatibilizar esses ... nhas de consenso qu... a opinião dos empres... to da sociedade pauli...

## *Agendas*

### Presidente

**Viagem a Minas Gerais**

### Governador

7h30 = viagem a Brasília
10h00 = cerimônia de posse do general Túlio Chagas Nogueira no cargo de chefe do Estado-Maior do Exército
14h00 = retorno a São Paulo
16h00 = presidentes das delegações participantes do 12.º Campeonato Mundial Militar de Judô
16h30 = entrega de cheques pelo Fumest às Prefeituras de Ibirá, Barra Bonita e Embu, e convênio com as de Aparecida, Campos do Jordão e Caraguatatuba
17h00 = secretários da Fazenda, Casa Civil, Economia e Planejamento e Educação
18h00 = Antônio Favano Neto, presidente da Bolsa de Cereais
19h00 = secretário particular
21h00 = cerimônia de entrega do "Prêmio Molière de Teatro", no Teatro Municipal

### Prefeito

9h00 = secretário das Finanças
10h00 = secretário da Administração
10h30 = Lucília de Lachman
11h00 = Jair Guimarães, diretor da Escola Paulista de Medicina
11h30 = vigário Benedito de Jesus Batista
14h30 = Xisto Ceresér, Giácomo Franco e Henrique Franco
15h00 = Idelpides Gomide
15h30 = Ibraim Masson
16h00 = secretário de governo municipal
16h30 = secretário das administrações regionais
17h00 = vereador Luís Peixoto e prefeito de Osasco, Primo Broseghini
17h30 = contra-almirante Milton Ribeiro de Carvalho
18h00 = secretário da Habitação

### Candidatos

#### Franco Montoro — PMDB

Reunidos com candidatos e militantes partidários nas cidades de Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã e Guarulhos.

#### Jânio Quadros — PTB

Não foi fornecida

#### Luís Inácio Lula da Silva — PT

Não foi fornecida

#### Reinaldo de Barros — PDS

Reunidos com candidatos e com lideranças políticas nas cidades de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande e São Vicente. À noite, concentração pública em frente ao Iate Clube de São Vicente.

#### Rogê Ferreira — PDT

10h00 = reunidos com assessoria especial e de imprensa
20h00 = mesa-redonda no auditório da Folha de S. Paulo sobre "Alternativa Econômica dos Partidos Políticos"

# *Senador que acab corrupçã*

**BRASÍLIA**— O ser... ro, candidato do PMI... Paulo, garantiu onter... nado, que se for eleit... rupção administrativ... informou, "as empre... calizadas pela ... de representante... e ...

Após o pronunciam... que espera contar c... povo para acabar co... todos os níveis e que f... de combate à corrup... dos Tribunais de Cont... presentantes de enti... de licitação.

"Nos estabelecimen... locar líderes dos em... com os negócios em s... damental porque o se... tifaria" — observou.

**DEMO...**

O senador paulista ... Nações da América L... ou cinco vivem em re... democrática", sendo ... das por regimes aut... civis ou militares". ... dos oposicionistas qu... gimes não é a discus... so problema número ... ra e sua solução é a ...

Montoro acha que, ... acima de divergênc... matizes ideológicos, ... amplo movimento qu... ças políticas e sociais ... pela democracia e o ... humanos". Essa luta, ... "bandeira" do PMD...

Como líder em exer... dor José Luis (CE) di... fundem o PMDB com... mas o pronunciamen... rava apresentá-lo co... pensamento uniform... cebido com alegria ... Brossard (PMDB-SP) ... dará ao Brasil um e... nidade do PDS".

Brossard referia-se ... tes coronéis chefes ... Virgílio Távora, Adá... Cals — para escolha ... mum ao governo. Se ... —, cada coronel fica ... nistração estadual.

GKØ-TXT.331,p 118

# CARTA ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades como força política independente e organizada, e do direito que possuem, como cidadãos e criadores da riqueza nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiência política por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e Trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1a. CONCLAT. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob o seu controle. Eles estão à raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar e que procura, face às forças populares e democráticas apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio remanescentes dos Atos Institucionais e numa legislação de exceção que inclui as inelegibilidades e Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes anti-democráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do RIOCENTRO, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional atingindo com alvo principal dirigentes e militantes do PT e pelas ameaças de adiamento do pleito de 1982. Explicam também o "Pacote de Novembro", com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os no-

GK.Ø.TXT.331,p.119



vos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

Diferentes Objetivos e Confronto no Processo Eleitoral

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional.

E embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das cogitações oficiais. A perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que venham a ser adotados, transformam as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder a sua maioria no congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e sua base social as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de "abertura". Através dela o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 74 e explodiram em 78 por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através de jogo parlamentar e concessões que inclue eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 64. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender as pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

GK.Ø.TXT.332,P 120



Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de união nacional.

Para os trabalhadores as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de limitações e casuísmos, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque desta vez não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados ambos por segmentos das elites dominantes. Desta vez contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

As Eleições e o Poder

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo a nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios de poder (burocracia, forças armadas, e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder, se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

GK.Ø.TXT.331,p.121



As Eleições e os Objetivos de Nosso Partido

O PT vai às eleições com dois objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como por exemplo a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir exigência legal dos 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em 9 Estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar tribuna de denúncia e caixa de ressonância das lutas travadas fora do parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente ao nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da "abertura", as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem se unir todos os setores que lutam para por fim à ditadura.

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as

CK Ø. TXT. 331/p 122



filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos hoje pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos Estaduais cerceados pelo Governo Federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

Eixo da Tática Eleitoral do PT

A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correr em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido frente ao processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: "O PT lançará em 1982 candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política".

Assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas rejeitando incorporação ou fusão a qualquer partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é voto útil aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

GK Ø. TXT. 331, p 123



Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as idéias gerais de nosso Programa político de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas de consultas a partir dos núcleos e dos movimentos populares e sindicais combativos. Tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e a longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto das definições estaduais e aprovada no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as idéias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos Estados e Municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e na unificação dos recursos.

Conteúdo Geral da Campanha

Com as eleições deste ano testaremos se nosso Partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de auto-candidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso, não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o mero trampolim de suas pretensões eleitoreiras. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se en

GK.Ø.TXT.331, p. 124



ganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadores negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso Partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos candidatos devem brotar das lutas populares com nomes que encarnam as aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós não haverá candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro do movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças às custas da estrutura, da representatividade e da operatividade política do Partido.

Não haverá candidatos no Partido mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais é preciso partir de algumas orientações concretas:

1. Processo de escolha de candidatos:

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o Partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembléias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos devem ser encontradas formas de discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao Partido. O PT veio para ser um Partido, e não uma mera frente de oposições.

2. Critérios para escolha de candidatos:

a) Participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis.

b) Representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas.

c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

GRP TXT.331,p.125



3. Exigências para a composição da chapa:

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte em termos políticos e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça as decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e participe de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite.

Para nós interessa substancialmente propagandear a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário conhecido como "distritão", haverá necessidade de reunir nova Convenção para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje militem no PT ou simpatizem com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada Estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

4. Campanha eleitoral unificada:

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feitá com base na Plataforma e na Tática Eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral serão definidas as linhas da propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a

GK.Ø.TXT.331/p 426



campanha, e especialmente os Comitês Eleitorais Unificados, deve se apoiar nas Secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O Comitê Eleitoral Unificado, que será constituído a nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT.

b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados.

c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou territórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unitário dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolvem suas campanhas.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro Comum para o PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindical não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse Fundo com base nas Secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc. A administração desse Fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores e não abandonarão o trabalho político ou sindical de base.

GK.Ø.TXT.331,p.127



5. Compromissos do Candidato com o Partido:

A definição prévia de algumas normas de relacionamento entre os eleitos e o Partido tem como objetivo assegurar um desempenho de mandato que esteja de acordo com a plataforma, a tática e os princípios do PT.

Tal definição deve incluir:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e Parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes.

b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares submetidos sempre à ampla discussão das bases.

c) a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas.

d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os diretórios das respectivas instâncias partidárias.

e) a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido em pelo menos 40% de seus proventos. A nível municipal a fixação da porcentagem estará a cargo do Diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, está recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de recandidatarem-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça à total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de efetivamente conduzir a uma sociedade socialista na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.

TEXTO APROVADO NO ENCONTRO NACIONAL DO PT.
SÃO PAULO, 27 E 28 DE MARÇO DE 1982.

GT.Z.TXT.321, p.128

ESTADO DE S. PAULO — Segunc

# PT

a fins de 83

## A grande preocupação agora é (só) sobreviver.

Depois de dois dias de reunião para uma análise geral da situação, o diretório nacional do PT chegou à conclusão de que o partido depois das eleições praticamente acabou, necessitando agora tomar uma série de medidas "para garantir sua sobrevivência".

Entre essas medidas, segundo Francisco Weffort, secretário da comissão executiva nacional designado ontem por Lula para fazer um balanço da reunião, está a renovação do diretório nacional. "Aqueles que não estiverem trabalhando dentro do esforço que o PT necessita hoje para garantir sua sobrevivência serão substituídos."

Foi no sábado, ao fazerem uma análise do desempenho do PT em vários Estados, que seus dirigentes perceberam a gravidade da situação. "Ficamos sabendo que em alguns Estados a direção regional não consegue nem deliberar mais por falta de **quorum** mínimo em suas reuniões", disse Weffort, sem querer citar quais Estados em que esse problema está acontecendo. "Por isso, é necessário começar uma completa reconstrução do partido pelo menos para que ele consiga retomar suas atividades ao nível da época das eleições", afirmou.



Weffort

Durante o encontro, que teve a participação de 44 dos 66 membros que compõem o diretório nacional, descobriu-se também que possivelmente o PT não possui dois mil núcleos no País, como seus membros apregoavam. "Se eles existiam, não funcionavam", concluiu Weffort pela situação em que se encontra o partido. O motivo, para ele, é uma "certa queda de ânimo em todos os Estados depois das eleições de 15 de novembro".

Além da renovação dos diretórios regionais e nacional, o PT quer dar, através de seu regimento interno, maior poder de deliberação para seus núcleos e diretórios distritais, procurando retomar sua proposta inicial de "construir um partido de baixo para cima".

Polícia

GKØ.TXT.331, p. 129

o PT - a sua

1º Grande crise de direção

e identidade,

após as eleições

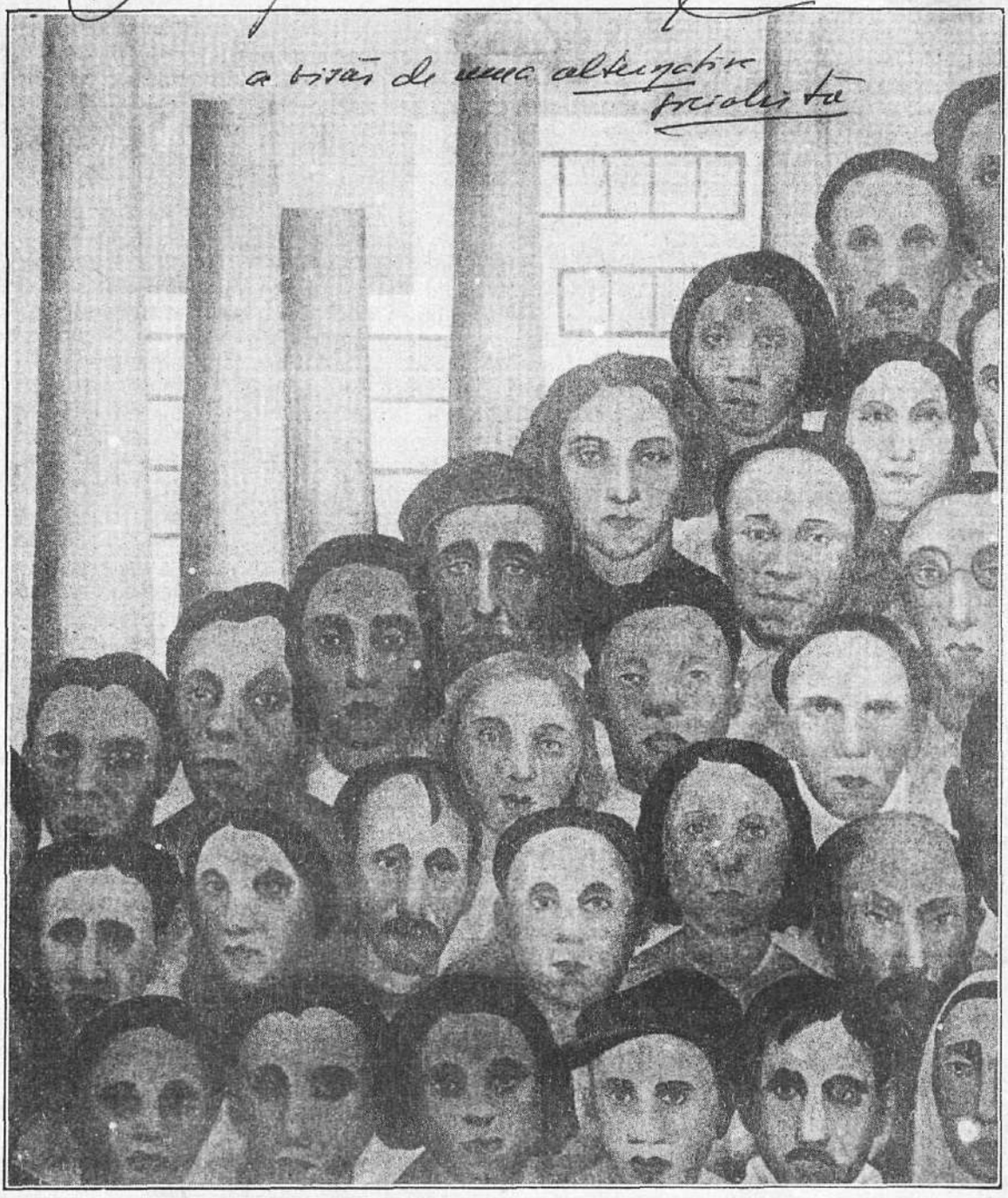
de 1982

GK Ø. TXT. 331, P. 130

# Construir uma alternativa operária e popular

## Proposta para o Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores de São Paulo

**Abril de 1986**



GK.0.TXT.331,p.131

As eleições para o Congresso-constituinte, governadores e Assembléias Legislativas e o "pacote" econômico colocam disputas decisivas, tanto para os rumos da transição burguesa como para os destinos dos que a ela se opõem. O esforço das classes dominantes em consolidar e legitimar o regime de dominação substituto da ditadura militar exige dos oposicionistas que buscam construir uma alternativa dos trabalhadores respostas de nível elevado.

Tendo se transformado, com os resultados eleitorais de novembro de 85, em um partido nacionalmente forte, o PT tem conseguido evitar a marginalização que a burguesia tenta lhe impor, fortalecendo-se com o ascenso das lutas dos trabalhadores em 1985 e passando agora a ter de fazer frente a novos e maiores desafios decorrentes do seu próprio crescimento.

Derrotada a primeira tentativa de segregar-nos a um gueto político (a partir do processo do Colégio Eleitoral), as elites brasileiras passam a adotar uma tática dupla. Por um lado, procuram levar o Partido dos Trabalhadores a se tornar um partido de "ordem", cobrar-lhe aquilo que entendem por senso de responsabilidade, enquadrá-lo em seu jogo político de dominação, domesticar o espírito contestador, lutador, grevista, plebeu, inconformista, que está na origem do PT e em toda sua trajetória. Por outro lado, realizam uma atividade sistemática de desgaste da imagem do partido, explorando episódios negativos isolados como se fossem característicos do PT.

Isto fica claro no caso do assalto a um banco, ato aventureiro e irresponsável que nada tem a ver com o esforço de construção de uma esquerda séria, capaz de contribuir para a transformação social, nem com a política e os metódos de ação a serem seguidos pelo Partido dos Trabalhadores e muito menos com a necessária solidariedade à Revolução Nicaraguense. Desencadeou-se, a partir daí, uma campanha dos adversários do PT no sentido de generalizar a responsabilidade pelo, episódio para todo o Partido, ou para grande parte dele.

Entre os dilemas políticos da hora presente, o "pacote" dos decretos-leis 2.283/84 pode ser caracterizado como a política econômica da Nova República e o segundo grande momento, da transição burguesa, assumindo importância semelhante a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Trata-se, assim, da atitude a ser adotada diante do "pacote": a opção entre negá-lo enquanto totalidade ou praticar aquilo que pode ser chamado de "apoio crítico", ou seja, apoiar com reservas o congelamento de preços e criticar apenas o confisco salarial, agindo por "dentro" do "pacote". Isto envolve uma postura global diante da transição burguesa, da qual o decreto é neste instante a expressão mais concentrada.

A possibilidade de vitória nas eleições para governador em São Paulo dá um significado especial ao programa de governo e da linha de campanha. A conquista do governo no estado mais importante da federação e principal centro de luta de classes no país é algo decisivo para os rumos do PT e da luta dos trabalhadores, influenciando marcadamente a transição. As opções são cruciais: fazer uma campanha à esquerda, politizada, incisiva, polêmica e de luta, com uma forma moderna e criativa a serviço deste conteúdo, ou uma campanha próxima de uma posição de centro-esquerda, moderada, pouco politizada e em que o conteúdo muitas vezes se sacrifica à forma? Uma campanha voltada fundamentalmente para os contingentes mais avançados (e que são numerosos) do eleitorado operário e popular, para a juventude inquieta e para as camadas esclarecidas da classe média, ou para os segmentos conservadores desta mesma classe média?

O processo constituinte, por sua vez, permeia os posicionamentos políticos em relação ao "pacote" e as eleições para governadores. Representa um elemento fundamental no projeto de transição, com o qual os "de cima" pretendem institucionalizar, referendar e estabilizar o novo regime político burguês. Tratando-se da Lei Maior, que se propõe a regular um conjunto diversificado e abrangente de relações sociais — políticas, econômicas, ideológicas, morais, culturais etc. — estabelece, por isto, uma disputa entre projetos globais para a sociedade. Assim a própria evolução do processo político impõe ao PT a definição sobre alguns elementos básicos que envolvem a questão do socialismo. Não como uma necessidade meramente doutrinária ou relacionada essencialmente à nossa dinâmica interna, mas como uma exigência política viva e concreta, voltada para responder à uma questão colocada pela luta.

Abre-se desta maneira um debate envolvendo a proposta de Constituição a ser defendida pelo Partido dos Trabalhadores. Há pontos consensuais no partido quanto à luta pela incorporação na nova constituição de conquistas e avanços no campo das liberdades políticas e das reivindicações econômicas e sociais. Todavia, é preciso ir além e colocar, ao nível da propaganda, a alternativa socialista, incidindo sobre pontos que negam a propriedade privada capitalista e a ordem social burguesa, contrapondo-se concretamente aos elementos doutrinários do direito constitucional burguês no próprio palco do Congresso-constituinte, mesmo sabendo desde logo que tais pontos serão rejeitados e qualificados de "irrealistas", "radicais" etc. Situar-se nos marcos do capitalismo, advogando apenas reformas ampliadas do sistema, as quais se sabe também de antemão que serão derrotadas, nos limitaria a uma defesa genérica e vaga do socialismo, à margem da disputa constitucional. Além disso, a Constituição proposta pelo PT deve incorporar exigências progressistas no plano dos costumes sociais. Como a legalidade do aborto, a abolição da censura política e moral, a ampliação do direito ao divórcio, a liberdade individual de opção sexual sem discriminações etc.

A conjuntura, pois, requer do PT respostas políticas elaboradas, visão ampla, horizontes largos e consciência da necessidade de unidade, mesmo com diversidade de opiniões, para enfrentarmos desafios e adversários grandes. O referencial principal deve estar fora, nas lutas, em função das quais debatemos e disputamos rumos. O internismo, a priorização da disputa interna sem situá-la politicamente, prejudica não esta ou aquela posição, mas todo o partido.

A exigência de respostas políticas precisas traz consigo a necessidade de mecanismos de elaboração coletiva cada vez mais desenvolvidos. O debate de idéias, a disputa de posições, deve ser fator de enriquecimento da política do partido. Neste sentido, o correio é o que os alinhamentos se proces-

GK.9.TXT.331,p.132

sem com base na discussão política, variando conforme a dinâmica partidária, refletindo a polarização interna central em cada momento político. Assim, deve-se evitar equivocos como o ocorrido por ocasião da eleição no Colégio Eleitoral, quando a participação ou não neste não foi a base para a constituição das articulações.

A existência de uma articulação majoritária estruturada em caráter permanente, constituída ela própria de diversas correntes de opiniões, com o estabelecimento, na preparação de cada Encontro Estadual, de uma sistemática de reuniões suas com o caráter de verdadeiras convenções, nas quais são resolvidas previamente as questões e é fechada uma proposta que em seus pontos fundamentais já se constitui por antecedência na deliberação final do Encontro representa um esvaziamento do substrato desta instância deliberativa maior do partido.

O Encontro Estadual não pode ser visto como uma mera aferição de forças entre articulações cristalizadas. A apresentação de propostas políticas não deve significar necessariamente uma estratificação de campos, pois isto elimina a possibilidade de que através do debate, da luta das idéias, surjam redefinições e realinhamentos, dentro do próprio processo do Encontro, com o aparecimento de novas propostas e, eventualmente, outras chapas.

A regra estabelecida, que impõe o registro das propostas e chapas antecipadamente, sem possibilidade de alterações, originou uma luta pelos direitos mínimos para as minorias. Disto surgiu o critério que garante participação proporcional no Diretório a todas as chapas que obtiverem 10% dos votos. E, recentemente, estabeleceu-se a presença de um representante de cada uma destas chapas minoritárias na Executiva. Porém, continua sendo negado o critério da proporcionalidade nesta instância.

Nos Encontros Distritais e Municipais manifestam-se as mesmas limitações no processo de elaboração e deliberação coletivas, restringindo a participação dos filiados no debate partidário.

O próprio mecanismo dos Encontros faz com que as disputas se concentrem na votação, com pouca ou nenhuma discussão política.

Na realidade, esses procedimentos têm uma lógica e expressam uma concepção. No fundo, predomina na articulação majoritária o entendimento de que ela, e só ela, é o verdadeiro PT. Consideram a minoria como não-PT e anti-PT, pretendendo levá-la a uma situação de autonegação ou de exclusão. Por isto, a maioria transfere para o seu interior os mecanismos realmente democráticos e de convivência partidária. E faz dos Encontros, que devem ser a interação do todo partidário, um processo de simples homologação das suas próprias posições pré-estabelecidas.

Entretanto, o conteúdo essencial do PT é definido pelo seu papel político na sociedade, o qual, por sua vez, é dado pelas posições que o partido toma em relação às grandes questões do processo político, econômico e social. A condição de petista está ligada fundamentalmente à participação na construção coletiva destas posições políticas que se constituem nos grandes marcos de trajetória do partido, e no compromisso prático de luta por estas posições. Ser PT é, acima de tudo, estar nas greves e movimentos populares, defender o fortalecimento de um sindicalismo classista que tem na CUT sua expressão nacional. É batalhar pela independência política dos trabalhadores, opor-se ao "pacto-social", ao governo Sarney, à Nova República e à transição burguesa. É contestar o "pacote" econômico de confisco salarial e exigir medidas de fundo em relação à dívida externa, ao FMI, à Reforma Agrária, à liberdade política, às condições de vida e trabalho da maioria da população. Ser PT, no atual momento político é, antes de mais nada, buscar respostas lúcidas, avançadas e corajosas para o "pacote", para as eleições de governador e para o processo constituinte. Ser PT é estar presente nos núcleos, nos diretórios, nos Encontros, participando do esforço coletivo de construção dos organismos partidários, dinamizando-os. E é defender o partido dos ataques que ele sofre das classes dominantes, hoje mais intensos do que nunca.

**ANOTAÇÕES:**

GKØ. TXT. 331, p 133

## A transição burguesa e a alternativa dos trabalhadores

O pano de fundo da atual conjuntura é a continuidade da transição burguesa, que procura consolidar a Nova República colocando em ação mecanismos mais sofisticados de "controle social", através dos quais visa conter a atividade dos explorados e oprimidos, canalizando-a para os marcos do jogo político de sustentação do novo regime. O objetivo central que se coloca, em contrapartida, é desenvolver a independência política do movimento operário e popular, constituí-lo em uma ampla e poderosa força política organizada, com objetivos próprios, e, por meio da sua ação, impedir a consolidação da Nova República como um regime político legitimado aos olhos das massas, que possa enquadrar as aspirações de mudanças dos trabalhadores em instituições de dominação sólidas.

A linha do governo Sarney desde sua posse assumiu um sentido eminentemente conservador. A legislação eleitoral e partidária foi reformulada na medida exata dos interesses da política burguesa tendo em vista o processo constituinte. A "reforma agrária" — na realidade mera aplicação do Estatuto da Terra — que chegou a ser pensada com algum alcance para neutralizar os focos de radicalização do movimento camponês, criar mais bases de apoio da Aliança Democrática no meio rural e atender a certos objetivos modernizadores de parcela da burguesia — acabou sendo esvaziada para não contrariar os latifundiários. Durante 1985, a política econômica do governo foi marcada por insucessos e indefinições face às pressões dos credores externos, o crescimento da inflação, a perda da eficácia dos mecanismos tradicionais de controle econômico pelo Estado. Teve de se confrontar com um amplo e profundo processo de lutas, que acumulou importantes vitórias. As eleições de novembro refletiram esse desenrolar e evidenciaram, por um lado, a crescente erosão da base de apoio da Aliança Democrática junto à população, com o deslocamento de grande contingente dos eleitores para o voto no PT e no PDT, e, por outro, a profundidade das tensões nas relações entre o PFL e o PMDB, bem como no interior deste último. Este acentuado desgaste do governo, produto da frustração das expectativas populares de mudanças, não pararia no 15 de novembro. Tendia a se aprofundar, como resultado da imagem do novo ministério, ostensivamente conservador, no qual predominam velhos expoentes da ditadura militar.

No início deste ano, o quadro que parecia se desenhar era de uma importante perda de controle do processo de transição. Fracassaram todas as propostas de pacto social. Fortaleceu-se nas lutas sociais de 85 e no processo de construção da CUT um significativo pólo de massa não-integrado à dinâmica de implantação da Nova República, que se referenciou no PT nas eleições. Foram mais de 6 milhões de grevistas no país e o Partido teve mais de 1,4 milhões de votos, vencendo em Fortaleza e sendo majoritário em Goiânia, onde foi lesado por fraude [illegible] a perspectiva para 86 era de uma grande vaga grevista e de uma nova derrota eleitoral. O governo e as classes dominantes, conscientes dos riscos que corriam, necessitavam retomar a iniciativa política, criando um quadro que lhes fosse mais favorável, em um ano político decisivo, de eleições para o Congresso-constituinte e para governadores.

O "plano de estabilização econômica" baixado em 28 de fevereiro representa uma contra-ofensiva da burguesia na luta de classes, visando estabilizar economicamente o capitalismo, coesionar os setores dominantes e recuperar apoio popular para a Nova República. Os setores avançados do movimento operário e popular, fundamentalmente o campo da CUT e do PT, voltam a se deparar com uma situação de dificuldades, de relativo isolamento. Ao lado disso, a burguesia desencadeou uma campanha extremamente dura de desgaste e isolamento do PT através dos meios de comunicação de massa. Contudo, pouco tempo depois da decretação do "pacote econômico", surgem as primeiras greves contra seus efeitos de confisco salarial.

A questão chave neste momento é a resposta dos trabalhadores às condições criadas pelos decretos-leis 2.283-84, tanto nas lutas sindicais quanto na luta política e a resposta ofensiva às agressões. Mas não podemos perder de vista que o "pacote" e a campanha de difamação contra o PT visam criar um quadro econômico e político mais favorável para a burguesia na disputa eleitoral e no processo constituinte, que são as disputas centrais da conjuntura política.

A construção de uma alternativa dos trabalhadores passa pelas respostas políticas aos desafios colocados pela conjuntura: o "pacote econômico", o processo constituinte e a escolha dos governadores e assembléias legislativas, pelo fortalecimento do PT e da CUT e pelo desenvolvimento das lutas de massas.

Trata-se de constituir, neste processo, eminentemente político, um campo operário e popular à esquerda, de oposição ao governo, ao regime e à transição, consciente de seus objetivos próprios (expressos em uma plataforma que se traduza em um conjunto de propostas constitucionais, em um programa alternativo de governo estadual e em reivindicações sindicais), organizado pela base no PT e na CUT, e que atue no cenário político do país por meio fundamentalmente de mobilizações de massa, tendo presente em seu interior uma clara posição socialista, com um forte sentido de independência em relação à burguesia. Um poderoso e atuante contingente não-integrado à transição burguesa e que atue no sentido de impedir a consolidação de um regime conservador no país.

**ANOTAÇÕES:**

GK 0-TVT. 331, p. 134

# A luta contra o pacote

1. Em 28 de fevereiro, agindo de surpresa, com base em um instrumento herdado da ditadura militar — o decreto-lei — o governo Sarney impôs uma nova política econômica e salarial, sem que os trabalhadores pudessem se posicionar previamente. E foi desencadeada uma intensa campanha de opinião pública, pelos meios de comunicação de massa, no sentido de criar a idéia de uma unanimidade nacional a favor do "pacote", instaurando um clima de intimidação intelectual e de estigmatização em relação àqueles que se opusessem ao decreto-lei.

2. Estava em curso um processo de inflação cada vez mais alta, aproximando-se de uma hiper-inflação, com sérios transtornos para a economia capitalista e amplo descontentamento da população. Nestas condições, o governo enfrentava dificuldades políticas, com perdas de apoio político e popular. Isso em um ano eleitoral em que está em disputa o processo constituinte, peça-chave na transição.

3. O "pacote" revelou a capacidade das classes dominantes de retomar a iniciativa e fazer uma contra-ofensiva. Mas não partiu de um governo que estivesse politicamente forte, nem se deu em um quadro em que este contasse com ampla liberdade de opções econômicas e políticas. O decreto-lei traz em si não apenas a considerável margem de manobra de que ainda dispõe a burguesia, mas leva também a marca da urgência, de uma certa dose de improvisação, e da necessidade de levar em conta as pressões dos movimentos sociais. Num primeiro momento, a medida obteve apoio popular amplo e seus opositores têm enfrentado o risco do isolamento. Porém, seu resultado político a médio prazo é algo que será decidido no terreno da luta de classes.

4. A inflação não tem apenas causas monetárias ou conjunturais. Possui raízes profundas, estruturais: a ação dos monopólios, a dependência do imperialismo, o sistema do latifúndio. O "pacote" não toca nas mesmas. Ataca somente os mecanismos anteriores de realimentação e reprodução ampliada do fenômeno inflacionário. Apesar da propaganda em contrário, seu objetivo real não é eliminar completamente a inflação, a sim baixá-la de patamar e mantê-la sob um certo controle.

5. A política de choque heterodoxo anti-inflacionário, prevê quatro eixos: reforma monetária; medidas de desindexação; congelamento temporário dos preços; descongelamento progressivo, até a total liberdade de preços.

6. O congelamento de preços, apresentado pelo governo como sendo geral, abrangente e duradouro, é parcial, limitado e de curta duração. Os itens cujos preços acham-se tabelados são algumas centenas, para centenas de milhares existentes no mercado. O congelamento não atingiu os preços das frutas, verduras e hortaliças, dos preços de oferta dos imóveis para aluguel e para venda, dos serviços prestados por autônomos (médicos, dentistas, advogados, eletricistas, mecânicos etc.), do vestuário. Nestas condições, passado o mês de março, o custo de vida, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, subiu 1,54% na primeira semana de abril e 0,28% na semana seguinte.

7. O congelamento foi feito com base nos preços do dia 27 de fevereiro, pelo seu valor mais alto, pelo pico.

8. O preço do próprio dinheiro, isto é, a taxa de juros, não foi objeto de congelamento e apresenta índices bastante elevados, mantendo a situação privilegiada dos bancos, embora com alguma redução na sua lucratividade. Os bancos estão demitindo em massa e impuseram a cobrança de tarifas aos usuários para todas as operações bancárias.

9. Os mecanismos de controle de preços pelo Estado são muito precários. Há 1.500.000 pontos de venda registrados no Ministério da Indústria e Comércio e a SUNAB tem apenas algumas dezenas de fiscais, além da corrupção.

10. O congelamento previsto no decreto-lei 2.283 é por tempo indeterminado, significando que terá curta duração, ao contrário do que dava a entender a campanha nos meios de comunicação. As principais autoridades econômicas do governo explicaram que o congelamento é temporário e que, em seguida, haverá o descongelamento, ficando a economia entregue às chamadas leis do mercado. Obedece a uma teoria neo-liberal, que desconhece a estrutura de preços altamente oligopolizada desta economia e o papel econômico do Estado.

11. Este congelamento difere substancialmente do congelamento defendido, historicamente, pelo movimento operário e popular. O que se reivindicava era um congelamento dos preços dos ítens de primeira necessidade e por um longo prazo, associado a um aumento do valor real dos salários. Tratava-se de um número mais limitado de ítens essenciais, mais facilmente controláveis e passíveis de terem o abastecimento garantido.

12. O "pacote" impõe uma nova política salarial que significa um confisco de salário. Os trabalhadores tinham como direito adquirido a reposição periódica de toda a perda salarial correspondente à inflação acumulada desde o último reajuste. Assim que era fixado um novo valor do salário ele começava a perder poder aquisitivo devido à inflação. Mas, a posição dos assalariados era de que essa perda devia ser integralmente recuperada e corrigida no próximo reajuste. Ou seja, para o trabalhador, o valor mínimo do seu salário, a ser preservado em relação à inflação, era o valor do momento do último reajuste. Todavia, o decreto-lei 2.283 adota o conceito de valor real médio dos últimos seis meses, pretendendo legitimar, consolidar e tornar definitiva uma parte da perda salarial ocorrida entre setembro/85 e fevereiro/86.

13. Além da recuperação e preservação do valor real do salário correspondente ao momento do reajuste anterior, os trabalhadores, durante 1985, lutaram pela reposição das perdas salariais acumuladas durante os 20 anos de ditadura militar. O "pacote" não apenas significa um confisco salarial, como pretende tornar consolidadas e definitivas também estas outras perdas anteriores, impedindo aumentos reais dos salários.

GK.D.TXT.331,p 135




14. O governo da Nova Repúlbica, que se diz democrático, impôs uma nova política salarial por meio do ditatorial decreto-lei, passando por cima do Congresso, e agindo da mesma maneira que o governo Figueiredo no encaminhamento das questões de salários. A alegação de que era necessário o sigilo e a surpresa, sob pena de haver uma grande remarcação de preços à véspera do congelamento não se aplica aos salários, simplesmente porque os trabalhadores não têm poderes para aumentar por sua conta o preço da sua força de trabalho. O governo agiu por meio do decreto-lei por uma opção política, para evitar que o movimento sindical e as forças políticas tivessem condições de se opor à vigência do "pacote".

15. Passado o efeito da grande campanha de opinião pública da burguesia, a população trabalhadora vai se dando conta de que o decreto-lei 2.283 não traz nenhuma melhora significativa das suas condições de vida e de que não era exatamente aquilo que estava sendo propagandeado. Constata que uma série de preços sofrem aumentos. As categorias mais atingidas tomam consciência direta do confisco salarial sofrido. Surgem as primeiras greves contra os efeitos do "pacote", que desempenham a função de quebrar o clima de "união nacional" e levantam questionamentos ao "plano de estabilização econômica". Quando for introduzido o descongelamento dos preços, haverá a dupla constatação de que o tabelamento não era de longa duração e de que os preços sobem sensivelmente, enquanto os salários permanecem congelados.

16. Uma grande lição a ser tirada é que o movimento operário, sindical e popular deve lutar simultaneamente por aumento salarial e controle efetivo dos preços. As duas coisas formam uma totalidade. A relação salários-preços é o que determina o nível de vida da população trabalhadora.

17. O "pacote" é uma medida do governo conservador de Sarney e das classes dominantes contra os interesses fundamentais dos trabalhadores e do povo. Visa criar condições propícias para a estabilização econômica e política do capitalismo. Introduz uma relação salários-preços que não significa um avanço nas condições de vida dos assalariados. Tenta fazer valer por decreto a relação capital-trabalho que antes era buscada via pacto social. Procura colocar na defensiva e no imobilismo as forças políticas de oposição e o movimento sindical, que haviam conquistado terreno em 85. Pretende recoesionar as bases de sustentação político-partidária e eleitoral da Aliança Democrática, recuperar apoio popular para o governo, isolar as oposições situadas à esquerda e possibilitar a formação de uma ampla maioria conservadora e pró-Nova República no Congresso-constituinte. O congelamento de preços nele contido é uma medida enganosa, limitada, parcial e temporária. Ele não coincide com a tradicional reivindicação de congelamento dos preços dos ítens de primeira necessidade, por prazo longo e com garantias de controle e abastecimento.

## A resposta dos trabalhadores

O governo atingiu unificada e simultaneamente o conjunto dos assalariados. Cabe ao movimento articular uma resposta também unificada nacionalmente, e não apenas por meio de lutas isoladas das várias categorias.

Deve ser estabelecido um conjunto de reivindicações e um plano alternativo. A exigência do cumprimento dessas reivindicações é a base para a mobilização nacional que deve ser construída.

A resposta dos trabalhadores deve considerar, então:

### Nenhuma perda salarial, nada de arrocho

É necessário que o conjunto dos assalariados enfrente a reforma monetária, sem aceitar sofrer qualquer confisco salarial.

GK.0-TXT.331, p.136

# O PT e a luta pelo socialismo

A evolução do processo político cobra do PT a definição dos pontos básicos sobre o socialismo, pelo qual vem se propondo a lutar. Isto se coloca de uma maneira nova em função das questões levantadas pelo processo constituinte, o qual põe na ordem do dia a contraposição entre projetos globais para a sociedade.

Na passagem do feudalismo para o capitalismo, assim como em vários momentos fundamentais do desenvolvimento histórico anterior, o novo modo de produção surge, cresce e se torna predominante no interior da velha sociedade. E a transformação política representa o coroamento de um processo iniciado na economia. No caso do socialismo é diferente. Este não surge economicamente dentro do capitalismo. Constitui, isto sim, uma potencialidade e uma possibilidade. É um ideal, pelo qual se luta. O primeiro passo consiste na ruptura política, na destruição do velho Estado e a criação de um novo poder, o qual introduz e garante a propriedade socialista dos principais meios de produção e relações de produção inovadoras.

Nenhuma transformação social na história se deu sem uma ruptura, sem um movimento de luta e de força das classes progressistas, impondo a sua vontade às antigas classes dominantes. Trata-se, então, de identificar as forças sociais capazes, pela sua posição na sociedade, de atuar como agentes da transformação social, forças que, já atualmente, são a base e o motor das principais lutas de sentido progressista.

O processo de desenvolvimento capitalista-monopolista dependente e as lutas de classes dos últimos anos revelam o papel central de duas classes: a burguesia e o proletariado. A classe operária, setor mais homogêneo do proletariado, resulta do desenvolvimento do capitalismo, que a concentra em grandes unidades produtivas e centros urbanos. É o contingente mais facilmente mobilizável e, principalmente, organizável. De fato, as lutas operárias têm sido em geral o carro-chefe de todo o movimento de massas no país, desde o final dos anos 70.

As camadas médias do campo e da cidade apresentam um potencial de engajamento na luta pela transformação social que depende de sua proximidade com a burguesia ou com o proletariado. Os setor médios proletarizados ou em processo de proletarização — que são a maioria e incluem os camponeses pobres e remediados — tendem a assumir a luta transformadora. Já os segmentos médios superiores, privilegiados, encaminham-se no sentido de uma posição pró-burguesa, quando muito reformista, constituindo a principal base de massa de sustentação político-eleitoral da Nova República. Esta diferenciação no interior das camadas médias, que está presente concretamente no processo das lutas sociais e na vida política brasileira, diz respeito às características estruturais da nossa sociedade. Isto tem importantes implicações políticas, ao se definir, por exemplo, se a campanha eleitoral do PT deve se propor a ganhar toda a classe média, ou apenas parte dela.

A transformação que se coloca na sociedade brasileira é socialista. Ela deve ter por objetivo a socialização, sob controle direto dos trabalhadores, de todo o capital monopolista (grande indústria, grande comércio, sistema financeiro, serviços principais, comércio exterior, grande empresa rural, etc) e a Reforma Agrária radical em relação aos latifúndios. Isto abarca todos os ramos chaves da economia, colocando nas mãos dos trabalhadores aquilo que é principal no sistema econômico. Ninguém no PT defende a socialização de uma só vez de todo o capital, incluindo o pequeno e o médio. Mas não existe em nosso país uma etapa intermediária entre o capitalismo e o socialismo. E a luta socialista não pode ter como parâmetro político central as camadas médias em geral, e o pequeno e médio capital em particular.

O socialismo exigirá a expropriação dos exploradores associados. Requererá, para sua defesa, de uma ação de controle, contenção e coibição das atividades contra-revolucionárias praticadas pela antiga minoria exploradora e opressora, inconformada com a perda de seus privilégios. O socialismo propiciará a plena liberação das energias criativas do povo trabalhador e a expansão incontida do desenvolvimento das forças produtivas, eliminando a penúria. Neste período, onde ainda se tem recursos limitados, as regras de distribuição darão a cada um uma participação nos frutos da riqueza social proporcional à sua contribuição. Numa fase superior, com o fim das classes sociais, a extinção do Estado e a emancipação da humanidade da miséria material, entraremos numa nova era da história, que criará as condições para o desenvolvimento pleno de todos os indivíduos.

Um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de idéias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade e tenham consistência para fundamentar a construção de uma nova "legitimidade", contraposta à burguesa. Isto tem um peso fundamental na medida em que as propostas políticas (no sentido estrito que se dá ao termo, como ligadas à disputa dos rumos do Estado) constituem apenas o esqueleto das idéias que coesionam um grupo social e têm que ser reforçadas e completadas no sentido de uma visão de mundo global.

O projeto socialista deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como das mulheres e dos negros, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia, engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação do país e construir uma sociedade efetivamente nova. Deve, também, incorporar movimentos de caráter cultural, nacional ou ambiental. Deve, por fim, incorporar elementos de contestação dos mecanismos não-estatais de dominação da burguesia, traduzindo em atividade política concreta, o questionamento, por exemplo, do monopólio burguês dos meios de comunicação de massa e da família patriarcal (ou da forma particular que ela assume no capitalismo, a família nuclear, que faz um corte radical entre as esferas pública e privada da existência social), mecanismos vitais para a reprodução, entre outros elementos, da ideologia e dos valores fundamentais da burguesia.

Este conjunto de percepções constituem componentes indispensáveis hoje à constituição de uma visão de mundo e de uma prática política efetivamente libertária. O socialismo se tornará um propósito muito mais poderoso e influente se for mais do que uma democracia política e econômica, sendo compreendido como um novo modo de vida,

GK.Ø.TXT.331/p.137



baseado numa visão de mundo profundamente crítica e humanista, qualitativamente superior a tudo que o capitalismo pode oferecer. Algo que possa responder a toda uma série de necessidades sentidas, em graus variados, por todos. Temos que difundir uma perspectiva realmente emancipadora, reforçando a credibilidade das massas trabalhadoras no ideal libertário socialista.

O socialismo que almejamos deve também estar ligado à idéia que esta luta é internacional. Esta é uma dimensão da política socialista que o PT deve assumir, num momento em que a internacionalização do capital e da política imperialista são maiores do que nunca e numa situação onde ela tem e terá uma grande importância para o destino da transformação socialista no Brasil. Isto já pode ser percebido claramente hoje, quando recebemos o impulso positivo da revolução da América Central, e em particular na Nicarágua.

Somente poderá conquistar uma credibilidade inquestionável frente ao conjunto dos explorados e oprimidos um projeto socialista que não apenas consiga transmitir para as massas uma percepção muito concreta de que ele representará mudanças efetivas na sua vida cotidiana — na educação, na saúde, no direito ao emprego, no direito à moradia, no lazer, na situação das mulheres etc — mas também representará uma forma superior de democracia que, assegurando liberdades políticas amplas à população trabalhadora, se baseie em órgãos de representação direta da mesma. Terá que ser profundamente democrático e anti-burocrático em todos os seus componentes, começando a se materializar na prática que desenvolvemos hoje, nos métodos de atuação, no combate às relações manipulatórias e paternalistas com o movimento, no método de construção partidária e nas relações cotidianas que se estabeleçam em seu inteior, na prática permanente da democracia em todas as esferas, etc.

Estas posições, por um lado, estimulam e facilitam a auto-organização do proletariado na luta e aumentam a sua força na sociedade e, por outro, tem um papel fundamental no destino do poder e da sociedade que emergir de um processo transformador. O combate consciente às deformações burocráticas será um elemento decisivo na construção do socialismo.

A autonomia entre órgãos de massa, Estado e partido, a liberdade de organização político-partidária para as massas trabalhadoras, direitos políticos e sociais amplos para estas massas, incluindo os direitos das mulheres e dos homossexuais, o socialismo como um novo modo de vida e não somente justiça social, a estruturação do Estado socialista com base em órgãos de democracia direta, têm uma importância decisiva no sentido de capacitar os trabalhadores a, tendo conquistado o poder, mantê-lo em suas mãos.

**ANOTAÇÕES:**

GK.Ø.TXT.333,P.138

# Os novos desafios na construção do PT

1) O P.T. conheceu, em 1985, um grande crescimento eleitoral. Paralelamente, expandiu-se a sua base social potencial, refletindo as amplas mobilizações de massa.

Estes resultados determinaram que o PT deixou de ser um partido que tinha base apenas em São Paulo para se transformar em um partido nacional.

2) Este quatro coloca grandes desafios, que têm que ser superados positivamente. O primeiro deles é a necessidade de o PT organizar essa base social, incorporando na vida partidária os setores que já têm alguma consciência política. A elevação do nível de atividade dos movimentos de massas produziu no último período, um grande número de ativistas, em particular, no movimento sindical. Esta camada de militantes, que é a espinha dorsal do setor organizado dos trabalhadores, não tem tido uma participação ativa no partido, encontrando sérias dificuldades em compartilhar sua militância com a atuação no interior da atual estrutura de núcleos e diretórios. Ao lado disso, o partido tem que alterar a qualidade das relações que estabelece com a massa de filiados, no sentido de que participem na vida do PT, de acordo com o seu nível de consciência e engajamento, que é inicial.

3) O PT precisa adotar uma posição polarizadora na defesa de suas propostas. Na medida que o partido passa a atingir setores menos avançados, trabalhamos com uma camada mais susceptível às pressões da burguesia. O PT não pode se deixar levar pela instabilidade e flutuações de posições destes setores, mas, pelo contrário, deve se constituir, perante eles, em uma referência política afirmativa e educadora. As campanhas eleitorais, programas de televisão e os posicionamentos dos dirigentes e parlamentares do partido devem ser momentos privilegiados para a difusão destas posições.

4) O Partido deve construir um processo superior de formulação de políticas e definição de posições, que permita atingirmos um novo patamar de coesão políticas e unidade de ação. As instâncias de deliberação do PT têm muitas vezes se esvaziado devido à postura de algumas correntes e em particular da articulação majoritária, de realizar a elaboração política fundamental à parte, fora das instâncias partidárias, chegando à muitas vezes às deliberações decisivas, que depois são simplesmente formalizadas em pré-convenções ou reuniões de diretórios.

O esforço de superação destas problemas deve se materializar em iniciativas político-organizativas do partido em três áreas:

## nucleação, trabalho dos diretórios e pré-convenções

O PT tem como uma de suas principais tarefas oferecer um espaço de participação e ação política para amplas parcelas das massas trabalhadoras que despertam para a vida consciente. As relações com os filiados, primeiro passo para a sua incorporação nas atividades do PT, devem ter um caráter politizador e impulsionador da formação de uma consciência avançada e não de constituição apenas de uma base eleitoral. Os núcleos devem ser concebidos como centro de gravidade desse processo de articulação ampla de filiados. O partido necessita construir mecanismos de contato permanente com estes filiados (jornais, correspondência, fichários, convocações, etc) e empreender iniciativas que politizem e estreitem seus vínculos com o partido (festas, debates, cursos palestras, etc). Os diretórios devem ser centros dinâmicos voltados para a ação política e se constituir em referências para a população trabalhadora do local.

Este processo deve ser acompanhado da mudança dos esquemas de pré-convenções, incorporando como norma os diretórios receberem propostas de resoluções políticas, que devem ser divulgadas com antecedência (por exemplo, 15 dias). Neste período, e até o dia da pré-convenção, serão organizados debates entre as propostas. O regimento interno deve ser alterado de modo a permitir a recomposição de chapas a partir do resultado das discussões políticas realizadas na própria pré-convenção, valorizando-as como fóruns totalizadores e soberanos de deliberação política. Devemos, por fim, alterar o esquema atual de pré-convenções, combinando participação numerosa e politização.

O desafio maior no campo da organização é, generalizar a nucleação, base fundamental da ação política do partido e instância de organização das parcelas atuantes dos trabalhadores. Aí assume hoje importância particular ganhar para a participação e a militância camadas cada vez maiores de ativistas do movimento sindical que estão se formando nas lutas de massa. Os núcleos por categoria e local de trabalho podem e devem ter um papel chave nisso, implantando o partido em cada setor profissional, organizando o PT não apenas por critérios geográficos mas também sociais. Mas, para que isso aconteça, o regimento interno terá que ser alterado, dando aos núcleos de categoria, uma representação adequada no processo de deliberação no interior do partido.

## ter em vista organizar grandes campanhas políticas

O crescimento da base social potencial do P.T coloca para o partido a questão de empreendermos iniciativas políticas capazes de polarizar esta ampla área de influência, colocando-a em movimento, mantendo-a mobilizada e fazendo-a agir sobre a "opinião pública" (podendo, em alguma medida, servir de contrapeso às manipulações e campanhas contrárias da burguesia). Esta necessidade é tanto maior na medida em que entramos em um processo político decisivo e as classes dominantes estão mobilizadas para golpear de todas as formas possíveis o PT.

Isto coloca como prioridade construir instrumentos capazes de impulsionar estas iniciativas — em particular uma ágil imprensa de massa, capaz de atingir pelo menos a grande maioria dos filiados e simpatizantes do partido, e dar-lhes orientações sobre os problemas políticos centrais a cada momento.

## construir direções coletivas e a unidade do partido

O PT é um partido de massa, que incorpora correntes diferenciadas, com origens e trajetórias distintas, correntes de sindicalistas, de militantes ligados à Igreja, de marxistas independentes e de

GKD. TXT. 221. fl. 127
GKD. TXT. 331, p. 139

comunistas organizados. Esta diversidade é característica do partido e o enriquece.

Tem cumprido um papel fundamental no fortalecimento de seu caráter de massas, refletindo as diferenciações político-ideológicas existentes no interior dos trabalhadores e das classes populares.

Todas as articulações e chapas que disputam este encontro estadual são PT e constroem o PT.

O PT deve ter núcleos e direções que funcionem de modo coletivo, que elaborem e apliquem coletivamente a linha política. É natural que as diversas articulações e correntes políticas organizadas se reúnem separadamente para discutir e aprofundar as suas posições e propostas para o partido. Contudo, isto só contribuirá para a unidade do PT na medida em que não sejam esvaziadas as suas instâncias regulares, em que o centro da discussão e deliberação política do partido esteja realmente nestas instâncias, em que as várias posições políticas interajam partidariamente. Um esforço permanente deve ser feito neste sentido. Os diretórios devem ser direções coletivas, tanto as maiorias quanto as minorias.

Uma questão de importância fundamental para a formação de direções coletivas, para a integração de todas as correntes no esforço de construção do PT, é a da extensão do princípio da representação proporcional até as executivas, que exercem um papel decisivo na direção cotidiana. executivas assim constituídas terão maior capacidade de centralização política, de favorecer a unidade do partido.

Os cargos em diretórios e executivas devem ser preenchidos por integrantes das chapas que alcançarem 10% dos votos no respectivo encontro, obedecendo ao critério da proporcionalidade. Em casos excepcionais — de condutas politicamente injustificáveis que exponham o partido a ataques da burguesia e da repressão — haverá direito de veto aplicável pelo encontro.

Outra questão que deve ficar clara para que um partido diversificado como o PT aumente sua unidade é a do esforço para que o conjunto dos militantes se oriente pelas deliberações do partido. Neste sentido, consideramos positiva a posição ao Encontro Estadual de São Paulo de agosto de 1985. "no que diz respeito à nossa concepção de democracia interna, trata-se de travar um combate político para garantir o cumprimento das deliberações democraticamente tomadas por todos os filiados, consideradas sem discriminações nem privilégios".

Ou seja, a luta pela aplicação unitária das decisões partidárias deve ser uma luta **política;** as decisões cujo cumprimento pode ser exigido a todos os filiados são as tomadas **democraticamente;** e não deve haver neste plano **nem discriminações nem privilégios.**

Os filiados tidos como ligados a correntes, assim como todos os demais, devem, no PT, ser objeto de uma relação política estabelecida com base em suas posições e práticas enquanto petistas, tendo como referencial a linha e as normas do Partido dos Trabalhadores. Não sendo o PT, apesar da sua diversidade político-ideológica, uma frente orgânica de correntes, membros seus não podem ser tratados como representantes destas correntes, nem ter as suas posições e condutas enquanto petistas avaliadas em função das supostas implicações de idéias atribuídas às mesmas.

Além disso, devemos compreender que certas questões de grande importância exigem ainda um longo processo de discussão: por exemplo, a respeito das várias visões sobre o socialismo, sobre o caminho da transformação brasileira, etc.

**ANOTAÇÕES:**

GK P. TXT 331/P. 140

# CHAPA "POR UMA ALTERNATIVA OPERÁRIA E POPULAR" — DELEGADOS AO ENCONTRO NACIONAL

1 — José Genoino Neto — PT Butantã, Deputado Federal, Diretório Regional e Diretório Nacional
2 — Ivan Valente — PT São Caetano do Sul, Diretório Regional e Diretório Nacional
3 — João Machado Borges Neto — PT Sta. Efigênia, Executiva do Diretório Regional
4 — Roberto Lajolo — PT Brasilândia, Diretório Nacional e Diretório Municipal de SP
5 — Fernando Turco — PT São Caetano do Sul
6 — José Correa Leite — PT Lapa, Diretório Municipal de SP
7 — Wagner Lino Alves — PT São Bernardo, Vereador
8 — Antônio Sérgio Ismael — PT Sorocaba, presidente
9 — Teresa Lajolo — PT Brasilândia, Vereadora, Diretório Regional
10 — Jefferson Oliveira Goulart — PT Piracicaba
11 — Jorge Leonardo da Paz — PT São Miguel Paulista, Diretório Municipal de SP
12 — Maurício Faria Pinto — PT Santos, Diretório Regional
13 — Maria Alice Borges Ghion — PT Taboão da Serra, Vereadora
14 — Neli Márcia Ferreira Figueira — PT Nossa Senhora do Ó, presidente
15 — Anacleto Vieira da Cruz — PT Santana
16 — Francisco de Souza (Chicão) — PT Sto. Amaro
17 — José Jorge — PT Ribeirão Preto, Diretório Regional
18 — Horácio Neto — PT São Caetano do Sul, presidente
19 — Paulo Eleutério — PT Osasco, Diretório Regional
20 — Cândido Vaccarezza — PT Osasco, Diretório Regional e Diretório Nacional
21 — Dernal Oliveira Santos — PT Carapicuíba, executiva
22 — Cleuza Luiza de Oliveira — PT Diadema
23 — Joaquim Moraes — PT São Caetano do Sul, Vereador
24 — Maria do Carmo Godinho (Tatau) — PT Lapa
25 — Aldo Josias dos Santos — PT São Bernardo do Campo, Diretório Regional
26 — Maray Furnary — PT Butantã, Diretório Municipal de SP
27 — Pedro Pereira do Nascimento — PT Itaquera, Dir. Nacional, Comissão de Ética do Diretório Regional
28 — Antônio Carlos Cordeiro — PT Carapicuíba, Vereador, Diretório Regional
29 — Rudá Ricci — PT Tupã
30 — Iara Bernardi — PT Sorocaba, Vereadora, Diretório Regional
31 — Samira Zaidan — PT Sto. Amaro, Diretório Municipal de SP
32 — Sidney Ibrahim Nahous — PT N. Senhora do Ó
33 — José Luis Leite — PT Casa Verde, presidente
34 — Marisa Heliana Martins — PT Piracicaba
35 — José Leonildes da Silva — PT Taubaté, presidente
36 — Gerson Rozo Guimarães — PT Santos, executiva
37 — Clóvis Ribeiro Andrade — PT São Miguel Paulista, executiva
38 — Roberto Fachini — PT Sta. Efigênia
39 — Daniel Bezerra — PT Santos, executiva
40 — Arquimedes Andrade — PT Diadema, Vereador, Diretório Regional
41 — Martisalem Covas Pontes — PT Lapa
42 — João Alves Filho — PT Santana
43 — Devanir Morari — PT S. Caetano do Sul, Vereador
44 — João Costa Lima — PT Sto. Amaro
45 — Pedro Thomazine — PT Nossa Senhora do Ó
46 — Jair Ghion — PT Taboão da Serra, presidente
47 — Eduardo Cota Guimarães — PT Parelheiros
48 — Edson Albertão — PT Guarulhos
49 — Mariluce Lopos — PT Vila Formosa
50 — Antonio Messias da Silva — PT Cangaíba
51 — José Carlos da Silva (Índio) — PT Osasco, executiva
52 — Romualdo Portela — PT Butantã
53 — Ângela Rao — PT Sta Cecília
54 — Rubia de Toledo Barros — PT Mogi das Cruzes
55 — Américo Tristão Bernardes — PT Butantã
56 — Ednewton Sampaio — PT Diadema
57 — Manoel Mineiro de Souza — PT Itaquera
58 — Jorge Luis Santos Oliveira — PT Sto. Amaro
59 — Ruy Penna — PT Consolação
60 — Denilse Fernandes — PT Perdizes
61 — Francisco Raimundo — PT S. Bernardo do Campo
62 — Maria Luiza — PT Parelheiros
63 — Marcelo Murari Fernandes — PT Tatuapé
64 — Geraldo Ignez — PT Lapa
65 — André Luis Andrade — PT Indaiatuba
66 — Laan Izidoro — PT Sta Efigênia
67 — Dario Barbosa — PT São Caetano do Sul
68 — Haroldo José Fogo — PT Vila Formosa
69 — Umberto Andrade — PT Campinas
70 — Carlos Fuser — PT Tatuapé
71 — Miguel Tadeu de Carvalho — PT Jabaquara
72 — Gilberto da Silva — PT Carapicuíba
71 — Cesar Augusto Carvalho — PT Casa Verde
74 — Aparecida Vieira — PT Santana
75 — Silvana Tamiazi — PT São Caetano do Sul
76 — Sônia Aparecida Merino — Núcleo dos Eletricitários
77 — Rosemberg Gandara — PT Sta. Rita do Passa Quatro
78 — Mario Rodrigues — PT Guaianazes
79 — Ezequiel Barbosa — PT Santana
80 — Antonio Libânio — PT Tatuapé
81 — Lúcio Rogério dos Santos — PT Nossa Senhora do Ó
82 — Antonio Fernando Muniz — PT São Bernardo do Campo
83 — Giovani Arcoverde — PT Ermelino Matarazzo
84 — Ricardo Pitelli de Brito — PT Tatuapé
85 — Maria Isabel Martinez — PT Sorocaba, executiva
86 — Edson Luiz da Costa — PT Osasco
87 — Laerte Moreira dos Santos — PT Vila Nova Cachoeirinha
88 — Inácio de Melo Lima — PT São Miguel Paulista
89 — Maria Benvenuto de Jesus — PT Diadema
90 — Welton Sampaio — PT São Bernardo do Campo
91 — Joselicio dos Santos — PT Tucuruvi
92 — José Antonio de Carvalho — PT Sto. Amaro
93 — Creusa Trevisan Alves — PT São Bernardo do Campo
94 — Wilson Lobo — PT Taubaté
95 — Sinval Passos da Silva — PT Casa Verde
96 — Marcos Delgado — PT Santana
97 — Artur Schiavoni — PT Butantã
98 — Milton Barbosa — PT Taboão da Serra
99 — Luiz Gonzaga da Silva — PT Sta. Efigênia
100 — Nalu Faria — PT Butantã
101 — Sebastião Garcia de Aguiar — PT São Caetano do Sul
102 — Tânia Mara Cruz — PT São Bernardo do Campo
103 — Fausto Furnari — PT Butantã
104 — Eduardo Mota Albuquerque — PT V. Madalena
105 — Carlos Henrique Árabe — PT Sto. Amaro

GEH. TXT. 221 fl. 107
OK.Ø.TXT.331.p. 141

**ANOTAÇÕES:**

5 anos 1980 - 85

OBT

e seus 1os mandatos
- as eleições de 1982
assistiu duas sangrias
a grande crise financeira
de 1983/84

GK.Ø. TXT. 331, p. 142

DA : COMISSÃO DE ÉTICA "Ad Hoc " DO DIRETÓRIO NACIONAL
PARA DIADEMA

AO : DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

# RELATÓRIO E PROPOSTAS DA COMISSÃO DE ÉTICA SOBRE A "CRISE" DO PT DE DIADEMA

SÃO PAULO, 17 DE FEVEREIRO DE 1984

GKØ.TXT.331,p.143

- - INTRODUÇÃO

A lei partidária e nossos Estatutos - e, mesmo até agora, nosso Projeto de Regimento Interno - não definem, com clareza, o que são a ética e a disciplina partidárias. E o pouco que estabelecem é, ainda, muito insatisfatório.

Torna-se difícil na ausência de definições adequadas, determinar as funções de uma Comissão de Ética como a nossa. Estabelecer simplesmente, como o fazem os Estatutos, que cabe à Comissão de Ética apurar violações da disciplina e da Ética partidária, e recomendar penalidades cabíveis, é insuficiente, pelo menos como eixo central de suas atribuições. Traz o risco de graves deformações impositivas, sugerindo as funções de um tribunal superior desligado das condições gerais vigentes no Partido, assim como a ausência (ou a subestimação) do caráter construtivo da crítica e da autocrítica e do papel do Partido como escola de formação e educação de seus quadros e filiados. Abre as portas, ao mesmo tempo, à tentação de "investigar e de julgar", com base na tradição de delegado e escrivão de polícia, ou de juiz todo-poderoso.

Parece-nos claro que a responsabilidade política das medidas punitivas cabe aos órgãos dirigentes - no caso, os Diretórios Regionais e Nacional. Às Comissões cabe, apenas, assessorá-los, já que são órgãos de cooperação, na estrutura partidária. Fora dessa visão, as tarefas de uma Comissão de Ética perderiam seu conteúdo eminentemente político.

Pretendemos ser um Partido de tipo novo, diferente dos demais. Pretendemos ser um Partido democrático, de luta e de massas. Nesse caráter novo de nosso Partido, as questões de ética e disciplina, assim como numerosas outras questões, só ficarão mais claros à base de uma prática demorada.

No âmbito da Comissão de Ética, cremos que, para aprender, teremos que instituir uma prática aberta, não sujeita a uma série de rígidos preconceitos prévios. E, sobretudo, estar preparado para um longo aprendizado coletivo: mesmo porque não temos leis escritas claras, a respeito. Este aprendizado, no entanto, só será possível se a ênfase com respeito as funções da Comissão de Ética fôr centrada, fundamentalmente, sobre o campo político.

Que cabe então, à Comissão de Ética? Cremos que lhe cabe avaliar, com base nos documentos e nas decisões que o Partido elaborou, até agora, o caráter das infrações, sua gravidade maior ou menor e, sobretudo, suas raízes e sua gestação. Fornecer, assim, um embasamento mais amplo, mais profundo, para as decisões do organismo dirigente. A preocupação seria menos "juridica"e mais política, mais dentro da visão do processo e das condições da construção partidária e do empenho prioritário de formação e crescimento dos quadros e do Partido.

E cabe-lhe, também, uma dose substancial de humildade. Não caberia, em nosso PT, atribuir à Comissão de Ética o caráter de um órgão "sábio", "isento" e "infalível". Não se trata de militantes eticamente superiores e clarevidentes. É necessário desmistificar o elitismo e a falsa visão política que levam, constantemente, a escolher para estas comissões, mili -

tantes já "formados" e "sábios".

A nosso ver a Comissão de Ética deve ser formada por militantes como quaisquer outros. Sua isenção deve ser a de militantes conscientes de que devem procurar enxergar as diversas faces da mesma moeda e colocar, claramente, em pauta, as contradições políticas existentes. A Comissão deve, além disso, preocupar-se em mediar e conciliar politicamente, antes de recomendar que se efetuem sanções. Já a decisão final sobre essas últimas, corre por conta do organismo dirigente em questão.

Em conclusão, parece-nos claro que uma das características da Comissão é o aprendizado político - tanto para seus participantes mais experientes como para o conjunto de nossos filiados. Todos estaremos aí aprendendo, uns com os outros, à luz dos casos analisados, sobre o verdadeiro caráter de nosso Partido e sua realidade presente - e cooperando, em conjunto, para clarear as questões políticas atinentes à ética e à disciplina partidária. Nesse espírito - e para atender ao anseio geral de educação política e democracia interna - seria conveniente que as resoluções das Comissões de Ética, acompanhadas de um histórico dos problemas correspondentes e das decisões do Diretório, sejam por este divulgados ao conjunto do PT, em sua esfera de ação. Chamamos, assim, a capitalizar a experiência adquirida e a refletí-la, com os adendos e as correções necessários, no texto do Regimento Interno em fase de discussão. O momento é particularmente oportuno para esses avanços, às vésperas de nossa pré-Convenção Nacional, em abril.

GKØ.TXT.331,p.145
1983

PARTE V: A ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO PT.

Apesar de não ter nascido pronto e acabado, e de ter surgido das lutas sociais, de baixo para cima, com o objetivo de ser um instrumento político dos trabalhadores, o nosso partido enfrenta hoje sérios problemas com relação á sua estrutura e organização.Estes problemas na prática, impedem o PT de decidir e avançar diretrizes políticas e planos de ação para fazer frente á conjuntura política atual;desorganizam a sua atuação no campo popular e sindical e paralizam nossa atuação num momento político especial, quando todos esperam do PT, ação e mobilização, propostas alternativas para a crise, ou seja, num momento onde mais do que nunca é indiscutível a nescessidade do PT.Como partido político dos trabalhadores é democrático porque quem manda nele são as bases; é de lutas, porque está presente não só nas eleições e no parlamento, mas nas lutas do movimento popular, é de massas, porque surgiu para a organização das massas trabalhadoras com o objetivo de construir uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Passados três anos, desde a sua formação, o PT enfrenta hoje,graves problemas com relação á sua direção, á democracia interna e á estrutura de organização.Vários fatores nos levaram á situação atual, desde a concentração de todos os recursos para a legalização a toque de caixa , imposta pelos prazos da lei, até a campanha eleitoral que exigiu a mobilização de recursos humanos e materiais superiores á estrutura de organização do partido.

A inexperiência, a falta de recursos financeiros e materiais e, principalmente, a incompreenção do que seria uma política de organização, nos levou á situação atual:desmobilização do Diretório Regional e de dezenas de Diretórios Municipais, ausência de canais de comunicação e informação, desorganização de várias secretarias, não funcionamento de comissões e das sub-regiões, inexistência de uma imprensa partidária, ausência de uma política de organização e de planos de ação e mobilização, e atuação desorganizada nos movimentos populares e sindical.

Devemos reconhecer que foi abandonado, na maioria das vezes, o princípio segundo o qual o nosso objetivo primeiro é fazer com que as tarefas de organização ou seja organizar uma secretaria, uma comissão, um grupo de trabalho sejam assumidas pelos militantes.Isto significa antes de mais nada, organizar militantes petistas para o trabalho político:daí a nescessidade de compor toda a estrutura do partido a partir da participação dos Diretórios e dos Núcleos.

Com isto queremos dizer que, basicamente, o trabalho de organização do partido e o trabalho político deve ser feito voluntariamente por militantes e filiados, sem negar a necessidade de uma estrutura defuncionários e assessores e mesmo sem deixar de reconhecer a necessidade de uma política mínima de profissionalização no PT.

Também a falta de propostas políticas e de planos de ação nos paralizou, muitas vezes, na organização partidária. Assim, muitas vezes, uma secretaria ou Comissão não daia do papel por falta de discussão ampla e definição política de seus objetivos.

O próprio processo de formação do DR atual foi produto de uma federação de correntes políticas apoiada nos sindicalistas e na representação por sub:região, sem ter uma proposta política comum definida. Isto levou a uma concentração de decisões nas mãos da Executiva e um esvaziamento do DR, prejudicando, em muito, a organização interna do PT pela sobrecarga de tarefas e funções dentro da Executiva.

Mesmo o papel da Executiva e do Diretório Estadual precisam ser rediscutidos, já que não se concebe um diretório que não assuma a direção política real do partido e cujos membros em sua maioria não teham tarefas específicas como direção. O papel básico da Executiva não pode ser o de dirigir o PT encerrada em quatro paredes, mas, sim o de estar presente de maneira organizada, através das secretarias e comissões, nos diretórios e núcleos, levando para os núcleos e diretórios propostas políticas e vice-versa, levando para o Diretório Regional as propostas dos núcleos e diretórios do partido.

Portanto, é preciso organizar o partido para superar a situação atual que produz decisões que não são apoiadas pela maioria, por falta de discussão, comunicação e canais de informação, ou pela predominância do basismo que, na verdade, nega a existência de qualquer direção.

Para tanto, no nosso entender é necessário elaborar novos metódos de direção política COLETIVA; O principal é o resgate da democracia interna no PT, para que a direção, as diretrizes políticas os planos de ação, sejam decididos pelas bases e apoiados em decisões coletivas única forma de superar os impasses atuais do partido.

Com este objetivo defendemos: A) a efetiva participação das bases nas decisões partidárias, através de um processo permanente de consultas; B) O CONTRÔLE da execução pela direção das decisões coletivas; C) o fluxo eficiente de informações e canais de comunicação; D) a garantia dos direitos das minorias.

Quando falamos em efetiva participação das bases nas decisões partidárias, isto não implica que as direções em todos níveis não façam propostas ou não deêm diretrizes políticas, mas sim que apresentem e discutam com as bases suas propostas. Tanto o processo permanente de consulta, como o contrôle da aplicação das decisões coletivas, deve ser exercido através de instrumentos ageis e dinâmicos. Consultas por escrito e reuniões periódicas, organização e divulgação de debates. Ambas pressupõe um amplo fluxo de informações sobre o tema ou assunto em discussão, e o esclarecimento das posições divergentes , garantindo sempre a opinião das minorias.

GK Ø. TXT. 331, p. 147

Não resta nenhuma dúvida que a própria participação dos militantes petistas na luta popular e um amplo programa de formação política contribuirão e muito para o aprimoramento da democracia interna no PT.

Nosso objetivo básico é resgatar não só a democracia interna do PT, mas, principalmente, o papel dos núcleos como órgãos que organizem a atuação do PT no dia a dia dos movimentos sociais, organizem e formam politicamente os filiados, ampliem o partido além dos limites dos diretórios através de uma política de divulgação das propostas programativas do PT. Precisamos de núcleos que organizem a atuação de nossos militantes no movimento popular e sindical, levem as nossas propostas para estes movimentos sociais. Contribuam para a elaboração de políticas e controlem a democracia interna.

Para concretizar estes pontos propomos: 1) o direito de voz e voto / de um representante de cada núcleo, devidamente registrado e em funcionamento, nas reuniões dos Diretórios Distritais e Municipais. Constituindo assim um conselho de rePresentantes de núcleos que juntamente com o Diretório Distrital e Municipal dirigem a política do partido a nível local . 2) o direito de eleger delegados com direito a voz e voto ao Encontro Estadual, para os núcleos de categoria e/local de trabalho; garantindo a cada 63 filiados de uma categoria e de vários locais de trabalho da mesma categoria eleger 1 delegado pelo atual atual critério de proporcionalidade, exigindo-se a participação de 10% dos filiados na plenária. 3) reunião periodica, pelo menos a cada 45 dias, entre a direção Estadual com os diretórios e núcleos de base, seja por sub-região, seja dividindo a / GSP e o interior, e a cada 3 meses, pelo menos entre o DR e os Diretórios Municipais e Distritais; 4) organizar através dos diretórios por sub regiões ou por lutas comuns, reuniões periódicas entre os núcleos para intercâmbio de experiências e encaminhamento de lutas comuns, fortalecendo a atuação dos militantes petistas nos movimentos sociais. 5) as consultas serão realizadas por escrito, enviando-se aos núcleos e diretórios, com prazos para resposta, informações e dados sobre o tema ou fato em discussão, posições divergentes, etc.. O núcleo e diretório deverão realizar / reuniões e plenárias para deliberar sobre a posição majoritária e enviá-la em ata através de um representante eleito para o Diretório regional . que poderá ou não convocar uma reunião aberta para tomar a sua decisão com base na consulta. O controle será exercido através das reuniões periódicas nas sub regiões ou dos diretórios de todo o Estado onde obrigatoriamente o Diretório Regional deverá

GK Ø. TXT. 334 p. 148

apresentar relatórios da sua atuação a partir das diretrizes e planos de ação anteriormente decididas, relatórios estes que serão amplamente divulgados para todo o partido. 7) criação de um Conselho Político na Capital de São Paulo, com o objetivo de coordenar o trabalho político e organizativo do partido na capital, onde temos 55 diretórios distritais sem uma direção metropolitana já que a legislação não o permite. Uma das tarefas deste Conselho Político seria a de, com base em sua própria experiência , discutir com os diretórios da Capital qual seria a forma de organização / de uma instância de direção para o partido na Capital de São Paulo. Pelo menos por enquanto entendemos que não se deve criar em São Paulo toda uma estrutura de organização com secretarias, sede, etc, já que isto seria / dispersar recursos escassos, que devemos distribuir para a organização do PT no interior, sem falar na reorganização nacional do partido. Assim este Conselho Político se apoiaria para cumprir suas funções políticas e de organização na sede estadual e na estrutura da Executiva Estadual. Este conselho político seria constituido pela reunião dos presidentes dos diretórios distritais que elegeriam uma comissão executiva de 11 membros ( ou 5 membros ). A executiva estadual do Diretório Regional designará um sub secretário para a capital que participará deste conselho como seu representante. O objetivo deste conselho é dirigir a política do partido para capital de São Paulo em conjunto com a executiva estadual e aplicar as deliberações dos encontros e do Diretório Regional, coordenar a atuação dos / 55 diretórios distritais e desenvolver a política do partido para o município de São Paulo realizando encontro municipal e consultas aos diretó - rios distritais e núcleos de base. Esta comissão será de importância para a atuação dos petistas da capital nos movimentos sociais e para ação parlamentar do PT na Câmara Municipal de São Paulo. Outraalternativa a ser discutida é a convocação de um Encontro Municipal logo após o Encontro Estadual para eleger um Conselho Político de 30 membros com uma Executiva / de 5 ou 11 membros para exercer as funções acima inumeradas.

Estas medidas deverão ser acompanhadas de uma reestruturação geral na Executiva Estadual e em suas secretarias, já que o partido como vimos não pode implementar políticas e programas para o movimento popular sindical e para a ação parlamentar e ir para a ação política de massas sem recur - sos e organizações. Para tanto, propomos:

1º) A política de organização deve priorizar a nucleação dos filia - dos com objetivo de atuarmos nos bairros e nas categorias, formar politicamente os filiados, produzir propostas políticas e participar das decisões políticas do partido. Os diretórios devem ser organizados / priorizando as cidades e regiões mais importantes do ponto de vista econô mico e social, ou onde o movimento sindical e popular é mais forte. Não devemos dispersar nossos esforços em todo Estado, sem critérios e indis -

GK-Ø-TXT.331,p-149

tintamento.

2º) Garantida a autonomia e independência dos movimentos populares, o PT precisa coordenar e unificar a atuação de seus militantes através de Comissões Estaduais e Municipais (sindical, movimentos populares, estudantil, mulheres, negros) e definir programas setoriais para generalizar as lutas, unificá-las por toda a GSP e todo Estado, avançando com propostas programáticas.

Para isto com base nas plataformas do PT, nas lutas e reivindicações dos movimentos, devemos continuar a construir programas de Governo, além das lutas pelas reivindicações imediatas.

3º) A prioridade absoluta para a educação e formação política dos militantes e filiados, através da SEP, desenvolvendo o trabalho já existente de seminários, filmes, slides e venda de livros e publicações.

4º) Consolidação dos Grupos de Trabalho da SEP que, hoje, dão assessoria política e técnica, estendendo seu trabalho aos núcleos e diretórios e aos parlamentares, procurando desenvolver as propostas programáticas do PT, com base nas lutas populares e políticas.

5º) Rediscutir o Jornal dos Trabalhadores com a Executiva Nacional e o Diretório Nacional para sua reformulação e reorganização. Desenvolver uma política de imprensa em SP, criando uma assessoria escrita e falada, publicar boletins mensais para o interior do partido e garantir as campanhas de divulgação e propaganda do partido.

6º) Garantir o funcionamento da estrutura material do PT sem amadorismo e de maneira democrática; a sede, os funcionários, as comunicações e principalmente as informações políticas e de organização devem estar a disposição de todos filiados com eficiência e rapidez.

7º) Dar importância às finanças do PT, como base de sua independência política, garantindo os recursos materiais para o funcionamento do partido, sua mobilização e ação política. Que todo militante contribua com o PT, além de uma política de vendas de materiais de propaganda e promoções. O partido não pode depender exclusivamente da contribuição de poucos, sejam parlamentares ou militantes.

Superar essas deficiências na organização legal do PT, para que não tenhamos uma flanco aberto para medidas legais contra o PT. Os livros e as contas do partido devem sempre estar em dia.

Em nosso entender, restabelecendo a democracia interna, será possível

GK.Ø-TXT.331,p-150

gerar propostas políticas para o atual momento político, recolocando o / conjunto de militantes do PT em ação, de maneira organizada, transformando nossa base social, 1.200 mil votos, e nossa forças nos movimentos populares e sindical em força política organizada.

Uma direção que seja produto de um processo de discussão democrática, de diretrizes políticas e planos de ação, e uma estrutura de organização que sirva a estas diretrizes e planos: Este deve ser o nosso objetivo final.

GKØ.TXT.333/p.151



# Partido dos Trabalhadores

São Paulo, 11 de março de 1985

Aos companheiros da Comissão Executiva Nacional

Queridos companheiros:

De acordo com resolução de nossa CEN, no último trimestre de 84, foi constituída uma Comissão Auxiliar de nossa Secretaria de Organização, com o fim de pesquisar a real situação da organização partidária e preparar as condições necessárias para a elaboração das linhas gerais de um Plano Nacional de Construção de nosso PT.

Dela fazemos parte 3 companheiros de nossa CEN - Izabel Picaluga, Paulo Delgado e eu.

Nosso trabalho iniciou-se na área da região centro-sul e os primeiros resultados obtidos estão resumidos no Dossiê nº 1 que enviamos para a análise crítica de vocês.

Como se explica na introdução do dossiê, pretendemos realizar em fins de abril e na primeira quinzena de maio reuniões com o Secretário de Organização e seus auxiliares, em 3 outras regiões:

- Leste-Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE), com reunião prevista em Recife, dias 27 e 28 de abril;
- Centro, Centro-Oeste (GO, DF, MT, MS), a realizar-se em Brasília a 20 e 21 de abril; e
- Norte (AM, PA, MA, PI, AC, RO), em data e local por serem ainda afixados.

Nosso plano inicial, na Comissão Auxiliar, seria realizar, em junho, um balanço geral da realidade orgânica e do funcionamento de nosso PT; das medidas e iniciativas em curso, nas várias regiões, no sentido de reestruturar seus organismos e núcleos de base, e, avaliar o nível de ligação com os movimentos sociais e de nossa prática política, em geral. E estabelecer as bases iniciais de um plano de construção partidária, com as prioridades que se impõem.

À espera das sugestões e observações críticas dos companheiros,

Fraternalmente,

APOLÔNIO DE CARVALHO

São Paulo: Rua Desembargador Guimarães, 72 - Água Branca - CEP 05002 - Cx. Postal 61003 - fones: 65-3261 - 263-6761
Brasília: Câmara dos Deputados, 24.º andar - Sala 8 - CEP 70160 - Telefone: 223-2740

GK.Ø TXT.331, p 152

EM TORNO DA TAREFA DE ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

A ausência de um plano de construção partidária pesa profundamente sobre o crescimento, a identidade e a afirmação do PT.

> "Até o momento, não temos uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização, por mais indispensáveis que sejam. Pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos", e por outros fatores igualmente importantes, "não temos estabelecido prioridades nacionais que permitam por em prática a regionalização do Partido", e um plano de construção capaz de responder mais fielmente as características decorrentes da origem e dos objetivos e do processo de formação do nosso PT. "Não podemos ter a crença ingênua de que é possível falar uma mesma e só linguagem em São Paulo, no ABC, e no Norte do País". Dentro de nossos objetivos de âmbito nacional, devemos ter em conta que as experiências dos trabalhadores, suas condições e suas possibilidades "são diferentes nos quatro cantos do País". (Teses para Atuação do PT - ponto 4 - abril de 84. Os grifos são nossos).

A realidade atual do nosso PT

1)- Para cumprir essas tarefas prioritárias necessitamos:

a) antes de tudo, como passo inicial conhecer, com clareza, a realidade atual de nosso Partido. Não se trata de uma tarefa particularmente difícil. Temos em mãos, para esse passo inicial, alguns elementos essenciais, tais como:
   - a visão nacional da composição social, dentro das contingências de correntes do desenvolvimento desigual (econômico, social e político) de nosso País;
   - o balanço da estrutura partidária, em âmbito nacional, abrangendo os organismos intermediários e o quadro geral de filiação (trabalho bom e difícil de nossa Secretaria Nacional de Organização, em Brasília), apoiado nos dados dos Tribunais Regionais Eleitorais - TREs;
   - os resultados iniciais do esforço de reestruturação dos organismos dirigentes, sua ampliação, sua renovação e, também, de localização, recuperação e renovação do quadro de filiados, em desen

GK.Ø. TXT. 331, p 153

volvimento em vários Estados.

b) Definir, com apoio nesses dados, uma Política de Organização para o conjunto do Partido com a definição clara de suas prioridades ; A política de concentração correspondente; e, um plano de formação política em seus vários níveis, tendo em conta a diversificação de experiência e vivência políticas no conjunto do quadro partidário.
A partir daí os caminhos de desenvolvimento serão:
- reuniões parceladas entre a Secretaria Nacional de Organização e as Secretarias dos Estados, nas várias regiões do País:

CENTRO SUL - MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS.
LESTE-NE - BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE.
MEIO-NORTE e NORTE - PI, MA, PA, AM, AC, RO.
CENTRO e CENTRO-OESTE - GO, BRASÍLIA, MT, MS.

- um balanço da realidade e de todas as iniciativas em curso;
- a sistematização de todos esses dados.

Com essas medidas iniciais de aproximação à realidade partidária, seria possível a elaboração de um plano de construção partidária, a ser apresentada à Comissão Executiva Nacional, e, se aceito, ao Diretório Nacional e ao Encontro Nacional.

2)- Nesse contexto, dispomos de um primeiro balanço das iniciativas, caminhos, inovações e desenvolvimento, no processo de construção do PT em São Paulo, com base de partida na
A- difícil situação do PT após as eleições de 15/11/82:
- no enfraquecimento geral da estrutura partidária (a maioria dos diretórios desarticulados; grande parte deles somente existindo no papel, sem prática interna nem externa);
- na desarticulação dos organismos intermediários, em particular;
-num quadro dramático, no tocante aos Núcleos de Base

B- A viragem inicial, obedeceu a um plano de trabalho, com objetivos definidos:
- a importância particular da criação de uma Secretaria de Organização - a evolução de sua estrutura e de seu funcionamento. A escolha cuidadosa de seus participantes e a passagem progressiva do regime de voluntariado ao regime e ao nível mais altos dos quadros permanentes.
- o Plano de trabalho e a visão de conjunto. A partir dos efeti-

GKØ TXT.331,p 154

vos declarados, no período anterior (dados do TRE, sobretudo), foi possível a localização dos filiados e, através da remessa das fichas aos Diretórios Municipais e Distritais (Zonais) conseguir um primeiro recadastramento;

- a descentralização, com a criação da Secretaria do Interior - que auxilia a Comissão de Organização no interior - no Diretório Regional;
- Os organismos intermediários: as Regiões e as Sub-Regiões. Houve, assim, um cuidado inovador com a Regionalização da Estrutura, procurando-se corrigir os traços anteriores de uma estrutura marcadamente metropolitana.

Esse plano de trabalho abrangia, com suas áreas prioritárias:

- a Regionalização (abrangendo 30 regiões, que possuem uma coordenação, cada uma delas). Cada região abrange 8 Diretórios e cada Diretório elege 2 membros para a sub-região, que articula as tarefas na Região. (A sub-região, com caráter consultivo). No interior está se dando a implantação de sub-sedes.
- instrumentos essenciais que se revelariam determinantes na aplicação desse Plano e de seus objetivos:
  - * o debate político.
  - * as bases de uma política de Nucleação e de uma Política de Formação.
  - * a correção da desigualdade e deformações ocorridas no processo de crescimento;
  - * a realidade de um Partido ainda, em boa medida, metropolitano. Uma nucleação sensivelmente mais forte na capital do que no interior.
  - * o esforço por corrigir e superar as dificuldades no tocante à ligação e à busca de caminhos de influência sobre os movimentos de massa.
  - * a visão de uma Nova Política de Concentração, tendo em conta que, de um total de 180 a 200 Diretórios Municipais, no Interior, dotados de vida econômica própria, 30 deles, com 200 a 400 mil habitantes, geram forças políticas e, ali , devemos concentrar o esforço de construção partidária, através de critérios definidos de prioridades e de uma justa política de concentração.
  - * a necessidade de corrigir os elementos de diluição da imagem e da realidade política e social

GKØ. TXT. 331, p. 155

do PT, em certos focos de influência da CPT e das Comunidades de Base.

assim,

8)- Há toda uma rica experiência acumulada no quadro da implantação em novas bases, de nosso Partido, no interior de São Paulo. A destacar nesse sentido o papel positivo exercido pela sub-região, e o fato concreto de que o núcleo sempre serviu de trampolim para a luta política.

9). O objetivo-chave a seguir foi a consolidação dos avanços realizados, através de mobilizações do coletivo partidário.

Nesse sentido, o que se impunha, em primeira instância de urgência, era a necessidade da correção do "esvasiamento da militância". Houve necessidade da dissolução de alguns diretórios e(quase todos eles estavam esvasiados em sua militância). Além da imperiosa necessidade de um Plano de Formação Política.

3 eixos permanentes orientaram o trabalho: 1)- a política de nucleação (ver documento anexo) utilizando o critério chave de ver claro para assegurar bases firmes à viragem pretendida. Assim, a distinção entre núcleos reais e núcleos formais e número real e número formal de filiados. O plano de refiliação. O mini PT; 2)- A capacitação cultural e política. Importância particular, nesse sentido, da definição das políticas setoriais, através das secretarias respectivas; 3)- A correção das ausências mais graves como a presença precária no movimento popular e a subestimação da prática política no plano institucional.

Há assim, em marcha, uma acumulação de experiências positivas e de iniciativas a estudar, adaptar e a enriquecer: um plano de ação municipal - elaboração de programas de mudanças viáveis, a debater e a confrontar face aos prefeitos (caso de Osasco as mudanças que o povo reclama);

- formação política dos filiados - o empenho em corrigir a apresentação formal do PT, em sua condição de partido de massas, e a atuação política, na prática, como um partido de quadros, ou, mais concretamente, "como um partido deformado de quadros" ...

Ver, nesse sentido, os cursos de formação política; os seminários de formação política (ver documentos); os seminários sob o tema: o PT, Partido de Massas; a análise da conjuntura política;

- a insistência em esclarecer as atribuições de cada Comissão Executiva Municipal e Distrital e as funções dos organismos (Diretórios, Núcleos de Base e de Categoria, Secretarias etc.). As cartilhas. A política de organização e a situação política atual. As atribuições da sub-região, seu caráter e como se compõe. Os organismos auxiliares. As secretaria (ver o Regimento Interno);

GK Ø. TXT. 331, p. 156



- com apoio nessas iniciativas, o encaminhamento no sentido da produção política, estimulando-a nos diferentes níveis, promovendo seminários e a ativa e ampla participação dos Núcleos de Base.

E) _ Algumas iniciativas de tipo diferente e igualmente importante foram, também, assumidas em outros Estados, como MG e RS, em particular.

Elas estão expressas nos vários documentos que compõe o nosso dossiê nº 1 referente à Região Centro Sul.

3) Não obstante, estão ainda por ser conhecidas de perto e analisadas em conjunto outras facetas de nossa realidade partidária. Tais como: uma visão mais clara e sistematizada:

I - da estrutura do Partido em cada Estado, isto é, nº de diretórios estaduais, sua composição, suas secretarias, regularidades de funcionamento (municípios, distritais, zonais), e a própria estrutura da secretaria de organização. De que mecanismos dispõe, em particular, o estado atual, a composição, o caráter de equipe, a condição dos companheiros que compõem a secretaria (voluntários, contratados, etc...), ao mesmo tempo que a análise da realidade do Estado.

II - do nº de núcleos de base, níveis de funcionamento, áreas de distância e diferenciação entre o Partido de massas definido nas inscrições do TRE, o Partido real (estruturado ou ao alcance de esforço de mobilização dos organismos dirigentes), o Partido em potencial (possível de contatar e mobilizar a curto e médio prazos).

- das sugestões e experiências sobre o funcionamento, a motivação, as raízes e condições de atividades social e políticas nos núcleos.
- do papel da formação política na busca desses objetivos.
- das particularidades de sua região, a composição de classe hoje presente em nossas fileiras, os níveis e as prioridades de que se reveste a luta de classes, no contexto de sua região, as áreas de litígio no campo, o quadro de organização e mobilização dos trabalhadores e das forças populares em geral.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar o preâmbulo neste dossiê nº 1 (região Centro-Sul) e as primeiras constatações já possíveis no domínio das diferenciações de classe no interior da estrutura do PT:

. 8 Estados com maioria de trabalhadores do campo (parte do nordeste, meio norte, norte e noroeste);

. 13 Estados com maioria de trabalhadores urbanos, com predomínio das classes e camadas médias das cidades;

GKØ.TXT.331,P157



. 1 único Estado (Espírito Santo) onde até o início de 1983, contávamos com a maioria de operários;
. 1 único Estado (Santa Catarina) com equilíbrio definido em sua composição (praticamente de trabalhadores urbanos e metade de trabalhadores rurais).

Em nome da Sub-Comissão de Organização.

FRATERNALMENTE
São Paulo, 8 de março de 1985

APOLÔNIO DE CARVALHO

GK.D. TXT. 331, P. 158

DIRETÓRIO NACIONAL

PT Partido dos Trabalhadores

São Paulo, 11 de março de 1985

Aos companheiros da Comissão Executiva Nacional

Queridos companheiros:

Nosso PT compreende várias áreas de componentes. O componente-chave, aquele que representa a fonte fundamental, a raiz social de nosso Partido - e que lhe dá as características fundamentais é o contingente amplo dos companheiros oriundos do movimento sindical. Eles trazem ao nosso Partido elementos essenciais de composição e de consciência de classe e, em particular, o reflexo e laços estreitos com as condições de vida, os problemas e as lutas dos trabalhadores na fase presente da conjuntura nacional.

Acontece que, em sua imensa maioria esses companheiros não haviam ainda, ao entrar para o PT, participado de outras entidades e partidos políticos.

Inteiramente à vontade em sua atividade sindical eles encontram, entretanto, um contexto novo, com problemas novos, em sua atividade política, seja como parlamentares eleitos por nosso Partido, seja como participantes em nível destacado nos organismos de direção do PT.

Tendo em conta essa realidade, planejamos, entre vários companheiros a realização de 3 a 4 ciclos de palestras, particularmente destinado aos companheiros de origem sindical, como um elo particular do trabalho de formação política de nossos filiados e militantes. Os ciclos de palestras seriam os seguintes:

1)- ciclo nº 1 - anexo;
2)- História mais detalhada do movimento operário e sindical de nosso país;
3)- História dos partidos políticos em nosso país;
4)- O PT, suas características, sua orientação política atual; e
5)- Os problemas econômicos e sociais na ordem do dia. O projeto do programa econômico do PT.

A Secretaria Geral e a sindical têm conhecimento da preparação desses ciclos de palestras.

À espera de sugestões e observações dos companheiros,

Fraternalmente,

APOLÔNIO DE CARVALHO

GKØ.TXT.334,p.159

Curto ciclo de Palestras

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

O que é a classe social? Camada social?

a) A sociedade brasileira: uma sociedade dividida em classes. O quadro amplo dessas classes e camadas sociais. Sua distribuição, no quadro geral do País.

b) O setor da população onde a divisão em classes ainda não existe: as populações indígenas.

As classes hoje existentes nem sempre existiram. O que mostra nossa História.

1)- Um traço chave, fundamental, na definição das classes sociais: seu caráter de classes exploradoras - ou - classes exploradas; classes dominantes - ou - classes dominadas.

- O sistema político-social dominante - e as classes fundamentais da sociedade, em cada ciclo de sua histôria.
- As classes fundamentais da sociedade brasileira, no período atual.

II - AS CLASSES SOCIAIS: AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES -A luta de classes: suas formas fundamentais

O papel do Estado, na sociedade de classes. A forma superior e decisiva da luta de classes.

Os trabalhadores e os instrumentos essenciais de sua luta de classes.

Os Sindicatos. Os partidos políticos.

- Como a ciência social da classe operária (o Marxismo) explica a existência das classes, a exploração capitalista, a luta de classes, o papel da classe operária, a luta dos trabalhadores pelo socialismo, a caminho de uma sociedade sem classes.

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS

A autonomia sindical. Face ao Estado. Face aos partidos políticos, em geral.

a) O relacionamento no interior da estrutura sindical:

- sua aplicação relativamente fácil, no quadro mais imediato: entre dirigentes sindicais, os membros do Sindicato, a massa de trabalhadores;

- sua aplicação relativamente complexa no plano do relacionamento vertical: entre o Sindicato - e - a categoria, em seu conjunto; entre o Sindicato e a Federação, a Confederação.

(Ver os elementos novos que se fazem presentes);

GKD-TXT.331,p.160

b) entre o Sindicato e a Central Sindical (ou Coordenação) própria

(Ver os elementos novos que passam a intervir)

entre os sindicatos e as demais Centrais Sindicais (se existem) ou articulações

c) Entre o Sindicato e os partidos políticos.

(Ver a nova qualidade, os elementos novos que influem no relacionamento).

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Breve histórico do Movimento Operário, em nosso País.

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

(Apanhado geral). O surgimento dos Sindicatos, dos partidos políticos, das doutrinas sociais. O surgimento da ciência social da Classe Operária.

VI - A LUTA DE CLASSES, HOJE, NO BRASIL

A experiência acumulada. Suas formas fundamentais, seus instrumentos.

a) O novo período que se abre, a partir de 1973-76.

Seus componentes novos. o Partido dos Trabalhadores.
a Central Única dos Trabalhadores
a Conferência das classes Trabalhadoras

b) O peso da ideologia das classes dominantes.

O colorido das franjas de trabalhadores: manuais, intelectuais, urbanas, rurais, assalariados, autônomos, diversos.

Os níveis de experiência política e de tomada de consciência de classe e de consciência política assimiladas e em curso de assimilação pelos trabalhadores.

A influência das diferentes doutrinas sociais. Seu lugar e suas vicissitudes, no interior do Movimento Operário e Popular.

c) O Partido dos Trabalhadores.

Sua razão de ser e suas origens. Sua base social. Suas características. Seus componentes. Seu lugar na Esquerda Brasileira. Sua ligação orgânica com o movimento sindical e com o conjunto dos movimentos sociais. O que o distingue dos demais partidos políticos presentes.

O balanço de sua atividade, desde sua criação (1980/1984).

Os desafios a superar.

OK.D.TXT.331, p.161

PROPOSTA DE CALENDÁRIO PARA OS CICLOS DE PALESTRAS DESTINADAS, POR INICIATIVA DA CEN, AOS COMPANHEIROS SINDICALISTAS

CICLO Nº 1 (6 temas)

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

II - AS CLASSES SOCIAIS AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES. A LUTA DE CLASSES.
(6 palestras = início = 9/4/85
desdobramento = 10 e 11/4/85
16, 17 e 18/4/85

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS (23/4/85)

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA E DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL
(24 e 25/4/85)

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL (apanhado geral)
(30/4 e 2/5/85)

VI - AS LUTAS DE CLASSES, HOJE NO BRASIL
O Partido dos Trabalhadores
(7, 8 e 9/5/85)

CICLO Nº 2

História mais detalhada do Movimento Operário e Sindical de nosso País.
(23, 24 e 25/6/85)

CICLO Nº 3

História dos Partidos Políticos em nosso País. O surgimento de correntes e partidos políticos ligados aos interesses dos trabalhadores.
(7, 8 e 9/6/85)

CICLO Nº 4

O PT, suas características suas alternativas políticas na conjuntura atual. (23 e 24/6/85)

CICLO Nº 5

O Projeto de Programa Econômico do PT. Problemas econômicos e sociais na ordem do dia. (15, 16 e 17/7/85)

GKP.TXT.331/P 162

Curto ciclo de Palestras

I - AS CLASSES E AS CAMADAS SOCIAIS

O que é a classe social? Camada social?

a) A sociedade brasileira: uma sociedade dividida em classes. O quadro amplo dessas classes e camadas sociais. Sua distribuição, no quadro geral do País.

b) O setor da população onde a divisão em classes ainda não existe: as populações indígenas.

As classes hoje existentes nem sempre existiram. O que mostra nossa História.

1)- Um traço chave, fundamental, na definição das classes sociais: seu caráter de classes exploradoras - ou - classes exploradas; classes dominantes - ou - classes dominadas.

- O sistema político-social dominante - e as classes fundamentais da sociedade, em cada ciclo de sua história.
- As classes fundamentais da sociedade brasileira, no período atual.

II - AS CLASSES SOCIAIS: AS CONTRADIÇÕES, OS ANTAGONISMOS DE CLASSES -A luta de classes: suas formas fundamentais

O papel do Estado, na sociedade de classes. A forma superior e decisiva da luta de classes.

Os trabalhadores e os instrumentos essenciais de sua luta de classes.

Os Sindicatos. Os partidos políticos.

- Como a ciência social da classe operária (o Marxismo) explica a existência das classes, a exploração capitalista, a luta de classes, o papel da classe operária, a luta dos trabalhadores pelo socialismo, a caminho de uma sociedade sem classes.

III - AS RELAÇÕES ENTRE SINDICATOS E PARTIDOS POLÍTICOS

A autonomia sindical. Face ao Estado. Face aos partidos políticos, em geral.

a) O relacionamento no interior da estrutura sindical:

- sua aplicação relativamente fácil, no quadro mais imediato: entre dirigentes sindicais, os membros do Sindicato, a massa de trabalhadores;

- sua aplicação relativamente complexa no plano do relacionamento vertical: entre o Sindicato - e - a categoria, em seu conjunto; entre o Sindicato e a Federação, a Confederação.

(Ver os elementos novos que se fazem presentes);

OK Ø TXT. 331, p. 163

b) entre o Sindicato e a Central Sindical (ou Coordenação) própria

(Ver os elementos novos que passam a intervir)

entre os sindicatos e as demais Centrais Sindicais (se existem) ou articulações

c) Entre o Sindicato e os partidos políticos.

(Ver a nova qualidade, os elementos novos que influem no relacionamento).

IV - HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Breve histórico do Movimento Operário, em nosso País.

V - HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

(Apanhado geral). O surgimento dos Sindicatos, dos partidos políticos, das doutrinas sociais. O surgimento da ciência social da Classe Operária.

VI - A LUTA DE CLASSES, HOJE, NO BRASIL

A experiência acumulada. Suas formas fundamentais, seus instrumentos.

a) O novo período que se abre, a partir de 1973-76.

Seus componentes novos. o Partido dos Trabalhadores.
a Central Única dos Trabalhadores
a Conferência das classes Trabalhadoras

b) O peso da ideologia das classes dominantes.

O colorido das franjas de trabalhadores: manuais, intelectuais, urbanas, rurais, assalariados, autônomos, diversos.

Os níveis de experiência política e de tomada de consciência de classe e de consciência política assimiladas e em curso de assimilação pelos trabalhadores.

A influência das diferentes doutrinas sociais. Seu lugar e suas vicissitudes, no interior do Movimento Operário e Popular.

c) O Partido dos Trabalhadores.

Sua razão de ser e suas origens. Sua base social. Suas características. Seus componentes. Seu lugar na Esquerda Brasileira. Sua ligação orgânica com o movimento sindical e com o conjunto dos movimentos sociais. O que o distingue dos demais partidos políticos presentes.

O balanço de sua atividade, desde sua criação (1980/1984).

Os desafios a superar.

GK Ø. TXT. 331, P 164

DIRETÓRIO NACIONAL

Partido dos Trabalhadores

DIRETÓRIO NACIONAL
COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
( período: abril de 1984 até agosto de 1985.)
SECRETARIA DE CULTURA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Em 1984,esta Secretaria encaminhou sua primeira circular em 5 de abril com o "Texto e Roteiro para Discussão , Sintese do Projeto de Programa Econômico do PT".

Neste novo Diretório Nacional, a CEN não designou o coordenador desta Secretaria..
Na reunião do DN de 9 e 10 de março de 1985 o companheiro Perly Cipriano comunicou que na próxima reunião do DN apresentaria um esboço de organização da Secretaria de Formação Política. (Circ.08/85)
Na reunião do DN de 15 de maio de 1985 (Circ. 15/85) o companheiro Perly Cipriano apresentou o Esboço Preliminar de um Plano Nacional de Formação Política. Esse esboço é assinado por Perly e pelo companheiro José Alvaro Moisés (DN).

Na reunião da CEN de 12 de julho de 1985 discutiu-se e deliberou-se sobre a ampliação da estrutura e do quadro de atividades da Secretaria de Formação Política. Ao núcleo já existente (Perly Cipriano e José Álvaro Moisés) se incorporarão os seguintes companheiros: Paulo Rubens Santiago(DN-PE), Patrus Ananias de Souza (MG), Wladimir Pomar (SP), Wander Bueno do Prado (SP), Mauro di Deus (SP), um companheiro da Secretaria de Organização Nacional e um da Fundação Wilson Pinheiro.

IMPORTANTE: As Secretarias, pelo Regimento Interno, proposto e aprovado na Pré-Convenção Nacional do Partido, em abril de 1984, segundo seu artigo 53,seriam: SECRETARIA CULTURAL e SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA.
Ambas continuam sem coordenador designado oficialmente.

São Paulo, agosto de 1985.

GKØ.TXT.331/p.165



Em março de 1985, o companheiro Apolônio de Carvalho envia correspondência à CEN com planejamento de 3 a 4 ciclos de palestras, particularmente destinado aos companheiros de origem sindical que se iniciariam em abril e se estenderiam até julho de 1985.

O primeiro ciclo de palestras foi realizado pelo companheiro WLADIMIR Pomar.

São Paulo, agosto de 1985.

GKO.TXT.331,p.166

O período de Sampaio
1981-89

A campanha do PT
pela Constituinte

— e —

a ausência de uma Política
definida.

A confusão entre a Política
e Estratégia

GK.Ø. TXT. 331, P. 167

Além disso, os trabalhadores devem recusar anistia à "dívida social" da ditadura, mantendo as reivindicações de reposição das perdas salariais anteriores.

Quanto ao salário mínimo, é indispensável a reivindicação do salário mínimo real, de acordo com os cálculos do DIEESE (Cz$ 3.327,27).

**Instrumentos de defesa dos trabalhadores**

a — reajuste salarial automático a cada elevação de 5% dos índices do custo de vida;

b — fiscalização pela CUT da apuração dos índices que medem a variação do custo de vida;

c — transformação do restritíssimo seguro-desemprego em salário-desemprego, segundo o projeto já apresentado pela CUT;

d — garantia de estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho;

e — unificação das datas-bases no dia 1º de maio de 1986;

f — mobilização contra os aumentos e a perspectiva de descongelamento de preços, a partir dos sindicatos e da CUT, em articulação com as associações de moradores. Exigência de prolongamento duradouro do congelamento, e de extensão do número de ítens tabelados e controlados a todos os que são de primeira necessidade. Organização, por órgãos inter-sindicais, do acompanhamento sistemático destes preços.

g — rebaixamento significativo e congelamento dos juros;

h — punição para todas as empresas que: 1) desrespeitarem o congelamento de preços e juros; 2) utilizarem estoques para a especulação ou mercado paralelo; 3) demitirem trabalhadores.

i — direitos democráticos (garantias efetivas à livre negociação): direito de greve, direito à organização por local de trabalho, aprovação da convenção 87, fim da LSN e de todo o aparato repressivo;

j — garantia que a sociedade será informada das alterações da política econômica com antecedência mínima de dois meses

**Um plano global contra a crise.**

a — não pagamento da dívida externa, estabelecimento do monopólio estatal sobre o comércio exterior e o controle sobre a remessa de lucros;

b — estatização do sistema bancário e financeiro, com o controle dos trabalhadores;

c — reforma agrária radical, inseparada do controle do abastecimento e da distribuição dos alimentos;

d — impulsionar a recuperação dos salários, criando condições para que as necessidades populares sejam atendidas, revertendo as prioridades de produção da agricultura e da indústria;

e — programa de investimentos do Estado (particularmente fortalecidos pelo fim do pagamento mensal de US$ 1 bilhão dos serviços da dívida e o fim das remessas de lucro) priorizando o atendimento das reivindicações sociais e visando a elevação das condições de vida da população (estes investimentos estatais devem ser vistos como um verdadeiro plano de obras públicas, importantes para uma política de combate ao desemprego).

A defesa deste plano deve estar combinada com a defesa da convocação imediata de eleições diretas para a Presidência da República.

**ANOTAÇÕES:**

CK.Ø. TXT. 331, p. 168

## As eleições para governador

1) Trata-se, agora, de se apresentar como alternativa real de governo estadual, situando-se no mesmo patamar das maiores forças eleitorais, de fazer campanha para ganhar.

2) A ilusão de que a conquista eleitoral de governos já seria o começo da tomada do poder estatal tem custado às forças populares um preço muito caro.

No Brasil de 1963/64 e no Chile de Allende, como em outros casos, comprovou-se que as Forças Armadas constituem o pilar fundamental do Estado e este é antes de tudo um aparato de repressão. Quando um governo passa a ser visto como uma ameaça pelo Estado, este faz vir à tona seu componente central, de força repressora organizada, e se superpõe ao governo, destituindo-o.

3) O Estado burguês não se constitui de uma somatória de parcelas de poder que são disputadas separadamente em eleições, para os governos e para os parlamentos.

4) Esta relação governo-Estado aparece com nitidez no caso dos governos estaduais, pelo fato destes disporem, na atual estrutura político-administrativa, de poderes limitados. A própria Constituição estabelece que as Polícias Militares são reserva do Exército na manutenção da "Ordem Pública". E prevê, nas "Salvaguardas Constitucionais", a possibilidade de decretação da intervenção federal nos estados. A Lei de Segurança Nacional, a lei anti-greve, a legislação sindical, as normas do direito administrativo, penal e civil etc. têm caráter federal e seu cumprimento é tido como obrigatório para os governos estaduais. A política econômica-financeira do país é estabelecida pela União, que concentra também a grande maioria dos recursos tributários.

5) Uma Administração Popular se deparará, a cada passo, com as leis, os tribunais, os políticos, os partidos e os meios de comunicação a serviço da burguesia. Será necessariamente, uma Administração de **confronto**, no sentido do atrito permanente. Enfrentará, inclusive, ameaças de *impeachment*.

6) Dentro desses limites, essa Administração pode ser uma importante alavanca para impulsionar a mobilização e a organização independente dos trabalhadores, melhorando a correlação de forças em nosso benefício. Ela terá condições de encaminhar determinadas reformas que atendam a necessidades prementes da população trabalhadora e que favoreçam a ampliação da margem de liberdade e de participação política para os "de baixo". Mesmo estas reformas, porém, envolverão mobilização e luta, e não apenas uma atividade administrativa competente. Aliás, a luta por uma transformação social de fundo inclui a luta por reformas. Estas devem ser um subproduto do combate pelo socialismo e, quanto mais avançado este combate, maiores as conquistas parciais possíveis de serem arrancadas.

7) A parte propriamente administrativa de um programa de governo envolve uma visão política. Terá de levar em conta a realidade estadual e as prioridades específicas de São Paulo. De qualquer maneira, porém, é possível afirmar, como regra geral, que não basta levantar, para cada área e Secretaria de Governo, um rol de medidas compondo um mosaico de numerosos conjuntos de propostas setoriais dispersas. Torna-se preciso definir alguns eixos centrais, poucos, de uma plataforma administrativa, selecionados a partir de uma análise do orçamento básico, viabilidade prática, carências principais da população trabalhadora e correspondentes prioridades sociais, experiências de luta e reivindicações do movimento, e potencial de acúmulo político de tais programas. A campanha eleitoral necessitará sintetizar em poucas palavras e massificar amplamente esses eixos principais da plataforma político-administrativa, tornando isto uma marca da candidatura, associada com a sua posição política geral.

8) A questão da violência urbana, criminalidade e Segurança Pública tende a ser um tema central. Até porque os candidatos mais conservadores fazem questão de explorá-lo. Esta preferência da direita pelo assunto não é gratuita. Ao fazer a apologia da violência do Estado ela visa valorizar e legitimar aos olhos da população o elemento repressor essencial deste mesmo Estado.

É dever de uma candidatura do PT a governador denunciar as origens sociais da marginalidade. E assumir, sem vacilação, a luta contra as arbitrariedades e violências da polícia, o combate à tortura nas delegacias, a humanização do sistema carcerário dentro de uma linha de recuperação do preso, o desmantelamento das unidades de choque da PM, medidas severas contra a corrupção no aparelho policial e afastamento de todo funcionário envolvido em violações dos direitos humanos, bem como o policiamento preventivo e o combate ao crime organizado.

9) A questão central é o compromisso explícito que o candidato deve assumir de, uma vez eleito, jamais admitir a utilização pelo seu governo de força policial contra greves, ocupações e movimentos dos trabalhadores. Esta é a principal implicação política da vitória de um candidato à esquerda. A recusa da Administração em cumprir atribuições repressivas que lhe são previstas em lei significará o surgimento de um impasse político, cujo desdobramento e desfecho dependerá, fundamentalmente, da mobilização popular.

10) A administração do PT deve ter em relação a determinadas questões que são objeto de restrições legais uma orientação de criar situações de fato, acumulativamente, no sentido de combater os efeitos práticos dessa legislação, desgastá-la e criar condições para a sua alteração. Por exemplo, determinar à rede hospitalar estadual que seja dado um encaminhamento flexível aos casos de solicitação de atendimento médico para aborto, da mesma forma, reconhecer, na prática, o direito irrestrito de sindicalização e de greve para o funcionalismo público. Estabelecer como praxe nas Universidades e escolas estaduais a eleição direta do Reitor e Diretor pelos estudantes, professores e funcionários, independente de obrigatoriedade de lista múltipla nas instituições de ensino superior. Fixar a diretriz de que as Secretarias Estaduais não se envolverão no encaminhamento de medidas de Censura, deixando-as à responsabilidade exclusiva da União. E assim por diante.

11) Nas eleições de 85, difundiu-se mais amplamente a proposta dos Conselhos Populares. Os Conselhos teriam a atribuição de participar na definição das prioridades administrativas, fazer circular as informações sobre os assuntos de governo e

GRØ.TX1.331,p 16.9

fiscalizar e controlar a gestão da Prefeitura. Embora fossem tidos como autônomos em relação à estrutura político-administrativa do Município, esta autonomia não ficava clara quando se delineava seu papel pratico.

12) Em Fortaleza e Diadema, as duas cidades importantes com prefeitos do PT, a implantação e o funcionamento dos Conselhos enfrentam dificuldades. Ou eles não se constituíram ou então, como em Diadema, não se afirmaram enquanto uma rede de organismos influentes, participativos e com ampla representatividade. Este problema vai se revelando mais complexo do que parecia à primeira vista.

13) Na principal experiência histórica em que estiveram presentes, os Conselhos (Soviets, em russo, daí o nome de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) foram organismos de ação política direta surgidos em momentos de grandes enfrentamentos com o Estado, como criação espontânea das multidões em luta, e que adquiriram a dupla condição de órgãos de luta pelo poder e embriões do futuro poder revolucionário. Eles não decorriam de um simples ato de vontade de um partido. Sua aparição expressava um certo nível de confronto do movimento. E eram uma instância eminentemente política, extra-institucional e de combate, e não meros fóruns de consulta sobre questões técnico-administrativas relacionados à existência de um governo municipal ou estadual progressista. Não há nenhuma relação mecânica, na experiência histórica anterior, entre a criação de Conselhos e a conquista eleitoral de administrações à esquerda, no interior do capitalismo.

14) Os conselhos não devem fazer parte de um programa de governo estadual, até porque não compete a tal governo decretar a criação de formas organizadas do movimento, nem pretender implantá-las administrativamente, o que só redundaria em instâncias burocratizadas, atreladas e artificiais. Cabe, isto sim, incluir nos programas de governo a participação popular na luta pela aplicação da sua plataforma, a prestação de contas feita regularmente, a interação e a crítica da população trabalhadora em relação à Administração, respeitando e prestigiando as formas organizativas próprias dos movimentos populares. Por outro lado, cabe ao PT **como partido** que participa dos movimentos sociais estimular a formação de conselhos populares, compreendendo que este será um desafio, que dependerá do grau de mobilização e organização independente das massas.

15) Nos debates preparatórios da campanha de 85, manifestou-se em várias ocasiões a idéia de que o perfil do candidato a um cargo Executivo seria dado fundamentalmente pela racionalidade do conjunto do seu programa administrativo, associado à imagem de competência como administrador. O fato, porém, é que Jânio ganhou sem programa de obras e afirmando que sua pessoa e seu passado valiam como programa. Na realidade, a disputa eleitoral revelou que a marca de uma candidatura, aquilo que determina, no auge da campanha, o seu poder de polarização eleitoral, é dado por algumas poucas idéias gerais e genéricas que captam aspirações, sentimentos e inquietações da população e as traduzem ao nível quase que de um apelo psicológico, mas com raízes sociais, políticas e culturais perfeitamente identificáveis. No caso de Fortaleza, parece ter sido a idéia do novo, da renovação (incluindo a renovação dos costumes, com destaque para a condição da mulher e do jovem), isto relacionado com o papel global do coronelismo na vida do Ceará. As grandes multidões não votam compreendendo a racionalidade integral e detalhada de um programa, que na maioria dos casos inclusive desconhecem, e sim em uma síntese político-eleitoral e "psicológica" do mesmo, simbolizada na figura do candidato. E isto se constrói na esfera dos valores políticos e sociais de caráter geral, e não de caráter administrativo apenas.

16) Isto se torna mais decisivo nestas eleições, nas quais a disputa central se dá em torno do processo constituinte, que contrapõe projetos globais.

O candidato a governador, além de apresentar propostas administrativas, deve se colocar como porta-voz de uma proposta política geral. Uma campanha politizada, à esquerda, que aposte na controvérsia, ouse enfrentar com posições progressistas os temas mais difíceis e preconceituosos, busque polarizar uma grande faixa mais evoluída do eleitorado possibilita, perfeitamente, combinar o acúmulo político-organizativo para uma alternativa à transição e um bom desempenho eleitoral.

**ANOTAÇÕES:**

GK Ø. TXT. 331, p. 170

## A intervenção do PT nas eleições constituintes

As eleições para a Constituinte em novembro encerrarão o processo "institucional" da transição impulsionado com a eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral. Caberá a ela definir o perfil do atual regime, as instituições através das quais a burguesia pretenderá resolver as disputas entre suas frações, gerir a economia e manter o controle sobre o proletariado e as massas oprimidas. O grau de solidez da "Nova República" nos anos vindouros dependerá, em muito, dos sucessos e fracassos das classes dominantes na luta política que será travada no próximo momento.

A burguesia pretende manter o processo constituinte o mais controlado possível, evitando que ele seja palco da discussão das grandes questões nacionais de interesse das classes populares e dele marginalizando os trabalhadores. Ela não pretende discutir o papel das forças armadas, uma verdadeira reforma agrária, o rompimento com o imperialismo e outras questões que possam empolgar as massas. A burguesia brasileira possui uma longa tradição autoritária e buscará manter os trabalhadores o mais distante possível da política, na condição de massa de manobra. Daí a adoção da forma de "Congresso-Constituinte".

O objetivo do movimento operário e popular face à Constituinte é reduzir o mais possível o controle burguês sobre o processo, acumulando conquistas — econômicas, sociais, políticas e ideológicas, na luta que acompanha a Constituinte e na própria Constituição que auxiliem no deslocamento da correlação de forças em nosso benefício e dificultem a consolidação do regime. Todavia, somente a ação política do PT e do movimento operário e popular independente poderá garantir que o processo constituinte resulte em algum benefício real para a maioria da população.

Existe, em primeiro lugar, a oportunidade de varrermos boa parte da legislação repressiva acumulada no período da ditadura militar (LSN, Lei de Imprensa, Lei de Greve, legislação partidária, legislação eleitoral, etc). O que deve ser acompanhado por uma luta que incida sobre a militarização do estado. Os trabalhadores podem, também, golpear a estrutura sindical corporativa. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de que as mobilizações de massa que ocorrerão no próximo período criem condições para impormos à burguesia conquistas sociais (como, por exemplo, a jornada de trabalho de 40 horas semanais ou mesmo importantes medidas de reforma agrária) ou ainda criar um amplo movimento anti-imperialista (tendo como eixo a questão da dívida externa e a subordinação ao FMI).

Estas eleições são, por outro lado, um momento privilegiado para a propaganda do socialismo, com vistas a generalização de uma consciência socialista entre os trabalhadores. A discussão da constituinte irá colocar em evidência projetos globais de sociedade, o que certamente acontecerá a partir das correntes burguesas. O PT deve intervir ofensivamente nessa discussão, colocando da maneira mais ampla possível a alternativa do socialismo, de forma não-doutrinária, empreendendo a denúncia viva da exploração capitalista, do governo e suas políticas e de suas instituições.

O instrumento fundamental de trabalho do partido nesta luta deve ser uma plataforma sintética que combine as reivindicações dos trabalhadores já incorporadas pelo movimento operário e popular com medidas de democratização radical da sociedade, além de propostas de caráter anti-capitalista — que não serão aprovadas pela constituinte (como, de resto, não serão inúmeras propostas que apontam no sentido da conquista de efetivas liberdades democráticas), mas que têm um papel educativo e orientador fundamental para as lutas futuras dos trabalhadores — que apontem no rumo da sociedade socialista que queremos construir.

Esta plataforma básica do Partido para a Constituinte terá, naturalmente, que ser acompanhada de outros materiais de agitação e propaganda. É útil que o Partido tenha também um projeto de Constituição, um texto mais desenvolvido para a discussão junto aos setores politicamente mais avançados da sociedade. O PT deve incorporar na elaboração deste projeto todas as contribuições já existentes, mas pelo tipo de definições que um documento desse tipo coloca, ele somente poderá ser adotado pelo partido após um amplo processo de discussão democrática em seu interior — tendo como fio condutor da elaboração política, a luta pelo socialismo.

**ANOTAÇÕES:** Vésperas da Campanha da Constituinte - 1987-88 Política

(1) (2b) Ver a amplitude do uso possível —

(x) e o peso de medidas democráticas de conteúdo socialista na plataforma eleitoral

Organizações militares e pára-militares de extrema-direita, como a Oban e os DOI-Codis tomaram conta do país e a participação nas eleições resumia-se a dizer Não ao governo, votando no MDB, um partido que era um verdadeiro saco de gatos: dentro dele tinha gente que defendia os trabalhadores, mas também tinha patrões insatisfeitos porque queriam maiores vantagens do governo. Mas os militares não davam moleza. Quem saía um pouco da linha era cassado e perdia o mandato.

Apesar da repressão e do fechamento político, a crise econômica foi aumentando a partir de 1973 (de 1969 a 1973 houve o chamado milagre econômico, quando o país cresceu a uma média anual superior a 10%) e a organização dos trabalhadores ressurgiu com força. Para enfrentar a nova situação, o governo, em 1978, iniciou o processo de "abertura" política, ou de "distensão": resolveu abrir um pouco a válvula da panela de pressão que estava começando a ferver, para evitar qualquer explosão. Desse modo, o governo aliviou a pressão, para continuar mantendo o controle sobre o povo.

Pouco a pouco, o regime militar foi cedendo à pressão dos movimentos sociais que ganhavam expressão. Disso resultaram a Anistia, uma certa liberalização da censura política, um abrandamento da LSN e o próprio fim do AI-5, que acabou sendo incorporado à Constituição, junto com as medidas de emergência e de defesa do Estado.

| tipo | corpo | medida | observações |
|---|---|---|---|

| revista nº | matéria | página |
|---|---|---|
| | repórter, redator | |

GK Ø TXT. 331, p. 172

liberalização do regime militar e de

É nesse quadro de ascenso das lutas do movimento popular e sindical, tendo como auge as grandes greves do ABC, em 1978, que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT).

Hoje, sob a "Nova República", já não existe mais ditadura militar. As lutas do povo, a campanha por eleições livres e diretas detonada pelo PT contribuiram para corroer a base política da ditadura. Mas como ela não foi derrotada nas ruas, nem houve um processo real de democratização do Estado, continuamos vivendo num regime onde a burguesia domina, embora agora sob novas formas e por outros meios.

- 1985 - PT -

A gente precisa entender que mudou o quadro político brasileiro. Enquanto antes, no regime militar, predominava a repressão aberta, a intimidação, o estímulo à despolitização, hoje, com o governo da Aliança Democrática, a tática para enfrentar o movimento popular e sindical é a de ganhar, cooptar suas lideranças. Se, antes, o regime militar se sustentava na união das Forças Armadas, apoiada por tecnocratas, o regime da "Nova República" apoia-se numa base social mais ampla liderada por empresários e atingindo faixas da classe média e até dos trabalhadores.

Uma coisa, no entanto, continua muito parecida: os militares mantêm a tutela sobre o governo e até agora não foram atendidas as principais reivindicações de mudanças econômico-sociais reclamadas pelas massas nas ruas. Além

editora abril

| | | | |
|---|---|---|---|
| | matéria | página | GK Ø TXT. 331, P. 173 |
| | repórter/redator | | |

disso, o atual governo, apesar de deixar para trás uma forma de regime muito desgastada, mantém intocadas as formas tradicionais de exploração e opressão no país, [illegible] procura fazer com que o povo e os trabalhadores continuem fora dos processos de decisão e controle das medidas do governo.

Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos 30 anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. As grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, as grandes empresas comerciais e de serviços e os bancos, onde a socialização da produção e da troca se intensificaram, aguçando a contradição com a apropriação privada dos resultados da produção, permitem sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.

Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se de forma autônoma. E é, ainda, um dos principais fatores de absorção de mão-de-obra e de atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituídos por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação deste setor - e deve continuar desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade do Estado em atender às reais necessidades sociais e adotar uma política econômica que complemente de forma integral aquela capacidade. Para isso, o único caminho até hoje consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza a concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas e contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir todas as classes de imediato. O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar durante certo tempo a existência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai ser obrigado a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo.

Essas contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

## Socialismo e democracia

A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas, a coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter consequências graves se não forem tratadas como merecem, isto é, na sua maior parte como disputas dentro de um mesmo campo socialista e não como disputas entre inimigos.

O fato de que na Nicaraguá, a partir do programa da FSLN (Frente Sandinista), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos "contras", exista liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia.

Longe da democracia ser uma concessão, ela é parte competente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.

A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas consequências podem ser vistas hoje num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do "Solidariedade", que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relações com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.



Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (forças armadas, serviços de informação, etc.) e de concessões e participação (legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado Moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar na massa das outras classes os funcionários do Estado. E se para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, veja-se obrigada a abrir pelo menos formalmente o Estado à disputa das diversas classes.

Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações civis sólidas (FIESP, CNA, CNI etc.) que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras, quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações da sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

O PT rejeita a concepção burocrática de socialismo, a visão do partido único, porque esta idéia de que cada classe social é representada por um único partido e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução sejam necessariamente partidos que representariam interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora é uma idéia incorreta.

Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia como classe compreende também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Isto significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações dessas organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição. Nessas condições, o Estado socialista terá que desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos, é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto talvez esta não seja a questão chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com o mecanismo de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.

O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas como as das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais - e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo - indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia, engajar em profundidade a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais, nacionais ou ambientais que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente movimentos anticapitalistas e progressistas que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve, ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos de dominação da burguesia como, por exemplo, o monopólio burguês dos meios de comunicação de massa e a família patriarcal, mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador das instituições e valores da ordem burguesa.

Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

GK.Ø-TXT-331, p.175

# A política sindical do PT

1. Em maio de 1986 foi aprovada no Encontro Estadual do PT nossa linha sindical, cujo eixo é a defesa da democracia interna e da independência dos sindicatos em relação à burguesia e o Estado e da autonomia em relação aos partidos políticos. Por isso, defendemos a extinção da Contribuição Sindical, não aceitamos a unidade imposta por lei e apoiamos a ratificação pelo Congresso Nacional da Convenção 87 da OIT. Contra o pluralismo e a unicidade imposta, a favor da unidade sindical construída na luta dos trabalhadores - eis a síntese da nossa proposta.

2. Faz tempo que decidimos criar Secretarias Sindicais junto aos Diretórios, formar núcleos de base por categoria e local de trabalho,ambos meios de implementar nossa política sindical e de implantar nosso partido nas fábricas e categorias como instrumento insubstituível de organização dos trabalhadores na luta pelo socialismo, pela construção do movimento sindical classista, unitário, de massas, democrático independente dos patrões e do Estado, autônomo perante os partidos.

3. É tarefa de todos os petistas a formação de comissões de fábrica, o estímulo à organização do movimento sindical pela base, a presença nas assembléias, nas greves, em todas as lutas, no trabalho de imprensa, de esclarecimento dos trabalhadores. Devem os petistas lutar para democratizar os sindicatos, para engajá-los nas batalhas políticas gerais de interesse dos trabalhadores, pela democracia e contra a política econômica e social do governo da transição conservadora.

4. Nossa linha sindical também chama os companheiros ao trabalho no sindicalismo rural, para a união da luta popular com a luta sindical, para a tarefa de construir a CUT.

5. O documento que sintetizou nossa linha sindical aponta a necessidade de os dirigentes sindicais petistas assumirem plenamente suas responsabilidades na construção do partido. Essa questão era e é importante porque tem havido uma inversão no processo: os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político estão atuando apenas nos sindicatos como ativistas políticos!

6. Há os que consideram que, criado o PT, podem se dedicar apenas ao sindicato. Há os que atuam no sindicato inteiramente à margem do partido, como se o PT fosse estranho aos problemas do sindicalismo.

7. Entendemos que ambas as posturas são equivocadas. Nossos dirigentes sindicais devem ser, cada vez mais, ativistas partidários atuantes no movimento sindical. Ao lutar para transformar nossos dirigentes sindicais em quadros partidários não ferimos a autonomia dos sindicatos. Em primeiro lugar, pelo fato de a entidade não se confundir com seus dirigentes. Mas, mais importante que isso, pela posição de princípio que nos orienta: os militantes do PT devem se submeter à disciplina sindical, acatar as decisões aprovadas democraticamente nas assembléias, mesmo que tais decisões não coincidam com as propostas do partido.

8. Além desse problema há outro, muito grave: a confusão, que vem se aprofundando, entre o PT e a CUT. Muitos pensam que, já que são petistas e revolucionários, podem impor à CUT e aos sindicatos o programa do partido. Com essa posição, correm o duplo risco de perderem influência, isolarem-se, e arrastar o movimento sindical para o vanguardismo.

9. Impõe-se a retomada da discussão sobre a linha sindical do PT por três motivos principais:

a) a legislação sindical e trabalhista está sendo alterada pelo Congresso Constituinte;

b) o sindicalismo classista enfrenta dificuldades para encaminhar as lutas dos trabalhadores, decorrentes da recessão, do desemprego, das condutas patronais e governamentais hostis e do redobrado esforço da burguesia para lhe contrapor o sindicalismo "apolítico", "de negócios", de que são garotos-propaganda Luís Antônio Medeiros e Antonio Rogério Magri;

c) há grandes divergências entre nós sobre os caminhos a seguir.



10. A política do PT para os sindicatos tem como objetivo fortalecê-los enquanto autênticas organizações de massa, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões, voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores.

11. Os sindicatos se afirmam principalmente como instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho. São mais fortes quando estão em sintonia com o nível de consciência das amplas massas que agregam, quando lutam por reivindicações efetivamente claras aos trabalhadores.

12. Nós entendemos que a luta sindical, por si só, é incapaz de resolver os grandes males - desemprego, exploração, alienação do trabalho decorrentes do capitalismo. Isso não impede que o movimento sindical, quando consegue unir os trabalhadores enquanto classe na luta contra a burguesia, assuma um caráter anti capitalista e funcione como escola de socialismo. Mas só a organização política partidária dos trabalhadores abre o caminho para a conquista do poder e a construção do socialismo.

13. O sindicalismo classista busca unir os trabalhadores, como classe, na luta concreta contra a burguesia. Possui uma perspectiva socialista. Pavimenta o caminho por onde massas de trabalhadores lançam-se num movimento mais amplo.

14. Nas suas lutas, os trabalhadores criaram duas formas básicas de organização: os sindicatos e os partidos operários. Ao longo de mais de um século essas duas formas vêm estabelecendo modos variados de inter-relação. A experiência tem demonstrado que o fortalecimento das duas principais formas de organização do movimento dos trabalhadores exige o respeito à autonomia de cada uma delas.

15. Embora sejam ambos instrumentos do movimento dos trabalhadores, sindicatos e partidos têm natureza, objetivos e estrutura organizativa distintos. Basta lembrar que o partido impõe como condição de filiação a aceitação de seu programa, pois sua força depende da coesão ideológica e política de seus membros. Já o sindicato busca seus associados independentemente da ideologia ou da posição política, pois sua força deriva da capacidade de representar e unir o maior número possível de trabalhadores.

16. Os militantes do PT devem rejeitar categoricamente as idéias que induzam os sindicatos a se transformarem em apêndices de partidos. Os sindicatos não devem ser utilizados como "correias de transmissão" de nenhum partido. Só assim serão fortalecidos e transformados em autênticas organizações autônomas de massa.

O PT julga conveniente que seus dirigentes evitem a acumulação de cargos entre partido e sindicato, em face do acúmulo de tarefas e certas confusões que a dupla função acarreta. Entretanto, a tese que prega a incompatibilidade absoluta entre cargos de direção partidária e sindical, o PT não considera correta, visto que a acumulação ou divisão de cargos depende da capacidade do movimento dos trabalhadores gerar lideranças em quantidade suficiente que supram a necessidade organizativa dos sindicatos e do partido.

17. A autonomia deve ser defendida em



ØØØ